



XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL ÉTICA NA GESTÃO

ÉTICA, CULTURA E REFORMA POLÍTICA



2012

**XIII SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
ÉTICA NA GESTÃO**

**ÉTICA, CULTURA E
REFORMA POLÍTICA**

Presidência da República
Comissão de Ética Pública

XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL ÉTICA NA GESTÃO

ÉTICA, CULTURA E REFORMA POLÍTICA

Brasília, 22 e 23 de novembro de 2012

(Transcrição *ipsis verbis*)

Brasília
CNTC
2012

Copyright © 2012 – Presidência da República – Comissão de Ética Pública (CEP)

Todos os direitos reservados à Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610 – 19/2/1998).

Permitida reprodução total ou parcial das palestras desde que citada a fonte.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Américo Lourenço Masset Lacombe – Presidente

Mauro de Azevedo Menezes

Antônio Modesto da Silveira

Marcello Alencar de Araújo

Suzana de Camargo Gomes

SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque Emerenciano

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Comissão de Ética Pública da Presidência da República

Palácio do Planalto, Anexo I, Sala 102 – 70150-900 Brasília-DF

DEGRAVAÇÃO

RDK Degrações e Eventos

REVISÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Njobs Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Internacional Ética na Gestão (13. : 2012 : Brasília-DF).

Ética, cultura e reforma política / XIII Seminário Internacional Ética na Gestão; organização Comissão de Ética Pública da Presidência da República. – Brasília: CNTC, 2012.

223 p.

1. Ética - Gestão Pública - Brasil. 2. Reforma Política – Brasil. I. Brasil. Presidência da República. Comissão de Ética Pública. II. Título.

SUMÁRIO

CERIMÔNIA DE ABERTURA.....9

Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho
Rosa Maria de Souza e Albuquerque Barbosa
Edmundo Müller
Garibaldi Alves Filho
Américo Lourenço Masset Lacombe
Marcello Alencar de Araújo
Ivette Maria Saraiva Gomes de Barros

PAINEL 1: A CULTURA ÉTICA COMO FATOR PROPULSOR DE UMA REFORMA POLÍTICA 19

Mauro de Azevedo Menezes
Garibaldi Alves Filho
Márlon Reis
Marcello Lavenère Machado

PAINEL 2: A INFLUÊNCIA ÉTICA NA CULTURA E SUA INTER-RELAÇÃO 55

Américo Lourenço Masset Lacombe
Emiliano José
Rita de Cássia Biason

PAINEL 3: ÉTICA, EXERCÍCIO DA CIDADANIA E REFORMA POLÍTICA 85

Antônio Modesto da Silveira
Flávio Dino de Castro e Costa
Sílvio Luís Rocha

PAINEL 4: A EVOLUÇÃO CULTURAL E SEU IMPACTO ÉTICO-SOCIAL.....117

Américo Lourenço Masset Lacombe
Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley
Carlos Newton Júnior

**PAINEL 5: A INTERIORIZAÇÃO DE UMA CULTURA ÉTICA
EM UM PAÍS DE CONTRASTES..... 141**

Américo Lourenço Masset Lacombe

Carlos Chagas

Zelito Viana

Márcia Tiburi

**PAINEL 6: A CONSAGRAÇÃO DA ÉTICA EM NOSSO
ORDENAMENTO JURÍDICO..... 173**

Marcello Alencar de Araújo

José Renato Nalini

Ingo Sarlet

Deborah Duprat

Miro Teixeira

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO..... 219

Américo Lourenço Masset Lacombe

Antônio Modesto da Silveira

Marcello Alencar de Araújo

Mauro de Azevedo Menezes

Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque Emerenciano

Deborah Duprat

Miro Teixeira

Transcrição *ipsis verbis* do XIII Seminário Internacional Ética na Gestão

Período: 22 e 23 de novembro de 2012

Local: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Brasília-DF

Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na compreensão.
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão.
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída.
- 4) **(intervenção fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que não foi possível a compreensão.
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão.

CERIMÔNIA DE ABERTURA

MEIRE LÚCIA GOMES MONTEIRO MOTA COELHO
Conselheira Federal

ROSA MARIA DE SOUZA E ALBUQUERQUE BARBOSA
Presidente da Comissão de Ética da Eletronorte

EDMUNDO MÜLLER
Presidente da Comissão de Ética do Ministério da Defesa

GARIBALDI ALVES FILHO
Ministro de Estado da Previdência Social

AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE
Presidente da Comissão de Ética Pública

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO
Conselheiro da Comissão de Ética Pública

IVETTE MARIA SARAIVA GOMES DE BARROS
Viúva do Sr. HUMBERTO GOMES DE BARROS

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia a todos. Ocupem seus lugares. A partir desse momento mantenham seus celulares desligados ou no modo silencioso. Sejam todos bem-vindos ao 13º Seminário Internacional Ética na Gestão: Ética, Cultura e Reforma Política. Este Seminário, promovido pela Comissão de Ética Pública, visa contribuir para efetividade e sustentabilidade das ações da promoção da ética e tem como objetivos: o compartilhamento de experiências e instrumentos para implementação da ética, a avaliação do progresso das ações de gestão da ética na administração pública federal e a promoção dos debates em temas relacionados a ética, envolvendo agentes públicos e especialistas.

Para compor a mesa de abertura, convidamos o presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lourenço Masset Lacombe. Convidamos agora o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Convidamos agora o Sr. Edmundo Müller, presidente da Comissão de Ética do Ministério da Defesa, neste ato representando o ministro da Defesa; convidamos também a Sra. Rosa Maria de Souza e Albuquerque Barbosa, presidente da Comissão de Ética da Eletronorte, que nesta qualidade representa as comissões integrantes do Sistema de Gestão da Ética e é também presidente do Fórum de Ética das Empresas Estatais. Convidamos nesse momento a conselheira federal Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho, que representará o presidente Ophir Cavalcante Junior, da OAB. Neste momento convidamos a todos para que fiquem de pé ou em posição de respeito para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(Apresentação do Hino Nacional Brasileiro)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ocupem seus lugares. Destacamos as presenças dos conselheiros da Comissão de Ética Pública, o Dr. Mauro de Azevedo Menezes, o Dr. Antônio Modesto, e também o Dr. Marcello Alencar de Araújo. O Sr. Eliezer Moreira Pacheco, secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, representando o ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovação, Dr. Marco Antônio Raupp; a Sra. Maria Ângela Inácio, ouvidora substituta, representando a Sra. ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy; a Sra. Neide Marcos da Silva, corregedora, e o Sr. Gilmar Trindade dos Santos, presidente da Comissão de Ética, representando a Sra. ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; e a Sra. Manoeлина Medrado, consultora jurídica do Ministério do Turismo, representando o ministro do Turismo, Sr. Gastão Vieira; Dr. Oswaldo Augusto de Barros, diretor secretário, representando o presidente da CNTEEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura), Dr. Miguel

Abrão Neto. A Comissão de Ética Pública registra ainda o seu reconhecimento, na pessoa do Sr. Raimundo Nonato da Silva, colaborador da Comissão de Ética Pública; a todos os presentes aqui nessa cerimônia; todos os colaboradores, que auxiliaram nos projetos e nas capacitações por ela promovidos. Agradece também a todos os integrantes das Comissões de Ética Pública dos órgãos e entidades, que, com os seus trabalhos, contribuem sobremaneira para o reconhecimento e fortalecimento desta instância. Passamos a palavra, neste momento, à conselheira federal Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho, representando o presidente Ophir Cavalcante Junior, da OAB.

SRA. MEIRE LÚCIA GOMES MONTEIRO MOTA COELHO –

Peço até desculpa, porque eu não estava sabendo que eu teria que falar, mas eu não posso. Peço desculpas pelo tom da voz, mas eu não poderia deixar de cumprimentar a todos, dar um bom dia, senhoras e senhores, senhoras autoridades presentes, o Dr. Lacombe, presidente da Comissão de Ética, o meu conterrâneo e querido amigo estimado ministro da Previdência. Nós somos do Rio Grande do Norte, queria cumprimentar a mesa, todos os presentes, e dizer que é com muita honra que aqui represento o Conselho Federal da OAB, essa grande instituição que a sociedade brasileira tanto conhece, e que a ética, e a ética especialmente na gestão pública, é uma das grandes bandeiras da sociedade e da OAB. Então nós estamos aqui nos sentindo muito honrados e parabenizando a todos os organizadores do evento por essa brilhante iniciativa. E dizer que a sociedade brasileira espera muito das conclusões deste evento e deste Seminário, que tão bem poderá contribuir para a efetividade das políticas públicas, da administração pública deste grande País, que é o Brasil. Minhas palavras são de parabéns e felicitações, e de pleno êxito e sucesso no evento.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Fará uso da palavra neste instante a Sra. Rosa Maria de Souza e Albuquerque Barbosa.

SRA. ROSA MARIA DE SOUZA E ALBUQUERQUE BARBOSA –

Excelentíssimas autoridades presentes aqui na mesa, demais autoridades aqui no evento, que se fazem presentes, colegas que fazem gestão, que atuam como gestores das diversas Comissões de Ética das empresas, demais convidados, participantes deste, que tenho certeza, brilhante seminário, um bom dia. Eu, em nome do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, quero agradecer à Comissão de Ética Pública pela oportunidade de nos apresentarmos aqui neste momento. Nós somos um grupo, como eu disse, de empresas estatais, que nós começamos a conversar e a nos estruturar em 2001, quando aconteceu o primeiro seminário de ética da Comissão de Ética Pública.

E naquele momento, um grupo de oito empresas começou a perceber que nós precisaríamos criar um fórum específico para discutir as questões, questão de ética pública, mas que tem as suas peculiaridades nas empresas estatais. Este grupo começou a se reunir. Em 2003, oito empresas encaminharam um ofício à Comissão de Ética Pública pedindo autorização para que formassem, naquele momento, um grupo ou um seminário das empresas. Hoje nós somos esse Fórum, oficialmente contando com as determinações da forma que determina a Lei nº 8.666, porque nós fazemos um termo de adesão, um termo de convênio. Este grupo se reúne mensalmente com representantes das diversas Comissões de Ética. Nós sempre fazemos questão de nos reunir na sede das nossas empresas, cada mês uma empresa signatária deste Fórum recebe o grupo.

Isso para a gente é muito importante, porque neste momento o presidente da empresa, os diretores da empresa, eles vão nos receber, e daquele momento o que a gente tem percebido é que na noite anterior ele conversa sobre ética, ele discute com a Diretoria sobre ética, porque ele vai receber um grupo de 20 empresas na sua sede. E nisso a gente tem visto um fortalecimento deste movimento de ética nas suas organizações. Então nós nos reunimos e discutimos, nós realizamos anualmente um Seminário de Ética nas empresas estatais, mas, mais do que isso, nós discutimos a gestão da empresa, nós aprendemos, e vamos aprender como fazer a gestão da ética nas nossas empresas, com os nossos desafios, os nossos aprendizados. Este grupo com as suas reuniões, nós saímos com resoluções, essas resoluções são encaminhadas para as nossas organizações, e lá dentro isso se transforma em uma rotina, em uma forma de trabalhar. Então com isso nós estamos tentando unificar a forma de atuar, a forma de fazer a gestão da ética nas nossas empresas.

Eu disse, nós somos 20 empresas estatais, são as maiores empresas do País. E um dia a gente fazendo conta, nós percebemos que nós atuamos com um milhão de pessoas, e nada mais conveniente de a gente falar que este um milhão de pessoas com quem a gente conversa sobre ética nos faz crer que a gente está colaborando com a mudança da cultura desse País, para transformar esse país, trazer essa cultura ética. Porque nós sabemos que é esse aprendizado, é esse discutir, é esse *introjetar* na sua empresa, que vai conseguir fazer e propiciar essa mudança nas organizações. Então para a gente é um prazer estar aqui, nós aprendemos muito, Renata, nós estamos no nosso oitavo seminário, mas aprendemos com vocês, que já estão aí no 13º, então somos, assim, um filhote desta CEP, e nos sentimos muito honrados com esse espaço que nos foi dado. Muito obrigada. E eu tenho certeza que será um excelente evento. Obrigada a todos.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra, o Sr. Edmundo Müller, do Ministério da Defesa.

SR. EDMUNDO MÜLLER – Bom dia a todos, em especial aos componentes da mesa, Dr. Lacombe, ministro Fiuza. Também não estava prevista a minha fala aqui, mas da mesma maneira que a colega da OAB, eu quero trazer algumas palavras, em especial o agradecimento do ministro Celso Amorim à Comissão de Ética Pública pelo convite. Queremos parabenizar a Comissão de Ética Pública pela realização deste evento, que, na realidade, já estamos no XIII Seminário Internacional de Ética.

Todos nós sabemos que esse País precisa muito reforçar os seus preceitos éticos, e quando se criou a Comissão de Ética Pública, na época se pensava que seria apenas mais um modismo, que seria, na realidade, algo para enfrentar uma situação de quebra de ética que ocorreu naquela ocasião. Mas isto é muito mais do que isso, ou seja, estamos, na realidade, mudando conceitos, mudando valores, e criando, para o Brasil, uma sociedade mais justa e inclusiva, e, em especial, uma comunidade mais ética. Então, em nome do ministro Celso Amorim, eu quero, na realidade, parabenizar a Comissão de Ética Pública por este evento. Obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos agora o ministro da Previdência Social, Sr. Garibaldi Alves Filho.

SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Inicialmente quero cumprimentar o presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lourenço Lacombe; cumprimentar Edmundo Müller, presidente da Comissão de Ética do Ministério da Defesa, representando o ministro da Defesa, o embaixador Celso Amorim; quero cumprimentar Rosa Maria de Souza, presidente da Comissão de Ética da Eletronorte; cumprimentar a conselheira federal Meire Lúcia Gomes Monteiro, representando aqui o presidente da OAB, Ophir Cavalcante Junior, e minha conterrânea, é sinal de que eu não estou só. Eu quero dizer, em primeiro lugar, não sei se esse microfone está me ajudando. Parece que eu cometi uma gafe em matéria de cerimonial. É que eu acabo de receber um bilhete dizendo o seguinte: *“A sua apresentação não será agora, e sim depois.”* Então presidente, me desculpe.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos neste momento o presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lourenço Masset Lacombe.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Ilustres membros da mesa, minhas senhoras e meus senhores, é com enorme satisfação que eu tenho o prazer de abrir esse Seminário. Nós sabemos que a questão ética está hoje na pauta das discussões de todos os brasileiros. O povo em geral está cobrando ética daqueles que detêm poder, daqueles que exercem alguma função pública, cuja atuação vai se refletir em toda a sociedade. O interesse que a mídia desperta hoje pelas questões éticas é enorme, e a responsabilidade é nossa, é nossa e do povo inteiro, não é dos governantes, não é das associações, como tipo a OAB, as Associações de Juízes. Essa responsabilidade é basicamente nossa, do povo e dos eleitores. Porque eu, às vezes, faço palestras em algumas universidades, e todos dizem a mesma coisa, evidentemente, todo o pessoal começa a falar mal dos políticos, isso já é tranquilo. A gente já sabe. E eu simplesmente respondo o seguinte: “*Olha, no Congresso Nacional, nos Poderes em geral, tem de tudo, tem gente boa, tem gente ruim.*” Agora, uma coisa, por exemplo, no Congresso Nacional, o que todos eles têm em comum, é que todos foram eleitos, lá não tem ninguém que não tenha sido eleito. E quem eleger? Fomos nós que elegemos, nós, o povo, que elegemos, então nós somos responsáveis por tudo aquilo que acontece lá também, e nós temos que cobrar isso dos nossos amigos, dos nossos vizinhos, dos nossos alunos, dos nossos parentes, de todo mundo, votar com consciência, isso é uma coisa importante que tem que se mudar nesse País.

A Lei da Ficha Limpa já foi um grande avanço, foi um grande avanço, mas é a solução? Não, não existe varinha de condão, não existem soluções mágicas, o que nós precisamos é realmente cada um ter a sua consciência ética e transmitir isso para todos que se relacionam conosco. Portanto, é com grande prazer que eu abro esse Seminário, e podemos dar início ao primeiro painel, que terá como coordenador, moderador, o conselheiro da Comissão de Ética, Mauro de Azevedo Menezes, a quem eu convido para assumir o meu lugar, e eu vou para a plateia, por favor.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Neste momento a mesa de abertura será desfeita. Agradecemos a presença de todas as autoridades. Senhoras e senhores, o coro Primo Canto foi criado em 2004, com o objetivo de realizar apresentações artísticas e didáticas, com alunos previamente selecionados por seus talentos musicais, bem como promoveu o engrandecimento cultural e musical destes. O grupo conta, a partir desse ano, 2012, com a nova formação, sob a direção musical de Andrea Dusi e Denise Reis. Vamos ouvir lindas canções da nossa música popular brasileira, além do tema de um dos mais famosos musicais americanos, o Mágico de Oz. Com vocês, o coro Primo Canto, da Escola de Música de Brasília.

(Apresentação do grupo Primo Canto)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agradecemos, além da apresentação do coro Primo Canto, que apresentou o repertório de músicas Canção da América, Voa Bicho, Além do Arco-Íris e Que Nem Jiló. Registramos também as presenças dos professores e colaboradores da Comissão de Ética, Graciele Cardoso, Rafael Laffitte e Vanderlei Farias. Senhoras e senhores, neste momento convidamos o conselheiro da Comissão de Ética Pública, Dr. Marcello Alencar de Araújo, para homenagem ao ex-conselheiro da Comissão de Ética Pública, o ministro Humberto Gomes de Barros.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Bom dia a todas, senhoras e senhores. A Comissão de Ética Pública presta uma homenagem a um de seus mais ilustres integrantes, o ministro Humberto Gomes de Barros. Falecido no dia 8 de junho, o ministro Humberto integrou a Comissão de Ética Pública desde julho de 2009. Tenho o privilégio de prestar essa singela, sincera e merecida homenagem, privilégio por ser oriundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal, tendo ingressado no primeiro concurso público lá realizado, quando o ministro Humberto Gomes Barros exercia o cargo de procurador geral daquela instituição. Privilégio por conhecê-lo pessoalmente e sou testemunha de sua excepcional natureza humanista, de sua inteligência e de seu conhecido bom humor, de seu tato fraterno e de sua simplicidade com todos. Lembro-me que em homenagem realizada em 2011, na Procuradoria Geral do Distrito Federal, ele disse: *“A cada 25 de julho, dia de São Cristovão, transformava a sala de reuniões, anexa ao gabinete, em refeitório, onde se servia a buchada dos motoristas, todos trabalhávamos felizes.”* Esse era o ministro Humberto, disse também que: *“Adotou como o norte de sua vida o sempre atual ensinamento de Justiniano, viver honestamente, não ofender ninguém e dar a cada um o que é seu.”* No exercício do cargo de Procurador Geral do Distrito Federal, combateu vigorosamente as tentativas de loteamentos irregulares em nossa capital, questão tão cara para todos nós cidadãos. Foi o criador também do Centro de Assistência Judiciária, a nossa Defensoria Pública, e ainda na chefia da PG-DF, redigiu decreto que deu início ao processo de tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, documento importantíssimo para todos aqueles que vivem e que buscam sempre a manutenção da qualidade de vida de nossa capital.

Nós, procuradores do Distrito Federal, somos muito gratos e orgulhosos da passagem do ministro Humberto por nossa casa. Nós, advogados brasilienses e brasileiros, reconhecemos a grandeza e a importância da passagem do

ministro Humberto pelo Superior Tribunal de Justiça. Destaco que ele integrou o primeiro grupo de advogados a serem nomeados para aquele tribunal. Não há dúvida de que o seu trabalho naquela Corte, com grande sensibilidade jurídica e social, e sempre em busca da superação dos formalismos processuais, e pela defesa das garantias democráticas, mostrou a importância da participação dos advogados na composição de novos tribunais.

E com essa notoriedade de seu caráter e de seu indubitável idôneo moral, o ministro Humberto aceitou participar da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, engrandecendo-a com seus votos e suas manifestações equilibradas e justas, sempre em defesa dos princípios éticos tão caros à administração pública. E na Comissão de Ética, como aconteceu em todos os órgãos de que participou, o ministro Humberto deixou a sua marca de notável homem público, oriundo, como já dito, de sua natureza humanista, de suas profundas convicções democráticas, e da relevante importância do serviço público. A nossa homenagem a esse brasileiro. Ainda como representante da Comissão de Ética, tenho a honra de entregar à Ivette uma placa em homenagem, pela Comissão de Ética, que assim está dita: *“Assinada pelo Sr. presidente, Dr. Américo Lacombe, a Comissão de Ética da Presidência da República homenageia, na data de hoje, por dever de justiça e reconhecimento da dedicação de anos de bons serviços prestados ao público e à nação, o conselheiro Dr. Humberto Gomes de Barros, que de forma comprometida, desenvolveu um trabalho profícuo junto à Comissão de Ética Pública, com integral empenho em função do interesse coletivo. Essa homenagem é extensiva à sua família, por ter atuado como alicerce da sua conduta no trabalho diário em todos esses anos.”*

SRA. IVETTE MARIA SARAIVA GOMES DE BARROS – Eu queria agradecer essa homenagem aqui para o meu marido. A emoção já começa a me tomar as palavras, mas dizer assim, que nós chegamos a Brasília há 50 anos, então já consideramos a cidade, nossa cidade. Pretendo continuar aqui, porque meus filhos também nasceram aqui. Então eu quero agradecer, tudo que nós conquistamos foi aqui em Brasília, quero agradecer à Comissão de Ética por essa homenagem e a todos aqui presentes também. Obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Gostaríamos de deixar registrado aqui a presença da irmã do ministro, Leda Gomes de Barros Lima, também da sua filha, Lícia Gomes Barros de Souza, e o seu genro, o Sr. Jefferson de Souza. Senhoras e senhores, em alguns instantes daremos início ao primeiro painel do Seminário. Vamos dar início ao primeiro painel, que tem como tema “A cultura ética como fator propulsor de uma reforma política”. Como moderador

do primeiro painel, convidamos o conselheiro da Comissão de Ética Pública, Dr. Mauro de Azevedo Menezes; como palestrantes, convidamos o ministro da Previdência Social, o Sr. Garibaldi Alves Filho; convidamos também o advogado, Sr. Marcello Lavenère Machado; e o juiz de Direito do Estado do Maranhão, membro fundador do MCCE, fundador e presidente da ABRAMPE, e um dos idealizadores e redatores da Lei da Ficha Limpa, o Sr. Márlon Reis. Com a palavra, o Dr. Mauro de Azevedo Menezes.

PAINEL 1: A CULTURA ÉTICA COMO FATOR PROPULSOR DE UMA REFORMA POLÍTICA

MAURO DE AZEVEDO MENEZES
Conselheiro da Comissão de Ética Pública

GARIBALDI ALVES FILHO
Ministro de Estado da Previdência Social

MÁRLON REIS
Juiz de Direito do estado do Maranhão

MARCELLO LAVENÈRE MACHADO
Advogado

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Dando início aos trabalhos desse primeiro painel, eu, inicialmente, cumprimento o presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lacombe, agradecendo a confiança de me outorgar na condução de trabalho desse painel. Cumprimento aos eminentes colegas da Comissão aqui presentes, advogado Modesto da Silveira, advogado Marcello Alencar. Estendo os cumprimentos também aos funcionários da Comissão de Ética responsáveis pela organização do Seminário, ao nosso lado, a Dra. Renata, secretária executiva, o João Batista, secretário adjunto, as assessoras Clarissa, Marja e Cíntia, que estão aqui presentes.

Quero fazer cumprimentos especiais aqui a essa mesa, cuja representatividade, para tratar desse tema, revela-se singular tanto pela afinidade com a temática eleitoral quanto com a particular referência que cada um desses nomes aqui representa com o sentido ético, que se pretende emprestar à questão eleitoral em nosso País. Temos aqui entre nós o senador Garibaldi Alves, senador licenciado, ministro da Previdência, e que veio a ocupar a cadeira máxima do Senado Federal, justamente no momento grave daquela instituição, em que o Senado o convocou para ocupar e, de certa maneira, resgatar a imagem daquela indispensável e elevada instituição da república. Temos aqui entre nós, com muita satisfação, Dr. Marcello Lavenère Machado, um ícone da luta pela democracia em nosso País, alguém cuja imagem está vinculada a um dos momentos mais célebres da luta pelo resgate da ética no Brasil: momento do *impeachment* do presidente Fernando Collor. Dr. Marcello Lavenère presidiu a nossa Ordem dos Advogados do Brasil com absoluta altivez e mantém a sua militância ativa, como consultor da CMVB, como membro do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, e certamente terá uma contribuição muito significativa para estar.

E quero também fazer um cumprimento ao Dr. Márlon Reis, esse juiz de Direito, cuja atuação se revela há muito tempo como uma referência inestimável no combate à compra de votos no nosso País, na defesa da probidade na política, na busca de meios legislativos para afirmação da ética na política, culminando com a famosa Lei da Ficha Limpa, uma articulação cidadã, na qual o Dr. Márlon Reis tem ocupado um papel preponderante no seio do movimento de combate à corrupção eleitoral, e na sua judicatura exemplar. Então é com muita satisfação que eu dou início a esse painel, cumprimentando os painelistas, o tema do painel “A cultura ética como fator propulsor de uma reforma política”.

Primeiro painalista a fazer uso da palavra pelo período de 30 minutos é o senador, ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho. Dr. Garibaldi é também advogado de formação, jornalista, como disse, senador da República licenciado

para o exercício do cargo de ministro da Previdência Social do nosso País. Foi deputado estadual por quatro mandatos no estado do Rio Grande do Norte, prefeito da cidade Natal e governador do Rio Grande do Norte. Presidiu o Senado da República entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2009, e também foi presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado no biênio 2009-2010. Então é com muita satisfação que eu transmito a palavra ao senador Garibaldi. Muito obrigado.

SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Eu agora, depois daquela gafe, eu não sei se falo ainda, daqui ou daí, mas ele já vem em meu socorro. Eu quero cumprimentar o Dr. Mauro de Azevedo Menezes, conselheiro da Comissão de Ética Pública; quero cumprimentar o Dr. Marcello Lavenère; cumprimentar Márlon Reis, juiz de Direito do Maranhão. E dizer que eu, claro, teria como palavra inicial me associar à homenagem que foi prestada ao Dr. Humberto Gomes de Barros. O que foi dito aqui sobre ele se constitui em uma homenagem das mais justas. Peço, portanto, que a sua viúva também receba essas singelas palavras de homenagem. E dizer que eu deveria estar aqui, na verdade, falando sobre outra reforma, a da Previdência Social, mas como eu sou senador, eu sou um produto híbrido no momento, senador e agora ministro da Previdência.

Eu acho que eu fui escolhido pelo Dr. Marcello não foi pelo critério de merecimento, foi de antiguidade, porque já faz 42 anos que eu estou na vida pública, e o que foi dito aí me confere a certeza de que eu tenho pelo menos uma série de experiência. Para dizer que no Brasil, nos dias de hoje, há uma imperiosa necessidade de uma reforma política, mas que nós não devemos, creio eu, criar uma grande expectativa a respeito dela. É por isso que eu vou falar mais sobre a reforma possível do que sobre uma reforma maior, que se constitui no anseio de todos nós. Mas é que eu quero falar de uma reforma viável nos dias de hoje, e que venha pelo menos atender aos anseios daqueles que clamam pela ética na política. Se constituiu uma Comissão, como é do conhecimento da grande maioria aqui, na Câmara dos Deputados, quando foi dado início ao processo de reforma política. São 40 deputados. Temos na Comissão 40 suplentes, e tem como relator o deputado Henrique Fontana, do PT, ex-líder do PT. E de acordo com o relatório do deputado Henrique Fontana, há uma preocupação de balizar essa reforma, Sr. presidente, em torno de dois pontos que para eles são fundamentais, são essenciais, que são: uma reforma no Sistema Político Eleitoral e também uma reforma no que chamamos de financiamento de campanha.

No Sistema Político Eleitoral, evidencia-se no relatório do deputado Henrique Fontana uma preocupação em dar seguimento a uma reforma que vem sendo feita na lei eleitoral, na lei do Código Eleitoral, que é de 1965, e

nas leis que o sucederam, e o que é certo, sobretudo, na introdução daquele artigo 41-A, que trata da captação ilícita de sufrágio, compra de votos, que está presente na lei das eleições, na lei eleitoral. E a recente alteração na lei das inelegibilidades, que nos trouxe o que se denominou de Lei da Ficha Limpa, lei essa que acrescentou ao rol das inelegibilidades existentes. E olhe que eu estou ensinando Padre-Nosso ao vigário. O vigário está bem ali, foi ele que realmente se pôs à frente da emenda popular, que terminou trazendo para o cenário da vida pública brasileira a Lei da Ficha Limpa. Na verdade, a hipótese em que haja condenação criminal por um órgão colegiado, não se exigindo, portanto, o trânsito em julgado. Como também outra hipótese, como a rejeição de contas por casa legislativa ou por órgão de contas, mas temos ainda o caso do parlamentar que renuncia, pois aberto o processo de cassação do seu mandato de condenação por improbidade administrativa, de cassação por compra de votos, de abuso do poder ou uso da máquina pública, prevê aposentadoria compulsória ou demissão em razão de processo administrativo disciplinar, e de pessoas físicas ou dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais ilegais. Estou certo, Dr. Márlon? Me tranquilize logo. Eu não vou esperar pela sua intervenção. Na verdade, são alterações, é óbvio, de conteúdo eminentemente ético, alterações que foram acompanhadas por uma cultura de vigilância e tolerância zero a atos que comprometam a ética pública. Partiram de um desejo social por um processo eleitoral mais legítimo, mais limpo e menos eivado pelo abuso do poder, pelo uso da máquina pública e pela compra do voto.

Temos, portanto, muito que comemorar nesse aspecto, mas temos que avançar. Avançar significa, no relatório do deputado Henrique Fontana, ver o sistema proporcional e as suas imperfeições. Ele fere assim o sistema proporcional, o coloca “em cheque”, em virtude de uma visível alienação, às vezes, do eleitorado, e de um apontado distanciamento entre representados e representantes. Há uma pesquisa recente, não foi uma pesquisa para todos os gostos, mas há uma pesquisa recente que dá conta de que 30% dos eleitores não se lembram mais em quem votaram para vereador nas últimas eleições. Eu sei bem que depois da eleição de deputado, decorrido algum tempo, eu peço desculpas, porque não tenho esse dado exato, o eleitor esquece em quem votou para deputado. Eu graças a Deus consegui sobreviver. Na verdade, eu acho que eu estou falando aqui também, Dr. Marcello, meu caro presidente, eu acho que eu estou falando como um sobrevivente, e vou explicar por quê, fazer uma digressão que talvez não seja nem tão oportuna, talvez seja uma manobra de quem não conhece bem o assunto, e aqui acolá encaixo um comentário. Mas quando começaram a cair os ministros, queda de ministro, no começo do Governo, eu dizia sempre: “*Olhe, quem quiser me ver ministro, visite logo.*” E dizia o que eu vou dizer agora: “*Eu me constitui em um sobrevivente.*”

Mas o que é certo é que eu estou aqui para esse debate vital para o nosso regime democrático e, claro, depois de passar tantos anos no Legislativo como deputado estadual, depois como senador, já estou no terceiro mandato, e olhe que é mandato de oito anos. Henrique Fontana, na sua proposta, há um projeto que reduz o mandato para quatro anos de senador, porque acha que o senador é o representante do estado, e ele acha que há um distanciamento. O argumento não deixa de ser razoável, desde que ele me poupe, porque eu ainda tenho alguns anos. Na verdade, eu vou entrar logo nas considerações, porque o tempo é limitado, sobre o que ele propõe sobre o sistema proporcional, aliás. Sistema proporcional esse que vigora hoje e que foi introduzido na nossa legislação nos moldes atuais desde 1945, a Era pós-Vargas. Antes disso, em 1932, foi implantado um sistema misto, conciliando voto proporcional e voto distrital. A experiência internacional aponta como principal virtude do sistema proporcional a possibilidade de representação das minorias, por outro lado, facilita principalmente, a forma em que ele foi implantado no Brasil, e isso é o pecado do sistema, a pulverização e fragmentação da representação política.

Vejam, os senhores, que 24 partidos atualmente têm assento na Câmara dos Deputados. Partidos, fora as bancadas, porque tem bancada para todo gosto, frente parlamentar também. Essa realidade, sobretudo, é ampliada pela possibilidade de se fazer coligações para as eleições proporcionais. O que isso significa? Os partidos que se coligam em determinadas eleições são considerados para efeito de cálculo de cadeira no Parlamento como único partido. Alguns deles, saliente-se, não teriam condições, alguns deles, de alcançar o coeficiente partidário, o número de votos exigido para ter representação nas casas legislativas. Existe no Congresso uma parede de consenso, entre a grande maioria dos parlamentares, de que as coligações, nas eleições proporcionais, e por isso mesmo, o deputado relator propõe que as coligações só prevaleçam para eleição majoritária, para eleição de presidente da República, para eleição de governador, para eleição de senador. Se existe certo consenso, é até, eu diria, temerário falar em consenso sobre essa reforma partidária em andamento no Congresso. Mas se existe esse consenso sobre a vedação de coligações nas eleições proporcionais, o mesmo não se pode dizer sobre a adoção do voto por lista fechada. Os principais defensores da lista fechada ou pré-estabelecida alegam que esse sistema fortalece os partidos, a partir do momento em que leva o eleitor a sufragar o partido, e não o candidato, como também sustenta a viabilidade do processo de escolha dos candidatos no âmbito partidário.

Ressalte-se que o voto por lista fechada, que consta do relatório, aprovado na Comissão da Câmara dos Deputados, não tem o consenso que eu disse que tem, aquele consenso sobre a proibição de coligações para o voto

proporcional. A proposta prevê um sistema misto, que combine o voto por lista fechada e o voto nominal, ambos dentro de um mesmo guarda-chuva, dentro do sistema proporcional. Questiona-se, porém, se a lista fechada não acabaria retirando do eleitor o direito de escolher os seus representantes, visto que se apresentaria justamente nas eleições uma espécie de pacote completo. Eu sou favorável ao que propõe o deputado Henrique Fontana, porque ele dá a chance a você, eleitor, eu também sou eleitor, de escolher um candidato pelo sistema vigente hoje, e dá a oportunidade ao eleitor de fortalecer os partidos, escolhendo um candidato pelo sistema da lista fechada dos partidos. Você votaria duas vezes, alternando, vota para um deputado diretamente e vota prestigiando o partido. Agora, o que eu coloco aqui é que os partidos precisam se abrir. Nós precisamos ter uma democracia interna nos partidos, senão nós teremos um monopólio dos partidos que escolherão os candidatos da cúpula partidária, não dando margem a que se escolham os melhores representantes do povo.

Os estados que integram a acumular, mais notadamente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, escolhem os seus representantes para a Câmara Baixa ou dos comuns através do Sistema Majoritário ou Distrital na sua modalidade pura. O termo distrital vem do fato de que as unidades federativas ou regiões são divididas em distritos, que escolhem os seus representantes pelo voto majoritário. Aponta-se universalmente como um mérito desse sistema a aproximação do eleitor com o eleito, e passa o eleitor a acompanhar mais de perto o exercício do mandato parlamentar. Outra virtude, e aí apontada por mim e não pelo relatório, é a clareza: não há possibilidade de se votar em um candidato e esse voto ajudar a eleger outra pessoa, como acontece hoje. Não é querendo caricaturar ninguém, mas o nosso Tiririca, com a eleição, com os votos dele, ele elegeu uma bancada, eu digo uma bancada, e aí com a licença aqui da ausência, toda ausência atrevida, no meu primeiro mandato de senador, quando Eduardo Suplicy, e olhe como os tempos mudaram, Eduardo Suplicy subiu na Tribuna do Senado e disse: *“Aqui estou falando pela minha bancada do PT.”* Era só ele, hoje a bancada do PT no Senado é a segunda bancada, tem 12 senadores, só é superada pela bancada do PMDB, que tem 20.

Então, por outro lado, evidencia-se a falta de representação das minorias e uma distorção na representação. Um exemplo que eu vou citar aqui é o do Partido Liberal na Grã-Bretanha, detentor, até a 2ª Grande Guerra, de cerca de 20% do eleitorado, mas que não conseguia eleger uma bancada na mesma proporção. Isso ocorria, pois os seus candidatos dificilmente alcançavam a maioria dos votos na eleição distrital, e era eleição majoritária. A consequência disso foi a bipartidarização, a bipolaridade entre conservadores e trabalhistas.

O mesmo fenômeno ocorre nos Estados Unidos entre Democratas e Republicanos. São poucos os políticos independentes. Lá se admite candidaturas avulsas. E na reforma política em andamento, há emendas que deverão ser levadas ao Plenário, mesmo com essa pulverização, para admitir ainda as candidaturas avulsas ou de partidos menores que elegem deputados.

Na Alemanha, em virtude dessa bipolarização entre dois partidos, adotou-se o Sistema Eleitoral Misto, que consiste em conciliar representação proporcional e distrital. Isso faz que se conviva com quatro ou cinco partidos fortes. Alguns defendem a adoção do que chamam de “Distritão”, no caso, os estados seriam considerados grandes distritos. Até conversando com o Dr. Márlon, antes desse evento, se dizia que havia uma proposta de um eminente homem público, não sei se foi o nosso presidente que citou, e se realmente fazia, se faz prevalecer, por combinar as virtudes dos dois sistemas: representação das minorias e mais proximidade do eleitor com o parlamentar eleito no distrito. Eu, como proposta aqui, não vou nem votar na reforma, acredito, tão cedo, mas eu ficaria com aquela proposta inicial do voto proporcional, partidário e nominal. Financiamento de campanha, isso aí meu Deus, deu no que deu já, é uma questão crucial, se colocar essa questão na minha experiência parlamentar, se colocar essa questão para discussão inicial, logo isso aí vai parar a pobre da reforma, porque não há consenso sobre isso.

E há consenso, e há uma vontade, eu acho que quem vai resolver esse problema vai ser Dr. Márlon, porque lá dentro da Câmara ou do Senado não se resolve. Há um consenso de que há abuso do poder econômico através de vultosas doações financeiras por parte das empresas, na sua grande maioria prestadoras de serviço para o poder público, das doações não declaradas, caixa dois. Não tem aquela história: “*Atire a primeira pedra.*” É difícil. Se não sabemos que modelo de financiamento escolher, podemos afirmar, sem a menor sombra de dúvida, que não podemos permanecer como está aí. Isso pode ser simplório, mas é absolutamente verdadeiro. Eu dou um depoimento aqui, porque, na verdade, se você não exerce um cargo público de representatividade ou se você não tem atrás de si um poder econômico, uma empresa, você vai ter dificuldade hoje de fazer, face aos custos de uma campanha eleitoral.

Olhe, no interior do meu estado, do Rio Grande do Norte, eu queria inclusive dizer que não só tenho a conterrânea da OAB não, tenho a outra, por sinal estão vizinhas ali. Tem a Renata, que é minha conterrânea também, que é a secretária do Conselho. No Rio Grande do Norte, hoje não há um candidato a prefeito que não tenha um assessor de Marketing. O Marketing conseguiu se

popularizar, se massificar, e o deputado que se vire, porque isso aí eles dizem logo: “*Eu vou procurar o meu deputado.*” Então o relatório do deputado Henrique Fontana propõe a adoção do financiamento público exclusivo: as empresas de pessoas físicas poderiam realizar as doações. As doações que existem hoje podem ser feitas, podiam ser feitas, mas iriam compor um Fundo Eleitoral para ser repartido proporcionalmente entre os partidos, claro. A reforma, ela é muito voltada, a reforma possível, essa embrionária reforma, ela é muito voltada para o fortalecimento dos partidos. E o deputado Henrique Fontana, eu atribuo ao fato de que o PT realmente se tornou um partido com uma grande estrutura e certamente teria condições de fazer, face às exigências de um fundo como esse. Vale dizer ainda que o financiamento público, pelo menos da forma como foi proposto, requer, aí sim também, a adoção de lista fechada, uma vez que os recursos seriam distribuídos aos partidos e não aos candidatos. Mas há aqui uma complexidade que se apresenta, porque, ao mesmo tempo que se propõe o voto nominal e o voto partidário, você teria, no fundo, na criação do fundo, como financiador das campanhas eleitorais, você teria que ter as listas fechadas.

Olha, eu estou entendendo que o nosso moderador se mostra muito compreensivo, mas eu não sei se o auditório também. Então eu vou terminar, tentar. Claro que ficou alguma coisa de fora dessa proposta inclusive, do deputado Henrique Fontana, e outro tema que se poderia introduzir, seria o da reeleição, aí havendo a necessidade de reforma, de emenda à Constituição. E o que é certo é que houve da parte, são realmente, se eu não estou sendo infiel ao relatório do ilustre relator, as principais propostas levadas aí, feito no seu relatório, e consignadas no seu relatório, são essas: não se fala em voto facultativo nem voto obrigatório. Então eu creio que esse debate deveria ser ampliado. Há também aqueles que defendem na Câmara que essa proposta deva ser submetida a um plebiscito.

O deputado Emílio Teixeira, eu vou citá-lo, porque é um deputado muito conhecido, um deputado de 10 mandatos. É igual ao meu caso: se não tiver mérito, é por merecimento que a gente cita ele, mas o que é certo é que ele acha que a reforma deve ser submetida ao plebiscito. Já o relator pensa que não: pensa que deve ser submetida, depois de duas eleições, a um referendo, e isso aí deve ser objeto de muitos debates. Eu agradeço a paciência de todos, sobretudo, aqui dos ilustres membros dessa mesa, e diante do fato de estar realmente fora do Congresso esses quase dois anos já, um ano e oito meses, não me habilitaria muito. Porque veja bem, o Congresso, ele tem naquele seu dia a dia, é até temerário falar isso diante do que o presidente falou, que falam mal dos políticos aí, mas tem no seu dia a dia muita conversa, e é essa conversa que lhe

dá segurança, não é apenas esse relatório, não é o que se apresentou de emenda, não é isso. A conversa do Parlamento é que vai construindo algum consenso, e eu estou fora no momento. Meu suplente está lá; eu estou preocupado, porque ele está tomando um gosto danado. E o danado é um médico, Paulo Davim, e não é nem do PMDB, é do PV, mas está gostando demais. Eu digo: “*Meu Deus, deu as voltas em uma previdência, e esse cidadão, gostando desse jeito, que negócio foi esse que eu fiz.*”

Olha, desculpe a informalidade. Dr. Marcello Lavenère deve estar escandalizado. Tratar da reforma política desta maneira parece até que nós não estamos tratando de uma coisa que é absolutamente a mais séria, porque dizem que essa reforma política é a mãe de todas as reformas, só que ela precisa nascer para poder ser mãe. Então que o Brasil, só como palavra final, que o Brasil procure fazer essas reformas. Olhe, nós estamos aí com uma crise internacional, as soluções estão sendo dadas, o Governo está muito atento, mas a verdade é que nós precisamos construir um consenso para esta reforma. Quando se fala em reforma política, se dá o desencontro, nós ficamos diante do desencontro dos partidos. Quando se fala em reforma tributária, nós nos vemos diante das divergências entre os estados. Então vamos ter fé, o Brasil está mudando, e vai mudar, se Deus quiser, muito mais, porque quem está puxando tudo isso, a doutora que falou muito bem, a representante da Eletronorte, quem está puxando isso, quem está destravando isso é a ética. É a ética que vai nos levar a essa, realmente, marcha, caminhada vitoriosa pela reforma no Brasil. Muito obrigado.

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Quero registrar um agradecimento especial ao ministro Garibaldi Alves Filho, que em meio aos seus encargos, encontrou tempo para trazer aqui a sua experiência de parlamentar e político experiente, comentando sobre a questão eleitoral, trazendo a sua colaboração inestimável a este painel. Agradeço bastante a participação do senador, ministro da Previdência, Garibaldi. Dando sequência ao painel, cujo título, repito, é “A cultura ética como fator propulsor de uma reforma política”, passarei a palavra ao Dr. Márlon Reis. Nós sabemos que a promoção da ética e o combate à corrupção são duas faces de uma mesma moeda, são fatores complementares, e como disse aqui há pouco, o Dr. Márlon Reis, se aproveitando da sua experiência de juiz de Direito, e também de juiz eleitoral, há muito tempo articulou e se tornou fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; é também fundador e presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais. O Dr. Márlon Reis é membro do painel de Experts do *International IDEA, Institute for Democracy and Electoral Assistance*; e também é doutorando em Sociologia Jurídica em

Instituições Políticas na Universidade Zaragoza, na Espanha. Então, feita essa apresentação, é com satisfação que eu passo a palavra ao Dr. Márlon Reis para fazer a sua exposição no prazo de 30 minutos. Muito obrigado.

SR. MÁRLON REIS – Muito bom dia. Eu quero agradecer de início à organização desse Seminário Internacional Ética na Gestão pelo convite. Fiquei muito honrado, e faria todos os sacrifícios necessários para estar aqui presente. E quero saudar a cada um dos membros da mesa, Dr. Mauro Menezes, nosso moderador, ao ministro Garibaldi Alves Filho, ao meu amigo e companheiro de MCCE, Marcello Lavenère Machado, quero saudar a todos e a todas presentes. Eu trouxe aqui algumas reflexões que estão embasadas na maneira como pensamos a ética pública, e neste caso em particular, a ética na política, como elemento de análise do estado em que nos encontramos para uma possível reforma política. Mas também trouxe elementos que estão baseados em uma experiência, uma experiência de mobilização, que tem início no final da década de 90 com a aprovação da primeira das Leis de Iniciativa Popular do País, que foi a Lei nº 9.840, a lei que instituiu o mencionado artigo 41-A, a que fez alusão o ministro Garibaldi Alves Filho, que mudou a história do Direito Eleitoral Brasileiro, falaremos sobre isso rapidamente daqui a pouco.

Eu quero lastrear esses minutos que terei para a minha apresentação em três aspectos, três aspectos de uma ética na política, que não podem ser esquecidos: o primeiro, o da transparência; o segundo, o da igualdade; e o terceiro, o da liberdade de expressão. Penso que dentre inúmeros valores, esses três deverão ser sempre lembrados por qualquer reforma que se pretenda fazer, seriam três guias de natureza ética que poderiam nos levar a uma reforma política. E desde o início eu quero mencionar um pouco da experiência da caminhada da sociedade brasileira rumo à transformação das suas instituições democráticas. Essa experiência, ela se torna concreta, mas concreta em termos de mobilização, com a instituição em 2002 do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, o que é em síntese? Nada mais do que uma rede de organizações sociais, e não uma nova entidade, não se trata de uma ONG, como muitas vezes é apresentada pela imprensa, não se trata de uma fundação, de uma sociedade civil, é uma organização, é nada mais do que um movimento. Ser parte do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral reclama apenas que alguém deseja participar dele, como o próprio nome diz: é um movimento; é uma mobilização. São 52 as organizações nacionais que ingressaram nesse movimento. Entre elas está o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, outrora presidido pelo

nosso Marcello Lavenère; está a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; a Federação Nacional dos Jornalistas; a Associação dos Juizes Federais; a Associação dos Magistrados Brasileiros; grande número de organizações e confederações de trabalhadores; também conselhos profissionais, como é o caso dos engenheiros, como é o caso dos fisioterapeutas. Ou seja, há uma série de movimentos de base da sociedade que fazem parte dessa rede.

Daí, quando há pouco, e também menciono a representante da Eletronorte, quando ela mencionava o milhão de pessoas que participam dos debates, essa que é a ótica também do MCCE, como reunir nas discussões debates que sejam travados com as pessoas que de fato fazem o Brasil de verdade, no seu cotidiano. Essa é a lógica do movimento instituído em 2002, a partir daquela experiência concreta, que foi a aprovação da primeira lei de iniciativa popular conquistada no Brasil, a lei que ficou conhecida como Lei dos Bispos, a Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999, que acabou ganhando aquele apelido por conta do fato de o movimento que a criou haver sido hegemônico pela Igreja Católica, já que partiu, inclusive de uma Campanha da Fraternidade realizada em 96 com o tema fraternidade política. Essa campanha da fraternidade, eu digo, ela nunca acabou, porque ela acabou se transformando em lei, que mudou a essência do Direito Brasileiro, do Direito Eleitoral.

Como juiz eleitoral eu posso afirmar a experiência de um antes e um depois: o Direito Eleitoral não era creditado como algo minimamente viável e válido, era visto como uma pantomima, um simulacro de direito, que tinha, na verdade, por objetivo apenas exteriorizar as normas básicas para contagem de votos, e nisso a justiça eleitoral vem se esmerando há muito tempo, mas que esquecia um dos aspectos mais importantes, que é o da igualdade nas disputas, reprimindo o abuso de poder. Então antes nós não tínhamos quase nenhum episódio, por exemplo, de alguém sancionado pela justiça eleitoral, por haver abusado do poder econômico. Como exceção, me lembro, ministro Garibaldi, do caso do então senador Mão Santa, que, foi uma exceção, em 1998 acabou cassado por abuso de poder econômico. Mas ele pode ser apontado como uma exceção, porque eram pouquíssimos os casos que aconteciam e geralmente envolviam inclusive perda de prazos por algum advogado, porque a lógica era exigir-se o trânsito em julgado, apresentarem-se uma série interminável de recursos que faziam se exigir a prova do impacto do fato no resultado do pleito.

O certo é que uma série de mecanismos fazia que no final nós não tivéssemos aplicação de sanção alguma, até que veio a Lei nº 9.840 e mudou esse cenário: trouxe a necessidade para que houvesse a perda de mandato da

compra ou tentativa de compra de um só voto, como aconteceu no caso Caixa D'água lá em Jussiape, na Bahia, em que o prefeito eleito, com uma grande maioria, foi depois mandar retirar da casa de uma eleitora uma caixa d'água que ele havia doado durante a campanha, e que já estava instalada, diga-se de passagem. Mas por que ele mandou tirar? Ela pediu a caixa d'água durante a campanha. Ele deu, autorizou que ela retirasse no comércio local, inclusive havia até prova documental, que era uma nota fiscal, da nota recebida em nome dele, e recebida por ela, no comércio.

E a discussão não era se ele havia dado ou não, a discussão era: ora, ele deu uma caixa d'água e ganhou com mais de três mil votos de diferença. O juiz eleitoral entendeu que não houve resultado no impacto do resultado do pleito e manteve o mandato, o TRE fez o mesmo, e, em 2001, o Tribunal Superior Eleitoral, sobre o relato do ministro Fernando Neves, deu uma decisão que entraria para a história das nossas instituições democráticas: afirmou que a lei de iniciativa popular não reclamava impacto no resultado do pleito para a sua aplicação, mas tão só a prova da compra do voto. Ora, se a compra do voto aconteceu, então dá-se a perda do mandato. E pela primeira vez, em 2001, se tomou essa decisão, no caso antológico que ficou conhecido como caso Caixa D'água.

Esse caso Caixa D'água é curioso, porque o promotor eleitoral só descobriu que houve essa entrega porque a eleitora, depois que a caixa d'água foi retirada da casa dela, foi reclamar ao Ministério Público: "*Não, porque houve uma violação eleitoral.*" Nada disso, eu acho que ela imaginou como se estivesse indo ao Procon: "*Ora, mas eu dei meu voto, eu quero minha caixa d'água de volta, promotor.*" Era isso que ela queria com o promotor, que ele intercesse para que a caixa d'água fosse devolvida. Ele viu ali uma grave violação eleitoral e acabou mudando o resultado, o seu destino, mudando o destino do prefeito ao ajuizar a competente representação por compra de votos, ou captação ilícita de sufrágio, como diz a lei. Esse caso é tão importante, eu acabei de contá-lo, sexta-feira, no México, porque no México eles estão, participei, a convite do Tribunal Eleitoral da Federação, de um debate sobre a última eleição presidencial, em que uma das conclusões do Tribunal Eleitoral da Federação Mexicana foi de que não era possível discutir a eleição do presidente Peña Nieto, recentemente eleito, porque não havia provas de que eventuais compras de votos houvessem influído no resultado do pleito. E eu contei no auditório do Tribunal Eleitoral da Federação Mexicana esse exemplo, Caixa D'água, para dizer que entre nós, isso não seria obstáculo, porque no Brasil não mais se observa essa necessidade.

O resultado é que, por conta disso, um país que não tinha casos de cassação por desvios eleitorais passou a tê-los, e muitos a ponto de cinco governadores já haverem perdido mandato, dois senadores da República e alguns deputados federais. Em um total, até 2009, que foi a última vez que eu fiz uma pesquisa sobre o número de pessoas atingidas, eram 679 pessoas destituídas dos seus mandatos, majoritariamente prefeitos, vices e vereadores. Mas, como mencionei, até governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais. Um deles, em Alagoas, passava um cartão magnético para os eleitores e dizia que eles deveriam passar aquele cartão magnético sobre a urna, e que esse cartão teria o dom miraculoso de assimilar os dados que estavam na urna, e com isso ele teria uma comprovação sobre se a pessoa votou ou não nele. Então ele pagava 30 reais com a apresentação do cartão, ele fingia que estava: “*É, realmente, você votou.*” Pagava-se 30 reais.

Então nós vimos situações das mais ridículas mesmo; alguns são muitos jocosos até, são até bem mais engraçados que isso, mas não temos tempo para um relato mais pormenorizado sobre esse episódio tão importante. O certo é que ele rendeu à unidade de organizações que, por conta dessa experiência de aproximação, formaram o MCCE em 2002. Então o MCCE é cria de uma lei de iniciativa popular, e depois essa cria, ela será capaz de potencializar ainda mais a unidade que já havia surgido, e seria essa cria que provocaria outra, o nascimento já de um neto da Lei dos Bispos, que é a Lei da Ficha Limpa. A Lei da Ficha Limpa foi engendrada justamente nesse contexto de mobilização social, de organização, de reflexão sobre o que era necessário mudar. E ela vem justamente para instituir uma nova lógica no modelo de inelegibilidades: a sociedade tem o direito, e a constituição afirma, de limitar as candidaturas que representem algum grau de risco, risco institucional. A Lei da Ficha Limpa nada mais faz do que reconhecer a existência, em certas candidaturas, de um risco institucional, e ela não faz isso de maneira casuística, olhando para este ou para aquele candidato, ela faz isso de uma maneira abstrata.

A sociedade não deseja, e a lei o afirma, que pessoas que estejam nessa ou naquela circunstâncias estejam figurando entre os candidatos, assim nos expressamente autoriza agir o parágrafo 9º do artigo 14 da Constituição. Lamentavelmente, o dispositivo que falava sobre a lei que viesse a considerar a vida pregressa dos candidatos como fator gerador de inelegibilidade estava presente na Constituição desde 1994, quando foi aprovada uma emenda constitucional com esse teor, que por sua vez foi motivada por aquele famoso episódio dos Anões, da Máfia do Orçamento. E o Congresso aprovou essa medida com a finalidade de agregar moralidade e probidade às eleições, mas não editou a

lei correspondente. Ficou a autorização constitucional, mas o Congresso não editou ali. Veio a fazê-lo quando? Quando a sociedade finalmente decidiu que não era mais possível esperar, se organizou, foi às ruas, debateu isso em igrejas, escolas, associações, na universidade, em todo lugar. Eu mesmo andei por grande parte do País participando de debates com pessoas de todas as formações.

E é bom dizer, aqui nós temos vários juristas presentes, e como é um grande exemplo deles, o do Marcello Lavenère, nós podemos sair, dizer que nós saímos perdendo no debate do meio jurídico porque havia uma tese de que esse projeto era inconstitucional, e nós dizíamos, em algum momento eu pensava comigo mesmo: “Nossa, nós estamos arriscando até a nossa reputação se nós não conseguirmos convencer o País de que nós não estamos tratando de direito penal.” Em algum momento eu estive em auditórios, especialmente de juristas, que eram auditórios hostis, onde a maioria das pessoas afirmava que não era possível uma lei com esse teor. Mas é assim que as transformações são feitas, e é por isso que eu dei tanta importância à presença aqui hoje, porque não há como tratar disso no plano da normatividade pura. Nós estamos tratando de ética, e ética é algo que se constrói. Ética não só se aprende, mas ela também se desenvolve. E essa ética política, ela foi sendo desenvolvida ao longo de uma campanha de base, a ponto de aquela tese, que era amplamente minoritária, e nós podemos ver isso no julgamento do Supremo Tribunal Federal ocorrido em 2008, em que a tese da presença da presunção de inocência como elemento limitador do estabelecimento de inelegibilidade se preponderou no STF por nove a dois. Nós podemos ver que o debate, como foi mudado na base, e hoje os auditórios que eram hostis, hoje eles são extremamente favoráveis, porque o tema foi compreendido, de que nós não estávamos pregando nenhuma violação de direitos humanos; pelo contrário, ao afirmar que a presunção de inocência não se aplica ao direito eleitoral, nós estamos reafirmando o princípio da produção de inocência como um cano do direito penal. Então nós somos defensores desse princípio, mas onde deve ser aplicado, que é no campo penal.

E após isso, é justamente essa vitória, de baixo para cima, que vai explicar que, depois, em 2012, no começo desse ano, passados quatro anos após uma decisão em que por nove a dois se disse o contrário, o mesmo Supremo Tribunal Federal, por sete votos a quatro, viesse a reconhecer que a presunção de inocência não impede o estabelecimento de inelegibilidades baseadas em condenações não transitadas em julgado. E é justamente essa história que eu queria introdutoriamente colocar para passar para o terceiro e último ponto da minha manifestação aqui, é que a reforma política...

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Márлон, eu pediria só um instante. Desculpa a interrupção. O ministro Garibaldi acaba de me avisar que tem um compromisso institucional, assinatura de um acordo de cooperação internacional, e pede para fazer algumas palavras de despedida. Devolverei a palavra ao senhor em seguida.

SR. GARIBALDI ALVES FILHO (ministro da Previdência Social) – Eu já iniciei aqui com uma gafe, não tenho mais constrangimento não. Mas o que acontece é o seguinte, eu posso invocar o testemunho do nosso presidente, porque eu avisei que às 11h eu teria uma solenidade no ministério, de assinatura de um acordo de cooperação, um Acordo Internacional de Cooperação com a Coréia do Sul, e lá está o embaixador da Coréia do Sul me esperando, porque eu já disse: olha, vamos partir aqui para uma solução, o secretário executivo do ministério me representa. Mas todos os papéis estão no meu nome, todo o acordo já foi tecido em torno do meu nome, a assinatura tem que ser a minha. Então eu peço mil desculpas, meu maior constrangimento é realmente deixar de ouvir a conclusão do Dr. Márлон e ouvir o Dr. Marcello Lavenère, mas não de compreender que eu não posso, em uma altura dessas, por em risco um acordo internacional. Então é a ética que me leva a ir também.

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Bem compreendido, ministro. Muito obrigado pela participação.

SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Desculpe.

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Inovando as escusas ao ilustre palestrante, eu devolvo a palavra ao Dr. Márлон.

SR. MÁRLON REIS – Eu mencionava que nesse terceiro e último bloco de reflexão das minhas palavras, eu considerarei aqueles três aspectos que, a meu ver, estão presentes em tudo que o MCCE fez até agora, estão presentes em todas as preocupações do movimento: transparência, igualdade e liberdade de expressão. A transparência, ela precisa estar presente na reforma política. Ela, se eu pudesse dizer qual o maior defeito do nosso sistema eleitoral, que é um sistema caduco, um sistema que não representa, não significa mais aquilo que ele deveria significar, que é o filtro pelo meio do qual os votos são convertidos em cadeiras nos parlamentos, com a legitimidade, com a representação proporcional que merece. Isso foi perdido no tempo, pelo fato de que o Brasil se transformou em um País que está há anos luz daquele País que era quando esse sistema foi desenhado, inicialmente na década de 30.

Esse sistema que vigora entre nós com poucas mudanças desde então, ele não mais serve à complexidade de um País que mudou de uma maneira tão extrema, como todos nós sabemos, em todos os campos, o campo da economia, o campo da alfabetização, inclusive o campo da presença da mulher na vida pública. Em todos esses campos, e muitos outros em que o Brasil mudou tanto, esses campos não estão mais contemplados por um modelo ultrapassado, um sistema que não serve mais ao País. E é por isso que é uma constatação unânime, a reforma política é urgente. Não há quem não concorde com isso, a não ser alguém que esteja muito bem contemplado pelo modelo vigente, que são poucos, e que estão calados, porque não virão a público dizê-lo. Mas entre nós, é unânime isso, é pacífico, porque não há como manter o modelo como ele é. E se eu pudesse apontar qual é o maior defeito desse modelo, eu diria que é a falta de transparência: nós não sabemos o que estamos fazendo, nós não sabemos o efeito do nosso voto, porque o voto dado naquele sistema mencionado pelo ministro Garibaldi, ele pode ser dado a um e aproveitar a outro; falta transparência no processo. O eleitor, só os líderes partidários mais experientes têm uma noção concreta do resultado do voto, ou os *experts* em direito eleitoral, mas é impossível que o homem e a mulher medianos sejam capazes de ter uma noção exata daquilo que estão fazendo ao votar, então peca por transparência o modelo de votação.

Agora vamos falar do sistema de financiamento. Já diante da limitação do tempo, eu vou me deter ao sistema de financiamento. Em maio deste ano, dia oito de maio, baixei um provimento na minha 58ª Zona Eleitoral do Maranhão, que envolve pouco mais de 50 mil pessoas, dos municípios, muito pequenos, de João Lisboa, onde eu trabalho, Buritirana e Senador La Rocque. Baixei um provimento que dizia que a Lei de Acesso à Informação exigia que os nomes dos doadores fossem informados antes do pleito, e não depois, como diz a lei eleitoral. Considerei que a Lei de Acesso à Informação revogava nesse aspecto a lei das eleições, porque o acesso, eu considerei essa lei, uma lei especial, em termos de acesso à informação, e portanto revogava disposições em contrário. Além disso, é lei mais nova, além disso, vem expressamente escorada pela Constituição, que alberga o princípio da publicidade ou da transparência.

Com base nesses elementos, eu determinei, eu informei, na verdade, que por aplicação da Constituição e da Lei de Acesso à Informação, os nossos candidatos daquelas três pequenas cidades teriam que fazer a indicação expressa dos nomes daqueles que doavam para os seus comitês, para as suas campanhas, antes do pleito, e isso foi recebido, até poderia dizer que com alegria, por setores esclarecidos na sociedade. A imprensa livre logo veio com uma

matéria muito bonita do Fernando na Folha de São Paulo, e, de repente, um jornal eletrônico especializado na área do direito, o Conjur, deu um destaque a essa decisão. E aí uma série de colegas começou a seguir o exemplo em vários estados, Tocantins, Paraná, Amazonas, Mato Grosso e outros, e até que no dia 24 de agosto o Tribunal Superior Eleitoral decidiu fazer o mesmo.

E nós tivemos nessa eleição de 2012, pela primeira vez, a apresentação dos nomes dos doadores de campanhas antes do pleito. Foi possível, os meios de comunicação tiveram liberdade para analisar, descobriram que havia pessoas que, por exemplo, tinham entre os doadores praticamente só empreiteiras; outros estavam bancados. E aí vem o problema, pelos seus partidos políticos, ora, os meus partidos que se queixam de falta de recurso para a manutenção de suas atividades apresentaram, de repente, milhões de reais para bancar as campanhas dos candidatos, principalmente das maiores cidades. Como disse uma matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 10 de novembro: “*Doações ocultas representam 70% da arrecadação.*” No dia 8 de novembro, O Globo havia publicado: “*Eleições - Campanhas foram marcadas por doações ocultas; financiadores preferiram esconder sua identidade para evitar sua associação a possíveis casos de corrupção.*” Veja bem, ora, mas os nomes não deveriam ser revelados com base na Lei de Acesso à Informação? Como era possível as doações ocultas? Isso se tornou possível, porque uma norma aprovada em 2009, por uma reforma eleitoral, a meu ver, que não beneficiou o País, ela veio permitir que os partidos transferissem para os candidatos verbas obtidas de pessoas físicas e jurídicas, e isso foi autorizado pela Lei nº 12.034/2009.

O que acontece é que, em lugar de doar para o candidato, expondo o seu nome, as empresas, e certas pessoas, passaram a doar para o partido, e o partido doava para o candidato, com a vantagem de que aparecia na prestação de contas do candidato doação proveniente do partido. A prestação de contas é onde aparecerá o nome do doador para o partido; só virá no dia 30 de abril do ano seguinte, que é do ano que vem, quando estaremos longe das eleições, e não terá mais impacto saber quem doou para esses candidatos. Então nós precisamos acabar com essas mazelas que estão presentes na nossa legislação, e isso é, para não dizer outra coisa, está aquém até da nossa inteligência, subestima a inteligência, a nossa inteligência, como membros dessa sociedade.

Nós não podemos tolerar esse tipo de coisa. Alguém que queira ser candidato deve estar minimamente preparado para permitir que as pessoas saibam quem está bancando suas campanhas, ou então não tem o que fazer na vida pública. É uma opção; ninguém é obrigado a receber dinheiro dessa ou

daquela empresa. Mas se não tiver disposto a revelar, por que quer ir para a vida pública? Pode adotar outra postura. Essa, no plano da transparência, eu situaria isso. No plano da igualdade, nós temos que voltar ainda mais os nossos olhos para a repressão ao abuso de poder político e econômico que continua acontecendo. Precisamos debelar, de uma vez por todas, essas distorções. Mas eu chamaria atenção com destaque para um fator de desigualdade que nós temos presente no Brasil e com isso eu até homenageio uma pessoa que está aqui presente, que é uma das maiores batalhadoras nessa luta, que é a professora Maria Tereza Cunha, lá de Curitiba, que está aqui presente, que tem obstinadamente lutado pela causa da inclusão da mulher na política.

Nós estamos em um País que tem números que nos envergonham no plano internacional sobre a presença da mulher na política. Geralmente quando eu falo isso: *“Ah, mas nós temos até na Presidência uma mulher.”* Sim, mas nós estamos falando da política em geral. Vamos ver os nossos números: nós temos menos de 10% das mulheres no Parlamento, situação que nos coloca na posição em torno da 140^a no mundo; nós perdemos até para países mulçumanos, como o Yemen e Marrocos. Isso é considerado em fóruns internacionais.

Esse ano mesmo e foi até a própria professora Maria Tereza quem me enviou por *e-mail* uma discussão que aconteceu no âmbito das Nações Unidas, em que o Brasil foi lembrado por esses números e as pessoas perguntavam o que está se passando com o País que quer ser no cenário internacional aquilo que ele deseja, aquilo que ele afirma e que tem uma relação dessa. E no Paraná, onde estive a convite da própria professora Maria Tereza, participei, eu pedi que mulheres que eram líderes partidárias de várias orientações participassem comigo de uma reunião, que eu queria sondá-las sobre o que poderia estar acontecendo. Ouvei coisas impressionantes, como o relato de uma candidata que dizia: *“Olha, o candidato a deputado do meu partido tinha dinheiro para fazer um jantar imenso, dado pelo partido e eu ficava na porta do jantar esperando as pessoas saírem para entregar o meu panfleto.”*

A outra simplesmente ajudou a fundar um Diretório Estadual de um partido dos mais importantes do Paraná, ajudou a eleger um prefeito em Curitiba, um governador e quando ela finalmente foi, depois de três campanhas em que ela teve muitos votos, não foi eleita, mas colaborou para gerar o coeficiente necessário para a eleição de muitos homens. Ela foi convidada para ser coordenadora da campanha de um candidato a senador. Ele foi eleito e, após a eleição dele, ela desistiu da vida pública, desistiu de participar, saiu do partido e disse: *“Não participo mais.”* Eu falei: *“Mas, como? Ainda mais*

depois de uma campanha vitoriosa que a senhora coordenou.” Ela: “Justamente por isso, porque lá eu vi que apoio um homem que recebia do partido. Os mesmos que eles diziam que o partido não tinha, porque quando eu falava: Mas o partido não tem isso para dar, mas participando da campanha dele eu vi tudo.” Ela falando. Ela disse: “No dia que foi proclamado o resultado da eleição e que ele foi eleito senador da República, eu desisti da vida pública, porque eu vi durante toda a campanha sobrar aquilo que o meu partido dizia para mim que o partido não tinha.” E assim se constrói a desigualdade que não é natural. Não é porque a mulher não queira participar e nenhum desses outros mitos, é uma desigualdade cultural e, portanto, de desvio ético e é disso que nós estamos falando e que pode ser confrontado em uma eventual reforma política. Tem que ser lembrado esse tema, para que seja promovida a inclusão política da mulher.

E por fim e bem rapidamente eu menciono aqui a necessidade de liberdade de expressão. Esse ano o TSE tomou uma decisão que eu respeito, mas mesmo tendo o direito à liberdade de opinião de impedir o uso do *Twitter* antes das campanhas. As redes sociais, elas têm que ser completamente livres; nós não podemos pretender controlar as redes sociais para a discussão política em qualquer nível, porque primeiro, elas são grátis, gratuitas, portanto elas propiciam o acesso igualitário a quem quer que seja. Há várias outras razões para isso, mas é que se nós imaginarmos que a Justiça Eleitoral deve ter uma visão policialesca sobre o que as outras pessoas falam, nós vamos estar construindo, daqui a pouco, um Estado semelhante aos poucos outros países que também têm normas iguais, como é o caso da China e do Irã, que também buscam policiar as redes sociais.

Nós temos que simplesmente, e por simplesmente, desalgemar as redes sociais para o debate político e pronto. E vamos deixar que as pessoas tirem suas próprias conclusões, porque não há espaço para a política atrasada nessas redes, já que os patronos, aqueles da política mais antiga, sequer participam, porque eles não têm como, porque eles sofrem. Em vez de conseguirem espaço, eles sofrem as consequências desse nível que é, desse ambiente que é um ambiente esclarecido por natureza. Então nós precisamos liberar as redes sociais. Nós temos hoje também, em outro campo, blogueiros multados em centenas de milhares de reais por haverem emitido uma opinião.

Não faz sentido que muitas eleitorais vão para um cidadão que emite uma opinião em um blog, que as muitas eleitorais fiquem para candidatos: *“Ah, mas alguém vai utilizar de terceira interposta pessoa.”* Pois então, mas nós não

podemos, em nome de uma proteção de candidatos, impedir a livre expressão. Esses ambientes são por natureza livres e se alguém cometer um crime porque postou algo que sabia falso que responda no âmbito penal, mas utilizar medidas de sanção tipicamente eleitorais, como essas das multas para blogueiros, não faz sentido. Então era o terceiro ponto que eu queria mencionar e com isso eu encerro a transparência, a igualdade e a liberdade de expressão. A meu ver, devem ser os carros-chefes da reforma eleitoral. Obrigado.

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Bem, cumprimentando Dr. Márlon Reis, antes de mais nada, eu anuncio aos participantes do Seminário que as recepcionistas estão à disposição de cada um dos colegas, dos participantes para recolherem perguntas escritas que poderão ser dirigidas à mesa e entregues aos painelistas. Ao final da exposição do Dr. Marcello Lavenère, as perguntas serão respondidas uma a uma. Outro aviso que também registro é de que o *brunch* será servido às 14h30, portanto teremos tempo, felizmente, teremos tempo suficiente para ouvir a exposição do Dr. Marcello e também propiciar aos painelistas que respondam às perguntas dirigidas. Eu gostaria aqui de cumprimentar com especial reverência a brilhante palestra do Dr. Márlon Reis, a oportunidade que nos deu, não apenas de mencionar o seu trabalho e a sua visão privilegiada quanto ao combate à corrupção eleitoral, mas a outros temas relacionados à matéria eleitoral, sempre impregnados da ética, como veto principal da análise que faz. Passo agora a palavra ao advogado e professor Marcello Lavenère Machado, que, como ex-presidente do Conselho Federal da OAB, integra o Conselho Federal como membro vitalício. Dr. Marcello é advogado e consultor aqui em Brasília. Todos sabem alagoano, mas radicado aqui em Brasília há muito tempo. É professor de Direito Civil da Universidade de Brasília, professor da Escola Superior do Ministério Público e foi um operoso presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então com muita satisfação eu transmito a palavra a esse advogado exemplar que nos inspira, Dr. Marcello Lavenère. Por favor, 30 minutos para a sua exposição.

SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Muito obrigado. Obrigado Dr. Mauro. Quero iniciar a minha intervenção nesse Seminário com duas homenagens, uma ao ministro Humberto Gomes de Barros, que se destacou não por ser ministro, mas por ser um cidadão dotado de humanidade, como foi dito na homenagem que foi feita a ele. Eu estou falando dos ministros dos tribunais, mas eu também poderia dizer isso do ministro Garibaldi, que apesar de ministro não era arrogante, homem simples, um nordestino que tem uma simpatia natural.

Para mim a segunda homenagem devida e justa, não é por ser primeira ou segunda, mas é homenagear o nosso querido e insubstituível advogado Modesto da Silveira, que é o ícone da defesa dos direitos dos perseguidos políticos pela Ditadura Militar. O Dr. Modesto da Silveira durante muitos anos da sua vida enfrentou as botas, as baionetas. Acaba de ser homenageado no Conselho Federal da OAB por ter, não se ter intimidado diante de tantas violações aos direitos humanos, à Constituição e à cidadania, de modo que na pessoa do Dr. Modesto cumprimento não somente todos que lutaram nessa ocasião como também os membros da Comissão de Ética e inclusive o presidente e os demais membros que estão aqui no nosso Seminário.

Feito esses dois registros, quero dizer que eu estou enfrentando três dificuldades. A primeira dificuldade é a minha natural incompetência; a segunda, nessa matéria. Até posso imaginar que outras coisas eu poderia até dizer que, não diria isso, mas não sou nenhum especialista em política como é o ministro Garibaldi, nem em Direito Eleitoral, porque tenho aqui a minha direita o Dr. Márlon, que é um dos maiores especialistas do mundo nessa matéria, reconhecido fora do Brasil. E a terceira dificuldade, a primeira dificuldade é essa, a segunda dificuldade é de falar depois do Márlon que, o que é que eu vou dizer agora Márlon? Isso não foi justo. Me arrependo, Dr. Márlon, de ter dito: “*Não, pode deixar o Márlon falar, depois eu falo.*” Eu devia ter feito o contrário. E a terceira dificuldade é de me colocar em uma posição de estar disputando com a fome de vocês, quer dizer, todo mundo pensando no *brunch*, que tenho certeza será da maior qualidade e enquanto isso nós estamos aqui ainda para ouvir mais um terceiro orador.

Mas, registradas essas dificuldades, eu quero dizer que vocês, mulheres e homens, aqui presentes enfrentam dificuldades muito maiores do que essas minhas, porque vocês têm veleidade, têm a presunção de serem portadores de uma mensagem de ética em uma sociedade que não tem ética. Imaginem que dificuldade seria, seria não, que dificuldade é essa de todos aqui que estão comprometidos em instaurar uma sociedade ética, instalar valores da ética, da consciência moral coletiva, do *ethos* do norte da nossa sociedade. Uma sociedade que historicamente é reconhecida como avessa a esses valores, e não de agora. Podemos citar Raimundo Faoro e até falei daqui a pouco, porque é uma das pessoas que melhor examinaram essa “natural” disposição da formação histórica do Brasil patrimonialista contra uma visão republicana de *res publica* de que já falava Cícero em Roma, em contrapartida à *res* privada.

De modo que eu queria dizer a vocês que eu estou aqui e constato uma primeira coisa. Tenho falado muito para estudantes. Fui professor; hoje não, estou aposentado. Tenho falado para estudantes, para jovens advogados, tenho falado para plateias em que os cabelos brancos são poucos e aqui vejo que os meus colegas de cabelos brancos ou sem cabelo estão presentes aqui de uma maneira mais densa, de uma maneira mais presente, ou seja, estou diante de pessoas que têm experiências de vida, estou diante de pessoas que já passaram por muitas dificuldades, estou diante de pessoas que têm, sim, uma possibilidade de falar com o conhecimento de causa das dificuldades, pessoas que têm a obrigação de transmitir para aqueles jovens que cantaram aqui, prejudicados pelo sistema de som, não tenho nada contra a aparelhagem sonora do nosso ambiente, mas que ficou enormemente prejudicada pela diferença de intensidade sonora entre a voz dos magrinhos cantores e cantoras da Escola de Música de Brasília e um pouco da altura do som.

Pois bem, nós que já estamos passados dos 30 anos de idade, dos 35, eu já passei dos 35, dos 40 anos de idade, não é Dr. Modesto, nós que já passamos dessa idade, nós temos a responsabilidade de entregar para essa juventude que está chegando, para essa infância que está chegando, um País cada vez melhor. Eu não tenho dúvida de que nós vamos entregar um País cada vez melhor, eu não tenho a visão pessimista em relação ao que vocês querem fazer, apesar de reconhecer que o que vocês querem fazer é extremamente difícil e extremamente exigente. Lembro que quando há muitos anos se falava em preservação do meio ambiente, em proteção do meio ambiente, essas pessoas eram chamadas de *ecochatos*, porque eram insistentes, pior do que, uma expressão que usamos na minha terra, pulga no cós, no cós da calça, a pulga no cós da calça é terrível, é difícil de tirar, remover, fica ali nos mordendo. Os *ecochatos* eram tão chatos que até se tornavam muitas vezes antipáticos. Em 20 anos mudaram o mundo, e hoje ninguém tem coragem de chamar nenhuma pessoa que se dispõe a dizer: “*Olha, tem que preservar o meio ambiente.*” Ninguém ri, ninguém faz chacota, ninguém faz zombaria.

Pois bem, de modo que, juntamente, parecidos com os *ecochatos*, tivemos também os que defendiam o Direito do Consumidor. Há pouco tempo quem falava em Direito do Consumidor? Quem comprava um liquidificador e quebrava o liquidificador, ficava por isso mesmo, perdia o voo de avião, porque o voo não chegou ou porque havia *overbooking*, ninguém falava nisso. Duvido que alguém hoje faça zombaria quando se diz que o consumidor tem direitos. E direitos até mais extensos do que os que o cidadão comum tem do que não é consumidor. O Código de Proteção aos Direitos do Consumidor é muito avançado do que o velho, o Código Civil, mesmo que o nosso seja de 2000.

De modo que, então, a exemplo dos *ecochatos*, a exemplo daqueles que defenderam e que defendem o direito do consumidor e que foram vitoriosos. Por que os defensores da ética também não podem ser vitoriosos? Por que nós teríamos que entender que essa história de ética é de mentirinha? Será que nas empresas em que vocês trabalham, dessas redes muito importantes das Comissões de Ética, será que nos ministérios em que vocês têm inserção, será que nas estruturas administrativas os seus colegas não dizem: “*Esse cara da Comissão de Ética está aqui é para encher o saco...*” Perdão. “*É para incomodar a gente.*” Que história é essa? Será que as Comissões de Ética são valorizadas como deveriam ser? É preciso, então, que a gente tenha proficiência de ter, assim, também o meio ambiente era defendido por pessoas que eram desacreditadas, assim também o Direito do Consumidor era defendido por pessoas desacreditadas e o Márton disse certo e assim mesmo as mulheres há pouco tempo eram ridicularizadas, não sabiam dirigir carro, motorista de fogão. Quem é o machista hoje que tem coragem de dizer isso? Não tem coragem e tem consciência de que o que se dizia era de uma injustiça flagrante.

De modo que eu trago uma mensagem de desafio, nessa minha primeira intervenção aqui nesse Seminário: a de que reconheço a grande dificuldade que vocês devem encontrar para falar de ética. *Éticochatos*, porque cada vez que uma pessoa dessa Comissão, dessas Comissões, dessas redes, que eu sei que existem, começa a falar nisso, começa a aparecer que quer atrapalhar o desenvolvimento. Então eu tenho uma hidroelétrica, já que se fala muito da Eletronorte, eu tenho uma hidroelétrica e tem que ser feita, mas tem que cuidar do meio ambiente, tem que cuidar dos indígenas, tem que cuidar de, está impedindo o desenvolvimento. Quem quer facilitar licitações, quem quer facilitar os contratos, quem quer passar por cima de algumas coisas, quem quer achar que o ministro deve andar no carro do empresário que tem um contrato com o seu ministério, que deve aceitar que o juiz de Direito seja pago para viajar para a Europa para fazer uma palestra na Europa por uma empresa que tem questões no seu tribunal. Finalmente aqueles que alertam para isso têm dificuldade, portanto, de serem éticochatos, mas tenho certeza de que vocês não têm medo disso, porque se uma coisa deve estar na cabeça e nos corações de cada um de vocês é a consciência de que a única doença que vocês podem ter é transtorno obsessivo compulsivo pela ética.

Não há nenhum defensor dos direitos humanos, não há nenhum defensor da causa das mulheres, não há nenhum defensor das causas raciais que não seja radical nas suas convicções. Aqueles que militam, que trabalham com a ética, hão também de ter essa radicalidade, esse transtorno obsessivo de que

nada pode prevalecer, nada pode caminhar sem que nós tenhamos ética. Nem reforma política, nem eleições, nem a democracia brasileira pode viver sem essa ética. Mas também reconheço que é difícil essa ética, por quê? Porque as nossas origens históricas ditadas por tantos pensadores e eu quero me referir basicamente a Raimundo Faoro, que mostrou com mais clareza essa raiz histórica patrimonialista da nossa gestão pública, ou gestão simuladamente pública, uma gestão que nós hoje defendemos. Queremos uma Polícia Federal Republicana, queremos uma Justiça Eleitoral Republicana, queremos uma Administração Republicana por oposição a tudo aquilo que é da *res* privada, de confundir o público com o privado, o espaço público com o espaço privado, o que é um traço atávico nosso, das origens da nossa formação.

A filosofia, o pensamento, o *ethos*, a ética da sociedade colonial brasileira, era nesse sentido de que manda quem pode mandar por direito próprio, manda quem tem patrimônio, manda quem é senhor de terras, manda quem é senhor de escravos, porque naturalmente a ele a natureza, Deus, sei lá o quê, a sorte, o azar, a álea, fez que ele fosse o mandante natural e tem um mandante natural e eu obedeço. Essa reverência patrimonialista de reconhecer nesse que é o titular do patrimônio a capacidade de liderança e de mando e de governo foi um traço muito marcado que vai dar muito trabalho de nós extirparmos do nosso *ethos*, da nossa ética, da nossa consciência política, moral, política no sentido da pólis, da civilização, da cidade. De modo que esse primeiro viés de se reconhecer naturalmente o chefe, se reconhecer naturalmente o mandante, o governante, faz que esse governante pense assim: “*Eu estou aqui porque tenho direito a isso. Eu sou o chefe político, eu sou o barão das terras, eu sou o latifundiário, eu sou o prefeito desse pequeno município.*” Porque é muito bom discutir ética aqui em Brasília. Para discutir ética no interior da Maranhão, perdão doutor. A não ser que seja nas comarcas do Dr. juiz Márlon. No interior do meu estado, cheio de usineiro com milícia privada, cheio de usineiro que não dá bola para a Justiça do Trabalho não, ele tem um vigia que elimina quem chateia a paciência dele. De modo que vá falar de ética nesses lugares. Por quê? Porque na nossa formação histórica, os latifundiários, os barões, os ricos, se bem que o traço não é só econômico, o Faoro analisa bem isso.

Essas pessoas se consideram com direito a mandar, porque são naturais mandantes e se for natural mandante nessa estrutura política, nessa estrutura pública, eu, porque tenho patrimônio, posso administrar o patrimônio público, ora, esses dois patrimônios, o meu que me dá esse direito e o patrimônio público. Onde está a linha divisória? Não está, não tem linha divisória, pro-

curou e não achou, como a linha do Equador, ninguém sabe onde está a linha do Equador, mas existe. Há uma linha divisória? Há. E então o que acontece é que, desde essas origens, os nossos administradores, os nossos gestores públicos não eram tão públicos assim, eram gestores públicos que confundiam patrimônio, o espaço público com o espaço privado, o patrimônio da prefeitura com o patrimônio pessoal, o patrimônio da empresa com o patrimônio do estado. Prefeitos e governadores e outros mais começaram, se comportaram dessa forma, sem ter uma atitude ética, sem ter uma atitude republicana de *res publica* no sentido que Cícero falava já depois de Platão e Aristóteles.

Pois bem, de modo que reconhecer esse viés difícil da nossa origem não significa entregar os pontos, de maneira nenhuma, significa ter consciência de que nós temos que romper com isso, significa que nós... A convicção de que cada vez mais nós temos que nos aferrar a isso, e devo reconhecer que não adiro a essa versão que muitas vezes nós ouvimos de dizer assim, de alguém que diz: *“Mas agora está se roubando muito mais do que antes, agora tem mais ladrão do que antes. As ilicitudes, as delinquências nessa área da corrupção são maiores do que antes.”* Não acredito que sejam assim, não acredito. Acredito que nós estamos tendo a possibilidade de maior visibilidade, como diz o Márlon, maior transparência nas nossas relações. Então antes essas coisas todas eram feitas e naturalmente eram aceitas. Quantas vezes jovem advogado no meu estado discutia com inquilinos a quem o dono da casa, da pequena casa, do apartamento, do pequeno sítio, mandava que saísse. Ele tinha um contrato e ele dizia: *“Não, eu vou sair porque a casa é dele.”* *“Rapaz você tem um contrato, lhe asseguro, você não pode sair assim, tem que ter uma ação de despejo e só pode haver a declaração de despejo em determinada circunstância.”* *“Não doutor, a casa é dele e eu não vou me, não vou alegar nenhum direito meu como inquilino diante do direito plenipotenciário da propriedade.”* Então aquilo que era entendido muitas vezes como algo que não devia se reclamar, algo passável, algo tolerável, está se tornando intolerável; então nós estamos com certos instrumentos. A Constituição ajudou? Sim, demais. O Ministério Público tem contribuído para isso? Demais. A Controladoria Geral da União, eu considero a Controladoria Geral da União um dos maiores instrumentos que a gestão pública no Poder Executivo federal poderia interpretar. Faço as minhas homenagens aqui e sou ruim de fazer homenagem de autoridade, ainda mais ao ministro da Controladoria, ao ministro Hage, que faz que essa Controladoria atue nessa área, não da ética, porque lá é mais a questão da licitude, já do direito. E vocês vão além: vocês têm uma sintonia mais fina, vocês estão discutindo antes da licitude, que é no comportamento ético. Mas temos sim, temos sim vitória nessa área.

A existência de uma Comissão de Ética no Governo Federal é um ponto importante. Há dificuldade? Sem dúvida. Muitas vezes, a Comissão de Ética, Dr. Lacombe, entra em confronto com a própria administração? Entra, entra sim, porque a Comissão de Ética é um, é um fiscal, é alguém que está ali, é a pulga no cós de muita gente que considera que a ética não deve ser fundante, estruturante da nossa sociedade. De modo que reconhecendo essas dificuldades e reconhecendo aquilo que o ministro Garibaldi falou: *“Ah, não há consenso, isso não passa porque não, os parlamentares não aprovam. Isso não pode ser porque não...”* Então eu queria entrar na mesma linha que falou o Márlon de que muitas coisas não tinham consenso no início e depois tiveram. A Lei da Ficha Limpa foi uma, não havia consenso nenhum, pelo contrário.

Quando foi entregue a Lei da Ficha Limpa, já tinha um projeto que fazia não sei quantos anos e estava lá engavetado. Foi preciso o escândalo da corrupção existente em Brasília, que envolveu o Governo do Distrito Federal, o afastamento do governador, o afastamento do vice-governador, uma escândalo filmado. Ainda bem que aquele cineasta, que eu não sei nem a intenção dele, mas o resultado final foi bom, o cineasta conseguiu abrir uma Caixa de Pandora. Então estava lá o pessoal não somente recebendo, mas o pessoal muito correto, muito ético, porque grato, agradeceu às forças maiores terem permitido que eles tivessem acesso àquele tesouro que era entregue para eles.

Não fosse esse escândalo terrível, Dr. Márlon, nós estaríamos aqui amargurando ainda a zombaria dos deputados e senadores que diziam: *“Isso não passa.”* Quando fomos lá falar com o presidente Michel Temer: *“Presidente, está na hora, olha que coisa, não pode continuar desse jeito, nós temos que...”* É verdade que já tinha havido uma reação muito grande daqueles parlamentares que na véspera de serem cassados renunciavam, voltavam para os seus estados, eram recebidos com foguetes e homenagens e se elegiam na semana seguinte. Parlamentares, senadores etc. Então havia... Abusaram da nossa paciência, abusaram da nossa paciência e então foi possível de uma situação de absoluta hostilidade mesmo, nós conseguimos aprovar no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados com dificuldade, é verdade, mas, no final, na votação, ninguém queria ser contra.

Quem é contra a lisura nas eleições? Quem é contra a Ficha Limpa? *“Eu sou a favor da Ficha Suja.”* Ninguém tem coragem de dizer isso e acho que essa imediatidade do objeto da Lei da Ficha Limpa e a mediatidade da reforma política vão dificultar muito a nossa caminhada pela reforma política, porque é fácil a gente fazer propaganda de que só pode ser candidato quem tem Ficha

Limpa, quem tem Ficha Suja não pode ser candidato. Apesar de, até isso entrar na cabeça das pessoas foi muito difícil, mas colocarmos o financiamento público de campanha como algo a ser absolutamente exigido e necessário para a lisura das eleições, a igualdade das eleições, igualdade de oportunidade para tirar das eleições essa... Para se romper no ciclo terrível de que é somente quem tem dinheiro, quem tem grana, quem tem poder econômico é que pode se eleger, salvo raríssimas exceções, isso tudo é muito difícil.

E vejam vossas senhorias, minhas queridas participantes desse Seminário, minhas senhoras e meus senhores, que a grande dificuldade que a gente teve não foi com deputado não, não foi com senador, porque os senadores aprovaram por unanimidade, não foi com a AGU, que deu parecer pela constitucionalidade da lei, não foi o presidente da República, que sancionou a lei, a nossa grande e inexplicável dificuldade foi com a cabeça dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Aí que é difícil, aí que é difícil, inclusive é difícil para mim, advogado, dizer isso, mas foi surpreendente a dificuldade de se enfiar na cabeça dos ministros do Supremo Tribunal Federal uma coisa que estava na Constituição, uma coisa que estava nos corações e mentes das pessoas decentes. Inventaram uma tese de que o Superior Tribunal de Justiça é contra majoritário. Mas era contra majoritário para ser contra o povo?

O ministro Ayres Brito disse isso naquela ocasião: é contra majoritário. Muito bem, contra majoritário contra o poder econômico, contra majoritário contra quem impõe, contra majoritário contra a baioneta, mas contra majoritário, contra o povo? Bom, mas passou. Não valeu para a eleição de 2008, mas valeu para a eleição de 2010, a aplicação, o princípio da anterioridade. Pois bem, de modo que mencionando essas dificuldades da Lei da Ficha Limpa, eu, para terminar também, já está chegando a hora do almoço, do *brunch*, quero dizer que essas coisas que são verdades do senso comum não passam, isso não é exequível, isso não tem consenso.

Não havia nada mais sem consenso do que o *impeachment* de um presidente da República jovem, bonito, bom de televisão, que representava os interesses dos poderes econômicos, do neoliberalismo, da abertura econômica, do Deus mercado e do Estado mínimo, eleito com 50 milhões de votos. Nada mais improvável do que o povo ir para a rua e pedir o *impeachment* do Collor e foi. Um deputado, assim, antigo como o Garibaldi, na Câmara do meu estado, que tinha cinco mandatos e que tinha sido meu aluno na juventude disse: “*Ah professor, eu não sou maluco. O senhor sempre foi, assim, meio esquisito, gostava de fazer as coisas diferentes: no tempo que vivia a Ditadura, você era con-*

tra; no tempo que se falava em reforma agrária, você era a favor...” Ainda sou, apesar de não se falar em reforma agrária. “*Então você sempre foi esquisito, você está querendo falar em impeachment, CPI para apurar esse negócio...*” PC Farias, meu aluno PC Farias lá na Universidade de Alagoas. Pois bem, então... (intervenção fora do microfone) Não aprendeu.

Uma vez eu disse isso: que o que ele estava fazendo não era o que eu tinha ensinado não. E os jornalistas foram perguntar a ele, isso lá no programa: “*Que o que ele lhe ensinou não foi o que você está fazendo não.*” “*É, é verdade, ele me ensinou direito civil e eu estou atuando mais no direito empresarial.*” Um Muçum escorregadio já morreu, o pobre, absolutamente único. Pois bem, e o que aconteceu é que os caras pintadas foram para as ruas, vocês, alguns de vocês, não nós de cabeça branca, mas os caras pintadas foram para as ruas, as senhoras donas de casa foram para a rua bater panela, a maçonaria foi para a rua, a FEBARAI foi para a rua, os afilhados da fé judaica foram para as ruas, os Católicos, Protestantes, gregos e troianos, jacaré e cobra d’água e, de repente, o *impeachment* saiu. O *impeachment* saiu e o País ficou naquela ocasião com sua alma lavada, como ficou lavada com a Ficha Limpa.

De modo que, o que vocês pretendem, essa utopia que vocês pretendem de serem agentes transformadores de uma consciência ética, de uma consciência moral, agentes implantadores de uma consciência ética e moral, nos lugares em que trabalham, nas empresas, nos ministérios, nas repartições em que trabalham essa utopia. Ainda bem que é uma utopia, porque lutar por coisa fácil não tem muito valor. De modo que eu desejo a cada um que não perca a sua fé e que essa utopia vá se realizando devagar, não vai sair, não vem em bandeja. A cidadania não é entregue a nós em grandes partidas, mas cada um tem de colocar o seu trabalho, o seu suor, a sua confiança que, por mínima que seja, vai fazer que esse País continue melhorando. As mesmas pessoas que querem financiamento particular da campanha, os empreiteiros, os empresários, não os bons empreiteiros, não os bons empresários, até acredito que usar, mas esses não estão interessados em fazer esses que se completam da confusão entre espaço público e espaço privado. Esses não querem financiamento público de campanha.

O ministro atual da Justiça, José Eduardo Cardoso, se recusou a candidatar-se de novo porque dizia ele: “*Eu não tenho dinheiro para me candidatar. Vou ter que pedir dinheiro para me candidatar em São Paulo e vai acontecer comigo o que já aconteceu em outras eleições. Na outra eleição em que me elegi, um empresário me mandou um dinheiro sem eu pedir, eu agradei e a pes-*

soa que me trouxe o dinheiro dizia: *Ele admira muito o seu trabalho como deputado federal e quer ajudar você a se eleger.*” Elegeu-se o Zé Eduardo Cardoso. Pois bem, depois de eleito, três meses, quatro meses, seis meses e depois de um certo tempo o empresário não foi logo falar com ele? Deu um certo tempo, um prazo de carência e chegou lá: *“Aquele, fulano de tal, quer uma audiência com a sua pessoa.”* “Ah, quer? *Quem é esse camarada? Nem me lembro quem é. Não, ele está dizendo que foi assim, amigo de fulano que lhe deu assim.*” “Ah está?” Lembrou, aí recebeu lá o cidadão, ele disse: *“Eu vim aqui lhe cumprimentar, o seu trabalho é brilhante aqui no Congresso e tudo mais etc. Eu estou muito feliz porque lhe ajudei e queria fazer só um pedido: está aqui o nome desse fiscal da Fazenda Nacional para ele ser o responsável pelo Aeroporto de Guarulhos, o Aeroporto Internacional de Guarulhos.”* É o posto mais cobiçado da justiça, da Fazenda Nacional, é ser o responsável pela fiscalização de Guarulhos. *“É uma pessoa boa e tudo, um cargo, se você puder ajudar nisso aqui.”* Então a troca era a grana e diz o ministro da Justiça: *“E não foi nem tanto dinheiro assim que ele me ajudou na campanha e ele queria logo o lugar de coordenador da Fiscalização Fazendária no Aeroporto de Guarulhos.”* De modo que desejo que vocês tenham aquela mesma reação.

Vou terminar. Daquele cidadão que interrogado por um rei bondoso, havia reis bondosos antigamente, e andava pela rua falando com os seus súditos, perguntou ao cidadão que estava com a colher de pedreiro, colocando tijolo: *“O que fazes aqui, homem? Estou colocando, assentando, como vê, Vossa Majestade, um tijolo aqui.”* E ele continuou e adiante tinha outro trabalhador também lá com uma colher de pedreiro: *“O que fazes aqui, bom homem? Como vê, Vossa Majestade, eu estou fazendo, estou levantando uma parede.”* Continuou e adiante mais tinha um terceiro e ele perguntou ao terceiro: *“O que fazes aqui, bom homem?”* E ele lhe disse: *“Majestade, eu estou construindo uma catedral.”* De modo que vocês, que estão construindo essa catedral, tenham um bom êxito. (intervensões fora do microfone)

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Agradeço aqui a brilhante palestra do Dr. Marcello Lavenère e pudemos já dimensionar o êxito do Seminário nesse primeiro painel, que nos enche de satisfação. Eu aqui quero registrar o êxito da coordenação do Dr. Lacombe, que, além de ser o presidente da Comissão de Ética, antes de assumir a Presidência, já era o coordenador do Seminário e já trabalhava para que obtivéssemos esse sucesso. Então logo assumiu a Presidência, coincidindo com o ingresso, o nosso ingresso na Comissão. Nos unimos e estamos bastante coesos em torno da Presidência do Dr. Lacombe, para que continuemos mantendo a qualidade desses eventos anuais, tradicionais

da Comissão de Ética. Nós temos agora a fase das perguntas que foram dirigidas aqui aos painelistas. É possível, pela quantidade grande de perguntas, que algumas tenham que ser respondidas por *e-mail* posteriormente; quem sabe o poder de síntese dos painelistas seja suficiente a contemplar essas respostas.

SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Essa presunção não existe aqui.

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – É possível, vamos até imaginar. (intervenção fora do microfone) Então eu queria avisar que aquelas perguntas que não forem respondidas, elas poderão sê-lo pela via eletrônica. A Dra. Rosa Maria, coordenadora do Fórum Nacional de Gestão Ética nas Empresas Estatais, que integrou a mesa de abertura do Evento, nos pediu para divulgar o *site* do Fórum para que as pessoas que queiram mais informações possam acessá-lo: www.forumeticaestatais.com.br Bem, as perguntas, elas já estão postas. Eu me aventuraria a agregar apenas mais uma indagação aqui, apenas como provocação aos eminentes painelistas.

No que diz respeito a essa questão jurídica que foi trazida como um obstáculo a ser vencido no Supremo Tribunal Federal e até hoje temos a felicíssima coincidência de estarmos inaugurando o Seminário na mesma data em que será empossado como presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, que, além de outros tantos méritos na sua judicatura, foi uma das vozes que referendários sufragaram a plena validade da Lei da Ficha Limpa. Eu queria aqui fazer um cumprimento especial ao ministro Joaquim Barbosa.

Eu, portanto, dirigiria ao Dr. Márlon, ao Dr. Marcello uma pergunta nesse sentido, de como, quais os elementos que foram capitais para que essa dificuldade viesse a ser superada? Além, obviamente, da mobilização que já foi aqui mencionada, mas no âmbito mesmo dessa mutação de cultura jurídica muito alvissareira que foi capaz de permitir a consagração da validade daquela lei? Passo, então, a palavra ao Dr. Márlon Reis para que inicie a resposta às perguntas. Teremos aqui pelo menos mais 13 minutos a serem aproveitados antes do *brunch* com essas respostas. Dr. Márlon.

SR. MÁRLON REIS – De fato, o número de perguntas é muito grande e, mesmo fazendo aqui uma seleção, nós vamos passar bem, eu vou passar rapidamente sobre algumas interações que me pareceram mais presentes. E deixar, no final à disposição, o meu *e-mail* para quem quiser apresentar essas ou outras indagações diretamente. Eu posso responder posteriormente.

Mas eu queria em primeiro lugar, tem algumas questões que apresentam, assim, mais de uma vez, é sobre a questão da presença de terceirizados nos governos e, de fato, eu digo que não apenas os terceirizados, mas é também algo que lamentavelmente é comum especialmente nas pequenas cidades, em várias regiões, que são os contratados, que, a pretexto de estarem seguindo a legislação que trata das contratações temporárias, são verdadeiros contratados ilegais para cargos de professor, por exemplo. Como não prever quantos professores serão necessários e fazer depois contratações temporárias a pretexto de estar preenchendo vagas que não eram previstas?

Então a presença de pessoas que não têm estabilidade, que não têm nenhum vínculo mais firme com o estado, ela afronta uma ideia extremamente clara na Constituição de 1988. Então é preciso, sim, repensar todos esses processos e aplicar a legislação em relação à necessidade de concursos públicos, a impossibilidade de que alguém usurpe um cargo que só pode ser preenchido mediante concurso. Há umas questões muito interessantes sobre o Poder Judiciário, em que se fala, primeiro, morosidade do Poder Judiciário no julgamento de questões de alta relevância, como relacionadas aos problemas de corrupção, improbidade.

De fato, há uma, essa semana passada no Encontro Nacional do Poder Judiciário, os membros da cúpula do Poder Judiciário brasileiro assumiram o compromisso com a dinamização dos processos judiciais nessa matéria, de improbidade, corrupção. É preciso que o Judiciário avance, sim, em relação a isso, porque esses processos, eles não são iguais aos demais. Todos os processos são relevantes, mas os processos que têm como parte pessoas que praticaram danos, que causaram lesão a toda coletividade, eles, de fato, têm que ser tratados como uma primazia. Já uma questão mais específica sobre o Judiciário é que se fala que há uma evolução temática no Poder Executivo, talvez nos outros Poderes, mas ela ressalva que no Poder Judiciário *data venia* há problemas. Ela não, desculpa, o Marcos Noronha, tem o conhecimento de processo na Justiça Federal Especial do DF, que demanda decisão há mais de três ou quatro anos.

Servidores da Vara dizem que são muitos processos, mas ninguém trabalha pela manhã. Os juízes são professores, estão em sala de aula, ausentam-se para participar de congressos, seminários etc., mas não têm tempo para cumprir o *mister* que lhes compete. Isso é ético? Como mudar essa situação? Obviamente isso não é ético, a justiça, o Poder Judiciário, tem sim que dar resposta à sua primeira demanda, que é a resposta àqueles que precisam de uma solução do Estado para os seus problemas. E há uma necessidade e eu confirmo essa afirmativa de que o Poder Judiciário está mais atrasado em todas essas questões.

O Poder que eu integro é o mais refratário a essas mudanças, lamentavelmente, inclusive talvez pela forma de composição, por razões históricas que não justificam, não perdoam, mas ajudam a explicar e, de fato, nós temos que caminhar no sentido de democratizar ainda mais esse Poder. Mas já que eu sou juiz e estou em um Seminário e, portanto, não na minha Vara, também faço questão de dizer que a minha unidade é uma das menos congestionadas do estado do Maranhão, inclusive meus servidores vão ser todos gratificados esse ano com uma gratificação especial de um 14º salário por causa disso. Nós estamos com os processos absolutamente em dia lá. Eu acho que todo juiz só pode participar dessas coisas depois de fazer o seu dever de casa muito bem feito, muito bem feito, isso é uma questão de ética.

Eu concordo com a premissa contida na pergunta. Bom, lamentavelmente, eu quero agradecer a duas pessoas que destinaram palavras aqui bastante generosas, Jucinéia Pereira, do Pará, e Ana Rosa Abreu, do Maranhão, e terminar dizendo que já que o Marcello, na verdade, ele também falou sobre a história do Maranhão, quero dizer que toda vez que eu chego a algum lugar as pessoas... Eu já fui dar uma palestra no Rio de Janeiro que alguém disse assim: *“Ah, agora eu entendo por que você é especialista em corrupção eleitoral, porque você está em um laboratório.”* Mas, eu quero dizer que, eu não sei por que dizem isso, por que pegam tanto no pé do meu estado, do Maranhão, mas eu quero dizer que isso é injusto, mas que infelizmente é recorrente. Obrigado pessoal.

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Dr. Marcello, por favor.

SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Tarefa muito difícil de poder resumir, mas é uma homenagem a quem fez a pergunta. Eu estou aqui com uma pergunta de Carlos Benedito do Bacen, que fala sobre a hostilidade ou a dificuldade do Legislativo de estabelecer princípios de isonomia tributária. Também concordo. Tenho aqui uma pergunta de Alice Santos do Detran, que fala que por onde se pode começar para fazer essa cultura ética como propulsora de uma reforma política?

Penso que essa cultura ética tem, sim, que começar a partir de cada um, da convicção de cada um, a partir da transparência, como falou o Márlon, especialmente da participação. A ausência de participação no nosso sistema democrático é muito ruim: o eleitor vota a cada quatro anos e esquece de cobrar em quem votou. Esquece não somente o nome em quem votou, mas esquece também de cobrar; então o voto é como se fosse uma procuração em branco para que o seu representante faça aquilo que bem quiser, entender, quando não deveria ser assim.

Não deveria ser um espasmo de quatro em quatro anos a participação política. Então penso que os Conselhos de Transparência, que já existem, estive ano passado em Londrina e conheci lá a nossa querida defensora dos Direitos da Mulher do Paraná, conheci uma entidade, uma ONG formidável, respeitada em Londrina, que fica procurando saber quanto custou a estrada, quanto custou isso, para onde foi esse dinheiro e está ali em cima da conversa. Presta um serviço, uma Constituição de Ética presta um serviço à Presidência da República e à administração pública. Cada vez que a Comissão de Ética diz: “*Esse camarada aqui está violando a ética.*” É o escudo para a presidente da República, a Comissão de Ética não é a favor do Governo, não é contra o Governo, não é a favor da oposição, é como dizia uma grande companheira nossa da Comissão de Ética, Marília Murici: “*Ela é pró-república, ela é no sentido de que ela defende a república, a res publica.*”

E tenho também aqui uma pergunta de Conceição Morais do IRB, em que estabelece um *pandan*, claro, uma correspectividade entre quem recebe a propina, quem se deixa corromper e também aquele que oferece vantagem ilícita sobre o corruptor e ambos são partidários da mesma atividade e são integrantes da mesma atividade ilícita e, portanto, devem merecer a repressão e aquilo que a sociedade possa fazer em relação a isso. De modo que, dessa maneira muito rápida e sem nem homenagear devidamente cada pergunta que mereceria uma reflexão maior, eu me desincumbo, Dr. Mauro, dessa atividade.

SR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES – Agradeço muitíssimo ao Dr. Marcello Lavenère, ao Dr. Márlon Reis, ao ministro Garibaldi, que teve já que se ausentar, mas teve uma colaboração enorme aqui para o sucesso do painel. Anuncio que precisamente agora vai se iniciar o *brunch*, às 12h30, mas às 14h nós teremos mais um painel, moderado pelo nosso presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, Dr. Américo Lacombe, e esse painel tratará sobre “A influência ética na cultura e sua inter-relação”. Serão palestrantes os senhores Emiliano José, que é jornalista e deputado federal pelo estado da Bahia, e a cientista política Rita de Cássia Biason, professora da Unesp. Então eu considero encerrado o painel, convido a todos para o *brunch* e também convoco para o retorno às 14h, uma vez que estamos precisamente pontuais. Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Informamos ainda que todos os participantes deverão registrar a sua presença em todos os turnos para retirar o seu certificado. Informamos que todos os participantes deverão ter no mínimo 75% da frequência para retirar o seu diploma. Informamos também que no retorno,

às 14h, será entregue a todos os senhores a programação completa deste XIII Seminário Internacional Ética na Gestão. Neste momento será servido o *brunch* no *foyer* deste auditório. Voltamos às 14h. Lembramos a todos que o próximo painel terá como tema “A influência ética na cultura e sua inter-relação”.

PAINEL 2: A INFLUÊNCIA ÉTICA NA CULTURA E SUA INTER-RELAÇÃO

AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE
Presidente da Comissão de Ética Pública

EMILIANO JOSÉ
Deputado federal suplente pelo Estado da Bahia

RITA DE CÁSSIA BIASON
Cientista política e professora da Unesp

SR. EMILIANO JOSÉ – O Dr. Américo já esclareceu, eu não estou nesse momento na condição de deputado. Sou primeiro suplente e, com as movimentações políticas, acabei voltando à condição de suplente. Mas falo na condição de militante político mais do que tudo, além também de quem conviveu tantos anos na academia na área de Comunicação e Política. Saúdo a professora Rita de Cássia Biason. Digo que cheguei a esta mesa por sugestão, lá atrás, da professora Marília Murici, que compôs essa Comissão de Ética Pública, quando, de uma outra conferência, desta eu estive no Uruguai na condição de parlamentar e de membro do Parlamento do Mercosul.

Eu até dizia a ela, quando ela me convidou, que eu não me sentia com propriedades intelectuais para discutir o problema que ela me colocava e comecei a ponderar com ela a partir da provocação que ela fizera sobre a realidade do País, como eu via esta realidade na condição de militante político e ela então disse que gostava do que eu estava dizendo como provocação e que eu viesse falar aquilo que pensava. Eu então disse: “*Está bem.*” Acontece que naquele momento eu não pude. Mesmo envolvido por este título, influência ética na cultura e sua inter-relação, eu faço um intervenção, mais voltada para a relação entre a política, ética, cultura e o clima que nós vivemos no País. Este clima, eu digo, sobretudo em torno do tema que esta Conferência trata, que é o tema sobre a corrupção.

E a partir daí eu passo então a fazer uma leitura do que eu trouxe superando já essa primeira parte, que já expliquei inclusive situando as minhas limitações. Eu me declaro, como já me declarei, como militante político e, portanto, eu não separo minhas reflexões da atividade política, o que pode fazer que minha intervenção seja vista como atípica em fóruns como esse. Sou homem de partido, pertencço ao Partido dos Trabalhadores em sentido amplo, irrestrito, e assim natural que as minhas formulações não se separem dessa condição. Sei que essa condição comporta defeitos e virtudes, e não consigo me apartar dela. Dou duas ou três palavras a respeito de ética e cultura por conta do tema ou da proposta de tema que é colocada para esta mesa. Arrisco-me a dar, num mundo globalizado, e globalizado há muito sobre a hegemonia do modo de produção capitalista à emergência de valores que de alguma forma se tornam universais, e são eles mesmos fundamentais à sobrevivência do próprio capitalismo.

Ninguém pode dizer que o ser humano é individualista, por exemplo, senão que ele é estimulado desde cedo a sê-lo, porque isso é parte da ideologia capitalista. O ser individualista é construído desde cedo por cima, por

obra e graça do trabalho sistemático, cotidiano dos aparatos superestruturais do capitalismo, entre os quais avulta a mídia intimamente conectada à visão de mundo do capitalismo. Como ninguém poderia dizer que o ser nasce com a propensão ao consumo, por exemplo, senão que as nossas crianças desde cedo são estimuladas a isso com todas as consequências nefastas que isso importa. Ninguém nasce com a propensão a disputar ferozmente com outros seres humanos se não se estimula esse valor, o de derrotar o outro, como essencial para afirmação individual.

No capitalismo considera-se positiva a ideologia de que o homem deva ser o lobo do homem, a competição selvagem é parte desse jogo, da cultura capitalista inerente a ela e justificada a cada segundo como tal. E o neoliberalismo levou isso ao paroxismo e nem sei se a monumental crise vivida pelo capitalismo atual modifica alguma coisa dessa cultura, a não ser pela intervenção da política. Claro que, ao circunscrever a discussão ao capitalismo, não quero dizer que em outros modos de produção não houve ideologias semelhantes, culturas parecidas, mas não vou aqui tratar de outros momentos da história. Lembro isso e cito alguns poucos valores cuja matriz é o capitalismo, modo de produção fundado no valor de troca, para dizer o quanto a cultura de alguma forma é também construída desde cima. Não comungo inteiramente da ideia que os valores das classes dominadas são os valores das classes dominantes, mas é inegável que sobre muitos aspectos ela é verdadeira, sobretudo, diante do extraordinário aparato intelectual erigido para construir e difundir um mundo simbólico, uma cultura voltados ao fortalecimento do capitalismo, até hoje, e hoje mais do que ontem, absolutamente hegemônico em escala mundial.

Falei de cultura, mas poderia falar também da ética, cujos parâmetros, se considerarmos os povos e sua prática, vão sendo construídos também de acordo com os desideratos do modo de produção capitalista. O que é correto, o que não é, o que é justo, o que é bom vai sendo construído de acordo com a ideologia dominante. Me desculpem se uso termos ou conceitos hoje em desuso, ou ao menos que aparecem muito pouco na nossa mídia. E não sei também em que medida seja possível separar tão hermeticamente ética e cultura, sobretudo, se pensarmos tudo isso de modo alargado, como concepção de mundo dos povos.

Estes, os povos, relacionando-se entre só isso, relacionando-se com a natureza, transformando o mundo e a si próprio permanentemente em âmbito nacional, mas com a globalização desde há muito transformando o mundo inteiro, produzem cultura; isso se não formos prisioneiros da ideia da produção

da cultura apenas pelos intelectuais e se assumirmos que todos são intelectuais, todos são produtores de cultura se não restringirmos a cultura como restrita apenas à uma elite. Ao dizer que todos são produtores de cultura, volto a problematizar a formulação de que a ideologia das classes dominadas é a ideologia das classes dominantes. Uma frase é só uma frase e nunca pode ser retirada do contexto das formulações da corrente teórica a que está vinculada.

O marxismo, de onde sai essa frase, não pode ser acusado de entender as coisas de modo tão mecânico. Do meu ponto de vista, e não posso negar uma filiação teórica marxista, penso que a formulação é só uma parte da verdade. É inegável, como já exposto, que em conformidade ao aparato superestrutural do capitalismo, as classes dominadas apropriam-se de boa parte dos valores dominantes e não se crê que isso não tenha ocorrido com outros modos de produção naturalmente em condições diferentes e de menor complexidade. A presença naquele aparato de uma multidão de intelectuais orgânicos das classes dominantes empenhados na difusão da cultura e da ética capitalista assegura que isso aconteça. As casamatas do Estado ampliado, mídias, igrejas, escolas, para lembrar, algumas são produtoras de cultura por cima e não se afastam de sua missão de garantir a ordem capitalista, embora, por evidência em tudo isso, haja frestas por onde se intrometem visões contra-hegemônicas e, ao dizer isso, não posso esconder, também nem pretendo, minha filiação gramsciana. No entanto, apesar disso, também não há também como negar que a população ou, como quisermos, a sociedade civil não recebe as mensagens vindas de cima de modo passivo, não as recebe como pacotes prontos para serem digeridos sem questionamentos, e é óbvio que essas mensagens, ao visarem uma sociedade de classes e classes em permanente mutação, num momento especial do capitalismo de profundas mudanças estruturais, tais mensagens incidem de modos diversos sobre as camadas de cima e as camadas de baixo, sobre as classes dominantes e as classes subalternas.

Iludem-se os que imaginam, ou seja, tão simples a manipulação dos de baixo, como se costuma apregoar. E digo isso, inclusive, mirando o caso brasileiro especialmente se penso a última década, sem dúvida nenhuma do meu ponto de vista uma década virtuosa para o desenvolvimento brasileiro e virtuosa graças à intromissão milagrosa da política, intervenção só possível depois de mudanças culturais significativas na mentalidade da população. E quando digo desenvolvimento, falo de uma distribuição de renda jamais vista em nossa história, falo da ascensão de milhões de brasileiros à cidadania, falo da incorporação desses milhões ao mercado, do qual estavam afastados desde sempre. Os de baixo, mesmo não sendo tão simples livrar-se inteiramente da

concepção de mundo originária do capitalismo, livrar-se dos valores que o tal capitalismo difunde e apregoa, os de baixo reelaboram sua concepção de mundo à luz do que veem ao seu redor, à luz de sua prática cotidiana, interferem na política para garantir que esse mundo se transforme, embora nem sempre com a rapidez que nosso Iluminismo deseja.

Tomássemos o conceito de hegemonia e poderíamos dizer, com tranquilidade, que houve em parte da população brasileira uma mudança cultural e política significativa nessa última década, desde que optou por uma mudança política que teve impacto significativo na vida de todos e de cada um. Primeiro houve sem dúvida uma mudança de corações e mentes, passar de um projeto tipicamente neoliberal, que acompanhava o diapasão vigente, especialmente nos centros do capitalismo, para outro muito diverso daquele, e sobre as regras benéficas e rigorosas da democracia, não era algo que pudesse ser feito da noite para o dia. Era preciso, antes que fosse possível a chegada ao Governo de uma nova concepção, que as ideias da população, especialmente dos mais pobres, se modificassem. A mudança tinha que ser operada na cultura, para que, na sequência, chegasse à política; e chegou. Foi um processo que demandou anos e algumas eleições; só poderia ocorrer no momento que o fruto estivesse maduro, no momento que a população, especialmente os mais pobres, estivesse convencida de que era preciso arriscar, quase que testar um novo modelo, já que o outro não dava sinais de levar o País e sua gente para dias melhores, para mudanças substanciais, para garantir um novo protagonismo do Brasil na cena mundial.

Vamos completar uma década sobre essa nova hegemonia, com essa nova política, uma política inovadora e só pode ser qualificada dessa maneira, porque soube se opor ao modelo e porque, sobretudo, soube desenvolver políticas capazes de modificar as condições de existência dos mais pobres, aqueles que viviam mergulhados na miséria. Até agora, desde 2002, experimentamos três eleições nacionais e a população brasileira insiste nesse projeto, consciente de que encontrou um caminho de afirmação de si própria e de seu País. A mudança cultural entrelaçou-se com a política e desenhou uma estrada duradoura, ao menos até esse momento.

Em 2014, aquilo que chamo de revolução democrática no interior da qual estão profundas mudanças culturais completa 12 anos. Acentuo sabendo que digo o óbvio, que isso só foi possível graças à derrota da Ditadura em 1985, ao fato de que vivemos daquele ano até hoje, o mais longo período democrático de nossa história, um marco para o País para além de quaisquer avaliações que se faça dos diversos governos pelos quais passamos. A democracia vai se

afirmando e seguramente sobre a democracia ainda temos um longo caminho a percorrer para alcançar o objetivo de construir um País generoso para todos e, insisto, especialmente generoso para com os que até hoje ainda enfrentam o pesadelo da miséria absoluta. A exclusão social foi produzida por séculos e acabar com ela é uma tarefa de longo curso a ser cumprida pelo Estado com a participação ativa da sociedade, para além desse ou daquele governo.

Chego agora ao clima, ao ambiente, ao espetáculo permanente em torno do problema da corrupção no Brasil. A quem chegasse de súbito ao Brasil, a quem não conhecesse o País, a quem não soubesse dos avanços que temos experimentado em termos sociais, econômicos e culturais, a quem não conheça o avanço experimentado na última década em torno mesmo do combate à corrupção, poderia parecer que somos uma nação envolta pela malversação do dinheiro público e, sobretudo, diante de um Governo incapaz de enfrentar o problema. E mais, nesse clima parecemos ser um País em que a política é contaminada de cima a baixo, de cabo a rabo, pela corrupção e cujo poder político é incapaz de cumprir o seu objetivo ético fundamental que é o de contribuir para o bem-estar de sua população; um País que não é capaz, pela política, de contribuir para ascensão dos mais pobres. E nada disso é verdadeiro ao menos na generalização que se faz.

Na construção desse clima localiza-se de pronto uma ideologia antiga conhecida, advinda do leninismo: um moralismo travestido de ético é utilizado na luta política e tem como principal partido a mídia hegemônica brasileira, que nunca conseguiu esconder sua natureza profundamente conservadora e contrária a quaisquer projetos políticos reformistas; e são emblemáticas suas intervenções da mídia, da velha mídia brasileira, em diversos episódios políticos, especialmente na crise que levou ao suicídio de Vargas e também sua intensa, apaixonada participação na construção direta da Ditadura Militar, que nos infelicitou por 21 anos. Há uma vasta bibliografia a respeito desta posição golpista da velha mídia brasileira. Não quero descer ao contingente por não ser próprio nos limites dessa palestra.

Não há dúvida, no entanto, que o clima de combate à corrupção, construído desde cima pela mídia com as características que ela dá a esse combate, tem a marca da seletividade, ao mesmo tempo que constrói um escândalo em torno do qual eleva à máxima potência todos os seus mecanismos editoriais, esconde outros de modo consciente, de modo que um transforma-se em escândalo e outros não existem pelo simples fato de que não se tornam realidade pela voz da mídia. Citá-los aqui seria ocioso pela obviedade e, como disse, pelas intenções dessa fala.

O que pretendo insistir é que a mídia hegemônica faz uma intervenção essencialmente política nessa quadra histórica em que vivemos, como tem sido há muito, como já disse, ao menos desde a crise que levou o Vargas ao suicídio. Não há dúvidas de que os mecanismos de controle por parte do Governo, na última década, melhoraram substancialmente e têm sido graças a eles, a estes mecanismos de controle, que muito da corrupção vem sendo combatida e contida. Os Governos dessa última década, na esfera federal, compreenderam que a corrupção é um fenômeno a ser combatido cotidianamente e que a transparência nos negócios públicos constitui-se na sua principal arma. No caso do controle interno, o Governo foi precursor quando deu consistência, consolidou e ampliou a Controladoria Geral da União, hoje parte do Estado brasileiro, um instrumento essencial de combate à corrupção, tendo se constituído num poderoso instrumento de participação do cidadão na fiscalização dos gastos públicos na medida que disponibiliza, quase em tempo real, os convênios e contratos firmados pelo Governo.

Com essa transparência garante-se que qualquer cidadão possa atuar, no sentido de cobrar das diversas instâncias de poder a correta aplicação do dinheiro público e possibilita também, como tem acontecido com frequência, a atuação da própria oposição, que usa números divulgados pelo Governo para produzir denúncias de modo correto ou incorreto, pouco importa. O essencial é a arma da transparência da qual nessa década o Governo Federal não fugiu, ao contrário, tornou a transparência uma política. Vamos entender então, com relação ao combate à corrupção, cuja incidência não é um fenômeno brasileiro, mas mundial, estamos na linha de frente, somos um País reconhecido internacionalmente por isso, pelos mecanismos de controle rigorosos e transparentes.

Esse udenismo tardio que nos assola pretende sempre evocar as supostas exceções individuais que se pautam pela ética, como capazes de assegurar um Governo fundado no bom uso do dinheiro público. Uma espécie de lacerdismo fora de época desenvolve uma cultura negativa de desqualificação do próprio País; é verdade que de vez em quando tropeça quando algum dos escolhidos como o virtuoso se vê diretamente envolvido com o crime organizado, como ocorreu recentemente. É como se o combate à corrupção devesse se basear apenas nas virtudes morais dos indivíduos e não em estruturas legais do Estado e na participação ativa da cidadania. A dupla face do moralista, no entanto, desse moralista udenista sempre acaba revelada: atrás do pregador há sempre um pecador e quando a máscara cai o que se vê assusta; atrás da auto-proclamada moral ilibada, há o seu reverso e esse reverso não demora a aparecer. Felizmente tem sido assim: não se engana a todos todo o tempo.

Esse udenismo, com o seu tom moralista, tem também a função de desqualificar a política, de desacreditar as possibilidades da política, ou ao menos esse é o resultado de seu combate, sempre tendo partido da mídia hegemônica como seu principal operador. Desenvolve-se a cultura de que todo político é ladrão, salvo sempre as exceções que o próprio partido-mídia elege até o momento em que elas se desmascaram, porque volto ao dizer, o moralista quase sempre se revela o praticante daquilo que critica com tanta ferocidade. E quando digo que o resultado é a desqualificação da política, falo não apenas do político em sentido isolado; tal desqualificação alcança os parlamentares, mas especialmente a grande política. A essencialidade da política, querendo acertar no coração do atual projeto político em andamento no País, acaba por tentar criar a cultura de que a política não é benéfica para a população, que ela constitui apenas a arena da apropriação privada dos recursos públicos.

Desde a pólis grega, para tomar uma referência, a política é a grande conquista da civilização; sem ela seríamos jogados na barbárie. A política pressupõe democracia, participação de todos, intervenção da cidadania que se pretende, cada vez mais organizada, e chegar a isso é uma caminhada longa, não necessariamente linear, como tem demonstrado especialmente a história brasileira, que viveu tantas ditaduras e construiu tanta exclusão. Por que não há perguntas mais consistentes em torno do problema da corrupção? Por que não se pergunta sobre a importância de se criarem mecanismos amplos de participação popular que possam iluminar a ação do poder público e a intervenção das empresas privadas nos negócios públicos? Porque se naturaliza o financiamento privado da vida política?

Em suma, por que não se desenvolve uma campanha e o velho partido-mídia desenvolve campanhas, uma atrás da outra, em favor da reforma política que seja capaz de fortalecer os partidos, estabelecer voto em lista, assegurar a fidelidade partidária, diminuir o número de partidos, acabar com o financiamento privado, fonte primordial dos escândalos políticos? O Brasil não é hoje o País da corrupção, ou País de um projeto político singular, admirado em todo o mundo pelo impacto positivo de suas políticas públicas em benefício da população, especialmente da população mais pobre.

É o País que soube, tem sabido compreender que a crise mundial decorrente da desregulamentação do centro capitalista não pode ser enfrentada pelo agravamento das condições de vida dos mais pobres. Não é simples sustentar tais diretrizes sob um cenário mundial adverso, mas assim tem sido feito. Creio que do ponto de vista das mudanças culturais face ao fenômeno

da corrupção combatida pelo projeto político em andamento, como já dito, impõe-se o estímulo da participação da cidadania na fiscalização de todas as contas públicas e inclusive aperfeiçoando e ampliando os mecanismos legais, que possibilitem tal participação, e esse deveria ser um dos aspectos essenciais da reforma política. Trata-se de escapar do moralismo udenista tardio para afirmar a dignidade da política. Esta deve ser considerada como essencial para o bem-estar da população, para uma convivência civilizada e solidária entre os cidadãos, para o fortalecimento contínuo da democracia. É obrigação de qualquer Governo, antes de tudo, para pensar a ética, voltar-se para o bem comum, o bem-estar de todos e especialmente dos mais pobres. Será assegurado se a ética da política for a de desenvolver todos os esforços para tratar de modo desigual os desiguais, especialmente em países onde a desigualdade afronta a consciência democrática e moral dos seus cidadãos.

E creio sinceramente que isso tem sido feito em nosso País e deve continuar a ser feito para que a desigualdade continue a diminuir. O combate à corrupção é parte dessa política e deve prosseguir, deve ser intensificado e isso como obrigação de qualquer Governo, seja sobre o projeto político em curso, seja sobre qualquer outro que o povo escolha. Esse combate obrigatório não pode, no entanto, ser o centro da atividade do poder público; a correção dos governos é obrigação, não o principal objetivo.

Devemos sempre, como tenho insistido, afirmar a dignidade da política: a valorização da política deve se inscrever cada vez mais como uma cultura, como um valor na sociedade brasileira e essa valorização será tanto maior quanto mais a política consiga combater as desigualdades de toda natureza, ainda tão presentes entre nós. Sem a política exercida sobre a democracia, e é quase pleonástico dizer isso, porque a política pressupõe a democracia, sem a política todos perdem. Uma nova cultura e uma nova ética se desenvolvem também sobre uma nova política, aquela que se preocupa sempre com a construção permanente de uma sociedade do bem-estar para todos. Nossa esperança é que essa nova política vá se inscrevendo como um valor essencial à vida brasileira, que ela se transforme em cultura de nossa gente e de nossas instituições. Muito obrigado.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Agradeço ao deputado, ele não quer ser chamado de deputado agora, mas doutor em Comunicação, o doutor, professor pela sua palestra e já temos aqui duas perguntas. (intervenção fora do microfone)

SR. EMILIANO JOSÉ – Isso eu faço agora ou primeiro a professora faz?

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Não, agora, o senhor pode querer sair mais rápido, depois...

SR. EMILIANO JOSÉ – A primeira pergunta do Amílcar Faria, eu não sei se não quer se identificar, mas eu gostaria de olhar para ele se fosse possível. A distribuição de renda sem nenhuma contrapartida tem fomentado a leniência quase aversão, da população assistida em relação ao trabalho formal, de carteira assinada, para não perder a assistência estatal adquirida. Em que a ética de um programa de Governo que não só não estimula a busca de balizadores para conduta pessoal, que são os valores, como contribuir para eliminá-los? Eu creio que aqui na pergunta, toda pergunta tem uma concepção, a pergunta já é uma afirmação no discurso.

Tem uma concepção, uma ideia, ideia da qual eu divirjo radicalmente, pelo rumo que as coisas tomaram nos programas referidos, talvez ele queira referir-se especificamente com mais força ao Bolsa Família, ao rumo geral e à concepção mesmo. Primeiro, todos os números e dados, e é importante ir buscá-los, indicam o crescimento do emprego formal, assalariado, com carteira assinada; em primeiro lugar é isso. Um crescimento como nunca houve na história do Brasil, não tem nenhum exagero. Vai lá no Ipea e olhe e pegue isso, é absolutamente verdadeiro. É preciso pesquisar sempre para a gente não falar o que não conhece.

O crescimento extraordinário do emprego com carteira formal, assinada, direitinho e tal, só tem crescido. Agora, nas últimas horas, divulgou-se o maior crescimento do emprego com carteira assinada desde que começou a ser contado isso. Hoje, então desmonto essa ideia de que isso não tem crescido. Segundo, quanto ao Bolsa Família, quanto a este programa que talvez seja o alvo do Amílcar, também todos os elementos indicam muita gente saindo porque está tendo oportunidade de comer, de existir, de sobreviver, de ter o essencial. Há um lar corrente, teóricas em torno disso inclusive que consideram que o Bolsa Família, o Lula disse uma frase lá atrás que de alguma forma reforça essa, a corrente do Toni Negri, que alguns aqui talvez conheçam, a corrente do que se chama multidão. Eles defendem que Bolsa Família é a precursora de uma ideia de renda para todos, pela simples e óbvia razão de que o capitalismo nunca dará emprego a todos por evidência, obviedade, nunca dará emprego a todos.

E é justo que os que não têm a possibilidade do emprego possam comer, existir, viver. Essa foi a compreensão essencial desse Governo. Então eu creio, eu não concordo com o raciocínio aqui existente e os fatos brasileiros

não indicam de jeito nenhum. É importante pesquisar, volto a dizer, que isto esteja ocorrendo. Aqui também há uma pergunta dirigida ao deputado, que nesse momento não sou, mas aceito porque já exerci vários mandatos: exerci mandato de vereador, exerci mandato de deputado estadual e exerci mandato aqui de deputado federal.

A pergunta é: a mídia desqualifica a classe política ou apenas expõe os desqualificados que estão a fazer a política? Marcello do Bahia. Eu digo que também aqui há um raciocínio rasteiro, um raciocínio que generaliza, e eu poderia dizer que a crítica que se faz aos advogados só desqualifica, só mostra os desqualificados que fazem a advocacia. O erro dos médicos tão constantes só mostram quanto os médicos são açougueiros de pessoas e vamos por aí a fora. É uma visão absolutamente equivocada e, como disse no meu texto, já sabendo desse raciocínio quase de senso comum que foi se criando pela mídia, há um raciocínio profundamente equivocado de desqualificação da política ao querer que todos os políticos sejam corruptos, ou safados ou ladrões. Nós estamos aqui num fórum que discute a corrupção; a corrupção é um fenômeno mundial e ela existe no Brasil e existe tanto entre alguns poucos parlamentares, façam uma relação, olhem direito, vejam, quantifiquem, para que não se façam afirmações como essa daqui.

Alguns poucos parlamentares que eventualmente se metem em maracutaias, eu sou parlamentar, portanto, não há uma, eu não estou querendo me bancar um moralista, mas não há na minha história nenhum envolvimento com qualquer tipo de malfeito ou coisa que falha. E sei que há centenas de parlamentares que são assim, sérios, cada um em sua corrente política. Então a mídia e também nesse caso aí é um pouco minha área de estudo, há estudos bastante consistentes a demonstrar que a mídia disputa frequentemente a representação popular sem ter um único voto e dizendo o que lhe vem hoje com um jornalismo extremamente pobre, que não tem mais a preocupação de aferir e que com a desregulação completa, com o fim de lei de imprensa e tal, qualquer cidadão hoje está desprotegido. A mídia fala o que quer e bem entende e se associa como evidentemente aconteceu recentemente com o crime organizado, para fazer combate político. Estou falando da Revista Veja, o Policarpo se envolveu diretamente com Carlos Cachoeira, isso aí diz tudo e tem provas absolutamente colossais a respeito desse envolvimento da Veja com a quadrilha do Carlos Cachoeira para atacar um projeto político.

Então, a mídia faz isso de maneira absolutamente consciente e ataca alguns que efetivamente têm problemas e tem, como já disse, não há lugar

que não tenha. Por isso, Jorge Hage me disse que nos últimos anos foram afastados funcionários graduados, coisa de três mil funcionários graduados por corrupção, funcionários do Governo Federal que são corruptos, uma taxa altíssima, portanto, de corrupção nos bens de funcionários federais. A mídia pega alguns parlamentares que se envolvem com corrupção, ou que se queira chamar, e generaliza.

E com isso ela produz a desqualificação da política. Política virou sinônimo de algo que não presta. Ela presta um desserviço a nossa juventude ao fazer acreditar que político é algo sujo. Sem política é a barbárie, sem política é a ditadura, sem política é o nazismo, é a Ditadura Militar brasileira que matou, torturou, sequestrou, fez sumir centenas de pessoas... (intervenção fora do microfone) E censurou a mídia, censurou uma mídia, que eu vou lembrar aí, é uma área de estudo, digo, insisto, uma mídia que construiu o golpe militar, que se reuniu com os militares para... Não, reunião não, preparou o golpe para instituir o regime de terror e morte.

A mídia fez isto. Eu não preciso ir atrás de uma vastíssima bibliografia a respeito. Se quiserem Cães de Guarda, por exemplo, da Beatriz Kushnir, é um livro especial para mostrar, por exemplo, a simbiose da Folha e da Ditadura. A Folha emprestava os carros dela para matar gente, era isso, para prender gente. E está lá, Cães de Guarda, de Beatriz Kushnir, quem quiser, leia com carinho que é um belíssimo livro. Mas tem dezenas de livros a respeito da participação da mídia na construção de um regime com a ditadura. Ela se reuniu, ela discutiu, discutiu com generais como dar o golpe, preparou as manchetes. Basta! Chega! Fora! Três manchetes do Correio da Manhã do Rio de Janeiro, eu estou dando exemplos; basta, chega e fora. E dali a pouco, menos de dois meses, os jornalistas do Correio da Manhã estavam sendo perseguidos, e acabou sendo fechado pela Ditadura.

Então, evidentemente eu não estou defendendo nenhum dos parlamentares que eventualmente tenham se metido em falcatruas. Todos eles, como os três mil funcionários que me falou Jorge Hage, um defendeu um deles e acho que a maioria dos funcionários sabe somente, absolutamente correta, séria, trabalha com o fervor público que tem que trabalhar, como uma grande parte dos deputados o faz também. Isso não elimina e quem prestou atenção na minha fala pode ter percebido, que nós estamos com um sistema político, pelo menos aquele que diz respeito à eleição, que já não dá sinais de exaustão. O financiamento privado é um câncer da vida política brasileira, porque estabelece uma cumplicidade entre o financiamento privado, entre empresas e a política. Nós,

digo nós, o meu partido tem lutado por uma reforma política que seja capaz de mudar isso e instituir o financiamento público, mas não é fácil fazer isso no Congresso. Esse é um Congresso diverso.

O povo brasileiro elegeu um projeto político e elegeu um Congresso, então é natural, um Congresso de variadas posições. Não é fácil você aprovar a reforma política, diz o presidente Marco Maia que vai voltar a reforma política. Agora, o que sairá daí eu não tenho nenhuma certeza. Em minha opinião, é que uma reforma política para valer só sairá se houver uma constituinte exclusiva para tanto ou se a gente aprovar uma reforma que valha daqui a 20 anos, por exemplo, porque aí os atuais com seus interesses, aqueles que têm interesses para preservar desse sistema político, desse modo de financiamento eles não serão atingidos. Pronto professor.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – As próximas (intervenção fora do microfone), o professor vai dar o *e-mail* dele para aquelas perguntas que não tiveram tempo de serem resolvidas (intervenção fora do microfone), porque nós estamos em cima da hora.

SR. EMILIANO JOSÉ – Eu não sou deputado, mas sou homem público. *E-mail*: emiljose@uol.com.br

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Só as outras perguntas que o senhor não vai ter tempo de responder. Bom, nós vamos passar a palavra agora para a professora Rita de Cássia BIASON, que vai começar respondendo a uma pergunta que eu fiz a ela hoje logo aqui no começo. Saber se na Noruega tem corrupção. Com a palavra a professora Rita de Cássia.

SRA. RITA DE CÁSSIA BIASON – Boa tarde, a todos e a todas. Corrupção existe em qualquer parte do mundo. Os países com maior índice de desenvolvimento, Finlândia, Noruega, todos eles apresentam algum grau de corrupção. O que difere o Brasil, a Argentina, o Chile, a Índia são os mecanismos de controle da corrupção que os países possuem no seu interior; só esta a diferença. Nenhum país, eu costumo dizer, nenhum país é mais ou menos corrupto que o Brasil, o que talvez nos falte ainda, e é isso um pouco que a minha fala vai apresentar, são dispositivos para ampliar e melhorar esses mecanismos de controle de corrupção.

Respondida a pergunta eu gostaria de agradecer o convite pelo presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lourenço Lacombe, aos

conselheiros presentes, em especial ao Dr. Antonio Silveira, é um prazer conhecê-lo, todas as autoridades, obrigada. E aos organizadores do evento, meus parabéns. A minha apresentação, ela tem por objetivo analisar a cultura democrática brasileira, pontuar avanços e falhas no combate à corrupção, que é a minha área de pesquisa, e obviamente de forma mais tímida, mas eu não poderia deixar de fazê-lo, sugerir aprimoramentos no controle da ética pública.

A política brasileira, ela é pautada pela cultura da democracia, o que significa que todos são iguais. Portanto, há regras e parâmetros que devem ser aplicados a todos os cidadãos indistintamente. Entretanto, apesar dos seus princípios de igualitarismo, esses princípios não asseguram a estabilidade e a linearidade na condução da política. A democracia contempla no seu interior uma questão quantitativa, ou seja, maioria é representada por metade mais um, ficando a outra parte à vontade desse grupo majoritário. Um pensador francês, Alexis de Tocqueville, denominou esse fenômeno de tirania da maioria. O problema, portanto, reside mais na consolidação da democracia brasileira do que na simples existência dos princípios majoritários e igualitários, consolidação que no meu entender está além das eleições livres e competitivas, que tradicionalmente se pontuam como definidores da vitória da democracia.

Considero que a consolidação implica o transcurso de várias gerações e a institucionalização de novas regras. O que se observa no cenário atual são resíduos do velho regime autoritário, que se tornaram incompatíveis com a nossa cultura democrática. Cito dois exemplos, questões de nepotismo e clientelismo, e na primeira mesa pontuaram questões de patrimonialismo. O nosso modelo democrático, quando desenhado em 1988 por meio da Constituição, nós estamos com 24 anos de Estado democrático, considerando a Constituição, contemplou um série de questões, porém, a contemporaneidade trouxe novos elementos distintos dos que imaginávamos na década de 80. Na década de 80 tivemos questões de ordem econômica que assolavam o País, inflação e questões de legitimação de processo político, eleições.

Quando eu falo de legitimação das eleições é porque os primeiros pleitos eleitorais foram extremamente problemáticos, com fraudes eleitorais, com denúncias de mapismo, com uma série de questões que comprometiam a legitimidade eleitoral. Nos anos 90 passamos por uma grave crise de ordem institucional, principalmente o ponto aqui, o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e um processo de liberalização e superação dos entraves econômicos. Obviamente essa questão é problemática, mas não vou entrar aqui no mérito da liberalização.

Os anos 2000 desnudaram inúmeras questões que não havíamos tocado anteriormente, por exemplo, a necessidade de pensar o controle da corrupção. Obviamente que impulsionados por organismos internacionais, como a OEA, OCDE e mais recentemente a ONU, estamos tentando encontrar mecanismos que possam auxiliar no combate à corrupção. Nosso marco regulatório avançou, mas há fragilidades e é sobre este ponto que eu gostaria de me debruçar pontuando avanços e falhas. Para poder pontuar essas falhas, eu gostaria, eu tomo sempre como parâmetro os sistemas de integridade, porque eles representam de alguma forma um parâmetro para que a gente possa pensar a corrupção. Corrupção, ela é pensada a partir de uma estrutura teórica, ela não é pensada sobre o nada, ela tem um fundamento e o fundamento que eu sempre considero são os sistemas de integridade, que têm como base Jerome Pope, que foi o idealizador desse sistema, e Frederic Galton. Sendo assim, eu vou pontuar cada um desses pilares excetuando o ouvidor *del pueblo* porque não tem isso, esse mecanismo aqui no Brasil.

O primeiro deles é a questão do Poder Executivo. Em relação ao Poder Executivo, ainda nós temos um problema que é a contratação de um número elevado de funcionários em cargos de função de confiança: a DAS em junho de 2012 apresentava 148 mil funcionários do Poder Executivo federal. Outro problema que eu pontuaria são os conflitos de interesse, também ilustrado até agora pelos outros palestrantes. Positivo, o que nós temos dentro da questão do Executivo? O projeto de lei anticorrupção do deputado Carlos Aratini, que propõe nesse projeto o combate à corrupção de servidores públicos por agentes privados, e a proposta é que puna as empresas corruptoras, isso, se aprovado, seria algo muito interessante e de alguma forma isso daqui convergiria muito para a ação que a OCDE tem solicitado ao Brasil. Ter algum marco de punição sobre a questão de funcionários públicos estrangeiros, que acabam se aproveitando do próprio cargo e acabam subornando e corrompendo agentes públicos. Próxima tela.

Em relação ao Legislativo, o que há de negativo é aquilo que foi pontuado aqui desde o começo tanto pelo Márlon, agora mais recentemente pelo Dr. Emiliano, o financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais. O grande problema ainda reside sobre a questão de caixa dois, que são doações ilegais não declaradas à Justiça Eleitoral. Toda questão que reside sobre, e que é pontuada como a solução, o financiamento público, ainda há um debate em curso. O que é melhor, financiamento público ou privado? E esse debate precisa ainda ser aprofundado no Brasil. Nós não podemos tomar uma decisão apenas com base naquilo que, como o próprio Emiliano disse, que a mídia notícia.

Então nós temos que avaliar melhor em que medida tudo isso que está vindo à tona, se é pertinente ou não. É necessário um debate cuidadoso e cauteloso e ouvir a experiência internacional. Países que adotaram o financiamento público, como eles têm lidado com essa questão do financiamento público e quais os problemas que têm que ser apresentados? Ou seja, é necessário ouvir quem adotou esse sistema para que depois nós não tenhamos surpresas em relação ao financiamento público. Positivo, tem uma proposta de emenda à Constituição que é a PEC 142, que propõe o fim do foro privilegiado para parlamentares e outras autoridades como magistrados, ministros, governadores e prefeitos. Positivo, a Lei da Ficha Limpa e a Lei nº 9.840/97, que o juiz Márlon apresentou. Em relação ao Judiciário, o grande problema, que tem sido pontuado e isso eu tenho conversado com vários promotores, tem sido a lentidão dos processos. Existe uma proposta de emenda à Constituição que é chamada a PEC do Peluso, carinhosamente apelidada, que apesar de alguns alegarem que há um grau de inconstitucionalidade em relação à limitação do número de recursos, mas ela seria algo positivo, ou melhor, auxiliaria muito a questão do Judiciário. Mas ainda a lentidão é uma questão negativa dentro do Judiciário.

Outro ponto negativo é a dificuldade de condenação penal. O que eu tenho observado e o que eu tenho lido é que, com o julgamento do Mensalão, esse processo se inverte. Talvez nós tenhamos alguma nova condução aqui a partir do Mensalão. Positivo, a Lei de Improbidade Administrativa, quando se obtêm os relatórios dos ministérios públicos e mesmo do Conselho Nacional de Justiça em relação à Lei de Improbidade Administrativa, você vê que ela tem sido eficaz na condenação, muito mais do que o próprio Código Penal. Então é uma conquista fantástica a LIA, eu a chamo de LIA, mas é Lei de Improbidade Administrativa. Agências de Controle, isso tem sido um pouco o nosso ponto de vulnerabilidade. Eu acho que é um ponto de alta fragilidade em relação ao combate à corrupção. Tribunal de Contas, falta de transparência na divulgação de informações sobre contas aprovadas ou rejeitadas. Alguns tribunais têm mais fotos de festas do que dados de processos de município. Eu acho assustador. Eu já fiz uma pesquisa e vários colegas meus que se debruçam mais sobre essa questão dos Tribunais de Contas, excetuando talvez o Tribunal de Contas da União, porque aí é um outro parâmetro, mas os Tribunais de Contas do estado e os poucos de municípios que nós temos realmente necessitariam de um olhar mais cuidadoso.

E a própria indicação de conselheiros que é, há uma tremenda contradição na indicação dos conselheiros para os tribunais. Nós sabemos que muitos pertencem ao partido do governador que está em exercício, que quem

julga quem, há um problema aí. Positivo, as agências reguladoras que estão atuando, as ouvidorias, a Controladoria Geral da União, que eu concordo, foi dito isto, que é uma grande conquista e é mesmo. E o papel mais atuante dos Tribunais Eleitorais na prestação de contas dos partidos dos candidatos. Este ano o Tribunal Superior Eleitoral fez uma campanha espetacular. Eu, como acadêmica, fiquei encantada com a ênfase que foi dada na questão do voto consciente, da Ficha Limpa, ou seja, foi um ano diferenciado em termos de campanha para as eleições.

Outro ponto de alta vulnerabilidade diz respeito às licitações, senhores e senhoras. Licitações nesse país é um terreno pantanoso, e nós sabemos que, acordo prévio entre participantes, superfaturamento, autonomia do Executivo para definir especificações subjetivas nos processos de licitação é algo recorrente. Então, licitações ainda é um campo que nós precisamos, urgentemente, rever e encontrarmos uma solução. Eu não tenho a solução, sou cientista política e isso é o papel de administradores públicos. Realmente o que eu conheço é em termos de como as fraudes são feitas, mas qual a solução, eu já conversei com vários especialistas do campo jurídico, do campo político, ninguém consegue. Eu acho que vai levar o prêmio Nobel quem conseguir decifrar essa questão de licitações no Brasil; é extremamente problemática. Alguns dizem que o pregão eletrônico resolveu parcialmente. Realmente ele resolveu, mas ainda nós temos as grandes licitações, que, combinadas com os processos eleitorais, combinadas com a questão dos grupos de interesses, os lobistas que estão presentes, viram mix. Assustador.

De positivo nós temos os Códigos de Ética dos Servidores Públicos. Todos eles, eu vejo com bons olhos. O Cadastro Nacional de Empresas Idôneas e Suspensas e a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que também veio aí num sentido de auxiliar, ou melhor, cobrar dos agentes políticos eleitos uma maior responsabilidade para com a administração pública, é algo que realmente nós avançamos, próximo. Meios de comunicação. Positivo, a despeito de tudo que o doutor Emiliano colocou e que eu concordo parcialmente, que a nossa mídia, às vezes, ela peca por um denunciismo irresponsável, às vezes, ela mais desestabiliza do que ajuda no pensar de um determinado problema. Eu acho que há alguns excessos, mas ela tem feito um papel investigativo: muitas das denúncias que têm sido reportadas à sociedade em geral vem por meio da mídia e eu acho que isso é um ponto positivo. Obviamente que há interesses econômicos, não vou entrar nesse campo, mas ela tem cumprido o seu papel. E a própria Lei de Acesso à Informação, que isso eu espero que ajude, não é algo que está ligado aos meios de comunicação, mas ela serve à sociedade civil como

um mecanismo de transparência. E o campo em que eu atuo, eu trabalho junto com agências internacionais, as convenções tanto da OEA, da OCDE quanto da ONU, que o Brasil é signatário, elas servem como instrumento de pressão internacional sobre os países que são signatários dessas convenções.

Talvez o Brasil não perceba tão imediatamente o quanto ele responde a essas convenções, mas elas têm sido capazes de alterar, por exemplo, uma situação crítica na Nigéria. Os países que vão se tornando signatários, eles acabam de algum ponto sendo obrigados a promover mudanças. E por que essas mudanças ocorrem? Porque quando é feita a avaliação ou as chamadas rodadas, que é quando você verifica no país se aqueles dispositivos que estão contemplados na convenção, se o país tem um ordenamento jurídico ou se ele está cumprindo com aquilo que ele assinou, propriamente dito, quando o Governo envia um *report*, vai um *report* da sociedade civil e essas duas informações são confrontadas, então muitas vezes os países acabam sendo, vamos dizer, denunciados de que aquilo que ele colocou não é real e isto faz que os organismos pressionem muitas vezes os países a ajustar, vamos dizer, essa seria uma palavra adequada, ajustar aquilo que está em desacordo com o que é contemplado na convenção.

E eu gostaria de citar um exemplo aqui da eficácia da Uncac. Sempre quando os promotores precisam, qualquer pessoa precise de informações acerca de contas no exterior, por exemplo, Paulo Maluf. O que é feito? Você tem toda uma tramitação que passa internamente, então você precisa pedir para o Supremo. Tem todo um trâmite que demora muito na obtenção das informações e no caso, esses dois casos que eu illustrei ali, do Paulo Maluf e do Eduardo Bittencourt Carvalho, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que, suspeitos de enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro, as informações para extradição, extradição não, as informações para o destino do dinheiro, o promotor responsável ao invés de percorrer todo esse viés, esse labirinto no Brasil, ele recorreu ao artigo 43 da Uncac da ONU, que é o artigo que prega a questão da cooperação. Então, com isso, ele conseguiu imediatamente que o escritório de Londres, por conta do dinheiro do Maluf, que está em uma das ilhas britânicas, respondesse imediatamente à solicitação dele, de que o dinheiro se encontrava lá. Tanto que está na mídia essa semana a questão do Paulo Maluf.

O promotor responsável, quando o entrevistei, ele me disse que recorreu ao artigo 43 porque se ele fosse seguir toda a tramitação possivelmente Maluf estaria morto, o filho dele também, demoraria algumas gerações para se obter essa informação. Então isto demonstra um pouco a propriedade que uma convenção que talvez nós muitas vezes ignoramos essa potencialidade. O mesmo

ele fez com o Bittencourt. Qual é o ponto negativo em relação às agências internacionais? Nós temos uma dificuldade de repatriação dos recursos no exterior, apesar de estar contemplada no interior delas essa cooperação. A extradição passa por outras esferas, então fica um pouco difícil de obter esses recursos.

Então, o que nós podemos observar é que a cultura democrática brasileira tem sido um sistema de resolução de conflitos, em que os resultados dependem do que seus participantes fazem e da responsabilidade dos seus atores, responsabilidade que se torna mais aguda quando agentes públicos assumem funções públicas, eleitos ou não, e que se vulnerabiliza quando os indivíduos estão corrompidos por meio do poder que detêm. A consequência é a perda da eficácia organizacional de conhecimento e a vigência de ações arbitrárias, ou seja, os líderes lentamente aumentam sua própria importância, até que finalmente substituam o interesse coletivo pelos seus interesses particulares. O antídoto para eliminar a ação dos agentes políticos acerca da responsabilidade que esses possuem tem sido códigos de ética e ações administrativas, uma vez que é impossível fazermos aquilo que os romanos faziam: colocar um subordinado ao lado desses líderes dizendo que eles são mortais e que a glória e o poder é momentânea.

O que temos vivenciado no Brasil nas últimas décadas permite-nos afirmar que democracia é gestão de incertezas. Isso não quer dizer que tudo é possível ou que nada é previsível, mas apenas que os atores envolvidos neste processo democrático sabem o que é provável e possível, mas não o que vai acontecer. Sabemos o que pode acontecer, mas a probabilidade é determinada tanto pela estrutura institucional quanto organizacional; portanto, os códigos de ética são instrumentos que tentam antever vulnerabilidades na administração pública. Entretanto, nem sempre dão conta do fato. Sendo assim, como poderemos aumentar nossas certezas? Por meio da transferência cada vez maior do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regras, ampliando o arcabouço normativo que temos delineado desde 1988. E é neste contexto que faço minhas sugestões, considerando os 12 anos de Código de Conduta da Alta Administração Federal. O que eu gostaria de sugerir, não sei a pertinência, mas se é possível talvez uma revisão passados 12 anos, seria a ampliação da quarentena para um ano. Já existe um projeto de lei desde 2006 que propõe a quarentena para aqueles que deixam os cargos públicos, diretores, principalmente, de seis meses para um ano. Alguns países adotam dois anos de quarentena, para intensificar aquilo que já está sendo feito, o número de cursos para autoridades de forma que possam atuar como multiplicadores da ética pública. A doutora Renata me disse que isso é uma constante, então tem que ser intensificado.

Eu, como educadora, acredito que é por meio desses cursos, é por meio de seminários que você pode difundir uma dada cultura. Introduziria, não sei se é possível, a punição, ou multa, suspensão da remuneração ou restrição à progressão da carreira pública, publicização da CEP, não só da própria Comissão, mas de todas as CEPs. O que eu vejo é que, muitas vezes, as comissões, os comitês de ética, eles são muito fechados. Eles divulgam os nomes, mas eu sei que não é possível divulgar as ações que estão correndo no interior, mas ao menos em termos quantitativos seria possível. Temos tantos processos resolvidos no ano tal. Eu acho que essa publicização, ela é interessante e importante e, principalmente, atenderia a Lei de Acesso à Informação. E algo último, é algo que eu tenho insistido em todas as minhas apresentações: proteção a denunciante e agentes que se recusem a praticar atos ilegais. O Brasil peca por não proteger as pessoas que denunciam. Não estou falando de proteção à testemunha, estou falando àquele que denuncia atos de corrupção, servidores que muitas vezes são coagidos a agir porque existe uma estrutura que o força a permanecer numa condição, e ele não tem como fugir daquilo. Eu sou funcionária pública e nós sabemos que muitas vezes o meio público, ele é cruel, ele é mais cruel do que empresa privada. Então esse indivíduo, ele tem que ter um respaldo, ele tem que ter algum tipo de amparo porque ele se recusou a praticar. Então qual é o amparo que ele tem? O amparo legal. Em suma, essas são as minhas colocações. Eu agradeço imensamente e muito obrigada.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Tem alguma pergunta, alguma pergunta? (intervenção fora do microfone)

SRA. RITA DE CÁSSIA BIASON – Essa questão dos paraísos fiscais, ela tem sido amplamente debatida. Não vou dizer que a Suíça vai deixar de ser. Vamos dizer, vai abrir as contas, mas há sim uma pressão para que esses paraísos sejam mais transparentes. Possivelmente nós não viveremos para ver isto. Não é algo que o senhor vai presenciar nem eu, mas é algo que já tem gerado um desconforto, tem. No âmbito da OCDE há um certo desconforto em relação a isso, porque os países signatários, por exemplo, da convenção, como o Reino Unido, possuem paraísos fiscais. Então essas contradições, em algum momento, elas estão vindo à tona muito lentamente, e esse é um problema. Muitas vezes a gente gostaria que a coisa fosse resolvida do dia para a noite e não é possível, mas já está em pauta e já há assim um certo desconforto... (intervenções fora do microfone).

Em relação a essa questão da terceirização, eu acho que o maior problema da terceirização, óbvio, ela é ilícita, mas é a precarização do trabalho. Nós sabemos que isso é um problema complicado. Agora, uma lei que resolva

tudo isso e que resolva o direito de denunciar nós já temos, porque acho que as ouvidorias, elas cumprem o papel de alguma forma acolher essa denúncia. Nós temos instrumentos, nós temos mecanismos já institucionalizados que vêm atendendo essa questão do direito de denunciar. Eu acho que o que falta é a outra ponta, é a questão de que, tudo bem eu fiz a denúncia, mas qual é o amparo que eu tenho frente a essa denúncia. E aí muitas vezes as pessoas sentem-se temerosas de fazer qualquer tipo de denúncia, porque elas sabem, ou melhor, elas não preveem e têm o temor do que pode acontecer em relação ao cargo delas e obstáculos que porventura elas possam sofrer dentro da própria progressão. (intervenção fora do microfone)

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Mais alguma pergunta? Bom, queria agradecer aos nossos palestrantes de hoje e queria complementar um pouco dizendo o seguinte: a nossa Comissão de Ética tem feito um trabalho que eu não posso, eu sou suspeito evidente, eu sou suspeito, mas muito bom a respeito da difusão da ética e para combater, não corrupção, porque corrupção é crime, aí é a competência do Poder Judiciário, mas os desvios éticos de certos funcionários.

Evidentemente se alguém violou a lei, ele ofendeu a ética, mas às vezes ele pode não violar a lei e ofender a ética. Muita coisa que é legal pode não ser ético; agora, o que é ilegal evidentemente é sempre antiético. Agora a ética é uma questão que diz respeito a todos nós individualmente, quer dizer, nós somos os nossos juízes, nós mesmos a respeito do comportamento ético. Hannah Arendt tem uma frase que eu considero muito boa e eu intercalo duas que ela diz: “*No centro das considerações morais da conduta humana estou eu, eu sou juiz de mim mesmo e no centro das considerações políticas está o mundo.*” Eu acrescento duas frases entre elas: “*Nos centros das considerações costumeiras da conduta humana está a sociedade.*” Porque a sociedade é que diz, por exemplo, que nós temos que ir a um casamento de roupas sociais, bem vestidos, e na praia nós podemos ir de qualquer jeito. Isso é o quê? Isso é costume, e é a sociedade que faz esses costumes, e no centro das considerações jurídicas da conduta humana está o Estado, porque é o Estado que emite as normas jurídicas que vão controlar a sociedade.

Nós temos feito realmente um trabalho que eu não vou dizer que seja perfeito, porque perfeição não é desse mundo. Como nós já vimos aqui, corrupção existem falhas, existem em todos os poderes, todos os poderes estão, mas são exceções e isso é que a mídia não divulga. Por exemplo, esses três mil funcionários que foram demitidos por corrupção do Poder Executivo, eu não

vi essa notícia na mídia, não sei se os senhores viram, eu não vi. (intervenção fora do microfone) Viu? Então eu estou enganado. Mas não foi em manchete grande não... (intervenção fora do microfone) Coisa simples, escondido, eu não vi. E uma vez uma repórter já me disse, eu estava dando uma entrevista e pedi para ela botar pelo menos na manchete uma notícia boa, porque eu tinha dado notícias ruins e notícias boas. Ela disse que não podia fazer isso porque o chefe de reportagem dela ia dizer que a notícia boa é a antinotícia. A manchete tinha que ter uma notícia ruim e foi o que saiu no dia seguinte: realmente no corpo da reportagem estava direitinho, estava tudo certinho, o que tinha de bom, mas o título e muita gente só leu a manchete, eu pelo... (intervenção fora do microfone).

SR. FLÁVIO (participante do Seminário) – Verdade que três mil e poucos funcionários foram demitidos porque tem a Controladoria Geral e tem dentro dos órgãos as Comissões de Processos Administrativos, foram 3.200. O que nós queremos saber, desculpe aí o deputado, é que agora vai ser punido um deputado pelo Supremo. Os nossos senadores, nossos deputados nunca são punidos; nós somos punidos quase que agora.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Bom eu posso dizer ao...

SR. FLÁVIO (participante do Seminário) – Onde foram punidos 3.200 deputados?

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Bom, para começar nem existem 3.200 deputados, primeira coisa... Agora não é o primeiro deputado que foi punido não. O ministro Carlos Ayres Britto no começo do ano condenou um deputado e isso (intervenção fora do microfone), isso é um outro problema. (intervensões simultâneas)

SR. FLÁVIO (participante do Seminário) – Hoje eu fiz várias perguntas que na verdade sempre foram as mesmas e acho que eu não tive resposta até agora. Parece que ninguém quis falar sobre loteamento, aparelhamento político dos órgãos públicos, é o que mais tem hoje em dia. O que vem acontecendo... (intervenção fora do microfone) Implantam esse sistema de corrupção, e depois botam para fora da administração o soldadinho chão de fábrica, e jogam isso na mídia como se fosse para aplacar a ira dos deuses. Na verdade a gente tem que mudar é de cima. A questão da ética pública tem que começar pelas autoridades, e que eles têm que dar o exemplo para nós, e nós já damos o exemplo para eles.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – O senhor quer responder?

SR. EMILIANO JOSÉ – Não, eu tenho aqui algumas perguntas aqui. Agora, se houver tempo, eu...

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Não, tem tempo. Temos tempo sim. Porque nós temos ainda... O outro painel vai começar às 16h. Nós temos mais uns 15 minutos. Pode responder.

SR. EMILIANO JOSÉ – Eu dizia que se a gente, eu citei o caso dos funcionários apenas para que a gente não se dirija à política, insisto, à grande política, àquilo que dirige o País. Porque a demonização da política tornou-se moda e vai atingindo a sociedade. Nós falamos dos políticos como se bandidos fossem. E se existem bandidos, existem homens sérios, e por isso eu disse, e mulheres... E por isso eu disse que entre funcionários tem gente seriíssima e os que também malversam o dinheiro público e poderíamos... (intervenção fora do microfone). Falei sim. (intervenção fora do microfone) Então você não ouviu. Eu lamento lhe dizer que você não ouviu. Pergunte aos outros se eu não falei. (intervenção fora do microfone) Ah, sim. (intervenção fora do microfone) Não, mas eu faço questão de desmentir quando a pessoa não ouviu. (intervenção fora do microfone) Falei. Claro que você não ouviu, é outra coisa. Você não ouviu. Paciência. Eu destaquei que tem funcionários sérios e tem os que são punidos por malversação do dinheiro público. Mas isso... E isso é obvio.

O funcionalismo é pedra angular da nação, é fundamental. O trabalho que é feito pelo funcionalismo, pelo serviço que a gente chama de serviço público, eu valorizo de maneira extraordinária. Só citei isso apenas, e tão somente, para dizer que é incorreto, é equivocado generalizar para o funcionalismo ou para a política o delito ético, cultural e a malversação do dinheiro público. É só por isso. Agora, eu sei o valor da importância da dignidade, da seriedade da maioria do funcionalismo público brasileiro. Luto por isso. E luto para que cada vez mais se firmem, como aconteceu numa medida que raramente acontece nesses últimos anos, o concurso público. Concurso público foi crescendo; nós enfrentamos a oposição dura dos nossos adversários da oposição porque fazemos concurso público no Brasil seguidamente. Isso significa valorizar o serviço público concursado. É isso. Quanto à questão do que foi chamado pelo Flávio de loteamento e aparelhamento político sindical do aparato estatal, é preciso lembrar, eu concordo com o que disse a professora, do excesso de volume de cargos em comissão.

Cargos em comissão, eles vão existir porque senão você não tem o poder político. Se você não tem cargos em comissão, você não vai ter o poder político e o controle mesmo político. Ou seja, o poder político é poder político. Tínhamos um projeto político, temos outro hoje e vai mudar. Agora, eu considero que, na palestra da professora, vários aspectos foram levantados, mas que se resumiria na necessidade de uma reforma profunda no Estado brasileiro. Eu falei da reforma política e que considero essencial e que sem ela nós vamos continuar, os escândalos vão continuar sobrevivendo, vão continuar acontecendo por conta do caixa dois. O caixa dois dessas eleições municipais foi maior do que qualquer outra. Por quê? Porque nós temos um financiamento privado. E não vai deixar de acontecer enquanto você não mudar profundamente a legislação.

E eu sou um pouco mais rigoroso, professora: enquanto não acabar com o financiamento privado, e houver uma vigilância rigorosa quanto a isso. Porque o financiamento privado estabelece uma cumplicidade direta entre o financiador e o político, não tem jeito. Salvas exceções de sempre, mas a lei é a lei. Então eu considero que a crítica do Flávio é justa neste sentido, no sentido de que nós temos que melhorar, profissionalizar o Estado brasileiro, diminuindo os cargos em comissão. Isso nós temos acordo. Se o professor Lacombe permitir, eu não tenho mais tempo, tem uma outra pergunta. Não, porque as pessoas dizem: “*Não quer responder.*” Não, não é rápido. Não é rápido porque é uma questão que... De fundo, e é claro, pega o meu partido e eu responderia com muita tranquilidade. Mas como o tempo limita, não tem problema nenhum. Eu só estou dizendo que eu não me recuso a pergunta nenhuma. O problema meu é de tempo mesmo, não de receio de tocar em qualquer questão. Porque quem está na vida pública tem que estar disposto a discutir qualquer coisa e com a maior franqueza do mundo. É o que eu faço. E isso é o que eu vou continuar fazendo.

SRA. ELIZETE (participante do Seminário) – Deputado, meu nome é Elizete, sou do Ministério da Saúde, Trabalho.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Se puder ficar em pé, por gentileza.

SRA. ELIZETE (participante do Seminário) – Eu sou Elizete, sou do Ministério da Saúde, e sou do Sistema Nacional de Auditoria do SUS.

SR. EMILIANO JOSÉ – Eu vi aqui a sua pergunta.

SRA. ELIZETE (participante do Seminário) – Pois é, mandei duas perguntas, querendo resposta. E um dos pontos que eu queria colocar é que a

professora e o senhor também esqueceram-se de um ponto bem importante, apesar de ser essa semana, da Consciência Negra. Uma foi o clientelismo, a outra o nepotismo e a outra o racismo institucional.

SR. EMILIANO JOSÉ – Perfeito.

SRA. ELIZETE (participante do Seminário) – Uma coisa pesadíssima...

SR. EMILIANO JOSÉ – Corretíssima, corretíssima!

SRA. ELIZETE (Participante do Seminário) – Do nosso Estado.

SR. EMILIANO JOSÉ – Muito correta.

SRA. ELIZETE (participante do Seminário) – Nos três Poderes. Nos três Poderes. E a corrupção, ela não é culpa dos corruptores e nem dos corrompidos não. A corrupção está enraizada nos processos de trabalho. Então, se ela está enraizada nos processos de trabalho, se não tiver uma reforma, sinto muito, a gente não vai vislumbrar nada no final do túnel, nem um tipo de luz. Eu estou aqui só ouvindo e falando: “*Meu Deus, o quê que eu estou fazendo aqui?*” Porque eu estou ouvindo coisas, que eu estou ouvindo há séculos. E não estou vendo nenhum tipo de luz no final do túnel. Talvez porque eu esteja chegando aos 50 anos e esteja já em eterno, começando já a ficar pessimista. Será que é isso? Não sei.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Não, acho que não.

SRA. ELIZETE (participante do Seminário) – Então é isso que eu queria colocar.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Eu dou a palavra à professora Rita, que tem algumas considerações a fazer.

SRA. RITA DE CÁSSIA BIASON – Eu vou tentar fazer algumas considerações. Algo que nós sempre esquecemos é que a nossa democracia é jovem. Quando me pedem para fazer comparação do avanço de corrupção no Brasil com os Estados Unidos, ou com a França, ou com a Alemanha, eu falo que não tem o que comparar. Só podemos comparar elementos próximos, e a nossa realidade está mais para a Índia, para o México, do que para o Canadá. Primeira coisa.

Então quando você fala de todos esses problemas, óbvio que nós gostaríamos que eles fossem retirados da nossa vida do dia para a noite. A questão que ela falou da discriminação, a questão do aparelhamento político, mas o que nós esquecemos, e eu acho que nesse sentido, às vezes, nós somos um pouco, talvez tímidos ou inocentes em pensar que a política, ela tem uma lógica que não é aquela que a gente deseja. Política tem algo que é própria dela. E quando ele fala do aparelhamento político, isso só vai se resolver com uma questão: quando os partidos políticos forem fortalecidos e quando o *lobby*, que é aquela discussão que está em curso, for aprovada. A Lei do *Lobby*. Por quê? Porque a Lei do *Lobby* traz a questão de fiscalização sobre os lobistas, coisas que nós não temos hoje... (intervenção fora do microfone).

Não existe isso. E você vai falar, mas, como que... Então nós sabemos, todo mundo sabe quem é o lobista, e é ele quem intermedia essa questão da doação de campanha junto aos deputados. Então nós temos alguns fios que precisam ser conectados e que, num esforço hercúleo, nós estamos tentando fazer isso. Quando eu digo: “Nós estamos”, eu estou dizendo como cidadã. Meu papel aqui é exatamente como cidadã. Eu não sou política, eu sou professora. Professora de Ciência Política. Ponto. E que é difícil. Então possivelmente você chegou aos 50 anos e você não vai ver essa mudança dentro do meio público. É desalentador? É, mas é um processo lento. Ninguém construiu um Estado democrático do dia para a noite. A história da democracia, e eu espero que seja este curso que nós continuemos a seguir e a perseguir, é uma história lenta. Que lindo modelo francês. Poxa, mas os caras têm 300, 400 anos. Eu tenho inveja branca deles. Por quê? Por que eles conseguiram construir um modelo. Eu acho fantástica a racionalidade alemã de eficácia do sistema público. Adoraria que a Alemanha fosse, que o modelo implantado na Alemanha fosse nosso.

Mas nós temos uma outra organização. Nós temos um caminho distinto e é esse caminho que nós estamos tentando construir. Então, apesar de você estar ouvindo as mesmas coisas, é óbvio que é angustiante, mas é o caminho que nós estamos tentando achar. O que é a identidade brasileira? Diga-me em uma palavra o que é a identidade brasileira. Ninguém consegue traduzir isso. Então no que se refere à questão de corrupção, nós temos vários ainda, várias lacunas para superar. Inúmeras, inúmeras. E eu estou falando aqui de corrupção. Eu não estou falando de questões...

SR. EMILIANO JOSÉ – Os sistemas eleitorais...

SRA. RITA DE CÁSSIA BIASON – Nós temos várias. A questão é nós estamos tomando ou tentando resolver, e é essa a questão, daquilo que é mais urgente, que afeta a todos. O que está atingindo os quase 200 milhões de brasileiros? O que compromete a legitimidade do nosso processo? É esta coisa que nós temos que pegar primeiro. São prioridades. Quando você vai fazer uma reforma qualquer na sua casa, você tem que saber dessas prioridades. Você não vai começar do tudo. O dinheiro vai acabar às vezes na metade do caminho. Então qual é a prioridade que nós temos? A prioridade foi agora a Lei da Ficha Limpa. A Lei da Ficha Limpa pegou? Não sei. Eu viajei pelo Semiárido baiano a 15 dias atrás, percorri várias cidades, e eu vi alguns prefeitos “laranja”. Eu fiquei preocupada. Eu fiquei muito preocupada. Quer dizer, nós temos agora a questão do financiamento público.

Se nós conseguimos, eu tenho as minhas reservas em relação a isso, mas é uma questão que está todo mundo pontuando como um ponto urgente no Brasil, a reforma política. O que dentro da reforma política? Então óbvio que, como funcionária pública, eu entendo muito bem o que vocês estão colocando, porque eu também sinto isso, só que numa esfera estadual. Talvez vocês estejam numa esfera federal e eu estou numa esfera estadual, mas eu sei que nós gostaríamos de ver tudo isso fora do cenário político. A boa notícia é que vai ocorrer. A má notícia é que alguns de nós não estaremos aqui mais para presenciar (intervenções fora do microfone) ou para ajudar. Mas é o nosso legado, é o nosso legado, lamento. É aquilo que nós estamos construindo. Quantos de vocês poderiam imaginar que esse debate estaria ocorrendo dentro da esfera pública? Não estou dizendo, independente da organização, quantos de vocês poderiam supor isso?

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Eu não posso dar a palavra porque nós estamos com o tempo encerrado.

SRA. RITA DE CÁSSIA BIASON – Então é um pouco isso. Eu sei que todos nós gostaríamos de resolver em 24h tudo, mas ainda não dá. Temos que, infelizmente...

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Eu só gostaria de completar com pequena observação. A senhora falou em França e Alemanha, que têm evidentemente 2.000 anos, 3.000 na nossa frente. Os Estados Unidos não têm. Tem mais ou menos a mesma idade que nós. E muitos de nós aqui achamos que tudo lá é perfeito, mas não é não. Não é não. Está longe de ser. O sistema eleitoral deles é muito pior que o nosso. Muito menos demo-

crático. E nós ouvimos... Eu ouvi nessa última eleição, o Mitt Romney dizer o seguinte: “*Eu vou ganhar a eleição porque arrecadei mais dinheiro.*” Quer dizer, então lá a arrecadação é livre: cada um dá o que quiser. Então, porque ele arrecadou mais dinheiro, ele achava que ele poderia ganhar a eleição. E nós sabemos que o sistema eleitoral deles permite que alguém se eleja com minoria, como Bush se elegeu no primeiro mandato. Ele perdeu na Flórida, em que foi fraudada a eleição, e teve menos votos populares que o Gore. E esse é o sistema eleitoral americano: você ganhando num estado, você leva todos os votos daquele estado para o colégio eleitoral, mesmo que você ganhe por um voto de diferença, e isso permite, às vezes, que a pessoa com menos votos populares ganhe a eleição. Quer dizer, eles têm falhas também muito sérias e, cá entre nós, nós ainda temos uma Justiça Eleitoral que é exemplo, para o mundo. Vários países do mundo vêm aqui copiar e ver como é que funciona a nossa Justiça Eleitoral. (intervenção fora do microfone) Pois é, e nós fizemos uma revolução nesse País para reestabelecer a Justiça Eleitoral, que foi a Revolução de 30. Comparar com o Canadá não dá, porque Canadá tem 40 milhões de habitantes e nós temos quase 200. Eles têm um PIB um pouco menor que o nosso, mas se nós tivéssemos 40 milhões de habitantes com o PIB que nós temos, nós seríamos um país muito rico. Bom, vamos fazer uma interrupção para o café e voltaremos aqui às 16h com o outro painel.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Nós vamos para um pequeno intervalo. Logo após o intervalo, serviremos um *coffee break*. (intervenções fora do microfone) Voltamos às 16h15.

PAINEL 3: ÉTICA, EXERCÍCIO DA CIDADANIA E REFORMA POLÍTICA

ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA
Conselheiro da Comissão de Ética Pública

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA
Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)

SÍLVIO LUÍS ROCHA
Juiz titular da 5ª Vara Criminal em São Paulo e conselheiro do CNJ

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, dando sequência às atividades, retorno com o 3º painel que tem como tema “Ética, exercício da cidadania e reforma política”. Para moderador desse painel convidamos o conselheiro da Comissão de Ética Dr. Antônio Modesto da Silveira. Como palestrante convidamos o presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Sr. Flávio Dino. Convidamos também o presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lourenço Masset Lacombe.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Atenção. Vamos dar continuidade aos trabalhos. Antes de mais nada, de abrir e passar a palavra para o Dr. Dino, quero dizer que de tão empolgado no tocante desses painéis que a gente fica criando e querendo encontrar solução para tudo, uma delas e até eu soube que há na plenária, há muita gente que compõe Comissões de Ética de vários setores de ministérios e etc. Quando comecei soube que tinha um encontro dessas Comissões e, se não houver o suficiente, vou propor a minha Comissão de Ética da Presidência para que mantenha e aumente muito mais esse momento. Bem, mas, dando início, vamos ouvir hoje a apresentação do Dr. Flávio Dino de Castro e Costa. Ele é presidente da Embratur, mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Vamos ouvi-lo então. Cerca de 30 minutos. Enquanto isso é o tempo de chegar nosso segundo palestrante, que é o Dr. Sílvio Luís Rocha. Ele chegará nesse período. Então passo a palavra ao Dr. Flávio Dino.

SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Cumprimentar a todas as senhoras e senhores. Dizer primeiro que é uma honra, uma satisfação estar aqui, imagina porque a gentileza desse convite se derive do fato de além de exercer uma função no Poder Executivo, ter sido juiz federal por 12 anos e ter sido também deputado federal na legislatura passada. Imagino, portanto, que o fato de ter transitado pelos três poderes tenha feito de algum modo que eu possa estar aqui, muito menos pelo cargo que atualmente exerço. Para que nós possamos falar aqui um pouco do turismo, da reforma política no exercício da cidadania, a partir naturalmente da construção desses saberes oriundos dessas experiências. Cumprimentar o eminente mestre Antônio da Silveira, bastante antigo nesta (ininteligível). Eu me lembro bem, eu quatro, cinco anos, eu assisti a uma entrevista dele na televisão...

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Sou antigo assim, é? Eu já tinha 20?

SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Nada posso fazer contra isso, mas é fato. Eu sou de 1968, professor. Eu não minto, embora seja deputado, eu não minto. E cumprimentar o meu colega, posso assim dizer, mérito de todos nós, também juiz, também magistrado, desembargador do Tribunal Regional Federal, membro da Comissão de Ética, Américo Lacombe, que também conheci ao tempo em que tive a honra de ser magistrado federal. Devo preliminarmente dizer a todos, senhoras e senhores, que depois de 12 anos como juiz federal, deixei de ser juiz porque eu quis, dizer a todos que eu não fui aposentado compulsoriamente, compelido a pedir exoneração, nada desse tipo. Nunca respondi a nenhuma sindicância, nenhum processo disciplinar. Sou política por opção, por convicção.

E quando eu deixei de ser magistrado para ser candidato em 2006, eu tive um disjuntivo, eu tive duas opções: uma, se eu me elegeisse, seria tido como corajoso; a segunda, se eu não me elegeisse, eu seria dito como louco, então eu tinha que correr para me eleger e graças a Deus eu tive a honra de representar o povo do meu estado. Na última eleição enfrentei, fui candidato ao governo do Maranhão, disputei com um pessoal que vocês conhecem mais ou menos... (falas sobrepostas) Vocês conhecem um pouco, já ouviram falar e perdemos por pouco a eleição e, enfim, continuamos aí a nossa trajetória política. Imagino que seja em razão desse conjunto de experiências que eu tenho a honra de estar aqui com as senhoras e senhores falando daqui a pouco sobre ética e reforma política. É o tema do momento, naturalmente para muito além da epiderme, do fundo da pseudoconcreticidade, da superfície da abordagem mediática que foi o julgamento do chamado Mensalão. Nós temos um conjunto de reflexões daí derivadas. Reflexões jurídicas que devem ser feitas no foro próprio, reflexões políticas. Naturalmente não venho aqui tratar das reflexões jurídicas. Disse hoje, no Correio Braziliense, que tenho, além de dúvidas, uma imensa curiosidade científica se o Supremo Tribunal Federal irá manter a sua jurisprudência após esse julgamento, porque é fato que ao julgar esse processo, chamado de Mensalão, acabou por concluir uma série de parâmetros novos da interpretação das leis, por exemplo, lavagem de dinheiro, tipo penal de corrupção, da própria dosimetria, o rigor das penas. Nós sabemos que nós temos no Brasil a cultura da pena mínima, muito difícil ser condenado em primeira instância. Tentavam condenar os réus a penas superiores, às vezes, ao mínimo legal e sempre vinha a reprimenda das estâncias superiores, que da ausência de requisitos objetivos, advém daqueles requisitos do artigo 59 do Código Penal se não mudaram, pelo que eu lembro não mudaram, era impossível aplicar a pena superior ao mínimo legal.

E nós temos aí um conjunto de questões novas nascidas desse julgamento do Mensalão, porque do ponto de vista axiológico, laborativo, nós temos que, por exemplo, o pai que é acusado de ter matado a sua filha pegou uma pena menor do que a maioria dos réus que foram julgados no Supremo; a filha que matou o pai e a mãe, dois casos bastante parecidos, o caso da Suzane Richthofen e do casal Nardoni pegou penas menores do que muitas das penas que foram impostas pelo Supremo Tribunal Federal, o que sugere que nós estamos diante talvez de uma mudança de paradigma da interpretação das leis no Brasil. Não faço nesse instante, porque não tenho tempo e não é o tema o juízo de valor, se isso é bom ou ruim, apenas uma constatação para de algum modo suscitar algum tipo de reflexão acerca desse conjunto de abordagens possíveis a partir desse julgamento do chamado Mensalão. Eu particularmente, como cidadão, espero que em certo sentido se extraia uma cultura judicial que de fato haja o império da lei, a boa aplicação das leis e com celeridade. Nós sabemos que, mais importante, às vezes, do que aplicar bem a lei, é aplicá-la no tempo certo para que haja o efeito social, que é chamado na linguagem do direito penal de efeito preventivo geral, para além do efeito repreensivo que possa decorrer do exame de um caso concreto.

Além disso, naturalmente indo para o terreno que hoje me é prol, embora continue a ser professor de Direito, mas o objetivo aqui da minha presença, o objetivo é outro. Trazendo o tema para o conjunto de reflexões políticas, é natural que nós possamos verificar um foço entre visões acerca das éticas presentes na vida pública no Brasil. O Partido dos Trabalhadores, que não é um partido qualquer, é um dos maiores partidos do planeta, é o partido que dirige o nosso País, legitimamente com a força do voto popular a mais de dez anos, emitiu uma nota muito rigorosa, quanto ao julgamento do Supremo Tribunal Federal, e acho que todos e todas que aqui estão, como cidadãos, especialistas, servidores públicos e etc., devem levar em conta essa reflexão, porque ela se contrapõe muito fortemente no terreno político em relação à lógica que o Supremo Tribunal Federal adotou ao julgar o caso do Mensalão. Vejam a nota do PT, que está disponível no *site* da internet, e vejam que há uma visão no sentido, vai no que vem no chamou da ética, da responsabilidade, ou a ética do resultado, enquanto o Supremo talvez funcionasse num outro extremo, como exemplo um chamou da ética da convicção ou da ética dos princípios, ou seja, nós temos uma dicotomia, uma díade muito acentuada, um contraste muito nítido acerca da reflexão sobre o que é certo ou errado. Esse debate certamente não é novo: esse é um debate de Maquiavel e de Kant. O que Maquiavel dizia, eu trouxe um trecho aqui para ler, porque ele é bem elucidativo, do que anteriormente chamou da ética

dos resultados. O Maquiavel no Judiciário é chamado de consequencialismo, não é chamado de outra coisa, mas o Maquiavel, antecedendo aquilo que Weber posteriormente ia escrever no livro *Política por Vocação*, disse assim: *“Quando é preciso decidir sobre a salvação da pátria, não cabe me ater-se em considerações de justiça ou injustiça, de humanidade ou crueldade, de glória ou de (ininteligível) antes de tudo e, sobretudo, indisponível, ou seja, o ético, ressalvar a existência da pátria e a liberdade, então em nome dos resultados, os fins, todos os meios, postos à disposição dos homens e das mulheres do Estado são legítimos, são, portanto, éticos.”*

E Kant, também com reflexão anterior há Weber, disse assim: *“Embora a máxima, a honradez é a melhor política, implica uma ideia que a prática dissidente com frequência, a máxima teórica, a honradez é melhor do que qualquer política, é ainda infinitamente superior a qualquer objeção, e configura uma objeção indispensável da política.”* Então é exatamente essa qualidade que nós estamos nesta hora presente, 2012, nos defrontando no Brasil. As políticas de modo geral, afetadas por esse julgamento, imagino que em nome dos objetivos advindos da chamada governabilidade, os acordos e as alianças políticas que foram feitas, obedeciam a mais ou menos uma certa ética que Maquiavel e aqui vocês não vão deturpar o que diz o direito penal maquiavélico. É algo maquiavélico não no sentido vulgar da palavra; no sentido científico, é considerar que é em nome da salvação da pátria, em nome da salvação de um projeto.

E vejo uma dificuldade da reflexão filosófica, projeto legitimado pelo povo, e um projeto que trouxe benefícios efetivos para o Brasil na minha perspectiva, na minha avaliação. Lógico que há legitimamente dissonância em relação a isso na sociedade, mas na minha perspectiva é um projeto. Nesse sentido, materialmente falando, um projeto legítimo. E de outro lado, se nós olharmos muitos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, duas constatações são possíveis: a primeira, que nós temos muitas vocações parlamentares frustradas no Supremo, muitos discursos parlamentares foram feitos ali, quando do exame das provas. Não digo se isso é certo ou errado, mas aconteceu. E a segunda constatação é de que havia uma ética dos princípios, uma ética da convicção, uma certeza, portanto, de que em razão de um dos comportamentos verificados no mundo da política ser ilegal, ser tipificado, inclusive, na lei penal, em nome exatamente da salvação da pátria, cabia ao Poder Judiciário aplicar a lei, portanto, punir aqueles que em nome da chamada ética da responsabilidade haviam transgido nos seus deveres legais, sob a perspectiva do Supremo Tribunal Federal.

Aliás, tenho encontrado aqui, sumariamente, terminando essa primeira parte, que são só duas, então tranquilizo a todos, encerrando essa primeira parte, é exatamente essa, quem está certo? Provavelmente os dois lados, as duas visões oferecem reflexões mais completas. E para finalizar essa primeira parte, conluo, exatamente com o próprio Weber. O Weber se defrontava com isso, que é um debate na verdade, milenar, secular. Weber concluía assim: “*A ética da convicção e a ética da responsabilidade, ou seja, a ética dos princípios e a ética dos resultados não podem estar separadas da conduta da grande política, da verdadeira política. A primeira, a ética da convicção dos princípios, tomada em só isso mesmo, levada as suas consequências extremas, é própria do fanático, uma atitude moralmente repugnante. A segunda, a ética da responsabilidade, dos resultados, totalmente separada da consideração dos princípios, que dão origem às grandes ações e completamente voltadas para o resultado, caracteriza a figura do cínico, não menos reprovável do que as demais.*” Acho, portanto, que essa primeira abordagem, me parece que o caminho talvez esteja, como sempre, naquilo que nós e Marcos Kirchner chamamos de síntese dialética, *weberianos*, *marxistas*, uma síntese dialética, contra atos, teses, antítese, nós chegamos a uma síntese, exatamente essa ponderação.

E vejam que isso é feito em outros poderes, em outros estados; o Poder Judiciário também faz isso. Não é verdade que o Poder Judiciário julga apenas de acordo com a lei, porque se fizesse isso corresponderia ao fanático. Não vou dar um exemplo brasileiro, vou dar um exemplo da Espanha agora: crise espanhola, algumas faixas etárias da população com 40% de desemprego. O que a legislação manda? Seguir todos os contratos de 20 a 40, dependendo da faixa da população, até 50 decorrendo. Imaginemos o seguinte, aconteceu agora na Espanha, semana passada: havia milhares de ações de despejo. O que a lei determina? Quem não paga os aluguéis tem que ser despejado. Só que no Poder Judiciário, o que nós chamamos de ética da responsabilidade do resultado, como brinquei ainda pouco, é chamado de consequencialismo, ou, mais antigamente, para chamar o nosso mérito colega, chamado de equidade, porque a lei ao caso concreto, levando em conta as circunstâncias do caso concreto, como Aristóteles dissertava na política, quando tratava do princípio da isonomia, de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Ou seja, em todos os poderes do Estado, nós temos a presença do dever, que é exatamente, preservando os princípios, preservando, portanto, o regime jurídico, as regras. Nós temos ao mesmo tempo algum tipo de referência a reflexões que levem em conta as consequências da ação do poder público, porque para isso é que, na verdade, existimos e para tanto é que somos remunerados.

Quando nós estamos em uma questão, inicio aqui a segunda fala, quando nós estamos com uma situação de crise, caracterizada pelo escopo tanto antinômico entre duas visões representadas simbolicamente de um lado, o julgamento do Supremo de outro, pela borda do PT, nós temos várias saídas. Algumas estão no terreno da psicanálise, por exemplo, recorrer ao psicanalista, é uma saída; outras estão no terreno da religião, que é outra saída possível. Eu particularmente adoto as duas. Além disso, há aquela ideia do qual existe soluções vargínicas, bestiânicas, salvacionistas. E digo assim, existem algumas soluções simples para um problema complexo, no caso, específico deles, da corrupção, das más práticas do político. Enfim, dessa antinomia das éticas e tudo isso que descrevi sumariamente. Nós vemos uma solução mágica: reforma política.

Leis com uma reforma política, surge uma agenda nacional exatamente nesse momento, ou na pressão de uma reforma política. Ninguém sabe ao certo que reforma política é essa, para quando e qual conteúdo dela. Eu tenho mais visão sobre a reforma política, que é o tema específico da minha abordagem. Nós não devemos vê-la como uma panaceia e, de outro lado, nós não podemos minimizar os seus efeitos. Em primeiro lugar não é possível fazer uma reforma política em uma canetada. Isso não existe em uma democracia. Democracia é um regime avesso a canetadas: a democracia é o exercício do poder processualizado. Esse regime legitima o processo administrativo, Legislativo ou Judiciário. Então não existe canetada. E não existe, também, a ideia de que em um momento político na vida do Congresso Nacional vai de algum modo nascer leis perfeitas. Eu, quando era juiz, me incomodava muito com aquela concepção de que as leis no Brasil são muito ruins. As leis do Brasil são frutos da sociedade brasileira do jeito que são e acho que nós temos leis boas, que são referências internacionais, inclusive, em muitos temas, como a nossa Lei de Improbidade Administrativa, a Lei nº 8.429, de 1992, uma lei paradigmática, uma lei da ação, como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Hoje existe no Congresso Nacional o movimento das novas codificações, como se nós vivêssemos um momento napoleônico. Então vamos fazer um novo Código Penal, novo Código do Processo Civil. O último código que nós fizemos no Brasil foi o Código Civil. Tramitou durante 27 anos, de 1985 até 2002, que é o Código Civil vigente. Então acredito, portanto, e os códigos que hoje tramitam não encontram muita viabilidade legislativa. O Código Penal ontem, a pedido da OAB, foi retirado da pauta. O Código de Processo Civil ficou para março do ano que vem e eu aprendi uma coisa na Câmara: que quando diz esse negócio vai ficar para março do ano que vem, já é um mau sinal;

para março tem as águas de março, tem carnaval no meio, tem as promessas de fim de ano, então, enfim, eu não sei. Deve ter gente do Direito aqui, imagino que tenha. Eu, quando dava aula aqui na UnB, os alunos diziam: “*Eu não vou comprar o livro, professor, porque vão mudar os códigos.*” Eu dizia: “*Compra porque não vi mudar agora.*” Já se vão cinco anos. Então quem tiver no Direito, na minha avaliação, pode sair comprando os códigos que isso tão cedo não se resolve. Hora se isso vale para o Código Penal, o Código de Processo Civil, porque não vale para a reforma política? Não existe um pacotão, uma canetada, no regime democrático, que resolva todos os problemas políticos no Brasil.

Para concluir, quais são algumas reflexões que faço? Nós temos o pior sistema político do mundo? Não, não temos o pior sistema político do mundo. Esse é o sistema que nos conduziu ao período mais longe da democracia no nosso País. Desde sempre, o período de continuidade, de estabilidade constitucional. O Supremo acaba de condenar dezenas de pessoas importantes do País. Houve o *impeachment*, houve a cassação de parlamentares, deputados, senadores, o Poder Judiciário funciona, a imprensa funciona, nesse sistema político eleitoral, não em outro. Então nós não temos o pior sistema político do mundo. De outro lado, precisamos mudar esse sistema? A segunda pergunta, sim precisamos. A pergunta, portanto, com a qual concludo é o método. Como mudar o sistema? E sumariamente digo a vocês que acredito no mérito processualizado, porque assim tem sido. Nós temos uma reforma política em curso no Brasil há muitos anos, cito aqui alguns exemplos: a Justiça Eleitoral foi criada nos anos 30; depois nós tivemos nos anos 90 uma lei geral de eleições; o tinte eletrônico e o Cadastro Nacional de Eleitores surgiu nos anos 80; a urna eletrônica que banuiu grande parte das fraudes, não eliminou totalmente, mas banuiu grande parte das fraudes é de 1996; a obrigatoriedade dos candidatos prestarem conta, da maneira como é feita hoje é dos anos 1990; a lei de captação lícita, a lei da compra de votos é também dos anos 90; a lei que diminui os gastos de campanha proibindo showmícios e doação de brindes, de camisetas e etc. é de 2006; a Lei nº 11.300. Em 2009 nós fizemos uma reforma eleitoral na qual eu tive a honra de ser relator do Congresso Nacional. Então nós temos uma reforma política processualizada em curso e acho que mais ou menos esse é o caminho que nós devemos continuar a adotar, dando alguns passos. Me parece que a questão principal hoje a ser enfrentada é a do financiamento (ininteligível).

O nosso sistema é um sistema produtor de fichas sujas. Eu ajudei a aprovar a Lei da Ficha Limpa. Sou coautor, correlator da Lei da Ficha Limpa, relatada pelo ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardoso. Na época eu já refletia isso: nós temos uma lei que produzia ótimos resultados, afastando muitos

políticos condenados judicialmente, tribunais de contas, da seara eleitoral, porém nós precisamos enfrentar radicalmente, no sentido da raiz, a temática e com isso fazer que o nosso sistema deixe de criar uma espécie de exército industrial de reserva de fichas sujas, que é gerado pelo atual modelo de financiamento de campanha. Esse é o tema mais candente da democracia brasileira, a meu ver, ao lado da temática da relação entre os poderes políticos e o Poder Judiciário. Acordo que essas são as duas grandes questões, dois grandes pontos que devem ensejar uma inquietação cidadã, uma inquietação cívica, uma inquietação política cultural, da sociedade em torno desses dois temas.

Quem paga a conta da democracia? Porque quando a gente fala de financiamento de campanha, tem muito aquela figura, aquela que decorre um pouco da nossa lógica do desenho animado, que tem um mau político que é safado, antologicamente, que vai clandestinamente, que pega o dinheiro do financiador de campanha e que depois vai fazer uma administração fraudulenta. Na verdade, há um sistema que leva a essa situação e que está nas duas pontas, está também na seguinte situação real: do empresário que diz *“Eu quero te ajudar, mas eu não posso aparecer, porque se você perder a eleição eu vou ser perseguido, porque aqui não tem lei, nesse estado, nesse estado, ou nesse município.”* É uma situação concreta, que existe, que gera o chamado, uma das razões lógico, que gera o chamado caixa dois. Então essas práticas políticas estão todas atinentes ao poder do financiamento de campanha que não se refere aos políticos, o problema do financiamento de campanha não é um problema dos políticos, é na verdade uma questão referente à resposta para a pergunta que fiz, quem paga a conta da democracia? Quais são os custos da democracia?

E a outra questão sobre a relação do Poder Judiciário com os poderes políticos naturalmente não é o tema dessa palestra, fica para outro momento, até porque me prometeram remuneração, então já vou querer uma nova palestra. Então na próxima eu falo sobre isso, mas me disseram que depende da quantidade de aplausos, vocês sabem que... Muito obrigado.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Muito obrigado ao Dr. Flávio pela excelente colocação que fez e já temos algumas perguntas, mas enquanto isso deve chegar o segundo palestrante, Dr. Sílvio. Mas, como temos algum tempo, até as perguntas são poucas, eu vou fazer sábia fala do nosso presidente, aliás vou primeiro falar dele o seguinte: ele fez umas colocações aqui muito interessantes. Ele fez uma colocação na sua fala de ontem, ele deu o exemplo americano mostrando que nós somos muito mais democracia, nossa democracia que é muito mais democrática do que a americana. Nós temos 100 milhões de

eleitores diretos para presidente da República e etc., pois bem, eles só têm 538 votos. E ele disse mais, ele disse que um dos candidatos, seria o republicano Mitt Romney, ele teria entre as coisas que ele declarou, ele disse o seguinte, porque eu também vi, ele disse: *“Eu vou ganhar por tais razões e porque arrecadei mais.”* Revelando que o seu sistema eleitoral não é só extremamente indireto e só votam 538 pessoas, são os grandes eleitorais, mas sim que aquilo não é mais do que uma plutocracia, não uma puta democracia, uma plutocracia. Assim nós temos que humildemente analisar se a gente também não tem um pontinho de plutocracia aí, porque, na verdade, quando você olha... (falas sobrepostas) Você pega pelo menos dois poderes, dá para você verificar que aqui também tem o pessoal da plutocracia muito forte. Veja o retrato do parlamento: lá tem operário, lavrador, camponês, pé no chão, mas de qualquer maneira não tem nem seus representantes lá. A rigor, você ver lá, é como eu disse, eu próprio disse ao sair do Congresso quando me entrevistaram na frente dele, eu próprio disse isso também, eu disse: *“Olha a fotografia do Congresso, ver bem banqueiros e seus representantes, grandes industriais, grandes comerciantes e os seus representantes, latifundiários e um pouquinho da criminalidade, alguns representantes fortes da criminalidade.”* Resultado, isso aqui é um pouco de plutocracia também. Eu só vejo lá, olha lá, fotografa, só tem macho, não tem mulheres, 1% numa população eleitoral de 51%, branco, só tinha um negro, mas que colocava contra ele que apoiava a ditadura estar rico, machos, brancos e ricos. Esse é o retrato e pobre nenhum, três pobres que eu conheci ali, mas tem pobres, que ganham tão bem que nem na classe média continua. Entre o retrato melhorou no processo democratizador, mas ele não impôs totalmente ainda, portanto, a responsabilidade ética desse plenário e desta mesa é ainda muito grande.

E olha, desculpa, mais uma coisinha, às vezes, provoca a gente para pensar e dizer o que pensa. Aqui uma moça lá do fundo gritou, luz no fim do túnel. Não tem uma moça que falou isso? Olha, levantou a mão lá. Luz no fim do túnel, como barrar tudo isso e na hora me iluminou uma lembrança importante, porque a palestrante falou uma palavra que lembrava isso. Ela chegou, uma palavra que ela falou aqui: *“paraíso fiscal”*. Olha, enquanto o mundo eticamente não acabar com os paraísos fiscais, o mundo jamais se livrará da grande corrupção. Se livra da pequena que é ladrão de galinha, mas da grande corrupção, enquanto houver um tal, viabilização, enquanto houver ficha suja, não só do candidato, mas ficha suja da direção social, vai ser difícil. Estão aí os arrecadadores de milhões de dólares que vão para os paraísos fiscais e voltam já ligadinhos com renda altíssima. E ele, bandido corrupto, não sai daqui para receber os dividendos que rendem os paraísos fiscais. Fecho agora para dizer, essa luzinha no fim do túnel, cuja responsabilidade é minha, há décadas é de todos nós, enquanto não

se abrirem os paraísos fiscais, que são os receptadores dos bandidos do mundo, da droga, da prostituição, da corrupção, do jogo de todos os Cachoeiras e todas as cachoeiras de corrupção do País e do mundo, nós não acabaremos. Essa é minha convicção, é o principal estancador da abertura ética de qualquer país do mundo. Eu poderia tecer detalhe, não vou. Quem sabe conversaremos sobre isso especificamente outro dia, quando a Comissão de Ética se reunir e colocar em pauta. Desculpe ter sido longo, eu só sou o moderador, mas muito moderadamente eu passo para o meu presidente uma questão de ética brasileira.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Eu agradeço pelo fato da palavra ter sido me dada. E realmente eu tenho que concordar com o Modesto que os paraísos fiscais são realmente um câncer do mundo. Nós não temos paraísos fiscais. Aqui eu não tenho, mas um país poderoso como o Reino Unido tem paraíso fiscal e faz e como um país como o Reino Unido justifica a manutenção do paraíso fiscal? E como a União Europeia permite que um dos seus membros tenha paraísos fiscais? Isso é uma dúvida que fica, mas nós não vamos acabar com eles assim. Mas na palestra do Dr. Dino, ele fez uma distinção que há muito tempo eu li em Marx Weber: a ética dos princípios, a ética dos resultados e essa terminologia não é de Weber, essa terminologia foi Bob que mudou, alterou um pouco a terminologia. E eu acho a de Bob mais adequada, ética dos princípios e ética dos resultados. E nós aqui no Brasil tivemos vários políticos que seguiam as duas linhas, ética dos princípios e ética dos resultados. Nós damos um exemplo, o exemplo da ética da política da primeira república, que sempre seguiu a ética dos princípios e nunca foi nada, perdeu duas eleições presidenciais, falo de Ruy Barbosa, foi sempre senador pela Bahia, porque não tinham coragem de cassá-lo, tal era o prestígio intelectual que ele tinha. E ele ficou, ele era o único membro da oposição, a oposição era ele sozinho, não tinha oposição naquela época e, por conta disso, ele conseguiu muito pouco politicamente. A pregação dele foi enorme, as obras dele são imensas, mas ele não conseguiu nada.

E ética dos resultados, nós temos um exemplo notável de um político que só seguia a ética dos resultados. Vocês conhecem o Masp, não conhecem? Lá em São Paulo?

SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – É um que é presidente do senado.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Não, vamos falar de um morto, de Assis Chateaubriand. Vocês conhecem o Masp. É um belíssimo museu com obras primorosas de arte do mundo todo. Como o nosso

amigo Assis Chateaubriand fez esse museu? Como é que ele conseguiu construir esse museu? Todos nós sabemos que na base da velha chantagem: ele fazia um dossiê de todos os podres das grandes fortunas brasileiras, banqueiros, industriais e etc., e tinha um informante na Europa. A Europa depois da guerra estava no chão; era pior do que é hoje. As famílias vendendo todas as obras de arte para poder comer, para poder se alimentar. E o nosso amigo Chateaubriand recebia informação: amanhã vai ser leiloado em Londres o quadro tal, amanhã, quer dizer, daqui uma semana; ele chamava um industrial, um rico brasileiro e mostrava a ele o dossiê e dizia: “Amanhã você vai lá e vai arrematar esse quadro e doar para o Masp.” O sujeito dizia: “Não, eu não vou, não.” Ele dizia: “Ah vai, você vai sim. Olha aqui.” Aí entregava o dossiê: “Se o senhor não for amanhã, isso estará em todos os nossos jornais.” Ele naquela época era mais poderoso do que o Roberto Marinho, foi até pouco tempo, porque ele tinha jornais espalhados pelo Brasil inteiro. Aí a pessoa ia lá, arrematava o quadro e doava para o Masp e nós vemos aquela belíssima coleção. Tem quadros do Rafael, da Renascença. Quadro de brasileiro é fácil, isso aí não tinha problema.

E todos eles estão ali por quê? Porque isso era a ética dos resultados: ele não estava preocupado com os princípios, o que ele queria era fazer em São Paulo um grande museu e fez. Agora isso está certo? Claro que não. Nenhum dos dois, o excesso tanto o fanático da ética dos princípios não resolve nada e aquele que só pensa na ética dos resultados, faz o que faz, quer dizer, assume, o fim justifica os meios. Então os meios eu posso roubar, posso chantagear, posso tudo desde que eu faça uma obra grandiosa. Também está errado. Isso aí, evidentemente, não podemos, já que estamos falando de ética, compactuar com nenhum dos excessos. Aliás, todo excesso leva a um fundamentalismo que não é só religioso não, pode haver um fundamentalismo ético. O excesso, as pessoas que começam a defender a ética com uma veemência exagerada, podem ter certeza que estão escondendo um podre, estão fazendo isso para que quando for descoberta a falha, ninguém acredite, dizer: “Fulano, não. Como Fulano fez isso? Não fez, ele vive defendendo a moralidade.” Mas é exatamente isso aí, é aquela história, quando a esmola é muita o santo desconfia. Então vamos passar às perguntas. Espero que o Dr. Sílvio Luís chegue logo.

SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Eu vou responder às questões com a maior brevidade possível. E agradecendo as intervenções tanto do professor Modesto quanto do professor Lacombe, que com certeza, é um símbolo, ainda mais para mim que procurei demonstrar, porque de fato no mundo político e ao longo de todos nós (ininteligível) “profissionalmente” nós temos que buscar essa síntese, porque uma vez no Congresso Nacional um deputado

disse que: “*Hoje um bom administrador é aquele que não faz nada.*” Eu disse: “*Por quê?*” Ele disse: “*Porque quem não faz nada não é punido.*” E é fato, então é melhor fazer pouco para não correr riscos, exatamente porque se a pessoa fizer política da ética dos princípios ou ética das convicções, como foi mencionado, realmente conduz a isso, essa paralisia total e a negação da própria razão de existência do Estado, que é prestar serviço ao cidadão. Bom, as perguntas que me conduzem, se é o normativismo ou positivismo a legitimidade com a prática dos que serviram alegremente na Ditadura Militar, porque havia de todo jeito um regime jurídico. Então se havia normas, e pouco importava se aquele regime era injusto, ao juiz caberia condenar à prisão quem criticava o Governo, porque a Lei de Segurança Nacional mandava isso. Isso que foi tomado por fanatismo, que eu procurei demonstrar, que é em nome da administração dos resultados e da responsabilidade com a consequência da sua ação, em nome supostamente desse fundamentalismo ético, se conduzia resultados absurdos. Pereço o mundo mas não pereço a normas, o que não é verdade, porque a norma conduz a resultados absurdos, como esse da Espanha: na hora presente ou aos juízes que serviram, que aplicaram a ordem jurídica e que aplicaram lá em cima, eles estavam cumprindo a lei para não ir muito longe na ordem jurídica do nazismo ou do fascismo propriamente dito, além do que se manifestou no Brasil.

Bom a primeira pergunta é: “*Qual a avaliação que o senhor faz do sistema proporcional, mais particularmente (ininteligível) fechado e da proposta de elevação de coligação proporcional.*” Eu acho o sistema proporcional bom, que é o sistema que nós temos hoje, porque ele alberga melhor as minorias. O Brasil é um país complexo, formação recente, poliétnico, muitas desigualdades regionais e desigualdades sociais. O sistema majoritário, o sistema distrital, distrital puro, sistema e leis, hoje está o misto, sistema distrital misto como o alemão, é o sistema que conduz a poucos partidos e há um pouco essa ideia segundo a qual poucos partidos é bom. Nunca me disseram a razão disso, porque se poucos partidos fosse bom, quem tinha razão era a Ditadura Militar, que só tinha dois partidos, a Arena e MDB, então é um argumento que não conduz a canto nenhum. E tanto que dois partidos eram inviáveis, que a própria ditadura foi obrigada a criar a sublegenda. O sistema político não cabia dois partidos, aí criaram sublegendas, então cada município tinha Arena um, Arena dois e Arena três. Eram três partidos diferentes: MDB um, dois, três. Não cabiam dois partidos. Então o Brasil é um País, felizmente, eu tenho muito orgulho de ser brasileiro e represento e defendendo o nosso país com uma crença profunda no nosso povo, na nossa sociedade. Acredito muito nessa civilização original que o Roberto Ribeiro falava (ininteligível) e acho que, portanto, um país, com a característica do nosso, não consegue caber em uma democracia inglesa de dois ou três partidos.

Então o sistema distrital conduz a isso, ao artificialismo, uma negação das minorias políticas. Se já é verdade o que o professor Roberto disse, imagina no sistema distrital. Imagina o seguinte, um sistema, isso para não falar das dificuldades práticas, vamos imaginar que o Complexo da Maré fosse um distrito que elege um deputado federal. Como se daria essa eleição? E o Leblon seria outro distrito e a Barra da Tijuca seria outro distrito. Aqui em Brasília, para que os daqui são, Lago Sul seria um distrito, Asa Sul seria outro, Brazlândia seria outro distrito e cada distrito desse elegeria um deputado federal. Pelo sistema majoritário, na minha perspectiva, criar o pessoal do poder econômico, o pessoal do dinheiro na execução das eleições, por isso eu não sou um defensor do sistema proporcional. E acho que é possível sim a adoção da política fechada, que a maioria dos países que adota o sistema proporcional, adota o sistema de política fechada. Necessário um diálogo bastante claro com a sociedade brasileira, porque um sistema de política fechada dá muito poder aos partidos, diminui o poder dos eleitores e aumenta o dos partidos, porque como vocês sabem o eleitor hoje, qualquer eleitor tem no dia da eleição uma espécie de cardápio de restaurante e ele escolhe aquele cardápio com o candidato que ele quer que seja eleito.

No sistema de política fechada tem um cardápio e você é obrigado a votar naquele cardápio, você não escolhe no cardápio o prato que você quer comer, essa é a distinção de lista fechada e lista aberta, que é o sistema que hoje a gente pratica. Existe uma lista, porque os partidos apresentam os candidatos. Ninguém é candidato sem ter partido, mas os eleitores votam em pessoas e por isso conseguem definir dentro do cardápio quem é eleito, quem não é eleito. Para mudar, para o sistema fechado o Brasil, mais uma vez, talvez, mais algum tempo de experiência democrática até que nós cheguemos ao sistema de lista fechada, que depende de muita convicção do sistema convencional.

O José Augusto do Banco Central me pergunta o seguinte: “O senhor acredita, de fato, que o eleitor que votou no PT, votou no seu projeto de poder ou no seu projeto de governo?” Acho que nos dois. Provavelmente houve alguém que votasse no projeto de poder, acredita no partido e alguém que naquele momento acreditava nas ideias, nas propostas concretas ali apresentadas, e talvez houvesse um terceiro contingente de eleitores, quem sabe até majoritários, que votava na pessoa. Eu gosto do Lula e voto no Lula. Então os sabores da vida política são iguais aos sabores da vida; a vida política não é apartada da vida comum, então assim como nós fazemos escolhas sem razões objetivas e científicas. Por exemplo, eu torço para o Botafogo. Vocês querem coisa mais absurda do que essa? Mas eu torço, então meus filhos são mais sábios do que

eu, já são aperfeiçoamento geracional, torcem para o Flamengo, mas não existem razões objetivas para isso. Mas eu sofro, eu sou católico, eu sou do Partido Comunista, mas uma pessoa legalmente comunista e católico, eu digo: “*Sim, sou comunista e não sou ateu, sou católico, acredito em Deus e pratico a minha crença e a minha religião.*” Eu fiz a minha escolha, assim como os eleitores...

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – E acredita no Botafogo.

SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Não, aí também já é demais. No dia de São Francisco de Assis, aí já é abusar do meu cristianismo. Mas o eleitor vota assim, vota dentro da racionalidade objetiva. Tem um amigo meu que é prefeito no Maranhão que diz assim: “*Flávio, se a gente soubesse como ganhar eleição, a gente ia ficar rico.*” Porque não existe uma fórmula, então as eleições têm resultados imponderáveis, apesar do pessoal do dinheiro, da máquina usada abusivamente. Isso eu falo de cátedra, eu sou o último estado governado pelo último coronelismo, pela última oligarquia brasileira. Então eu tenho, além do saber abstrato, que é óbvio, eu tenho a vivência prática. Eu sei que eu senti bem aqui em cima de você o peso da máquina, o peso que a Bíblia tem para você, o peso que o dinheiro tem para você. Eu sei como que é fazer campanha de carro, com caminhão e helicóptero. Eu conheço isso na prática, o que é andar no sol quente e enfrentar o poder estabelecido. Então, não obstante isso, eu cansei de disputar eleição, quase ganhar e disputar outra, enfim. Então acho que os eleitores votam segundo critérios que não são propriamente mensuráveis.

Acho que há pessoas que votam no PT porque votam no PT e há pessoas que votaram no Lula e na Dilma, como lá atrás votaram no Fernando Henrique, porque gostavam do Real, gostavam do Itamar e votavam no Fernando Henrique. Então eu acho que a vida democrática é assim e a gente tem que ter muita paciência com o Brasil. Hoje eu trabalho com pesquisa internacional e faço pesquisa com estrangeiros e é engraçado como os estrangeiros amam o Brasil e são tolerantes com o Brasil, são compreensivos com o Brasil. A gente fez uma pesquisa na Rio+20, 97% querem voltar ao Brasil, amaram o Brasil. Aí nós fizemos a pergunta: “*Você acha que o Brasil está preparado para a Copa?*” 86% de membro da delegação estrangeira e membro da imprensa internacional disseram: “*Sim, está.*” E qual é a frase que a gente mais ouve nos aeroportos: “*Imagina na Copa.*” Aquela frase, então qualquer coisa agora é fila no táxi, fila no aeroporto, fila no banheiro público: “*Imagina na Copa.*” Então, o estrangeiro dizendo assim: “*Não, essa coisa aí funciona.*” Eu já passei réveillon em Nova Iorque, réveillon em

Copacabana, então é evento de massa, é igual em todo lugar do mundo, é como o réveillon em Copacabana, então eu acho que tem que ter um pouco de paciência também com a nossa democracia.

“*Qual a sua opinião com o voto facultativo?*” Olha, um dos poucos temas que sobre isso eu nunca consegui consolidar uma opinião, nunca. Eu já pensei em todos os lados, eu sou muito sincero, muito franco e muito simples também e não tenho uma opinião formada. Não sei dizer que se um dia, se hoje eu tivesse que decidir, eu manteria do jeito que está, eu manteria o voto obrigatório para uma reflexão depois, mas como essa edição não está posta amanhã, eu estou aberto a convencimento. Acho que o voto obrigatório ativa mais a cidadania, compele mais a participação. Nós já temos um déficit de legitimidade democrática e uma dificuldade de consolidar o processo participativo, e acho que o voto obrigatório ajuda, induz a formação de uma cultura mais participativa e por isso eu hoje manteria o voto obrigatório.

“*Qual sua análise sobre a pulverização de partidos políticos?*” Eu já falei, realmente eu acho que esse não é o problema da democracia brasileira, porque imaginem, falam dos pobres dos partidos lenidos que sequer qualquer regimental tem, diz assim: “*Ah, mas no Congresso tem 19 partidos.*” Sim, mas e daí, não pode pedir absolutamente nada, não pode pedir uma verificação, não tem nada; quem na verdade decide são os três maiores partidos, quem decide o jogo parlamentar no Brasil e em qualquer lugar do mundo. Partido nenhum com dois deputados, quatro deputados não tem pessoal parlamentar nenhum, mas é importante que eles existam, acho eu.

E não atrapalham o processo decisório, o que atrapalha o processo decisório é que os grandes partidos não têm nitidez programada. O Partido dos Trabalhadores, o PT, caminhou para o centro político; o PMDB é um partido de centro clássico, um partido que, até o “Filósofo da política” que recentemente perguntaram qual a posição do partido dele, ele disse: “*Meu partido não é de direita nem de esquerda e também não é de centro, mas não se isso o quê.*” E muito menos ao contrário. Então nós temos uma tipicidade enorme dentro do Congresso Nacional: não tem um partido liberal, os liberais existem, mas não tem um partido que se autodenomine liberal; tinha o PFL, Partido da Frente Liberal, e virou DEM, viraram Democratas; tinha o PL, que era o Partido Liberal, virou PR, Partido da República; então não existe uma vertente política hoje no Brasil com o liberal no nome. Então o problema está aí, na falta do (ininteligível) dos partidos do que propriamente nas instituições, no partido ter essas, pelo menos foi uma das experiências que vivi na Câmara.

“*Como podemos impulsionar a participação cidadã, utilizando instrumentos legais existentes para atingir uma reforma política de excelência?*” Eu volto a tal ponto, são consensos progressivos que são cumpridos muito de fora para dentro, porque uma das características do Congresso Nacional é que essa pauta é definida exogenamente, muito pouco endogenamente. Nós votamos ali emergência, o Congresso é uma imensa UTI de hospital público no mal sentido. Quem chega lá já está com problema e esse problema é emergencial e a pauta é ditada de fora para dentro, ou são corporações profissionais, locos empresariais, ou ação do Governo, ações do Governo, locos empresariais e, às vezes, demandas corporativas que conseguem formar a pauta do Parlamento.

No caso da Lei da Ficha Limpa, houve uma grande iniciativa popular, um grande trabalho da sociedade, da imprensa livre, que acabou levando àquele resultado. Acho que a reforma política deve transitar mais ou menos por aí, a partir da mobilização da sociedade, das próprias Comissões de Ética que estão aqui representadas, quem sabe refletindo sobre isso. Mas eu quero dizer a vocês que só acredito em reforma política, o próximo passo da reforma política, tocando no tema de financiamento de campanha, seja para constituir algum tipo de financiamento público, seja para vetar o financiamento por empresas, seja para colocar tetos de gastos e doações. O cardápio é bastante amplo e não vou ser impertinente ao ponto aqui de cansá-los dissertando sobre isso, mas garanto a vocês que todas as ideias geniais sobre a reforma política já foram tidas. Então lei não é uma ideia genial nova, se reformulada. Então é preciso mais formar maioria e deliberar, porque já há acúmulo de mais de 15 anos no Congresso sobre a chamada reforma política. E todas as saídas, todos os sistemas já foram analisados e nós precisamos avançar, ao meu ver, nesse lema do financiamento.

Finalmente: “*O professor Marcello Lavenère falou que as Comissões de Ética são como (ininteligível) do Poder Executivo. Como isso pode se concretizar sem interferir na hierarquia?*” Eu acho que não deve, hoje eu tenho Comissão de Ética na minha autarquia e eu não exerço hierarquia nenhuma sobre ela, aliás, faço questão de não exercer absolutamente hierarquia nenhuma sobre ela. Eu sei que ela existe, eu sei que ela funciona, eu sei quem é o presidente, quem são os membros, lógico, eu que nomeei, mas eu não pergunto o que estão fazendo, o que fizeram, o que deixaram de fazer, a não ser quando eles querem me informar. E acho que mais ou menos isso tem que ser normatizado, porque é incompatível com a função de (ininteligível), de proteção, interesses, de dona Maria com hierarquia. Quem é dona Maria? Dona Maria é o povo brasileiro sem pólis, sem leis, invisível, que ninguém sabe direito quem é, mas que nesse momento tragicamente está morrendo no hospital. Nesse mo-

mento, nesse instante, existem milhares de donas Marias morrendo, ou chorando a morte do filho em hospitais, porque houve uma licitação fraudulenta, ou porque teve caixa dois no hospital e as pessoas vão morrendo, sem pólis, sem porto, sem nada. E eu posso infelizmente falar disso, porque essa é a vivência mais trágica que eu tenho na vida, um filho meu foi assassinado dentro de um hospital aqui em Brasília, na capital do País, neste ano, há exatamente nove meses, uma empresa privada, o maior hospital da capital do País, então eu posso falar isso, infelizmente, preferia não poder, tem exatamente nove meses e duas semanas, um hospital privado, que estava sendo remunerado, mas que foi incapaz de garantir que em uma UTI tivesse médico, não tinha médico, na UTI do principal hospital do País. E desde então eu luto contra isso, vivo em torno disso, é a causa da minha vida e por isso sei, agora sei que a minha dor não é única, a minha dor que me faz chorar todos os dias não é única. Infelizmente é a dor de milhares de pessoas que não podem estar aqui nesse auditório, que não podem dar entrevista como eu dei...

Participante não identificada – Você só viu porque passou por isso, agora imagine a quantidade de pessoas que passam isso no dia a dia nos hospitais. Eu sei que eu trabalho em auditoria do SUS, eu sei porque o Governo que estamos há 20 anos tentando regulamentar uma área de controle interno, na área do SUS, e o Governo não quer. Esse governo que está aí, antes era o FHC, agora é o Governo do PT, ninguém quer regulamentar a área de controle e fiscalização nesse País. Então se não quer, vai continuar do mesmo jeito, as pessoas morrendo, vai continuar. A minha área, nós somos, éramos 1.800 servidores concursados, hoje somos 750, agora em 2013 60% vai se aposentar. Quem é que vai fiscalizar esse pessoal que você está falando aí? Não tem como, porque o Governo não quer que ninguém fiscalize. Então, meu filho, está difícil.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Como moderador da mesa, é justa a colocação que a senhora fez. Eu só peço para não indisciplinar a nossa mesa. Se quiser se dirigir à mesa, a gente aproveita o atraso para dar a palavra sim por um tempo certo, só para não tirar a disciplina da mesa. Vou passar a palavra, então, ao Dr. Dino.

SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Só quero informar duas coisas. Primeiro, pedir desculpas se te irritei. Eu peço desculpas, embora me parece que seja absurda sua agitação, porque se tem alguém que deve estar irritado sou eu, nesse caso, em razão do que eu estou narrando. Em relação a fazer duas observações, primeiro, que é injusta essa observação, que eu só sei disso porque eu passei. Eu sabia desde antes e sempre tive uma atuação como

juiz e como político que fez que eu nunca tivesse respondido a um processo na minha vida em lugar nenhum, então tenho muita tranquilidade. E, segundo lugar, dizer que se um dia eu tiver a honra de governar o meu estado, vai existir um sistema de controle interno; é o que eu posso fazer. Agora eu realmente não tenho poder divino de responder a sua questão sobre os outros. Eu lamento que isso não seja eventualmente possível, mas eu tenho o compromisso, como dizia a pouco, compromisso de vida, porque essa é a causa mais importante da minha vida, hoje por motivos óbvios.

Então finalizando o que dizia sobre o sistema de saúde, as Comissões de Ética são necessárias para proteger o cidadão ou a cidadã. Eles, que padecem nas filas dos hospitais e por isso que acredito que é incompatível com a Comissão de Ética a lógica da hierarquia, realmente acho que isso há uma incompatibilidade até lógica pela missão.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Imagina na Copa. Obrigado, Dr. Dino. Acabou de chegar o Dr. Sílvio, que está aqui a nossa direita. Ele todo mundo conhece, mas eu vou ler a breve biografia. Houve uma pergunta chegada retardariamente, mas se houver um espaço é claro que respeitaremos a pergunta retardatária e a quem eventualmente alguma outra que ainda não foi feita pode continuar, porque todo o tempo que nos sobrar, a gente aproveitará, sempre por escrito e eventualmente ao final, até se houver tempo. (intervenção fora do microfone) Olha, deixa para a gente dar a ordem da mesa... (intervenção fora do microfone) você terá a palavra depois... (intervenção fora do microfone) Coloca em votação eu dou a ele a palavra agora ou não... (intervenção fora do microfone) Levante a mão plenária... (intervenção fora do microfone) A maioria. Rapidamente, um minuto.

Participante não identificado – Eu gostaria de dizer o seguinte, que eu entendo em parte o que ela falou, porque eu tenho ouvido o senhor que foi até suplente de deputado. Nós pagamos CPMF, por exemplo, com o intuito de melhorar a saúde durante 10 anos e pelo que a gente via, pode prestar atenção, os hospitais estavam sendo sucateados, o dinheiro nunca foi usado para saúde, isso aí é um ponto. Aí a gente segue agora, a conclusão que a gente chegou é que os planos de saúde vieram e tomaram conta da saúde e todo mundo vai saber. Por exemplo, duas semanas atrás o meu sogro que paga um plano de saúde absolutamente caro, quando minha sogra precisou da ambulância, o rapaz informou que não tinha no momento e tinha que esperar. Então o que parece, que o Governo está só com barrelas enganando gente esse tempo todo, principalmente na saúde e na educação, porque a questão da Bolsa Família,

não só o que e o colega ali falou, nesse curral eleitoral que está se montando com esse bolsa disso bolsa daquilo. Tudo bem, o emprego não dá para todo mundo, mas chega uma hora com a economia melhorando desse jeito. Precisaria trazer gente de fora se todo mundo aqui fosse educado para ter condições de trabalhar? Não precisaria. Então eu, o seguinte, a gente está vendo muito, por exemplo, vou citar um caso, o caso do senador José Sarney, com aqueles decretos secretos, qualquer país sério, ele não seria presidente do Congresso nunca mais, ele seria banido do Congresso. Eu cheguei, por curiosidade, eu li alguns decretos, os decretos a gente não sabia, mas eu fiquei assim impressionado com a capacidade de enganar a população brasileira com aqueles decretos, nomear pessoas para cuidar de portarias, porque a portaria tem que ter um grupo para cuidar da portaria, daqui a pouco tem outro.

Então eu acho assim, tem que parar com esse brincar de governar e enganar a gente. As pessoas estão começando a ficar esclarecidas, entendeu? É esse o ponto. Não sei se eu falei bobagem, desculpas, porque a gente fica com o calor da emoção, mais eu entendo o que a colega falou. Há 20 anos as pessoas, quando eu era criança meus pais só me levavam no hospital público. Por que isso mudaria? Por que cresceu a população? A proporção é a mesma, desde que tenha vontade política. Era isso que eu queria falar.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Muito obrigado. Se o Dr. Flávio quiser responder, por favor.

SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Eu vou aproveitar para, inclusive, me despedir, e depois pedir desculpas ao Sílvio, mas é porque tenho compromisso e pediria licença para vocês. Mas eu só posso dizer que, como cidadão, sou um partícipe disso. Agora, embora eu discorde de uma série de observações, o Bolsa Família é um programa essencial para o Brasil, você é contra o Bolsa Família, você é contra o Brasil, essencial para a economia do Brasil hoje. Há um discurso elitista e aristocrático de quem não conhece o Brasil e é contra as políticas sociais. Acho que na educação, nós avançamos muito no Brasil. O ProUni é a mais grande vitória. Nós tivemos uma expansão fantástica do ensino técnico no Brasil, uma expansão das universidades federais no Brasil, abertura de novas oportunidades. Não sou eu que estou dizendo, são as estatísticas que dizem isso, tem os programas novos. Agora, estamos no patamar ideal? Lógico que não, eu sou de um estado que tem escolaridade média de quatro anos, escolaridade média de quatro anos. A criança chega na quarta série e não sabe ler, não sabe fazer uma conta de somar, então é lógico que eu compartilho da indignação do cidadão. Agora naturalmente como eu disse na

minha palestra, não existe soluções fáceis, mágicas, nem serviço público, eu aqui, e nem você, e nem a colega que se irritou, a pessoa que sozinha vai resolver a situação do País. Então é preciso a gente ir procurando soluções democraticamente, na via como ela é. É no processo social que a gente encontra soluções. Acho que seria deseducativo para mim, como político, dizer que alguma pessoa ou outra de uma vez só resolverá isso. Seria deseducativo, seria pouco inteligente; e eu não posso fazer isso. E acho, portanto, que essa indignação sua sobre a situação da saúde, da educação no Brasil é uma indignação universal. Quem não compartilha dela? Cínicos que não precisam do sistema público, ou mesmo do sistema privado, a situação não muda muito, não sou especialista.

Mas o que acontece com os planos de saúde hoje? Qual é a qualidade dos planos de saúde? É que em cinco anos praticamente dobrou o número de usuário de plano de saúde no Brasil. Isso é ruim? Não, é ótimo, é sinal de que a renda das pessoas, ótimo que eu digo, na situação atual. Ideal é que exista sistema público bom e que ninguém precise do plano de saúde, óbvio, mas como isso não existe ainda, dobrou o número de usuário do plano de saúde. O que aconteceu? Caiu a qualidade, essa situação que nós temos hoje. Falo isso como usuário de plano de saúde e ainda temos que encontrar uma saúde, regulação, controle, fiscalização. São essas coisas que eu acredito, por isso que eu sou da política, como eu disse, por opção. Se eu não acreditasse, que não tem jeito, eu seria juiz e não exerceria a profissão como Dr. Sílvio exerce e seria feliz individualmente. Mas acho que a política é imprescindível e por isso que, além de ser juiz como muito orgulho, muita alegria e muita honra, gostaria de continuar a ser juiz. O nosso sistema, infelizmente, não permite que uma pessoa seja jurista e em outros sistemas se admite; no Brasil não é possível. Eu deixei porque acredito que a política possa ajudar o Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias e as Comissões de Ética do Governo a fazer mais pelo nosso País.

Então eu queria agradecer muito ao Dr. Modesto, ao Dr. Américo e ao Dr. Sílvio, pedir desculpa aqui, eu vou assistir um pouquinho a apresentação para aprender um pouquinho, que é um prazer, que é um colega do Conselho Nacional de Justiça. Eu fui secretário geral do CNJ quando da sua implantação, em 2005, e tenho muito apreço ao Conselho Nacional de Justiça. Foi um grande avanço do Poder Judiciário do Brasil. Eu vou ficar um pouco e em seguida peço licença para me ausentar.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Agradecemos e liberamos a sua saída... (intervenção fora do microfone) No final se, como a mesa disse, no final se sobrar tempo dentro do controle, tem regra, é ética, nós temos

regras éticas que têm que ser cumpridas também, depois arranjaremos outro tempo para continuar conversando. Mas nesse momento cumprida a chegada do Dr. Sílvio. Dr. Sílvio também dispensa apresentação. Todo mundo sabe que ele é juiz federal da 5ª Vara Criminal em São Paulo. Ele é juiz auxiliar do vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, é professor assistente do Departamento de Direito Civil e Direito Público da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, é mestre em Direito pela PUC de São Paulo, é doutor em Direito Administrativo pela PUC também de São Paulo e livre docente em Direito Administrativo pela mesma PUC. Então vou passar a palavra a ele para nos brindar com o seu conhecimento no tema que foi proposto e aceito, “Ética, exercício da cidadania e reforma política”.

SR. SÍLVIO LUÍS ROCHA – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, meu pedido de desculpas. Quando aceitei esse compromisso, não havia sido marcada a posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal. Eu, como integrante do Conselho Nacional de Justiça, não poderia faltar à posse, na medida em que o presidente do Supremo Tribunal Federal também é presidente do Conselho Nacional de Justiça. Eu queria cumprimentar o moderador, Dr. Antônio Modesto da Silveira, o meu colega Dr. Flávio Dino, que honrou a magistratura nacional, que a deixou para exercer a carreira política, o Dr. Américo Lacombe, que foi juiz federal, desembargador, presidente do TRF e agora advogado e integra a Comissão de Ética.

Eu também confesso que quando eu aceitei o convite, me convidaram para participar do painel relacionado à ética e eu imaginei que pela minha formação seria algo relacionado ou à administração pública ou ao Poder Judiciário, mas agora me colocaram num painel de reforma política e eu também, com sinceridade ética aqui, enfim, esse assunto de reforma política, o meu sentimento é o sentimento de cidadão, não um sentimento de especialista. Mas eu começaria dizendo o seguinte: como o Brasil adota o modelo de estado, ele se apresenta como uma República federativa, a ideia de república, além daquela ideia já tradicional que é a soberania, tanto a possibilidade de você se impor aos outros sem nenhuma outra vontade que possa se contrapor, ela tem a sua fonte do povo, portanto a legitimidade vem do povo. Nós temos ainda como características, como regra, além da alternância dos governantes eleitos democraticamente, nós temos como característica, duas grandes características, controle e responsabilidade. Então é importante que se diga, a noção de república, ela exige necessariamente que você exerça o controle e que você cobre uma responsabilidade dos governantes, além claro a sua eleição para o mandato por tempo determinado, respeitado aí o voto direto, o sufrágio universal.

Mas responsabilidade e controle são duas pedras importantes, ou duas pedras fundamentais para uma república. E o que nós percebemos é que esses mecanismos de controle e de responsabilidade, essa é uma primeira constatação que faço, eles estão organizados de maneira satisfatória em relação ao Poder Executivo, na medida em que o Poder Executivo, e aí falo a administração pública, ela sofre um intenso controle. Se a gente observar a administração pública, ela tem o que nós chamamos de controle interno, ou autocontrole. Ela tem um controle externo, que é exercido tanto pelo Tribunal de Contas, mas, sobretudo, pelo Poder Legislativo, que aí conta com o auxílio do Tribunal de Contas. E há também o controle externo, que pode ser exercido pelo Poder Judiciário, pelo Poder Judiciário quando provocado por meio das ações disponíveis. Nós temos as ações populares, o Ministério Público e outras entidades legitimadas para promover ações civis públicas e etc. Então há um intenso controle sobre a administração pública. O Poder Judiciário já foi muito criticado por ser um poder, vamos dizer, quase que imune ao controle, mas hoje essa realidade, a partir da emenda 45, com a reforma do Judiciário, a instituição do Conselho Nacional de Justiça, que está tendo um papel, uma atuação reconhecida pela sociedade. Hoje nós já exercemos, ou pelo menos temos um mecanismo que embora ainda precise ser aperfeiçoado, de controle dentro dessa autonomia administrativa, orçamentária, gerencial, do Poder Judiciário. O Poder Legislativo, eu diria que dentro da estrutura da nossa nação, o Poder Legislativo é o poder, vamos dizer assim, que por ele se renovar periodicamente, dependendo aí da casa legislativa essa renovação, por ele se renovar periodicamente, pelos seus membros serem eleitos pelo povo e por ter um lugar de destaque na nossa estrutura federativa, porque de todos os poderes, de fato o Poder Legislativo me parece que é o mais importante, que a constituição deu a ele um lugar de primazia, ele ficou, vamos dizer assim, imune a outros tipos de controle. Nós temos o controle popular sobre o Poder Legislativo, mas quando o Poder Legislativo, por exemplo, falha nas suas principais funções, é exatamente a de fiscalizar os outros poderes e sobretudo o Executivo, e essa falha no controle se dá, seja porque ele fica a reboque do Poder Executivo, que pauta o Congresso com as suas iniciativas, seja porque ele não exerce o adequado controle dos programas e das ações do Poder Executivo, nós ficamos nessa situação de espanto. Eu mau cheguei, mas eu vi que as reclamações aqui já permeiam aqui o auditório, é exatamente essa de que o Poder Legislativo muitas vezes fica essa concepção de que fora essas CPIs que, às vezes, são provocadas, o Poder Legislativo, ele não exerce o controle que ele deveria exercer nos outros poderes e sobretudo sobre o Poder Executivo.

E a grande questão, acho que o grande problema aí é exatamente ou você aperfeiçoar o Poder Legislativo. Lembrando que nós saímos de uma Ditadura Militar em que o Poder Legislativo, ele foi manietado, ele foi amar-

rado e, portanto, a Constituição de 1988, ela quis realmente dar um lugar de destaque ao Poder Legislativo, quis deixar esse Poder Legislativo livre de qualquer tipo de controle que pudesse significar uma interferência indevida na atividade legislativa e parlamentar que aconteceu no período da Ditadura. E, portanto, nós livramos o nosso Poder Legislativo de ambos os poderes e agora nós, pelo menos essa é a minha compreensão, nós temos uma dificuldade de exercer um controle social maior sobre o Poder Legislativo, não no sentido de vedar iniciativas legislativas do Poder Legislativo, mas sim no sentido de vedar o que a gente percebe. Por exemplo, muitas vezes o Poder Executivo e aqui eu não estou me referindo a nenhum município, estado ou mesmo à União de maneira específica, mas de uma maneira geral, o Poder Executivo, se ele é criado politicamente para construir uma maioria dentro da casa legislativa, ele consegue então quase que um consórcio, um comungo entre o Executivo e o Legislativo, de modo que a sociedade civil, ela se recente exatamente dessa ausência de fiscalização e controle que o Poder Legislativo tinha que fazer sobre o Executivo.

Na dúvida dura, na dura, o modelo que nós adotamos, o Executivo deveria apenas governar ou cumprir, vamos dizer assim, as principais decisões políticas legislativas do Poder Legislativo. Quem deveria estar à frente e no planejamento e modelando a sociedade na área da saúde, da educação, da qualificação técnica, isto é, quem deveria estar propondo o Brasil para daqui a 10, 20, 30 anos seria o próprio Poder Legislativo. E o Poder Executivo, dentro da sua competência, ele iria executando aquelas decisões do Poder Legislativo. Então a impressão que eu tenho é que nós perdemos um pouco essa possibilidade de controlar, ou de exigir do Poder Legislativo, por exemplo, que ele cumpra fundamentalmente o seu papel, o seu papel principal, de protagonista principal nessa área política. E daí é que vêm as propostas, as propostas de reforma política. Por quê? Porque hoje o nosso sistema de representação, ele tem distorções. Nós temos um problema muitas vezes de uso de poder econômico, de captação de eleitorado, de modo que nem sempre você consegue colocar no Congresso, ou nas assembleias, ou mesmo nas Câmaras representantes que estejam afinados com os interesses da população, pelo menos de segmentos relevantes da população. Então eu acho que minha primeira observação é que nós devemos realmente exigir do Congresso Nacional uma reforma política, uma reforma do sistema. Não uma reforma para agora, daqui a quatro anos. Eu acho que todo tem medo de fazer uma reforma que possa afetá-lo num futuro muito próximo. A gente podia exigir uma reforma política para vigorar daqui a 10 anos, por exemplo. Alguém pode dizer: não, é muito tempo.

Se nós tivéssemos feito essa reforma política, por exemplo, em 2000, para vigorar a partir de 2010, ela já estaria produzindo resultados. Mas me parece que é preciso fazer uma reforma política que de alguma maneira melhore esse papel do Legislativo da nossa sociedade. Tramita no Congresso, eu fui examinar, uma série de propostas de reforma política. Algumas medidas me parecem relevantes, adequadas, outras não. Uma que é muito controversa, mas talvez conte com a nossa aprovação, o financiamento público de campanha, é uma proposta que está tramitando no Congresso. Qual é a vantagem do financiamento público de campanha? É que se nós fizermos uma obrigatoriedade de que as campanhas devem ser exclusivamente financiadas com recursos públicos, a partir de destinação de verba específica para isso, nós, em tese, neutralizaríamos a influência e eventualmente o abuso do poder econômico no processo eleitoral. Há os críticos dessa ideia que diziam: *“Olha, no fundo, você vai depender mais recursos públicos para os partidos, mas os financiamentos, vamos dizer, ocultos vão continuar de outra forma.”*

É uma possibilidade, mas é claro que quando você exige um financiamento público de campanha, você também precisa, de alguma maneira, e essa é outra proposta, que aí eu não vi contemplada, mas existe um movimento de reforma política que contempla, exigir uma maior transparência e um controle, vamos dizer, atual das contas dos partidos nesse período eleitoral. Junto com esse financiamento público, uma outra proposta, que me parece também razoável, é você limitar gastos de campanha, isto é, Dr. Lacombe lembra disso, Dr. Modesto também, todos nós criticávamos a Lei Falcão, em que o candidato, na verdade, aparecia a fotografia do candidato e o nome dele. Realmente, aquilo não era propaganda eleitoral e não permitia que você esclarecesse o eleitor. Mas pelo menos tinha o aspecto do ponto de vista econômico: havia uma isonomia, isto é, você não tinha um candidato dotado de maior poder econômico podendo fazer coisas diferentes ou apresentando um produto, vamos dizer, uma propaganda eleitoral muito bem elaborada. Então me parece que você limitar esses gastos de campanha junto com o financiamento, talvez fosse alguma medida salutar.

Outra medida que me parece fundamental, e está também sendo discutida, é a questão da fidelidade partidária, que já foi resolvida aí pelo Poder Judiciário, que por essa decisão foi alvo de muita crítica, chamada até então de ativista que estaria criando regra que não estaria prevista. Mas eu acho que a gente tem que aprofundar essa exigência de fidelidade partidária. E junto com ela, que o partido represente efetivamente uma ideologia, e que tenha um programa partidário consistente. Ora, se nós pegarmos aqui de todos os

partidos políticos brasileiros de A a Z e começarmos a ler todos os programas desses partidos políticos, não há diferença entre os programas deles. Eles falam praticamente a mesma coisa, às vezes, com palavras diferentes. Então você está votando num partido em nome do que efetivamente? É um partido socialista? É um partido comunista? É um partido democrata cristão? É um partido democrata social? Um partido da social democracia?

Enfim, resgatar um pouco essa exigência de que os partidos realmente congreguem e aglutinem ideias e valores. E as pessoas votem nessas ideias e nesses valores. E aí cobrar do partido essa regra da fidelidade, não apenas dos seus integrantes do partido, mas uma regra de fidelidade do partido ao programa pelo qual ele foi eleito, vinculado. E criar então a ideia da fidelidade programática, eu acho que essa é uma noção importante. Hoje nas relações privadas, por exemplo, se o anunciante, sobre um determinado produto, ele exalta certas qualidades que ele não tem, ele acaba sofrendo severas sanções administrativas e até mesmo criminais. E por que um partido que no seu programa, por exemplo, ele é a favor de um determinado posicionamento e depois ele trai aquele programa, por que ele não pode ser também sancionado?

Então a ideia seria você criar uma fidelidade programática e criar um mecanismo que permitisse à sociedade civil organizada eventualmente pedir aplicação de sanções àquele partido pelo descumprimento do próprio programa que ele admitiu e que ele veiculou. Eu acho que isso seria também um caminho para que a gente pudesse mudar. Porque, o que se acontece? Eu pego as eleições aí, você vê certas coligações que não dá para entender. São Paulo, por exemplo, teve uma coligação, dois, o candidato a prefeito foi apoiado por outro, ideias completamente opostas. E essa também é outra proposta que está aí de você controlar um pouco essas chamadas coligações partidárias, que só existem na época das eleições, e que depois não se refletem eventualmente no próprio Congresso.

Há uma proposta que também não está sendo discutida no Senado, mas é de você exatamente exigir que essas coligações, elas tenham também um prazo mínimo de vigência, de validade. Então feita uma coligação, ela vai ter que valer por um prazo de pelo menos três para que você evite apenas o oportunismo de uma coligação na hora de uma eleição, que depois você se desfça. Domicílio eleitoral: se vamos falar de ética, nós temos que estabelecer um prazo mínimo de domicílio eleitoral. E não é um prazo mínimo de um ano de filiação ou de domicílio eleitoral. Acho que esse prazo tem que ser ampliado para evitar exatamente que você possa se filiar ou se declarar domiciliado

a uma determinada localidade para disputar uma eleição. Então é uma regra, vamos dizer, que nós poderíamos colocar na reforma política, que já evitaria, vamos dizer assim, esse tipo de coisa. Agora, a questão mais importante que me parece é as modificações do sistema eleitoral. E aí eu não tenho uma opinião formada sobre isso. Por quê? O nosso sistema para presidente, senador e governador e prefeito é um sistema majoritário. E para os deputados e para os vereadores é aquele sistema proporcional, em que se o partido assegurou 20% dos votos, ele vai preencher 20% dos candidatos entre os mais votados entre eles até um determinado limite.

Eles estão propondo a figura das listas partidárias. Eu tenho ressalvas nessa questão das listas partidárias, porque teria o problema também da lista partidária de, se ela for adotada, ela contemplar as diversas minorias. Então aqui depois até queria ouvir os membros da mesa, Dr. Américo, que também tem muita experiência na área eleitoral. Eu não sei se esse sistema de lista partidária seria realmente uma boa solução. Parece que a adoção, vamos dizer assim, de um sistema que também não contemplasse o que contempla hoje, que um candidato a deputado estadual, por exemplo, ele faz campanha em diversos municípios, e como ele tem um poder econômico, ele acaba se elegendo. E talvez aí criar uma espécie mista aí, pelo menos no distrito, em que os eleitores escolhessem os candidatos de acordo com aquele distrito.

Isso, vejam bem, são propostas para o antes da eleição. Agora, nós temos que nos preocupar para o depois. E aí é que eu não vejo saída, vamos dizer, no nosso ordenamento jurídico, a não ser aguardar a nova eleição e não eleger mais aquele candidato. Isto é, uma vez o candidato eleito, se ele ou seu partido não se comporta conforme o prometido, e às vezes acontece, o partido não se coligou, criticou o outro, aí perdeu a eleição, depois vai compor a base de governo. Ou, se o Congresso ou o Legislativo se omite nas suas funções de controle do Executivo ou não toma a iniciativa nos principais temas, é esse que me parece que é o nosso grande dilema. E aí eu não vejo uma solução jurídica a médio prazo, a não ser que nós fôssemos, vamos dizer, construindo este caminho, da fidelidade programática, da fidelidade partidária, e tivéssemos uma ação específica de perda do mandato por infidelidade partidária. Isso já existe, mas por infidelidade programática, em que demonstrado que aquele partido, ele trai os objetivos fundamentais do seu programa, ele teria como sanção a perda das cadeiras naquele Legislativo. Probabilidade do próprio Congresso, por iniciativa própria aplicar isso, eu acho muito difícil. Então tem que haver, se isso for debatido pela sociedade civil, se houver interesse, tem que haver uma ampla discussão.

Tem outras propostas que eu acho que, me parecem, não sei, estão propondo o fim da reeleição. Não sei se o fim da reeleição seria uma coisa boa, porque talvez eu acho que a gente deva prever é desincompatibilização, isso sim: se o governante quiser, eu vou terminar, disputar uma reeleição, naquele período que todo mundo tem que se desincompatibilizar, ele também teria. Talvez fosse uma medida melhor do que você vedar a reeleição e voltar ao sistema do mandato de cinco anos para os cargos executivos municipais, estaduais e federais. Essa é uma proposta que foi de reforma política que está sendo feita. Não acho que é isso que vai resolver o nosso problema.

Agora uma última, para dar uma possibilidade de debate, eu sou favorável, e essa é uma proposta chamada de candidaturas avulsas, e tem a proposta lá no Senado de que candidatos sem vínculo partidário em eleições para vereador possam disputar de maneira avulsa. Bom, fica um pouco contraditório, quer dizer, a gente está falando de fidelidade programática, de fidelidade partidária, e vamos aceitar a candidatura avulsa? Quer dizer, um sistema em que a candidatura avulsa seja limitada a um determinado percentual, por exemplo, do Parlamento, às vezes pode contribuir. É alguém que não vem com aqueles compromissos todos partidários, mas é alguém que tem muita representação na sociedade civil e pode exercer um papel fundamental dentro do Parlamento.

Então se a gente, por exemplo, conciliar as candidaturas tradicionais via partidos políticos, mas reservar um percentual às chamadas candidaturas avulsas, talvez segmentos menos favorecidos da sociedade possam eleger determinados parlamentares para representar seus interesses. Então vamos imaginar que aqueles que gostam de Girassol não conseguem colocar o seu candidato no partido, porque nunca conseguem nos grandes partidos e nos pequenos partidos não se atinge o coeficiente eleitoral. Mas numa candidatura avulsa todos poderiam votar naquele candidato que gosta de Girassóis, e ele poderia então ser a expressão daquele segmento dentro do Parlamento. Agora, estão colocando uma cláusula de barreira, que eu acho um absurdo: para uma candidatura avulsa, ele deve ter um apoio de pelo menos 10% dos eleitores do município. Ora, dependendo do tamanho do município, com 10% ele se elege prefeito; ele não precisa se eleger a vereador. Então se ele tiver que ter 10% de apoio para registrar sua candidatura, não tem sentido. Eu acho que você pode limitar o número de candidaturas avulsas, mas sem criar essas barreiras todas que foram mencionadas.

Então eu terminaria para abrir um pouco para os debates, dizendo o seguinte: que independente da reforma política que nós venhamos a fazer, independente dessa reforma política, o grande desafio, eu acho que está no pós-eleição, de

como exercer um controle legítimo e democrático sobre o Parlamento, sem que isso caracterize uma agressão à independência do Parlamento, que deve ser reconhecido, é um valor democrático que nós devemos cultivar. Como exercer esse controle? Isto é, como nós podemos, de alguma maneira, mostrar para o Parlamento que nós estamos insatisfeitos com a atuação dele, frente aos outros poderes, sem que nós tenhamos que aguardar necessariamente quatro anos para uma nova eleição. A meu ver, eu acho que, como eu disse, nós deveríamos pensar fidelidade programática. A Justiça Eleitoral deveria registrar esses programas, exigir, vamos dizer, parâmetros significativos, não parâmetros gerais. Você faz um programa para lutar pela democracia, valorizar os direitos da pessoa.

Então um programa mais especificado, mas específico e depois criar figura da impugnação da infidelidade programática, o que não precisa chegar, eu acho, no meu modo de ver, à sanção já única e draconiana de perda do mandato. Ela poderia ter sanções progressivas. Então a Justiça Eleitoral examinaria e falaria: *“De fato, vocês cometem infidelidade programática ao apoiarem isto ou ao se omitirem nisto.”* Estão sendo sancionados aí com uma multa ou com uma advertência ou com uma censura, *“e, se continuarem com essa infidelidade programática, podem perder percentuais das cadeiras pelas quais os seus membros foram eleitos”*. Muito obrigado.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Obrigado, Dr. Sílvio, pela bela colocação. E olha, nós temos ainda quantos minutos? Uns 10? Cinco minutos para entregar eticamente o salão. De qualquer maneira, em menos de cinco, se houver alguém mais, só tenho uma pergunta na mesa. Se houver alguma, rapidamente escrevam para pegar esses cinco minutos que faltam.

SR. SÍLVIO LUÍS ROCHA – Bom, aí vem uma pergunta sobre o Judiciário, se o CNJ tem alguma proposta para mudar Loman, Lei Orgânica da Magistratura? A Loman, aí por disposição da Constituição, é uma lei que tem que ser iniciativa do Supremo Tribunal Federal. Então isso já está há anos em discussão no Supremo Tribunal Federal, e hoje mesmo na posse do ministro Joaquim Barbosa. O Dr. Ophir Cavalcante, que é o da OAB, ele cobrou exatamente a remessa da Lei Orgânica da Magistratura.

Agora, uma parte do setor da magistratura, eu estou sendo bastante ético e sincero, uma parte do setor da magistratura tem muitas ressalvas e reservas que uma nova Lei Orgânica da Magistratura seja discutida no Congresso. Exatamente por uma percepção de que algumas prerrogativas da magistratura atualmente existentes possam ser retiradas nesse debate do Congresso.

Mas veja, respondendo objetivamente à pergunta, nesse aspecto, o CNJ, porque quando se discutiu a competência do CNJ, e aí há um dado interessante, o Conselho Nacional de Justiça, ele foi um órgão de controle do Poder Judiciário, mas quando se discutiu a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal ficou fora do controle por parte do Conselho Nacional de Justiça. Então nós não temos competência para, vamos dizer, controlar o Supremo Tribunal Federal. Então o CNJ não poderia, por exemplo, anotar uma mora, uma demora do Supremo e remeter à Loman porque ficou decidido em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que nós não teríamos essa competência. Mas eu acho que é uma hora importante que vem um projeto da Lei Orgânica da Magistratura para que você possa debater democraticamente que Poder Judiciário nós queremos no Brasil. Eu acho que esse tem de ser um debate em que o Poder Judiciário tem que ser franco com a sociedade, não deve temer esse medo.

A justiça, com a velocidade que tem, o político termina o mandato, e a justiça ainda não julgou. Bom, é um problema que nós temos que resolver também eticamente: duração razoável do processo. Concordo aqui com a pergunta. Se for considerar o prazo médio de tramitação de um processo na justiça, o mandato, vocês foram otimistas, talvez dois, três ou até quatro mandatos. Essa também é outra discussão que a sociedade tem que ter com o Poder Judiciário. E o ministro Joaquim Barbosa também colocou o dedo na ferida, quer dizer, que Judiciário nós queremos de segurança jurídica. Porque nós queremos é razoabilidade e rapidez no julgamento, só que nós temos pelo menos quatro instâncias recursais. Então nós precisamos discutir se o nosso sistema, para ser rápido também, vai ter que admitir quatro instâncias recursais, ou a gente vai ter que se contentar com o um número menor de instâncias recursais.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Muito bem, obrigado, Dr. Sílvio. Olha, chegaram algumas perguntas retardatárias submetidas a ele. Vamos descumprir a nossa ética da nossa devolução do salão. Eu perguntaria ao Dr. Sílvio se ele poderia responder por *e-mail*, até porque aqui envolve muito juízo de valor, e aí ele tem que se estender mais e o debate continuaria. Pode ser, Dr. Sílvio?

SR. SÍLVIO LUÍS ROCHA – Pode ser. O que você quiser eu respondo.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Então duas chegaram retardatárias, o nosso tempo. (intervensões fora do microfone)

SR. SÍLVIO LUÍS ROCHA – A sua palestra vai em quanto exatamente com esse hoje não tem os partidos políticos, outros se coligam e tal. O Governo está loteando por siglas? Eu não sei se o Governo está loteando por siglas. O que eu sempre escuto no Poder Judiciário, na imprensa de qualquer governo, tomou posse o governo, ele vai se preocupar em formar uma maioria. Então sempre tem uma coalizão, que acaba dando um conforto para ele. E se a mesma equipe que encabeçou a lei de iniciativa está à frente da outra lei da iniciativa popular. Eu acho que é esse *site* mesmo aqui, reforma política, é esse mesmo grupo que encabeçou, está bom?

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Bem, então agradecemos o Dr. Sílvio e a todos os palestrantes de hoje, e lembro que amanhã, dia 23, teremos outros três painéis de igual importância ou até mais. Porque é no encerramento, de maneira que eu convido a todos a que preencham esse plenário de novo amanhã, a partir das 10h30. Até amanhã, muito obrigado a todos. Não, espera aí, espera um pouquinho, pessoal, é 8h30 às 10h30. É o primeiro painel, depois vem o segundo e o terceiro. Muito obrigado e até amanhã, 8h30.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores, então as atividades do primeiro dia do XIII Seminário Internacional Ética na Gestão estão encerradas. Amanhã os trabalhos terão início às 8h30, com o IV painel, que terá como tema “A evolução cultural e seu impacto ético-social”. Tenham todos um bom retorno aos seus lares e nos veremos amanhã.

PAINEL 4: A EVOLUÇÃO CULTURAL E SEU IMPACTO ÉTICO-SOCIAL

AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE
Presidente da Comissão de Ética Pública

LUIZ EDUARDO WALDEMARIN WANDERLEY
Professor titular da PUC-São Paulo e livre docente em Ciências Sociais

CARLOS NEWTON JÚNIOR
Escritor e professor da Universidade Federal de Pernambuco

MESTRE DE CERIMÔNIA – XIII Seminário Internacional Ética na Gestão: Ética, Cultura e Reforma Política. Sejam bem-vindos ao 2º dia de atividades do 13º Seminário Internacional de Ética na Gestão. Gostaria primeiramente de avisar aos senhores que ao final das apresentações a plateia poderá elaborar perguntas que poderão ser feitas por escrito aos palestrantes. As recepcionistas estarão no auditório recolhendo. Informamos que as perguntas que não puderem ser respondidas agora serão entregues aos palestrantes para que possam ser respondidas posteriormente por correspondência eletrônica. Iniciamos os trabalhos com o painel que tem como tema “A evolução cultural e seu impacto ético-social”. Para moderar esse primeiro painel, convidamos o presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lourenço Masset Lacombe. Como palestrantes convidamos o escritor, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutor em Letras pela UFPE, o Sr. Carlos Newton Júnior. Convidamos também o professor titular da PUC-São Paulo e livre docente em Ciências Sociais, o Sr. Luiz Eduardo Wanderley.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Bom dia a todos. Continuando hoje a programação do nosso Seminário, vamos dar sequência com o tema “Evolução cultural e seu impacto ético-social”. Falará o Dr. Carlos Newton Júnior, que tem especialização em Teoria da Arte da Universidade Federal de Pernambuco; mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco; e é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco, lotado no Departamento de Teoria da Arte e Expressão Artística, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais.

Teremos também a presença do doutor Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley, que é graduado em Ciências Jurídicas Sociais na Faculdade de Direito pela Universidade de São Paulo; tem mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo; e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo; pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris; professor titular na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; assessor *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e assessor *ad hoc* da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Por conseguinte, já vamos começar dando a palavra ao Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley. O senhor tem meia hora.

SR. LUIZ EDUARDO WALDEMARIN WANDERLEY – Bom dia a todas e todos, saudações universitárias e éticas. (intervenções fora do

microfone) Desculpe, então, repetindo, saudações universitárias a todas e todos. Bem, esse tema é amplíssimo. Eu tenho trabalhado um pouco sobre cultura em geral, globalização etc. Então eu vou levantar alguns pontos e depois evidentemente no nosso diálogo a gente pode aprofundar, não é isso? Então, a primeira noção é que é impossível a gente falar de ética sem falar de interdisciplinaridade. A ética é uma dimensão humana que está presente em todas as áreas de conhecimento; essa é a sua grande virtude. Aqui mesmo nós temos, além da Comissão de Ética, nós temos, por exemplo, no Ministério de Educação e Cultura, uma Comissão de Interdisciplinaridade. Não sei se vocês conhecem; vale a pena até ler o documento básico com os objetivos.

E eu acho que seria então muito importante que nos ministérios, nas secretarias houvesse essa interligação, essa intercomunicação entre essas várias áreas, e aí a ética teria então um papel fundamental. Como vocês sabem, a interdisciplinaridade está muito vinculada a um outro tema, que é a transdisciplinaridade, onde há uma simbiose entre metodologias e teorias, porque, normalmente, historicamente na universidade algumas vezes você encontra uma faculdade, um instituto, um departamento, mas o diálogo fica simplesmente no discurso, quer dizer, não há uma interpenetração. E com a transdisciplinaridade não, você necessariamente tem que fazer interligação entre as várias áreas do conhecimento. E uma que é fundamental, e o colega depois vai exemplificar, é a arte e ciência. Então essa é realmente uma vinculação hoje fundamental em todas as áreas universitárias. Muitas vezes se fala no teatro, em um grupo de música. Mas como ele se vincula necessariamente, urbanamente com cada área de conhecimento?

Isso que nós temos que aprofundar, isso que nós temos que explicitar. Então vocês, inclusive, devem conhecer, talvez, alguns talvez, existe uma carta da transdisciplinaridade. Depois se vocês quiserem eu posso enviar, são duas páginas, foi em um evento da Unesco, realizado em Portugal, com o Edgar Morin, que é um dos mais conhecidos, a Teoria da Complexidade. Depois temos Nicolescu Basarab, que escreveu um livro sobre o que é transdisciplinaridade, e assim tem várias possibilidades de vocês inclusive participarem até dessa própria carta, e assinar essa carta, que é uma espécie de carta de princípios da transdisciplinaridade. Então esse era o primeiro ponto que eu queria citar, quer dizer, falar em ética, necessariamente, hoje, nós temos que ter essa inter-relação com a interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade, ou aquilo que vocês acharem mais conveniente, está certo? Em um segundo ponto, então como a gente traz isso para a área específica da fala de hoje, que é a cultura?

Hoje nós temos talvez dois grandes processos, um chamado de processo de globalização e o outro processo de contraglobalização, ou globalização hegemônica: é aquela que tem a direção política, direção intelectual e moral; e a globalização contra-hegemônica: que é aquela que busca alternativas, possibilidades novas dentro do sistema e mesmo tentando corroer por baixo do próprio sistema. E a cultura então enfrenta um problema, porque na globalização hegemônica, principalmente através da indústria cultural, ela acabou sendo uma estrela, uma vedete na mídia, nos meios de comunicação de massa. Então você tem hoje duas vertentes, vamos dizer, uma que a gente chamaria de homogeneização cultural, onde então predomina no mundo inteiro certos valores, certas ideias, certas regras, tanto morais como éticas na mídia.

E a mídia virou, então, o que alguns autores chamam de sociedade do espetáculo ou sociedade da imagem, quer dizer, é o consumo. Então qualquer trabalho cultural, até da periferia, quando é assimilado pela mídia, vira uma mercadoria, vira uma coisa de consumo. Infelizmente, raramente você tem alguns grupos mais organizados em ONGs, movimentos sociais, pastorais sociais, que conseguem apresentar uma alternativa, uma visão nova, diferenciada. Mas a visão predominante é essa visão que vem dominando o mundo inteiro, onde você então transforma valores, regras, pensamentos etc., dos vários setores sociais, das várias classes sociais no pensamento único. Então essa é a globalização dominante e a cultura. Então tem dois momentos, vamos dizer, um momento que a gente chama de aculturação, que é o domínio de uma cultura sobre outra cultura, isso vem desde a história nossa aqui na América Latina com os portugueses, espanhóis, onde então a cultura ocidental acabou predominando sobre a cultura indígena, depois sobre a cultura negra, depois sobre a cultura de gênero e etc. E essa, infelizmente, também predomina hoje em vários países. Então você tem essa cultura ou aculturação, em que a cultura de certos pensamentos etc., que quer predominar sobre os outros e no sentido mesmo de dominar.

Quando você fala em democracia, mas que democracia? Só a democracia liberal representativa ou é a democracia econômica, democracia política, democracia cultural, democracia como um modo de vida? Tudo isso acaba sendo esquecido e você então transforma tudo na sociedade de imagem, na sociedade de espetáculo. Então essa é a predominante. Agora, do outro lado da globalização então contra-hegemônica, na busca de alternativas, você tem uma outra possibilidade, que a gente chama então não de aculturação, mas de inculturação. A inculturação é o diálogo efetivo entre uma cultura e outra cultura, um diálogo efetivo. Você tem que respeitar o diferente nas suas tradições,

na sua língua, na sua experiência histórica. Eu lembro que eu estava na França fazendo exatamente o meu curso de pós-doutorado, e aí um candidato famoso lá, o Le Pen, que tem quase 20% dos votos na França, ele então num fala dizia: *“Eu respeito a cultura africana, a sua religião, a sua história, tudo bem, mas aqui na França não, fora da França.”* Que respeito à diferença é esse, não é? Quer dizer, lamentavelmente é isso. Então você tem algumas vezes mais subjetivamente, mais objetivamente um preconceito histórico, que varia de país para país, e você tem então hoje essa outra possibilidade da inculturação.

Então é o respeito mesmo a diferença, mas a sua integridade. Você tem que dialogar com o outro como se fosse você mesmo. Aí sim, você está respeitando essa outra cultura. E aqui no caso brasileiro, então, nós temos algumas experiências muito válidas, que vocês conhecem mesmo no âmbito federal, os pontos de cultura. Nós temos hoje 40, 50 mil pontos de cultura no Brasil. Virou uma experiência realmente muito valiosa, muito importante etc. Essa experiência depois se traduziu na Secretaria de Cidadania Cultural, que faz uma espécie de articulação dos pontos de cultura. Temos o Programa Cultura Viva, que tenta criar redes cada vez mais consistentes entre pontos de cultura. Temos as Conferências Nacionais de Cultura, que também foram um avanço grande hoje. Você tem Conferências Nacionais em cada área, habitação, transporte, ecologia, meio ambiente. Você tem também então essas Conferências Nacionais de Cultura, onde você tem representantes do Governo e representantes da sociedade civil. Temos os Conselhos Gestores, que vocês sabem que está na Constituição de 88, que é uma coisa também maravilhosa, uma inovação brasileira incrível, porque é a primeira vez na história que você cria um Conselho Gestor paritário, com representantes da sociedade civil e representantes governamentais. Isso é um avanço, uma coisa incrível. Vocês, não se encontra isso em nenhum outro país, é uma experiência brasileira incrível. Claro, que tem problemas porque muitos desses Conselhos Gestores são consultivos, não são deliberativos, e a luta que existe exatamente é pra que eles sejam deliberativos.

Então no âmbito da cultura vocês têm hoje no âmbito estadual, no âmbito municipal uma série de experiências incríveis. Eu trabalhei muito no movimento de educação de base, que exatamente fazia um trabalho da escola pelo rádio, quando o Paulo Freire fazia, por exemplo, Olho no Olho ou na fala com a fala, nós fazíamos pelo rádio. Essa experiência prevaleceu dos anos 60 a 64 e foi feita no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste do Brasil, apesar de que a sede era no Rio de Janeiro, mas você tinha a sede em cada estado da região do Norte e do Nordeste. E essa experiência foi muito rica. Nós formamos quase 600 mil alfabetizados, em três anos pelo rádio, uma coisa impressionante. A gente usava

então o quê? A famosa expressão cultura popular. Cultura popular, porque ela compreendia a conscientização e a politização. Isso é uma coisa interessante: conscientização vem um pouco do Paulo Freire, é você criar uma consciência crítica, importante, significativa, mas era mais do que isso.

Eu lembro em um curso, onde você tinha alfabetizados e semialfabetizados, e aí os participantes diziam: *“Olha vocês mudaram a nossa cabeça com essa fala nova que vocês estão trazendo, o que é o sistema capitalista, como é que ele funciona, o que é reforma agrária.”* Mas e agora? O que vou fazer? Como é que eu vou trabalhar? Eu vou voltar para o campo, eu vou voltar para o meu trabalho. Aí surgiu então a politização, cooperativas, sindicatos rurais e animação popular. Eu lembro que a gente pegava até um caminhão e levava teatro em cada cidadezinha do interior; era uma coisa impressionante. E aí você dinamizava então música, dança, teatro e etc.

Então esse dado, que é importante na cultura popular, é que você tem que ver no outro. É aquilo que eu disse: o respeito à diferença. Eu lembro também, gosto de comentar um pouco isso, o Paulo Freire uma vez aqui foi falar em uma cidadezinha no interior de Pernambuco, e tinha que atravessar um rio, e ele estava de paletó e gravata, todo bonitão, e aí o cara do barco falou: *“Eu não vou levar autoridade no meu barco, você se vira e tal.”* Ele falou: *“Poxa, mas eu tenho compromisso, eu tenho que falar, você tem que me levar lá.”* *“Não, eu não levo.”* Falou: *“Quer ver, vamos conversar, quem fez esse barco?”* *“Foi eu com minha esposa etc., os meus filhos, cortamos a madeira e fizemos.”* *“Então, eu não sei fazer barco, então um a zero para você. O que é Congresso Nacional? Congresso Nacional?”* *“Nunca ouvi falar desse negócio.”* *“Então um a um. O que é essa cestinha que tem aí no barco?”* *“Essa cestinha foi minha esposa que fez, porque leva a comida que eu preciso, etc. e tal.”* *“Mas eu também não sei fazer cestinha, então dois a um para você.”* *“O que são partidos políticos?”* *“Partido? Quem que partiu? Sei lá, não conheço.”* *“Então dois a dois.”* E foi assim até 10 a 10. O que significava isso? Que você tinha ali dois saberes.

Um saber que vem da prática concreta, que vem da existência da vida daquela população, e o saber acadêmico. Como que você relacionaria esses dois pontos? Isso é um drama que nós enfrentamos hoje nas universidades, cada vez mais com a revolução da tecnologia, revolução informacional. Conhecimento vai embora. E os seres comuns como ficam? Então essa geração senso comum e cultura academia é fundamental e básica para que haja uma evolução da população em geral, para que possa haver um diálogo, senão não tem diálogo. Se afasta cada vez mais... Então essas experiências foram muito ricas. Hoje

vocês sabem que há mais de 100 entidades de educação popular do Brasil. Se tem ONGs e movimentos que trabalham cultura popular em uma nova perspectiva, nessa perspectiva contra-hegemonia, mas isso não passa, às vezes não chega nem na universidade, as próprias secretarias de cultura não conhecem. Então nós temos que criar também um sistema de informação mais sistemático, mais organizado, porque senão o pessoal ignora, não conhece essas experiências e elas são incríveis, elas estão aí. Quem foi ao Fórum Social Mundial sabe, você tem lá mil coisas, algumas passageiras, outras mais profundas, mas tem experiências incríveis do mundo inteiro. A gente precisa conhecer para apostar nisso, apostar naquilo que já aponta para uma utopia, que já aponta para uma transformação real no plano cultural e no plano econômico social, político etc.

Com esse plano de fundo, porque isso aí a gente poderia conversar muito tempo. Quem sabe a gente possa fazer um curso aqui com o professor e eu sobre cultura. Então vocês estão convidados a participar do curso. Eu não sei quem vai bancar, mas em todo caso. Eu queria completar agora com uma ideia que eu tinha defendido muito porque hoje está inclusive no tema aqui, que vocês viram, Seminário Internacional Ética na Gestão: Ética, Cultura e Reforma Política, que é o seguinte: para que haja realmente políticas culturais efetivas é necessário que elas sejam políticas públicas. Esse é o ponto estratégico, é uma coisa que pouca gente discute. Toda hora você fala Ministério Público, Secretaria Pública, universidade pública, mas será que elas são públicas mesmo? Eu digo que não. Em geral elas são universidades estatais, ministérios estatais, secretarias estatais, mas não são públicas. Por quê? Eu vou dar para vocês cinco atributos rapidinhos só para a gente morder esse tema com mais profundidade. Para que ela seja uma política pública, ela tem que ser uma política universal. Ou seja, todos têm que ter acesso à cultura. Tanto a cultura popular como a cultura literária, o que vocês quiserem. Isso vale para qualquer coisa, vale para a economia, vale para o emprego.

Então vocês têm que ter necessariamente essa meta, esse objetivo para que elas sejam públicas, todos têm que ter acesso. Aí estão discussões do ProUni e outras que são complexas. A gente sabe o que é educação, por exemplo, cultura em um bairro, em um município, em uma região, no Brasil. É evidente que você tem uma complexidade grande, mas esse é o ponto estratégico, se não for universal, se não for para o bem comum, não tem ética. Segundo ponto: tem que ter transparência, visibilidade social. Esse é o outro ponto, eu já tinha destacado um pouquinho. Quer dizer, a maioria da população não conhece as coisas que estão acontecendo. Coisas válidas e mesmo as inválidas, não conhece. Então quando você, em um governo federal, por

exemplo, vai ter transparência pública. Isso vale para um sindicato, vale para uma ONG, vale para uma igreja. Todos os membros têm que ter conhecimento de onde veio os recursos, para onde vão os recursos, como que são efetivamente concretizados etc. etc. Então a visibilidade social, a transparência social é outro elemento fundamental.

Um terceiro que está vinculado com esses dois é o controle social. Este talvez seja o mais difícil. Claro que se você pega, por exemplo, o Parlamento, você pega os três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, você tem tese a premissa de que o Parlamento é que seria realmente o controlador. Isso a gente sabe que infelizmente na política não está funcionando. E qualquer outro setor. Então como descobrir mecanismos sérios, competentes para fazer controle social em qualquer área? Vou mexer um pouquinho aqui com as mulheres. Por exemplo, na igreja Católica, eu sou católico, mas como a gente vai conseguir que as mulheres cheguem aos postos de poder? Não é fácil. Então como as mulheres vão poder controlar suas comunidades religiosas, tanto no plano de Roma como no plano nacional, no plano local etc. Eu gosto de brincar um pouquinho às vezes. Nós daqui a 100 anos vamos ter um papa chinês que vai se chamar Piolin I. Simpático. Piolin I. E daqui a 500 anos vamos ter uma papisa. Alguém acredita? Vamos ver, está muito romântico ou muito antes? Você é otimista. (intervenção simultânea) Os pessimistas hoje não saem nunca, não vai ter essa daí, mas eu acredito que vai sair. É isso daí, como a gente vai ter controle social efetivo.

O quarto é democratização. Se o Estado não for democrático, se a sociedade civil não for democrática, não tem público. Porque isso é fundamental, é como eu dizia rapidamente, não basta você ter a democracia liberal representativa, que é a que nós temos, a eleição, partidos, maioria, minoria, não basta. Você tem que avançar para uma democracia econômica. Por exemplo, o *status* do bem-estar social, que foi uma experiência riquíssima dentro do próprio capitalismo. Como a gente vai avançar nisso? Democracia cultural, como eu falei, o diálogo entre as culturas, o diálogo concreto etc.

Democracia social hoje, por exemplo, redes e fóruns, principalmente na área da cultura. Não sei se vocês conhecem uma rede, por exemplo, que chama Centro de Educação de Adultos para América Latina (Ceaal). É uma rede latino-americana de educação popular e de cultura popular. Quantos conhecem? Publica revista, faz eventos e a maioria das pessoas não conhece. Redes e fóruns nessa área hoje também é uma experiência muito rica, fundamental, e a democracia como modo de vida. Na nossa relação pessoal, dentro da família,

dentro da escola, dentro de qualquer área onde você trabalhe etc. Essa talvez seja mais difícil. Muitas vezes o cara fala: “eu sou democrático no meu partido, mas em casa eu sou autoritário. Com meus filhos, com minha mulher”. Ou o inverso, em casa eu digo “eu sou democrático em casa, mas na política eu sou autoritário, paternalista etc. etc. etc.”. Então veja, não é fácil. Como você vai ter democratização efetiva?

E por último, cultura cívica, que é a base. Você aprende desde o dia que você nasce. E esse é o ponto-chave, é o ponto estratégico. Se nós não tivermos isso nas famílias, nas escolas, nas associações, não vamos avançar. Eu brinco algumas vezes com os taxistas. Um aluno e uma aluna vão à escola e aprendem que você tem que respeitar o sinal, não pode jogar latinha de cerveja fora, não pode atravessar pela direita e tal. Chega em casa o pai, o avô, o tio, todos vão fazer diferente. A quem o garotinho e a garotinha vão seguir? Os pais ou a professora? Os pais. Cultura cívica. É a cultura mínima. Como você vai ter cultura política e cultura cultural no sentido que a gente falou desse diálogo efetivo entre a cultura popular e a cultura acadêmica, cultura literária etc. etc. etc.

Todos esses elementos, gente, têm que estar articulados; se um deles falta você não tem política pública. Isso é que nós temos que avaliar, inclusive na nossa área específica de hoje, nas Comissões de Ética, nas Secretarias de Ética e Cultura etc. Será que elas são públicas efetivamente? Isso é que nós precisamos estar atentos e lutar para que elas sejam realmente políticas públicas. Esse era um pouco o quadrinho que eu queria montar. Agradeço a atenção de vocês e fico à disposição para o diálogo. Muito obrigado. (intervenções fora do microfone) Já tinha algumas perguntas...

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Nós vamos ter mais 10 minutos para ele responder. (intervenções fora do microfone). Admitidas as perguntas, porquanto nós temos que dar a palavra a outro palestrante.

SR. LUIZ EDUARDO WALDEMARIN WANDERLEY – Então a primeira é exatamente sobre aquele acesso à carta da transdisciplinaridade. Depois eu posso a carta com vocês aqui, com o pessoal da Secretaria e eu mando para vocês aí, não sei como que vocês podem fazer. A Secretaria tem que descobrir um jeito de distribuir para quem tiver interessado. Talvez vocês façam um documentozinho, e aí você passa então num boa. O segundo diz que: *“Pertence ao Ministério das Comunicações e recebe várias reclamações etc. Que acho que devia haver maior regulação quanto ao conteúdo da programação de TV e rádio. Qual sua opinião? Qual o papel da liberdade de expressão acerca dos temas do*

nosso seminário?” Isso aqui envolve novamente a transdisciplinaridade, quer dizer, se você tem na mente a liberdade de expressão total e absoluta, que é o que muitos órgãos na mídia defendem, isso é problemático.

Tem que ser estudado com calma e com prudência porque liberdade total não existe. Eu mesmo já falei, a própria mídia está controlada pela globalização hegemônica. Então quando você denuncia isso, todo mundo fala: “*Você está contra a liberdade de expressão, você diz que nós somos conservadores.*” Não é nada disso. Vocês sabem, por exemplo, nesse campo, qual é o canal de televisão nacional numa política crítica, numa política de esquerda, se vocês quiserem. Isso nasceu no movimento dos metalúrgicos no grande ABC de São Paulo e não foi dado para nenhum sindicato, para nenhuma central sindical. Na primeira gestão do Lula, foi dado para São Bernardo do Campo, não sei se vocês conhecem, chamado TVT. Pode procurar acesso que vocês vão ter. TVT. É o primeiro canal que nasceu na região do grande ABC. Agora já entrou no estado de São Paulo inteiro e está querendo ser nacional. Mas a escolha é difícil. Você tem rádios comunitárias em bairros e sociedades etc. Você tem uma rádio nacional crítica, que apresente uma outra versão da realidade? Você não tem... Então como conseguir isso? Aí sim, você vai ter liberdade. Se todas as áreas e todos os setores sociais tiverem acessos aos canais, aos instrumentos de comunicação, aí sim você vai ter liberdade. Então, claro, esse é um tema forte que a gente podia analisar mais profundamente, mas depois, se tiver mais tempo a gente faz. Tem mais alguma? (intervenção fora do microfone).

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Eu queria só comunicar que aqueles que estão interessados na carta, nós vamos disponibilizar na nossa página na internet. O endereço está no verso do folder.

SR. LUIZ EDUARDO WALDEMARIN WANDERLEY – Um minutinho só. Eu também escrevi um pequeno texto que foi publicado em uma revista eletrônica da nossa universidade, que chama Universidade e Ética. Se vocês tiverem interessados, eu também posso deixar. O texto já está até aqui; aí vocês podem ter acesso.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Dando sequência, eu passo a palavra ao professor Carlos Newton.

SR. CARLOS NEWTON JÚNIOR – Bom dia a todos e a todas. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer o convite que me foi formulado para estar aqui hoje neste evento tão importante que está no seu 13º ano e dizer que vou

fazer aqui de início uma confissão mais ou menos como dizia ou como deve dizer a atriz que faz o papel de Nossa Senhora no Alto da Compadecida quando ela entra, não sei se vocês já leram a peça de Ariano Suassuna, quando ela entra daquele modo festivo, ela diz assim: “*A humilde atriz que fará o papel dessa excelsa senhora se declara indigna de tão alto mistério.*” É mais ou menos como eu me sinto aqui diante de uma plateia tão seleta e de palestrantes tão seletos. Mas eu vou pegar aqui o gancho do professor Luiz Eduardo Wanderley quando ele fala do aspecto transversal da época e das questões ligadas a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade porque eu sou interdisciplinar por natureza.

A minha formação é uma formação completamente transversal e eu diria até horizontal em alguns aspectos porque eu fiz na graduação e vou dizer isso aqui somente para puxar o assunto e não para contar. Eu fiz na graduação arquitetura, eu sou arquiteto por formação e fiz história porque eu tinha muito interesse em ensinar a história da arte, a história da cultura. Depois eu me especializei em Teoria da Arte no campo da estética e depois fiz mestrado e doutorado já em Literatura. De maneira que hoje eu não entraria em nenhum concurso, em universidade brasileira nenhuma, porque essa interdisciplinaridade ainda não é bem aceita pelas universidades. Você abre um concurso para professor hoje, você tem que ter a graduação em uma área, o mestrado e, quer dizer, essa ideia da verticalização nunca foi uma ideia muito presente no meu trajeto. A minha sorte é que eu ainda entrei na universidade nos antigos cursos para professor auxiliar, que exigia somente a graduação. Eu tenho 24 anos de universidade. Então recém-formado apareceu um concurso e eu entrei e fiz a minha formação já como professor e pude fazer o meu mestrado e o meu doutorado naquele tempo, em que eu bem entendesse.

Essa questão é uma questão interessante porque envolve a nossa visão de universidade. Eu me lembro de um grande pensador, que eu sempre gostei de ler até por influência de Ariano Suassuna, que foi meu grande professor de estética na Universidade Federal de Pernambuco, é um pensador espanhol chamado Ortega y Gasset, e já nos anos 30 ele batia muito fortemente contra essa ideia da especialização em alguns casos. Ele dizia que a universidade tinha que formar profissionais com uma visão mais transdisciplinar porque ele tinha uma expressão ótima. Ele dizia assim: “*O especialista é um bárbaro da nova geração.*” E o que se sabe, você vai a um médico e diz: “*Estou com uma dor no joelho direito*” e ele diz: “*Eu só entendo de joelho esquerdo.*” Chega nesse nível de então ele dizer que são os bárbaros da nova espécie. Então eu pensei aqui quando fui chamado em falar um pouco sobre a relação de estética com a ética porque eu ensino estética, filosofia da beleza.

A arte tem uma sintonia muito forte com essas questões todas de liberdade de expressão e coisas dessa natureza com a ética. A primeira teoria da beleza sistematizada que nós conhecemos é a teoria de Platão. Ele já vinculava o belo ao justo e ao verdadeiro. Ele dizia que não poderia existir a beleza sem a vinculação com a ideia de justiça. É uma visão muito interessante, muito boa. Uma visão marcadamente religiosa. Por isso, por exemplo, que em um livro que ele tem que é considerado a primeira utopia, no sentido não de lugar, mas a utopia política que é a república, ele expulsa os poetas da república tendo em vista que Homero na *Ilíada* e na *Odisseia*, Homero caracterizava os deuses como os vícios humanos. Isso não pode ser. Eu não posso acreditar em um Deus que não seja justo e que não tenha os ideais éticos, porque eu não sei se vocês já leram a *Ilíada* e a *Odisseia*, os deuses pintam e bordam. Tudo que os homens fazem são os deuses que fazem, que no Olimpo é uma coisa terrível, é incrível.

A inveja, o que você pode pensar de mais antiético é o Olimpo na visão de Homero. Aí Platão não concordava com isso porque para ele a beleza, a justiça e a verdade eram partes indissociáveis da divindade, de uma ideia de divindade. Eu pensei em falar por aí e citar, por exemplo, um trabalho extremamente polêmico que chegou, inclusive, a participar da bienal de São Paulo do ano passado, se não me engano, que é um trabalho que foi produzido por um grande artista Pernambucano que eu gosto muito, chamado Gil Vicente, que eu gosto muito. Aliás, pessoalmente, mas ele fez uma série de retratos chamada *Inimigos*. Não sei se alguém aqui viu, ele é um grande retratista e ele fez vários quadros em que ele se autorretratava assassinando personalidades políticas, até o papa. Atirando no papa. Um negócio que eu achei de uma violência extrema e que daria margem para uma discussão enorme, sempre a liberdade de expressão, a questão ética da própria ética, até que ponto o artista está acima do bem e do mal para trabalhar com a imagem de pessoas públicas. Porque aí você é uma afronta direta ao direito de imagem porque era um retrato muito, embora desenhado. Então pensei em fazer essa vinculação, mas eu resolvi também enveredar por outro caminho que quem tiver interesse em ver isso, na internet você encontra. Você coloca o nome de Gil Vicente e a série *Inimigos*, você deve... A OAB na época inclusive de São Paulo sugeriu que retirasse da bienal essa... E a bienal terminou dizendo que isso era um absurdo, porque isso era uma questão da liberdade do artista e não retirou.

E a bienal de São Paulo tem uma tradição muito grande dentro dessa visão mais contemporânea da arte de experimentalismo e a estética do trabalho dele é a estética do século XIX, do retrato. Então na verdade a bienal aceitou o trabalho apenas pelo conteúdo polêmico mesmo e não pela forma, mas pelo conteúdo polêmico do trabalho para chamar atenção talvez da mídia e coisa

assim. Mas eu quis também falar um pouco especificamente sobre a questão do tema, “A evolução cultural e seu aspecto ético-social”, e fazer aqui o que se chama de fogo amigo. Eu não sei se a gente pode falar em evolução cultural, essa questão da evolução aplicar o termo evolução às culturas, tenho muitas dúvidas quanto a isso. Eu sou discípulo assumido de Ariano Suassuna, que eu considero não só um grande escritor, mas um pensador da cultura brasileira e aprendi com ele a diferenciar cultura de civilização porque é do ponto de vista antropológico, tudo aquilo que o homem faz é cultura. Você pega o barro, um elemento da natureza, mas se o homem coloca esse barro molhado em uma forma e seca, o sol cria um tijolo e o tijolo é um objeto de cultura.

Então tudo aquilo que o homem faz é cultura, mas quando eu penso em cultura eu procuro fazer um recorte, imaginando a cultura como conjunto das manifestações artísticas do povo. Gilberto Freire tem uma frase ótima, ele diz assim: “*Principamente na arte que se exprime estilos de civilizações.*” Ele diz isso em um livro chamado *O de casa*. Então ele vê a cultura aí no caso como as artes, como a medula, aquilo que caracteriza, que define o povo. E chamaríamos de civilização aqueles aspectos mais ligados à ciência, à tecnologia, isso que está mais vinculado à ideia de progresso. Então desse ponto de vista eu posso dizer que não existem culturas inferiores e culturas superiores; todas as culturas são importantes, todas as culturas contribuem para a humanidade. Agora, existem civilizações, então eu posso dizer assim, os Estados Unidos, do ponto de vista civilizacional, são mais desenvolvidos do que o Brasil, do que qualquer país da África. Mas do ponto de vista cultural eu não posso dizer, porque a cultura americana é superior à cultura brasileira. Todas as culturas têm seu valor, é assim que eu penso a questão cultural. Então a noção de progresso, de evolução, valeria para as civilizações e não para as culturas.

Eu tenho sempre muito cuidado, porque eu não gosto dessa expressa arte primitiva, eu não gosto. A arte é grande em qualquer época. Você vai para a pintura rupestre de Lasco na França ou aqui de Minas, das cavernas. Temos Itacoatiara do Ingá na Paraíba. Você tem uma grande manifestação artística, há 10 mil anos. O ano em que ele fez aquelas representações, ele era um primitivo do ponto de vista civilizacional. O homem que pintou aquelas pinturas maravilhosas da gruta de Lasco, na França, que foram encontradas nos anos 40, os toldos e bisões, isso você encontra em qualquer referência. Aquelas pinturas têm 15 mil anos, então o homem não conhecia a roda, talvez a fábrica do fogo, discute-se ainda isso. O homem, do ponto de vista da tecnologia, da civilização, ele estava na aurora da humanidade, mas já era um grande artista. Por que Picasso assinaria qualquer toldo daquele? É um negócio impressionante.

Então a arte, ela não pode se pautar por essas noções de progresso, e a cultura, como eu entendo, a cultura como fazendo esse recorte, a cultura para mim são as manifestações artísticas, que definem um poço. Quando eu falo em cultura brasileira, eu tenho que imaginar o que faz do brasileiro um povo diferente dos outros na sua dança, na sua música, no seu teatro, na sua arquitetura. Porque Oscar Niemeyer é um grande, muito embora tenha herdado de Corbusier princípios do modernismo, ele é um grande arquiteto. Você pega qualquer dicionário de arquitetura, você vai falar quem é um dos grandes gênios do século XX na arquitetura porque ele interpretou a arte. Essa herança do barroco, nas curvas, em volumes maravilhosos. Ele interpretou um pouco da alma brasileira; é nesse aspecto que a gente fala. Então me parece que a expressão evolução cultural é uma expressão.

Eu não a encaro com bons olhos, por isso que eu falei em fogo amigo. Mas o certo é a gente discutir isso. O certo é a gente discutir. Então eu não gosto da expressão cultura primitiva, não gosto da expressão arte primitiva porque eu acho que as culturas todas são importantes e ainda hoje nos livros de história da arte, nos livros de história da cultura, você encontra essas expressões, a larga arte primitiva como se fosse alguma coisa menor, como se fosse alguma coisa não tão bem realizada do ponto de vista artístico quanto a arte moderna, a arte contemporânea do século XIX etc. E isso, essa expressão cultura primitiva, ela leva àquelas práticas que nós todos bem conhecemos, do colonialismo. Você pega, por exemplo, existe um grande livro do escritor americano, falecido recentemente em 2005, chamado Di Brown, não sei se vocês já conhecem, é um clássico chamado *Enterre meu coração na curva do rio*, onde ele faz um relato. Ele pega a história americana do século XIX, de 1860 a 1890, nos 30 anos que caracterizaram aquela chamada Marcha para o Oeste. A minha geração, eu menino assistia aos filmes de faroeste e a gente via o índio como um bandido. A cavalaria eram os mocinhos e os índios eram os bandidos, terríveis.

Eu fui menino e eu brincava de forte apache. O soldadinho índio era sempre o mal, era aquele maquiavélico, o bem e o mal. E esse livro é um livro dos anos 70, em que ele conta a história dessa conquista americana sob a luz das grandes culturas que foram dizimadas, a cultura das Pradarias e *Cheyennes*, os *Cius*, *Arapahos*. É um livro belíssimo porque ele parte dos relatos dos sobreviventes, um pouco de história oral etc. e de tradições, de índios que ainda viviam em reservas, que passavam aquelas tradições. É um livro lindo. Ele mostra que toda aquela marcha, toda aquela conquista, todo aquele extermínio se baseava justamente em uma teoria, a chamada teoria do Destino Manifesto, que dizia

que a cultura anglo-saxônica era superior e tinha que levar, tinha que tirar aqueles pobres, aqueles primitivos, aqueles inferiores e tinha que levar o seu modo de vida para aquelas populações. Então existia toda uma teoria que legitimava isso.

A teoria do destino manifesto, que partia dessa ideia de culturas superiores e culturas inferiores e que hoje isso é muito discutido etc. Então para vocês terem uma ideia, eu peguei um trechinho de um livro que trata, um livro que você encontra no mercado *A arte pré-histórica e primitiva*. O texto é de Andreas Lommel, um etimólogo alemão, também recentemente falecido, faleceu em 2005. Ele diz o seguinte, vejam só, eu trouxe, eu citei aqui, infelizmente eu ia colocar isso no computador, mas meu computador quebrou ontem. Eu fazendo e... Então eu tive que escrever: *“O vocábulo primitivo é confuso ou pelo menos ambíguo. Por culturas primitivas compreendemos de um ângulo as sociedades caçadoras e agrícolas pré-históricas, das quais as culturas amadurecidas do mundo antigo evoluíram. Por outro, o mesmo tema é aplicado a culturas existentes que sobrevivem ao lado de outras amadurecidas, embora em nível mais baixo do desenvolvimento. Existe uma distinção básica a fazer entre as duas primeiras. É que as culturas primitivas da pré-história eram vívidas e dinâmicas em processo de desenvolvimento e, quanto às últimas, quer dizer, as de hoje, não têm vitalidade. Permaneceram estáticas. Na verdade tornaram-se quase fossilizadas. É somente com grande dificuldade que podem contribuir para a nossa civilização moderna de âmbito universal ou a ela se assimilarem.”*

Isso não é uma visão profundamente negativa. Eu acho que toda a cultura dinâmica, agora os ritmos são diferentes. Eu estou entrando em uma área que não é nem a minha antropologia, mas é porque eu sou um ferrenho defensor da ideia de tradição, do respeito às tradições. Quando a gente pensa globalização e associa a globalização à uniformização, eu sou contra. Eu acho que a globalização deve servir para a gente entender, compreender melhor o outro, mas não essa ideia de uma cultura globalizada, me parece muito perigosa porque tende a uma uniformização que seria uma coisa terrível para a humanidade de uma maneira geral. Quando eu penso em tradição, eu não penso a tradição no sentido do apego ao passado, do passadismo, da cópia, nada disso.

Porque existem aí duas visões diferentes de tradição. Por exemplo, Neruda tem um poema chamado *Espanha no coração*, que é um poema muito bonito, em que ele tem uma visão de tradição com a qual eu não concordo, que é uma visão negativa da tradição. Eu vou ler só um trechinho para vocês verem. Ele diz assim: *“E na noite da Espanha pelos velhos jardins a tradição cheia de mucos mortos esguichando pus e peste passeando com um rabo na bruma*

fantasmal e fantástica, vestida de asma e ocas casacas sangrentas e seu rosto de olhos profundos e parados eram verdes lesmas comendo tumbas. E sua boca sem dentes mordida cada noite a espiga não nascida e o mineral secreto e passava com a coroa de cardos verdes semeando de vagos ossos de morto e punhais.” Quer dizer, a tradição como uma coisa negativa, truculenta, que impede um novo de surgir. Quando ele diz aqui “Verdes lesmas mordiam cada noite a espiga não nascida”, quer dizer, esse apego ao passado como uma maneira de você impedir que surja o novo, uma cópia do passado.

Eu não entendo a tradição dessa maneira, pelo contrário. Eu acho que a tradição, a verdadeira tradição é a matriz do novo. Eu me alinho a uma linha de pensamento. Eu vou ler um conceito de tradição que eu escrevi e eu escrevo uma coluna sobre cultura mensal em uma revista mensal chamada *Correio das Áreas Técnicas*. Não chega aqui em Brasília. O Brasil é um País de dimensões continentais, então infelizmente as coisas acabam ficando muito, é considerado o suplemento da cultura mais antigo em circulação no Brasil, esse *Correio das Artes*, fundado nos anos 30 a 40 por aí, de Edson Reges, um grande poeta, morreu inclusive naquele fatídico atentado no aeroporto de Guararapes nos anos 60. Ele estava lá por acaso, era jornalista e morreu naquela bomba, naquela explosão e ele fundou esse *Correio das Artes*.

Em uma das minhas colunas, eu falo sobre a tradição e vou ler só um trechinho do que eu escrevi aqui, que está mais bem elaborado: “*Seguindo a velha e boa lição socrática, seria conveniente de início esclarecer o sentido que atribuímos aos termos tradição e vanguarda, evitando assim uma discussão superficial que não vai além da epiderme das palavras para investigarmos as entranhas das ideias e dos conceitos. Tradição para nós não se confunde com passadismo, isto é, não significa cópia do passado, adoção de velhas fórmulas, ou mera repetição de fórmulas, soluções artísticas consagradas ao longo do tempo. Além disso, ela não representa uma oposição ao novo, como dizia aqui Neruda, o que, aliás, seria impossível, pois a verdadeira tradição, como tentaram nos demonstrar, é a própria matriz do novo. Trata-se, portanto, da nossa fonte do cavalo, o manancial vivo e inesgotável de todas as respostas dadas por nosso antepassado, aqueles enigmas fundamentais que tanto perturbaram, ainda hoje nos perturbam, e que podem ser sintetizados nas céleres perguntas que compõem o título do famoso quadro de (ininteligível) Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? São questões universais. Todas as culturas se perguntaram sobre isso. Ao se vincular uma tradição, o grande artista não pretende cultuar as cinzas dos seus antepassados, mas a chama que os animava, fazendo dela o nome que usará para iluminar o seu próprio caminho. O artista reconhece que não está só*

no mundo, que muito pensaram e realizaram antes dele e que uma busca radical do novo, o novo pelo novo, como bem demonstrou Ferreira Gullar, é não apenas fútil e suicida, mas incompatível com a linguagem artística e com a própria condição humana, pois tanto a língua quanto o autor preexistem a obra que esse deseja realizar. O artista assim cria um novo partido diálogo com seus mortos, inserindo sua obra em um universo formado pelas grandes obras de artes que o precederam, antecedendo em uma via de mão dupla a presença vida do passado em sua contemporaneidade e a da sua contemporaneidade no passado.” Esse conceito de tradição evidentemente não é nosso: foi defendido e realçado por pensadores, artistas, poetas das mais diversas tendências.

Então, por exemplo, um poeta que escreveu um texto belíssimo sobre isso, T. S. Eliot, chamado *A tradição e o talento individual*, vocês encontram tradução desse texto na internet, é um ensaio belíssimo, ele diz: “*A grande obra de área técnica, quando ela surge, ela é tanto melhor quanto mais ela se relaciona com aquele conjunto, aquele universo de grandes obras preexistentes.*” É uma relação que ela estabelece. Isso ele disse nos anos 20 e o grande Fernando Pessoa também tem um texto ótimo, *Considerações sobre o novo*, em que ele vinha dizer assim: “*Deve haver no mais pequeno poema de um poeta alguma coisa por onde se perceba que existiu Homero*”. Esse é o sentido da tradição, você ler um poeta e perceber através desse grande poeta que ele está se relacionando com a sua cultura, com sua cultura mediterrânica, no nosso caso, porque a cultura brasileira é um episódio da cultura mediterrânica e da cultura ocidental.

Então eu defendo a tradição nesses termos e aí nós entramos por um problema que tem tudo a ver com o tema do Seminário, que eu queria deixar aqui para a gente debater. Que é o seguinte: defender a tradição não significa de minha parte um relativismo cultural radical. Esse, o ponto fulcral no que eu queria dizer hoje, porque, veja, defender a nossa cultura, defender as culturas, como dizia o Unamuno. Tem uma frase ótima de Unamuno que eu trouxe aqui: “*Todo indivíduo que num povo conspira para quebrar a unidade e continuidade espiritual desse povo tende a destruí-lo e a destruir-se como parte desse povo.*” O grande Unamuno, que era um grande defensor das tradições, ele tem um livro chamado *Sentimento trágico da vida*, em que ele fala isso, e ele aprofunda no livro que é o famoso *Vida de Quixote e Sancho*, a maior interpretação que já existe sobre o Dom Quixote, que é um livro universal, mas profundamente local. Quer dizer, a universalidade para mim, ela parte do local. O Dom Quixote é o livro mais lido e mais editado no mundo ocidental, depois da Bíblia. Tem mais de 400 anos e, no entanto, num livro local, a universalidade parte é do nacional.

Cervantes estava ali refletindo sobre seu mundo, a mancha ali, aquela região pequena e ele se universaliza depois pela qualidade, então é um êxito literário. É preciso em arte a gente diferenciar sucesso, que é uma coisa efêmera, passageira, do êxito, o êxito literário. As pessoas dizem assim: “*A banda tal vende não sei quantos milhões de discos. Villa-Lobos só vende 5 mil.*” Sim, mas Villa-Lobos vende cinco mil hoje, daqui a 10 anos vai vender 5 mil, daqui a 20, cinco mil, enquanto existir cultura brasileira Villa-Lobos vai vender 5 mil discos, e essas bandas vivem 3, 4 anos e acabam. E os seus músicos milionários não vão viver bem, mas a arte não é isso. E preocupação do grande artista é com o êxito, aquilo que se perpetua no tempo.

Dito isto, quando a gente defende as tradições, é preciso também encontrar um meio termo no tocante à questão do relativismo cultural porque aí a gente entra em problemas do direito, numa perspectiva transcultural. Eu não sou formado em Direito, mas sou muito curioso e gosto de ler coisas e me interessa muito por esses temas do Direito no aspecto do transcultural. Vocês vejam, por exemplo, vamos em um caso prático, eu estava lendo um livro recente do Andre, *Direito das sociedades humanas*. Ele dá um dado estarrecedor: 80 milhões de mulheres, em média hoje no mundo, são vítimas da excisão, aquela mutilação ritual no clitóris da mulher. Eles cortam, porque ela se não, ela não se insere, não se casa etc. São práticas de mutilações, rituais na África ocidental, na central, na Malásia, na Indonésia; então 80 milhões de mulheres sofrem. Aí você tem duas teses, aqueles que defendem isso por conta do relativismo cultural, são práticas legítimas porque é uma legitimidade fundamentada em bases culturais que lhe conferem seu valor redentor. Há etnólogos que defendem isso partindo daquela frase de Montaigne: “*Cada um chama de barbárie o que não é de seu gosto.*”

E para uma segunda tese, que procura chamar atenção para a universalidade dos direitos da pessoa e a integridade corporal e física. Uma universalidade mínima de direitos mínimos da pessoa. Eu particularmente me filio a essa tese. Quando eu falo em relativismo cultural eu não penso no relativismo cultural de uma maneira radical. Eu procuro aquela ideia do meio termo, que se aproximaria da ideia de justiça na visão do grande nome da ética mundial, que é Aristóteles na *Ética a Nicômaco*, que é um livro imprescindível. Você pega o livro cinco da época, a Nicômaco, você vê o homem no século quarto jogando um conceito de equidade, diferenciando a igualdade da equidade, que é um conceito que ele usa ainda hoje quando a gente legitima, por exemplo, as cotas nas universidades. Eu acho fantástico. Isso é a tradição. Eu tenho muito... Eu vejo muito assim amigos meus que fizeram

Direito, estudantes de Direito. Eu tenho muito medo dos cursos de Direito hoje porque ele estão com uma língua muito técnica, muito tecnicista, estão esquecendo da tradição humanística do Direito.

Eu acho que não estão mais lendo, vão pegar os códigos e não leem e não veem que Aristóteles já dizia isso no século IV, quando ele falava de qualidade etc. Então nessas duas teses eu sempre faço a opção pela segunda: direitos fundamentais mínimos da pessoa humana estão acima de escolhas culturais. Pode ser má visão ocidental, tudo bem, reconheço, mas eu tomo partido dessa visão. Eu acho que deve existir é aquela visão do direito como mínimo ético, de Jellinek, o direito ao mínimo ético. Então eu não posso aceitar determinadas práticas culturais ditas tradicionais quando elas afrontam um mínimo ético, que é aí no caso o direito à integridade física, mental e... Aí eu acho que o relativismo cultural para. Então essa é a discussão. Eu acho que a gente pode fazer, quando se tem um tema como esse, evolução cultural e impacto ético-social, pensar a evolução cultural, não como uma evolução, mas como um dever histórico. Você ver as diferenças, respeitar as diferenças das culturas no mundo inteiro, não pensar a globalização como uma uniformização, eu acho que isso é indesejável, mas pensar, por outro lado, que essas práticas culturais, elas têm que ter também um, pelo menos, a meu ver, um limite ético no mundo contemporâneo hoje.

Repito, posso estar sendo muito ocidental, posso estar partindo de um preconceito até em relação ao outro, mas eu acho que o outro lado também é preconceituoso, porque se eu falo em direitos humanos, eu tenho que abarcar a humanidade inteira, quer dizer, essas africanas não são humanas, não? Estariam fora desses conceitos de direitos humanos, que é um conceito que deve ter certa universalidade, porque o ser humano é o mesmo em todo canto. Então é mais ou menos, foram esses os pontos que eu pensei em trazer para a gente discutir aqui. Não sei se vocês fariam perguntas ou se a gente estenderia um pouco nessas questões.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – As perguntas virão por escrito, mas já veio aqui mais uma pergunta para o professor Luiz Eduardo Wanderley. Nós vamos ter que encerrar, porque já vai começar outro painel. Gostei da sua fala.

SR. LUIZ EDUARDO WALDEMARIN WANDERLEY – Bom, tem duas questões aqui, uma: “*Quais seriam os balizadores da conduta pessoal e profissional?*” E a segunda: “*Como articular, pelo diálogo, diferentes visões sobre ética, superiores, políticos, acadêmicos e servidores?*” Bom, então como

eu já dizia, e até o colega pegou o ângulo, eu digo para os meus estudantes que nós hoje vivemos duas tendências históricas. Uma, que são os otimistas, e diz o seguinte: “*O capitalismo ainda vai durar 100 anos, essa crise vai passar tranquilamente, não tem problema, o capital financeiro vai se regular e tal e vamos tocando o barco*”. Então a segunda são os pessimistas, dizem: “*Não tem mais saída mesmo, o capitalismo já entrou na sua crise final igual ao socialismo, então é o caos, as cidades vão ser invadidas.*”

E eu tenho uma que é o realismo utópico, bonito não é? Realismo por quê? Tenho que conhecer a realidade porque ela está aí com suas desigualdades, diferenças, dominações etc. e pontos positivos que vêm da revolução tecnológica etc., mas utópico. Utópico não é uma imagem do futuro, um país que ninguém conhece. Literatura não utópico em duas perspectivas: uma como antecipação, quer dizer, eu preciso antecipar hoje aquilo que eu quero e que está no horizonte. E a segunda, que também vem do Paulo Freire, é o inédito viável, é inédito porque ainda não aconteceu, mas é viável. Então aqui é que a gente tem que buscar o local e global, o micro e o macro. Nós estamos no local e no micro, cada um no seu ponto, no seu emprego, na sua profissão, mas alguns já estão no global, em uma rede nacional, em uma rede internacional. Alguns já dizem hoje que se pode pensar em uma sociedade civil mundial, porque você tem ONGs participando da FAU, da Unesco, da ONU, e estamos também no micro, coisinha que a gente faz na universidade, fora da universidade, no partido. Mas eu tenho que pensar no macro. Vocês lembram que, em 1968, aquele movimento estudantil dizia exatamente isso: “*Pensar globalmente e agir localmente.*” Vocês podem até inverter, pensar localmente e agir globalmente, os dois são viáveis, essas duas perspectivas. Então é por aí gente, nós temos que descobrir hoje que meios, que instrumentos, que mecanismos já existem, nessas experiências inovadoras, criativas, que podem realmente então criar a cultura cívica, criar essa relação de diálogo entre as várias visões. Não é fácil, é complexo, é difícil, mas é viável.

Nós temos experiências muito interessantes no Brasil, por exemplo, que já apontam uma outra direção: economia solidária, tem mais de 100 anos, hoje está distribuída pelo mundo inteiro. A economia solidária é propriedade comunitária, comunidade autogestionária. Então vocês têm experiências ricas que trazem novos valores, novas perspectivas, é nisso que nós temos que apostar. Porque se a gente não aposta em alguma coisa, é o caos, é o fim. Então essa perspectiva do realismo realmente, essa perspectiva utópica, o que hoje eu já posso destacar no micro, no macro e no global, como sendo algo que eu posso fazer, que a minha comunidade pode fazer? Aí sim, eu vou abrir esse diálogo, para que diferentes visões...

Só para terminar ainda na famosa inculturação, hoje, por exemplo, apesar dessa briga no mundo inteiro, das disputas religiosas, surgiu um negócio chamado “diálogo inter-religioso”. Então você tem aqui mesmo no caso brasileiro, por sorte no caso brasileiro, mas em outros países muito difícil, no mundo árabe hoje etc., nós temos que descobrir esse diálogo. Um diálogo naquela linha que eu dizia, você tem que respeitar o outro com se fosse você mesmo, e ver naquilo que ele tem, que é criativo, que é inovador, o que leva para a justiça social. Você vai ter ética, senão não vai ter ética.

SR. CARLOS NEWTON JÚNIOR – Eu tenho aqui três questões. Eu vou falar bem rapidamente das três por conta do tempo. A primeira não é propriamente uma questão, é um puxão de orelha que eu levei aqui. Realmente, Élcio, de Letras da UFMG, faltou contextualizar o poema de Neruda, escrito no contexto da guerra civil espanhola, o sentido de tradição aplicado no poema se refere ao caráter conservador da tradição colonialista e clerical espanhola e a indissociação em determinados seguimentos da sociedade espanhola, à época entre Estado e igreja. Perfeito, isso... É porque como o tempo é curto, eu até disse, a tradição do contexto do poema, de fato, é um poema dos anos 30. Inclusive esse livro é interessante porque foi escrito, a primeira versão na Espanha, dizem que a partir das roupas dos soldados mortos, eles imprimiram, o livro foi condenado...

Mas perfeito, foi a questão do tempo. Quando eu procurei dizer assim, o sentido de tradição que eu discordo, eu quis só chamar atenção para um sentido de tradição oposto ao que eu entendo, mas o sentido deste poema de Neruda, que tem esse contexto aqui, de fato, não há nenhum conflito aqui, é isso mesmo. “*Você não acha que há um descolamento da civilização brasileira, da cultura brasileira, no discurso sobre ética que existe hoje?*” Eu concordo também. Eu acho que, o problema da ética, eu acho sempre o seguinte: no Brasil há um abismo entre as elites e o povo, há um abismo econômico que está sendo nos últimos anos, os Governos têm tentado lançar pontes sobre esse grande abismo, esse abismo que vem, é um foço que existe desde a nossa formação e que mais ou menos caracteriza o popular e o erudito. Mas esse abismo é também um abismo ético. Eu tenho uma sensação assim, eu tenho o sentimento de que o povo brasileiro é bom, mas a necessidade é de uma elite melhor em alguns momentos. Eu vou contar uma história rapidamente para ilustrar isso, que aconteceu com um irmão meu que é médico neurologista no Recife.

Eu não vou dar nome às pessoas evidentemente, até porque um dos personagens já é falecido. Meu irmão faz um exame no Recife, eletroneuromiografia, que poucos médicos fazem. É um exame em que você avalia alguns

movimentos involuntários, tem relação neurológica etc., e uma vez chegou ao consultório do meu irmão, um senhor, já falecido, muito rico, conhecido, um empresário muito rico já foi inclusive político, um homem de sucesso para fazer esse exame, como particular, o plano dele era um plano que reembolsava, então ele foi como particular para fazer o exame nos dois braços, cada membro custava na época R\$150,00, então ele devia a meu irmão R\$300,00. Ele passou um cheque e disse assim: *“Olha, o senhor pode segurar esse cheque para mim por 30 dias, porque eu vou pedir ao meu plano o ressarcimento”*. E meu irmão, que já sabia quem ele era: *“Tudo bem, eu seguro”*. Ele chega estranhado, porque, para um homem tão rico, R\$300,00 não era nada. Segurou o cheque porque ele ia pedir ressarcimento ao plano. Trinta dias depois chega o motorista desse senhor, no consultório do meu irmão dizendo: *“Olha, eu estou com um cheque aqui para trocar porque o plano só ressarciu R\$250,00. Ele acha injusto que o senhor cobre os R\$300,00”*. Mas meu irmão disse: *“Olhe, mas ele fez particular, e o valor é esse”*. Foi uma, colocou o camarada ao telefone, o motorista: *“O senhor está sendo antiético”* com o meu irmão. Meu irmão ficou furo e disse: *“Olhe...”* Pegou os dois cheques e rasgou, botou em um envelope e disse assim: *“Dê ao seu patrão e diga a ele que não volte mais aqui não, porque eu não sou obrigado a fazer exame com ele não, porque outros médicos fazem aqui no município”*, e devolveu.

Uma semana depois chegou um senhor humilde, olhe, essa história é verdadeira, eu não estou inventando. O senhor humilde para fazer o exame nas duas pernas. Eu até me emociono quando conto essa história. O médico sempre conversa com o paciente. Ele era um gari e tinha caído de um caminhão. Pagou em espécie os R\$300,00, em notinha de R\$10,00 e meu irmão disse: *“Mas não ficou caro esse exame para o senhor, não?”* *“Não doutor, ficou, mas reuni 30 amigos meus e cada um deu R\$10,00 e eu trouxe o dinheiro.”* Quando ele saiu, meu irmão ligou para a menina e disse: *“Devolva que eu estou fazendo como cortesia”*. Ele foi e entrou depois no consultório: *“Não, aceite, eu quero pagar”*. Aí que veio essa história. O que reflete isso? Então essa questão ética, que estamos falando de cultura, de formação. Mas veja a índole desses dois. Eu coloco como o representante do povo e o representante das elites. Então o povo brasileiro precisa de elite melhor. E somente como o poder público pode contribuir para a manutenção das tradições de difundir a partir da valorização das culturas locais a ética. Eu acho que as questões do ponto de cultura respondem isso, como essa questão também de fundo da educação.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Bom, temos que encerrar esse painel, porque já estamos prestes a começar o outro.

SR. CARLOS NEWTON JÚNIOR – Tinha outra questão, mas a pessoa pode me procurar, porque não deu tempo. (intervenções fora do microfone)

MESTRE DE CERIMÔNIA – Faremos uma pequena pausa de 10 minutos, um pequeno intervalo, para um café aqui logo no *hall* de entrada deste salão. Voltamos em 10 minutos.

PAINEL 5: A INTERIORIZAÇÃO DE UMA CULTURA ÉTICA EM UM PAÍS DE CONTRASTES

AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE
Presidente da Comissão de Ética Pública

CARLOS CHAGAS
Jornalista e professor emérito da Universidade de Brasília

ZELITO VIANA
Cineasta e membro do Conselho Diretor da ONG Viva-Rio

MÁRCIA TIBURI
Escritora e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores, ocupem seus lugares para que possamos retornar aos trabalhos deste Seminário. Em dois minutos retornaremos aos nossos trabalhos. Ocupem os seus lugares por gentileza.

Com o quinto painel que tem o tema “A interiorização de uma cultura ética em um país de contrastes”, solicitamos a todos que coloquem seus aparelhos no modo silencioso ou até mesmo no *vibracall*. Como moderador do próximo painel, teremos o presidente da Comissão de Ética, o Dr. Américo Lourenço Masset Lacombe; e como palestrantes convidamos o cineasta e membro do Conselho Diretor da ONG Viva-Rio, o Sr. Zelito Viana; convidamos agora a escritora, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo e doutora em Filosofia, a Sra. Márcia Tiburi; convidamos também o jornalista e professor emérito da UnB, o Sr. Carlos Chagas.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Bom, dando prosseguimento. Vamos dar início ao ciclo do painel. Eu tenho aqui a grata satisfação de participar dessa mesa com pessoas que são minhas conhecidas de muito tempo. O Zelito foi meu colega de colégio, no Colégio Santo Inácio na década de 40 do século passado. E o Carlos Chagas foi meu colega de faculdade na década de 50 também do século passado. Nós formamos em 1960. Ele foi orador da turma e eu votei nele.

E a Márcia, evidentemente eu não a conheço do século passado. Ela está aqui, ela não tem idade para essas coisas, mas eu já te conhecia do Tribunal Regional Federal, onde ela foi fazer algumas palestras na Escola da Magistratura e depois nós a conhecemos da televisão. Ela fazia aquele programa Saia Justa, participava do programa, então são pessoas que são conhecidas. Aqui nós combinamos o seguinte, aqui, ela fala por último, não quer se valer da condição de feminina, feminista para falar em primeiro lugar, então vamos por ordem de idade. Agora eu não sei qual é o mais velho de vocês dois. Então tudo bem, damos a palavra ao jornalista Carlos Chagas, que apresenta o programa *Falando francamente*, é comentarista do Jornal do SBT e professor da Universidade de Brasília durante 25 anos, é professor emérito, provavelmente. Então, Carlos você tem a palavra para falar sobre o tema do nosso Seminário agora.

SR. CARLOS CHAGAS – Grande honra, grande prazer estar aqui com os senhores, ainda mais dirigido pelo Américo Lacombe. Ele não falou, mas ele certamente, ele se arrependeu de haver votado em mim para orador da turma, porque naquela época eu fui chamado de comunista, depois também. Mas, o tema é muito complicado. E eu adoro, como jornalista, tentar simplificar as

coisas. A primeira simplificação é de que vamos passar uma passagem do esporte. De manhã cedo vai haver um Fla x Flu, de manhã cedo jogam os infantis, no meio do dia jogam os juvenis, e depois às 15h, 16h, jogam os times principais, assim é exatamente como aqui. Vocês vão assistir a uma pequena digressão infantil. Abre, não estou menosprezando o Zelito. Ele e a nossa cara professora certamente disputarão vaga no time principal.

Mas eu peço licença aos senhores, repito, para ser simples. Ética não é uma ciência exata. Sobre ética, existem 380 mil correntes desde que o mundo é mundo. Cada filósofo, cada diletante, cada ser humano terá tido, teve e terá sua visão pessoal sobre a ética. Mas eu gostaria de repetir, de ser simples. O que é ética? Mil definições, mas a mais simples delas é: “*ética é a utilização que o indivíduo faz da sua liberdade.*” Então, sem liberdade não pode haver ética, cada indivíduo faz da sua liberdade para atingir o seu fim desejado. Aí é que as coisas se complicam, porque cada estudante, cada filósofo que se dedica à ética acha que a finalidade da ética é aquela sua. Vamos separar primeiro. A ética no meu entender, e podem discordar à vontade, pode haver mil correntes contrárias, mas para mim a ética é una e é universal, ou seja, o princípio ético que valia para o homem troglodita é o mesmo que vai valer para o homem cibernético. É claro que novas situações éticas vão se sucedendo sempre: até poucos anos atrás não havia a ética do computador, a ética da internet; hoje ela existe, mas a ética, no meu entender, é uma só.

Não confundir, nunca, ética com moral. A moral é periferia, a ética é densa. Por exemplo, no nosso tempo, Américo, que nós íamos à praia de Copacabana, aos sábados e domingos, a primeira vez que apareceu um maiô-biquíni foi um escândalo. Não só a polícia, a radiopatrulha veio prender aquelas moças desavergonhadas, mas as famílias que estavam ali na praia ficaram indignadas. As mães tapavam os olhos dos filhos: “*Não olha aquela indecência*”. Bom, hoje existe o biquíni, o monoquíni, o não biquíni e tudo bem. A moral variou no tempo, como a moral também varia no espaço. Aqui no Brasil, a nossa moral recomenda que cada homem só possa estar casado com uma mulher, isso às vezes não é muito cumprido, mas de qualquer maneira é a nossa moral e vice-versa. No entanto, se nós pegarmos um avião aqui em Brasília e formos descer em *Riyadh*, na Arábia Saudita, nós vamos ver que cada *sheik* daqueles pode ter quantas mulheres possa sustentar até o número de oito; é a moral de lá, a moral varia. A ética não varia.

Eu entendo que a ética deve ser cultivada por ela mesma, sem a interferência de nenhum outro valor, porque, por exemplo, as normas éticas, geralmente, são as mesmas que os 10 mandamentos, que as normas religiosas;

no entanto, segue-se a religião por algum motivo transcendental, para ir para o céu, para não ir para o inferno. A ética deve-se seguir por outras razões, por outras fundamentações, também pode ser cotejada com a norma jurídica, com a lei. Por que nós cumprimos a lei? Para não irmos para a cadeia ou para ganharmos os benefícios que a lei nos concede; há um objetivo específico. E as normas éticas, por que nós as cumprimos? Essa é uma discussão fundamental que vai se prolongar até o final dos tempos. Tomara que não seja no próximo dia 21 de dezembro, que segundo o calendário Maia e Nostradamus o mundo vai acabar naquele dia. Tomara que não acabe. Mas de qualquer maneira, existem correntes éticas de todas as formas. Vamos rapidísimamente.

Os pré-socráticos, antes do Sócrates, dedicaram-se à ética, às exegeses da ética e falaram principalmente que a ética era um artifício dos fracos para conseguir conter um pouco os fortes, já que a lei era a imposição dos fortes para manter os fracos sempre fracos. Olha que é um raciocínio interessante, um grande raciocínio. Depois veio o próprio Sócrates que perguntava tudo e não respondia nada, respondia com perguntas, mas o Sócrates vai dizer que ética só pode existir com educação, com conhecimento e com sabedoria, senão ninguém estará plenamente capacitado a exercer a ética. Veio Platão e disse: *“Não, eu acho que não é nada disso, eu acho que a ética nos faz pela própria natureza; seguindo a ética nós seremos bons, não seguindo nós seremos maus.”* Mas, ele extrapola e vem dar aquelas ideias de que o mundo tem que ser gerido pelos guardiões, e os guardiões têm que ser criados eticamente 100%, têm que ser criados na academia deles. O Platão também não chega a definir o que é ética, pelo menos como a gente gostaria.

Não vamos perder tempo com isso. O Aristóteles vai dizer: *“Eu sou ético para me sentir bem comigo mesmo, não me importa que o mundo funcione”*. Como dizia o Platão: *“Devemos ser éticos para o mundo funcionar”*. O Aristóteles diz: *“Não, eu sou ético, cumprirei as normas éticas para me sentir bem comigo mesmo.”* Uma série de filósofos. Jesus se dedicou à ética também. Para Jesus, a ética era o caminho para o reino dos céus; não havia um objetivo em si mesmo, e sim apenas um passo adiante. Teve um muito engraçado, Bacon da Inglaterra que disse: *“Está tudo errado, não é nada disso. Eu sou ético porque eu quero que o meu colega de lado seja ético comigo, então eu sou ético por egoísmo.”* E também não está muito errado, não.

Vejam, senhores, não vamos entrar em todos aqueles filósofos e tudo. Meu tempo já está acabando também. (intervenção fora do microfone) Mas nós vamos até um muito engraçado, que foi um inspirador do Wickner na

Alemanha nazista, era o Nietzsche. O Nietzsche dizia: “*Ético é o mais forte, ético é aquele que vence, que domina, o outro não pode ser ético.*” Chegamos até o Marx, o Marx do qual às vezes a gente discorda, mas só às vezes. O Marx dizia que não há uma ética apenas, a ética não é uma e nem é universal. Dizia o Marx: “*Existe a ética do patrão e a ética do empregado, que são diferentes e conflitantes*”. E vamos por aí até aquele Jacques Maritain do século passado, que voltava a Aristóteles e dizia: “*Eu sou ético para me sentir bem comigo mesmo, mas também para que a sociedade funcione bem.*” Esse tema que nos foi dado, “A interiorização de uma cultura ética em um país de contrastes”, é um tema muito difícil. A gente tem que começar discutindo segundo eu penso, mas quanta gente pensa ao contrário? Temos que começar discutindo se a ética é uma e universal, ou melhor, se a ética preexiste ao indivíduo, se a ética preexiste à humanidade.

É uma belíssima discussão para a nossa professora de Filosofia, porque a verdade, a verdade existe sem o indivíduo? Ou a verdade é um valor tão importante que preexiste à humanidade? O amor, o amor existe por si mesmo, ou só existe quando existem duas ou mais pessoas que se amam? E assim também a ética. Os princípios éticos universais, no meu entender. Esses princípios éticos preexistem ao homem que vai ser ético, ou à mulher, ou que não vai ser ético? É uma discussão fundamental. Agora, como esperar de uma sociedade que ela pratique a ética? Vamos voltar ao Sócrates? Só se pode praticar a ética com conhecimento, com educação, com sabedoria? Ou vamos achar que a ética pode ser praticada por todo mundo? Mas, lá no interior, será que o cultivo da ética, bem no ermo qualquer do interior, como Brasília, por exemplo, será que a ética pode ser praticada como ela é praticada em São Paulo?

Só temos dúvida a respeito da ética, sem falar na influência da religião e da norma jurídica a respeito da ética, mas, vamos chegar, não à conclusão, mas pelo menos a algumas ideias. Pode haver ética, principalmente no interior, pode ser ético um cidadão que passa fome, um cidadão que vive na miséria, que não sabe como criar os filhos? Para ele, ética é alimentar a família em primeiro lugar, ou não? De qualquer maneira há um círculo vicioso entre todos nós: cada dia devemos avançar um milímetro na prática da ética. Isso já é o bastante para todos nós. Agora, como a ética, repetindo, que é a utilização que nós fazemos da nossa liberdade para atingirmos um fim, que é o mundo funcionar melhor, que é a sociedade estar mais aperfeiçoada, que é o meu vizinho ser ético comigo, tanto faz o fim, mas quanto tempo falta para que a ética venha ser totalmente exercitada. Eu acho que o time infantil já sai de campo.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Muito bem, Carlos. Você nos deixou cheios de dúvidas, e isso foi muito bom, porque a filosofia começa com a dúvida. Quem não duvida, não pode filosofar. Eu tenho um lema que é o seguinte: não é o “*penso, logo existo, de Descartes; é penso, logo duvido. E duvido de tudo, que tudo eu vou querer saber o que é aquilo.*” Muito bem, eu não vou filosofar diante de uma professora de Filosofia. Vou passar a palavra ao Zelito, que vai continuar o que o Chagas começou.

SR. CARLOS ZELITO VIANA – Continuar com as dúvidas. Na verdade eu quero pedir desculpas, porque eu sou talvez o único aqui que não é professor. Gostaria muito de ser aluno dos dois que me antecederam aqui, Lacombe e Carlos. Eu, como não sou professor, a minha fala talvez não tenha começo, meio e fim, deve ter, mas não nessa ordem. Na verdade eu trouxe aqui coisas para provocar mesmo, para provocar discussão. O tema que diz aqui, “A interiorização de uma cultura ética em um país de contrastes”, eu vou começar pelo fim, eu vou começar pelo país de contrastes.

Na verdade a coisa que mais me preocupa no Brasil e a todos nós e se você, qualquer pessoa que for ver a sociedade brasileira de longe vai descobrir que o grande problema nosso é a desigualdade social, sem nenhuma dúvida, ninguém tem dúvida disso e o mundo inteiro luta para acabar com a desigualdade, todos os Governos, todas... Todo o poder público está sempre levando em consideração que é preciso acabar com a desigualdade social e que a desigualdade social é um mal etc. E, no entanto, a gente não consegue avançar muito nessa área e eu comecei a pensar sobre esse assunto: a gente já foi a maior renda *per capita* do mundo na época do açúcar, na época do açúcar, em 1.600, em Pernambuco.

A gente chegou a ser a maior renda *per capita* do mundo, a gente já chegou a ter desenvolvimento de 12% ao ano, na época do Juscelino. Teve, na época do milagre dos militares, 8%, 7% ao ano e não se conseguiu resolver esse problema. A gente dava uma ênfase violenta à economia, ao poder econômico e depois veio o Governo Lula e a continuação aqui com a presidente Dilma, que dando ênfase muito grande ao social, quer dizer, de repente o País começou a tratar a questão social com muito mais ênfase, mais firmeza e diminuiu um pouquinho talvez o contraste.

Mas a gente é um dos piores IDHs do mundo, quer dizer, a gente é o sétimo, ou oitavo da América Latina, ou seja, a gente não avança nessa área. E por que será que a gente não avança nessa área? Eu fico pensando, eu acho

que é porque a gente nunca deu importância no Brasil à cultura. Na verdade o problema central do Brasil, na verdade é um problema de natureza cultural, nós somos herdeiros de uma... A nossa herança é muito pesada, a nossa herança é da burocracia, da ganância, do desperdício, da vontade de levar vantagem em tudo, uma série de heranças que nós temos dos nossos antepassados, da tortura, do desprezo pelo povo, da escravidão, tudo isso somado dá um peso cultural muito grande na cabeça de todos nós, independentemente da vontade nossa. Isso está introjetado na sociedade brasileira de uma maneira. É claro que outras sociedades também tiveram esse mesmo problema, mas conseguiram superar; nós continuamos com essa visão, quer dizer, quem... Provocação que eu vou até ler, que é para poder não errar.

Quem nunca tentou comprar ou comprou um guarda por uma infração idiota, ou vendeu uma casa com escritura em um valor mais baixo ou forjou um balanço para pagar menos imposto de renda, deu um tapa em um filho pequeno porque estava de mal-humor, pagou uma comissão por arranjar um negócio, comprou uma nota fiscal, deixou de assinar a carteira do empregado, comprou um CD ou programa de computador pirata? Essas coisas no Brasil são do cotidiano, do nosso cotidiano e são evidentemente infrações, e são graves do ponto de vista ético, e, no entanto, a gente faz isso naturalmente, está introjetado nisso.

Então eu fui continuando a refletir por que isso acontece, cheguei a uma conclusão seguinte: a gente tem uma, a gente vive em uma sociedade muito doente na verdade, a sociedade brasileira, isso vem do tratamento que nós damos... Começa embaixo, começa na prisão, começa no tratamento que nós damos aos nossos presos. Quem já foi a uma cadeia no Brasil, que já teve esse desprazer de visitar uma cadeia no Brasil? Eu tive um *boy* do escritório meu que foi preso porque fumava maconha e eu fui visitá-lo no presídio de Água Santa, em Bom Sucesso no Rio de Janeiro. Estive em uma cela que eles chamam de *Maracanã*, que cabe 40 pessoas, e tinha 150 pessoas, que dormiam em pé e que viviam drogadas, porque, para poder, a polícia dava três vezes por dia um sossega leão para eles, para eles não se revoltarem. Então eram zumbis andando assim, eram pessoas completamente, isso é, vamos dizer assim, um retrato das prisões no Brasil, quer dizer, quem trata o prisioneiro.

E todos nós somos coniventes com isso, a gente é cúmplice, bem ou mal, a gente é cúmplice disso, quer dizer, a sociedade que trata os presos dessa maneira, obviamente... Como é que ela vai tratar os pobres? Da mesma maneira, quer dizer, ignorando. É vala negra? É vala negra. Não tem problema.

O esgoto está a céu aberto? Está a céu aberto. Você vai a qualquer cidade no interior do Brasil, você vê. Eu tenho uma propriedade em uma cidadezinha de 12 mil habitantes que tem vala negra e o esgoto é céu aberto, ou seja, aquilo para resolver, é uma coisa simples de resolver, não é caro, não é nada, simplesmente é porque é ignorado. Não é uma questão de dinheiro, não é uma questão econômica, não é uma questão de você, não é porque falta dinheiro para o esgoto, não falta dinheiro para o esgoto, o esgoto não é interesse das pessoas.

As políticas no Brasil não levam em consideração esses valores, que são valores de natureza cultural, a cultura no sentido antropológico do termo. Não estou falando das belas artes, depois eu falarei um pouco das belas artes, mas isso aí, na verdade, é o retrato da sociedade que a gente vive. Então como falar de ética em uma sociedade dessa. É uma coisa complicada. O ser humano, ele na verdade não é ético, o ser humano é selvagem, ele está querendo ganhar mais do que o outro, querendo meter a mão e isso aí faz parte do ser humano. A ética é uma conquista da sociedade, é uma conquista da cultura, quer dizer, as civilizações conquistaram a ética e nós infelizmente ainda estamos muito longe disso. Eu acho que isso é um problema grave que a gente sofre no Brasil, quer dizer, a gente não dá importância à nossa herança, quer dizer, a exorcizar a nossa herança cultural. Quer dizer, quando os americanos, como ele falou, o professor anteriormente, quando você vê um filme americano de faroeste, os índios todos morreram, você viu os índios morrerem todos, na verdade, aquilo ali é uma sociedade exorcizando o seu pecado, o seu problema, porque nos Estados Unidos, os índios eram seres humanos que tinham uma nação, então ouve uma guerra entre o Governo americano, entre o *US Government* e a nação Sioux, que mandou seus soldados para matar.

No Brasil, a hipocrisia, nunca houve índio, havia silvícolas que não sabiam falar português. Então isso já é o negócio da hipocrisia brasileira que é forte na nossa cultura, é forte na nossa cultura, é uma coisa hipócrita. Não tinha índio, ou seja, os índios não são respeitados, porque imagina dizer que tinha uma nação Xavante, que tinha uma nação Tupi-Guarani, não há a menor possibilidade disso passar na cabeça de nenhum português. Mas nos Estados Unidos não. O que gerou isso? Gerou uma guerra entre o Governo americano, o *US Government* contra a nação *Cheyenne*, e foi lá e dizimou e ganharam. Mataram todos do mesmo jeito que nós matamos aqui, só que nós matamos com roupa de sarampo, matamos com a culturação, com a gripe, matamos de uma maneira, e continuamos matando até hoje. Isso faz parte da nossa sociedade, a gente tem que. Como é que a gente vai mudar isso? Vai mudar isso quando a gente levar em consideração.

Eu me lembro que, quando eu era garoto, eu atirava em passarinho com a maior tranquilidade e matava um passarinho; isso não gerava nenhum problema na época que eu era menino. Hoje em dia, a criança matar um passarinho é um crime, virou, ou seja, é possível mudar a cabeça das pessoas com o tempo. Então a gente tem que dar importância à cultura no Brasil, o que ela precisa ter para mudarmos a nossa sociedade. Quanto vale o *Louvre*, por exemplo, para a França? Quanto vale o *Louvre*, por exemplo, para a Paris? Quanto vale a IX de Beethoven? Isso são obras que não têm valor econômico, que não tem como medir economicamente. Quanto vale a Monalisa? Isso no Brasil não tem a menor importância, não vale nada. Quanto vale o Áureo do Tom Jobim? Nada. Oscar Niemeyer, os nossos heróis culturais não têm nenhuma... O Ministério da Cultura tem 0,3% do orçamento do País. Como é que você pode dar valor à cultura com um ministério com 0,3% do orçamento? E ninguém se incomoda com isso, não tem problema. Não há problema.

Os políticos em geral no Brasil, e mesmo amigos meus, eu tenho grandes amigos que são senadores, deputados e eles quando me veem, aculturam, fala do cinema brasileiro. A cultura para eles é um pouco belas áreas técnicas. Não é, um pouco: *“Tem que ajudar. Dá uma migalha aqui pra eu ajudar uma leizinha para os caras fazerem um filme.”* E eu fico, até gente bem intencionada, para eles a cultura é o viaduto, é a obra, a escola, é fazer o prédio da escola. O professor que está lá dentro não tem muita importância.

O Brasil tem dinheiro para fazer escola, para fazer viaduto, para fazer qualquer construção, agora para pagar pessoas, melhor, para poder dar valor a quem está lá dentro ensinando, isso não passa na cabeça de ninguém. É difícil arrumar dinheiro para isso, é muito difícil, no entanto, para fazer viaduto. O que faz o Brasil? Brasil de verdade é um Tom Jobim, não é um viaduto, estou certo? Não é um viaduto, não é uma estrada, são os valores culturais: é um Machado de Assis, é um Carlos Drummond de Andrade, essas pessoas que são... As pessoas que fazem a diferença na humanidade, porque qual a diferença que nós temos do sueco? É música brasileira. Uma música sueca não vai fazer sucesso nunca em lugar nenhum do mundo e também não está na cabeça deles.

Nós temos uma música extraordinária e, no entanto, não é valorizada, quer dizer, a gente mesmo não valoriza, quer dizer, a gente mesmo... Vamos falar da... É por isso que eu digo que a minha palestra não tem começo, nem meio nem fim... Já tem pergunta? Deixa-me ver se eu consigo aqui, já que eu escrevi uma coisa, ver se tem pelo menos uma ordem. (intervenções fora do microfone) Bom, na verdade, o que eu estou querendo dizer, para resumir, não

vou deixar, já tem várias perguntas aqui. Eu vou deixar o debate correr melhor. É que a gente tem que aprender a valorizar a cultura brasileira. Isso é uma tarefa para cada um de nós. É uma tarefa muito importante, sobretudo para as políticas públicas do Brasil. Se falou muito de políticas públicas, não há política pública no Brasil para nada, quanto menos para a cultura, justamente.

Os pontos de cultura, por exemplo, é uma coisa muito interessante. Ficaram lá os pontos de cultura, um do lado do outro, e aí o conselho que toma conta das coisas é sensacional, mas na prática ele não existe. Ele é do partido que ganhou a prefeitura, ou seja, continua a mesma coisa. Então é porque é um problema estrutural da sociedade. Então para isso é preciso, quer dizer, investir, país investir em cultura, na cultura no sentido amplo do tema. O futebol é a música, as artes, a televisão, é o cinema, é o teatro, é a dança, e essas coisas têm que ser valorizadas no Brasil e no caso específico do cinema, quer dizer, é preciso que a gente tenha condições de exorcizar essa herança maldita que nós temos. É preciso que as pessoas vejam, se vejam no cinema da maneira que eu estou descrevendo aqui. Isso só se pode, quer dizer, o cinema tem essa função específica de refletir a sociedade.

O cinema, muito mais do que qualquer outra, pela sua própria estrutura, ele é um reflexo da sociedade. Eu não posso fazer um filme como eu pinto uma tela. Pintar uma tela, eu posso fazer o que eu quiser. O filme, eu não consigo fazer sozinho. Eu preciso de gente, eu preciso de uma sociedade. Eu preciso saber o que está acontecendo para poder aquilo virar um filme. Então, o filme reflete, na verdade, a sociedade. E é preciso que esse cinema seja valorizado. Não é uma questão, quer dizer, a gente tem que aprender com os americanos aquilo que eles têm de bom. Hoje, aliás, eu vi na televisão de manhã que o Brasil, hoje é uma *Black Friday*, quer dizer, o Brasil inventou agora, já está comemorando *Halloween*, e agora está comemorando o *Black Friday*. A gente só imita os americanos naquilo que não presta, mas na verdade o que presta é o negócio do cinema, para eles é uma coisa séria. O cinema faz a cabeça das pessoas. O cinema muda, o cinema ganha corações e mentes. Todos nós fomos ganhos pelo cinema na nossa juventude, e hoje pelo cinema ou pela televisão ou pela imagem, som e movimento, isso é importantíssimo para mudar a cabeça. Nós só mudamos a cabeça das pessoas assim.

Como o Brasil precisa mudar a cabeça de todo mundo, é preciso que seja valorizado o cinema. Então, puxando a brasa para a minha sardinha, quando vocês virem um filme brasileiro em cartaz, corram para ver porque ele vai durar pouco tempo. Obrigado.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Muito obrigado, Zelito. Eu queria, para exorcizar os sete pecados da juventude, dizer que, quando era menino, via filmes de faroeste. Eu sempre torcia para os índios, sempre torcia para os índios. Ficava muito decepcionado quando os índios perdiam. Bom, vamos passar a palavra para a professora que é artista plástica, professora de Filosofia, escritora, graduada, pós-graduada no grau de mestrado e doutora pela Universidade do Rio Grande do Sul, mas é gaúcha de Vacaria, mas tem uma grande contradição na sua vida: é uma gaúcha vegetariana e nasceu em Vacaria, ainda por cima. Com a palavra, professora.

SRA. MÁRCIA TIBURI – Obrigada, é um prazer, uma alegria realmente estar aqui com vocês todos e encontrando o Américo, conhecendo o Carlos Zelito pessoalmente. Eu queria começar dizendo que a gente tem que continuar torcendo pelos índios. Atualmente, no Brasil, acho que essa é uma grande questão. Mas enfim, não é o nosso assunto, mas depois a gente pode até entrar nisso, se vocês tiverem interesse. Eu queria colocar uma epígrafe, eu vou retomar umas questões que eles levantaram, mas queria colocar uma epígrafe na minha fala de um pensador chileno, talvez conhecido de vocês, que é um sujeito chamado Humberto Maturana. Ele escreveu o seguinte: *“Penso que não se pode refletir sobre”*, deixa eu explicar uma coisa antes. Eu estou muito ocupada, sou professora de Filosofia faz muitos anos e eu estou muito ocupada atualmente. Faz uns dois anos escrevo um livro sobre ética, e eu quero chamar, estou chamando assim provisoriamente de *Filosofia prática*. E um dos capítulos desse livro é sobre ética e educação. E essa epígrafe que eu vou citar, ela faz parte do capítulo justamente sobre ética e educação. E aqui onde aparece a palavra educação, eu gostaria que nós substituíssemos pela palavra ética. Mas eu vou citar o Maturana no texto original dele e depois a gente faz a substituição.

Então ele diz o seguinte: *“Penso que não se pode refletir sobre a educação sem antes, ou simultaneamente, refletir sobre essa coisa tão fundamental no viver cotidiano, que é o projeto de país no qual estão inseridas nossas reflexões sobre educação.”* Temos um projeto de país. Podemos ler isso pensando na questão ética. Penso que não se pode refletir sem antes, ou simultaneamente, refletir sobre essa coisa tão fundamental no viver cotidiano, que é o projeto de país no qual estão inseridas nossas reflexões sobre ética. Temos um projeto de país, queria colocar essa citação aqui para iniciar justamente para a gente pensar no nosso país. Nos foi legada a ideia de um país de contrastes para esse debate, mas temos que pensar exatamente de que país a gente está falando.

Vocês, que moram aqui em Brasília, convivem com todos os contrastes porque todas as populações vivem nessas cidades. Eu nasci em Vacaria, moro em São Paulo, viajo pelo Brasil todo. Vocês aqui devem conhecer muito do Brasil, a gente percebe a multiplicidade cultural, étnica, a multiplicidade moral também desse país e acho que vale a pena a gente pensar nesse país no sentido de um projeto. Que significa projetos? Projetos significa a gente pensar no nosso presente que constrói um futuro inevitável. Eu queria começar com essa reflexão justamente para a gente se colocar essa questão do que significa um país para todos nós porque isso tem tudo a ver com a questão da ética.

Eu quero organizar assim: a gente vai ter que falar muito rápido. Eu que sou professora, eu tenho mania de dar aula. Às vezes você fica lá três horas e fala, fala, fala até as cordas vocais acabarem e eu não vou ficar dando uma aula para vocês. Mas eu quero levantar algumas questões do jeito mais ou menos organizado, e de vez em quando eu vou citar uns livros para vocês anotarem, se vocês quiserem aprofundar algumas questões, porque eu acho que sempre pode ser interessante para todos vocês que estão trabalhando com a questão da ética aqui ou acolá. E a primeira questão que eu queria levantar é justamente a questão do conceito de ética. Porque, a meu ver, um dos problemas que nós temos hoje é que nós não sabemos o que é ética. E aí acontecem alguns problemas em relação a esse não saber. Nós não sabemos o que é ética e costumamos usar a palavra, que, aliás, eu fico muito feliz que esse congresso exista, esse encontro se faça há tempos, que ele persista, que ele continue, que vocês façam parte das comissões onde vocês trabalham, e que a questão da ética esteja em nós de alguma maneira, mas ela não está na pauta pública, na pauta contemporânea, na pauta das universidades. Ela foi moda há uns 10 anos. Teve assim um tanto de gente da Filosofia envolvida com essa questão, mas o momento como esse é um momento importante para a gente trazer isso de novo à pauta.

Quando a filosofia virou moda há uns cinco anos atrás, oito anos atrás, foi uma coisa importante porque as pessoas começaram, por mais que seja uma moda e as modas sempre sejam um pouco autoritárias, e às vezes passageiras, foi importante porque as pessoas começaram a se dar conta de que filosofia era uma potencialidade, uma possibilidade. E agora a gente tem que colocar ética em questão de novo. Considero que ética seja basicamente uma filosofia prática, mas eu vou chegar lá para explicar e fundamentar o que isso significa. Antes disso eu queria comentar o fato de que, pelo fato da ética não estar entre nós como uma pauta, a gente não costuma trabalhar senão como uma espécie de palavra mágica. Então as pessoas falam em ética de vez em quando como se, ao falarem de ética, elas já estivessem garantidas numa postura ética. É uma

palavra que vira *flatus vocis*, que vira um abracadabra, uma palavra mágica do jeito muito fácil. Vou dar um exemplo, aliás, no meio da minha fala eu vou dar alguns exemplos da minha própria vida, e por isso eu realmente me autorizo a falar sobre eles porque aconteceram comigo.

E eu acho que eles demonstram muito bem coisas que certamente vocês vão fazer analogias com a vida de vocês e questões que são de caráter universal nesse ponto. Eu fui procurada, eu sou professora de Filosofia há muito tempo e vivo por aí. Se alguém me chama no presídio, eu vou; se me chama no banco, eu vou; se me chama na indústria, eu vou; se me chama no comércio, eu vou; se me chama numa aldeia indígena, eu vou; se me chama numa ONG, eu vou. Dar uma aula para um rico, eu vou; dar uma aula para um pobre, eu vou, eu vou. Porque eu acho que é uma coisa justa. As pessoas querem conversar sobre filosofia, não tem problema, eu vou. Querem me pagar, eu vou; não querem me pagar, eu vou. Eu vou a tudo que eu acho legal. Eu só não vou a lugares, eu vou até em partido político, eu vou a todos os lugares onde eu esteja autorizada a falar o que eu penso. E eu brigo se alguém não deixa. Brigo assim, feio. Eu tenho faca na bota gaúcha que eu preservo com todo carinho e preservo assim com muita delicadeza para que ela não se desloque do seu lugar.

E aí, olha que coisa curiosa. Então vivo recebendo convites, as pessoas me chamam, lá vou eu, enfim. Um dia recebi um *e-mail* e respondi o *e-mail* tranquilamente. A pessoa, muitas vezes, eu peço, se quiser me ligar para conversar sobre, pode ligar. A pessoa me liga. Quando a pessoa me ligou, não sei por que, gente, a pessoa queria que eu fizesse uma palestra sobre ética. A pessoa não falou exatamente onde, mas eu fiquei, assim, bom, no telefonema isso vai aparecer. Aí foi muito engraçado: na hora que a pessoa estava falando, teve uma hora que ela falou assim, ela começou a falar e a segunda frase e terceira frase já era: “*Dinheiro não é problema*”. Eu que sou classe média, ex-pobre, espero que jamais rica. Porque eu acho abominável as pessoas que ficam ricas. Todo mundo que fica rico num país como esse, não sei do capitalismo, explorou ou levou vantagem em relação a outra pessoa. Então, aí olha só, aí o sujeito falou então: “*Dinheiro não é problema*”. E eu fiquei pensando, mas dinheiro para todo mundo que é assalariado, professor, jornalista, cineasta, advogado, todo mundo, dinheiro é um problema, você paga suas contas. Só não é um problema quando você vai fazer alguma coisa muito agradável, muito prazerosa e que realmente você faz sem precisar disso.

Você não vai ter um emprego em que o dinheiro não seja problema. Claro que sim. Enfim, a frase já carregava em si uma ambiguidade e ela podia ser interpretada para o bem ou para o mal. Interpretada para o bem, ela

coloca o sentido político da nossa vida em relação à economia. Colocada para o mal, ela demonstra uma perversão: como assim dinheiro não é problema? E aí eu falando com a pessoa, eu não tinha prestado atenção no nome da pessoa e deixei a pessoa falando, aquele tom de voz era meio estranho, por sorte eu estou sempre com o meu computador, Google, sabem, não é? É o fim da ignorância humana. Aí eu fui no Google e pus o nome do sujeito lá e falando com ele, o sujeito era simplesmente, tinha criado um escritório desses assim, sei lá, internacional para fazer palestras e ele, gente, era um desses desembargadores cassados por conta da história da corrupção, cujo codinome é Mensalão. E aí eu fiquei pensando: o que será que esse sujeito pensa que eu sou? Será que ele pensa que a professora de ética, professora de Filosofia está à venda? Eu acho que nesse caso ser uma “puta” é muito mais honesto.

Aliás, eu acho que é realmente mais honesto. Fiquei pensando por outro lado: ok, tudo bem, a fantasia que o sujeito faz de mim também não me interessa muito. Mas fiquei pensando: o grave é o que tem de grave numa história dessas, é que existam pessoas como esse sujeito que acreditam que a ética pode servir de tapume para as falcatruas, para as maldades, para os crimes, para as contravenções, ou seja, que a ética se transforme simplesmente numa estética. Num teatro, como tem, aliás, se transformado a política no nosso país. Um mero teatro para parecer que a gente faz alguma coisa. Então eu queria contar essa historinha boba, mas ao mesmo tempo significativa, uma historinha dessas do cotidiano para que a gente possa pensar onde está a ética. O que será que ela significa? E a questão é justamente se nós poderemos praticá-la, como o Carlos estava colocando.

A ética, a palavra ética, ela surge no contexto da filosofia antiga, como o Carlos também colocou, e ela surge para traduzir a versão prática da filosofia, que seria eminentemente teórica. Os filósofos antigos, eles falavam em *sophia* e falavam em *phronesis*. Filosofia seria o estudo da *sophia* enquanto sabedoria teórica, e Aristóteles, sobretudo, guarda o termo *phronesis* para falar de uma sabedoria prática, ou seja, de uma sabedoria que não é apenas especulativa no sentido da compreensão das causas metafísicas do mundo. A partir do texto da ética, a Nicômaco de Aristóteles, que é um texto muito atual, bacana de ler, quando ele não é atual, pelo menos ele nos faz pensar na diferença que tem entre aquela época e a nossa, e a partir desse livro todos os filósofos que se ocuparam com a ética sempre levantaram justamente a questão do poder prático da reflexão. Então se vocês buscarem, por exemplo, Kant na fundamentação da metafísica dos costumes, que é um texto do século XVIII, ele vai deixar muito claro. Kant é um filósofo muito

importante para a história da ética porque é ele que traz a questão do respeito, da dignidade, da responsabilidade. Ele que vai fazer toda a filosofia, toda a reflexão sobre essa questão.

É para a modernidade de um jeito muito melhor do que todos os outros. E para Kant, a filosofia, ou seja, a reflexão no seu sentido mais teórico, ela tinha como função melhorar a vida das pessoas no sentido eminentemente prático. Eu acho que para o nosso contexto, daria para a gente dizer assim, puxando lá a etimologia da palavra, que é *ethos*, de onde vem a palavra ética, ética seria a ciência do *ethos*, o conhecimento do *ethos*. O *ethos* é o lugar onde a gente vive, é o lugar onde a gente mora. E nós poderíamos traduzir a ética, para o nosso contexto, é assim que eu tenho feito, pelo menos para a minha própria autocompreensão. Eu tenho falado que a ética diz respeito justamente àquilo que nós estamos fazendo uns com os outros na medida em que somos seres que partilhamos o mesmo *ethos*. O *ethos* é o lugar. Então, aqui dentro desse contexto, a gente pode dizer aqui, nessa reunião, para falar de ética. Essa reunião pode ter o seu *ethos*. O baile de carnaval que a gente vai pode ter seu *ethos*. A festa de Natal pode ter seu *ethos*. O ambiente de trabalho onde a gente está, a indústria, a empresa, o governo onde a gente trabalha pode ter seu *ethos*. A cultura como um todo pode ter o seu *ethos*. A escola onde a gente estuda, onde a gente ensina também pode ter o seu *ethos*. O *ethos* diz respeito ao modo como as pessoas convivem umas com as outras. Vocês devem ter ouvido falar bastante da palavra comportamento nos últimos tempos, que é um jeito assim mais elementar que os meios de comunicação arranjam de traduzir a palavra ética. Ética fica muito pomposa, muito pesada.

E a palavra comportamento, ela vem dar conta disso, do modo como as pessoas se comportam. Comportar-se implica sempre o lugar do outro, o que eu estou fazendo com o outro. Então *ethos* diz respeito à convivência e a ética não existe sem isso. Não existe a ética sem convivência. Por isso que a questão da ética nos confronta sempre com o tema do outro. Para a gente pensar, medir, ponderar onde é que está a ética, a gente tem que pensar onde está o outro para mim. Onde está o outro para mim é uma boa questão para a gente começar. Quer dizer, eu posso refletir sobre a minha própria ética pensando então no que eu estou fazendo com o outro. Porque não diz respeito simplesmente ao que estou pensando do outro; diz respeito ao que eu estou fazendo. É bem provável que eu faça em função daquilo que eu penso e por isso a gente tem claramente que melhorar o modo de pensar das pessoas, fazer que elas reflitam mais. Esse é um dos defeitos da nossa cultura, que a gente não pensa muito. Então outros pensam no nosso lugar.

A igreja pensa no nosso lugar, a mídia pensa no nosso lugar, a política, enfim, o governo pensa no nosso lugar, as políticas pensam no nosso lugar. Isso é muito ruim. É muito ruim que os outros pensem no nosso lugar e que a gente não faça uso da nossa própria capacidade de pensar. Mas enfim. Então a questão do outro, que eu queria colocar antes de chegar a outros problemas, eu queria aprofundar um pouquinho nessa história. Se eu consigo pensar o que eu estou fazendo com o outro, talvez eu também possa daqui a pouco pensar o que a minha instituição está fazendo com o outro. Quando a gente olha assim para um indivíduo que trabalha numa empresa, uma pessoa, por exemplo, vou dar um exemplo concreto aqui também, uma pessoa que enlouquece trabalhando numa empresa. O sujeito trabalha num banco e ele enlouquece. Já viram isso? É afastado do trabalho, que teve um surto. Não pode mais voltar. Essa pessoa que enlouquece, essa é o outro. O outro é sempre alguém que não partilha da minha identidade. Ele não pensa igual a mim, ele não vive igual a mim, ele não sente igual a mim. É claro que o outro é cada um de nós, um para os outros. O outro é sempre, como aparece no Cristianismo, o meu próximo.

O Freud, no começo da sua obra de psicanálise, ele falava de um complexo do outro. Mais ou menos parecido com o que o Sartre falou depois numa peça de teatro. Ele falou que o inferno são os outros. Quem é o outro? O outro é o meu próximo, é aquele que me olha, quando ele me olha, ele me mede, me pesa, me pondera, ele me demanda alguma coisa, ele me exige, ele me critica, ele me julga, o outro sempre dá medo. Então tem esse outro, que é outro muito próximo. Em relação a esse outro, eu tenho sempre que pensar o que eu estou fazendo com o outro? Tem pessoas que eu conheço, por exemplo, assim, eu participo de muito evento literário e viajo muito por aí. Aí assim, eu vou muito à feira de livros, essas coisas. Aí fico vendo assim, o escritor ou o *popstar*, o sujeito que é famoso e tal e quando ele está com os poderosos, ele é megassimpático. Quando ele está com o pessoal da produção, ele pisa em cima. Esse tipo de coisa que o caráter sadomasoquista. Que é aquela pessoa, que é o negócio da gente entender que toda sociedade fascista tem, inclusive a nossa, que é o sujeito que sempre está numa postura assim melhor do que os outros, porque ele aprendeu a puxar o saco de alguém que está acima e também aprendeu a se impor como o bacana, ele, ao mesmo tempo, pisa em quem ele considera na fantasia dele que está abaixo dele, tipo a mulher do cafezinho. Ele sempre vai puxar o saco de alguém que ele considera, que pode ajudá-lo, e vai sempre espezinhar quem ele considera que não vai poder dar nada em troca, que não vai poder ajudar ele a subir mais. Isso é uma coisa interessante.

Faz parte do nosso cotidiano. Então essa pessoa certamente não consegue pensar no que ela está fazendo com o outro porque o outro não existe para ela. O outro está apagado. Ela nem enxerga. Ela não consegue pensar na pessoa. Por quê? Não consegue assim incluir esse outro dentro da sua própria perspectiva provavelmente porque ela, enfim, seja, tenha um lastro paranoico no sentido de ser o centro do mundo. Uma coisa importante também da gente saber, o sujeito se torna paranoico, ou seja, dono do mundo, dono das verdades, ou seja, incapaz de reconhecer o outro, cheio de certezas, não tem dúvida mais nenhuma na vida, ele não tem dúvida. Esse sujeito se torna assim porque ele está cheio de ódio. Com que ele aprendeu o ódio? Essa é uma coisa importante. A gente não devia jogar fora ódio e amor como categorias éticas e políticas. Não são de se jogar fora. O ódio diz respeito à impossibilidade de estabelecer relações, ou seja, a impossibilidade de reconhecer o outro. É um afeto fundamental na política contemporânea e impeditivo de relações éticas. Eu brinco muito assim que o Governo nos odeia. Não é verdade.

Eu mesma assim acho que muitas vezes o Governo neoliberal nos odeia. Quando eu, por exemplo, voto nos partidos que gostam de pessoas pobres. É verdade. Porque quem gosta de pobre, gosta de gente. Quem não gosta, não gosta de gente. E quem não gosta de gente está cheio de ódio. E quem está cheio de ódio é egoísta. E quem é egoísta só quer saber de si mesmo. Há na nossa política muita gente que entra em altos cargos e que tem ódio do povo. Ódio, como os nazistas tinham, como os fascistas sempre tiveram. Enfim, mas voltando atrás, depois a gente pode também aprofundar essa história, se vocês tiverem vontade, voltando atrás na questão do outro, então o primeiro outro que eu conheço é o meu próximo. É meu colega de trabalho, é meu filho, meu marido, são vocês aqui, uns para os outros, todos nós, todos os dias, pensem assim. As pessoas com as quais a gente encontra concretamente. Esses dias uma moça lá no metrô de São Paulo, a recepcionista do médico que eu fui, ela contou uma história.

Aliás, gente, essas histórias todas eu sempre ponho no *site*. Eu participo de um *site* de crônicas que chama *Vida breve*, e lá eu coloco todas as histórias que acontecem e todas elas têm a ver com questões éticas. Chama *vidabreve.com*. Bom, essa história também fiz uma crônica, porque a moça, olha o que aconteceu com ela. Ela estava no metrô, naquele metrô negreiro de São Paulo, aliás, a crônica chama *Todo vagão tem algo de navio negreiro*, que é uma pichação que eu encontrei numa obra de metrô em São Paulo e as pessoas estão sacando o que elas estão vivendo. Claro que sim, a gente tem um lastro histórico inegável e elas estão percebendo, e essa moça contou que ela estava tão apertada

e que ela levava tapas sem querer de outra moça e ela estava tão apertada que o braço da moça, ao mexer no cabelo, estava com as mãos para cima, batia no rosto dela várias vezes, que ela sentiu vontade de, tão próxima que estava, morder o braço da moça. A gente ri porque não é com a gente. Essa moça disse que, olha o que ela fez, para não morder o braço da outra porque a mordida, esse desejo já era o desespero que ela estava sentindo naquelas circunstâncias – as pessoas são muito fortes, as pessoas aguentam cada coisa –, ela se concentrou e começou a rezar. Ela começou a rezar para não morder o braço da outra.

Vocês já pensaram se os nossos políticos todas as vezes que eles vão roubar o nosso dinheiro, do povo, eles rezassem? Já pensaram inclusive esses políticos bem patifes, esses bem patifes, esses que são da religião, que também roubam dinheiro do outro, do povo. Porque além de tudo eles, a questão da religião cínica e acabam com o sentido da religião. Já pensaram? Eu não gosto muito de religião, mas eu respeito, é a cultura dos outros. A religião também é outro para quem ateu ou materialista ou agnóstico, não gosta desse tipo de assunto. Também é outro. Indo um pouquinho mais longe na história do outro, então, Marx, bom pensador da gente retomar hoje em dia, que a gente não vai ser preso por falar dele porque na época de vocês, vocês eram presos. Falou Marx, eu tive um professor que ele estudava Hegel, ele foi cassado, gente.

Na Faculdade de Filosofia ele foi cassado. Ele estudava Hegel e o milico chegou para ele e disse assim: “*Você aí vai ser preso, torturado porque estuda Hegel, esse aluno de Marx*”. Todo mundo que estudou Filosofia ou todo mundo que pegou o manual de filosofia sabe que Hegel veio antes de Marx. Então deveria ser o contrário. Mas o mais triste, esse meu professor contou essa história, ele já tem 80 anos, ele contou essa história, mas eu depois, anos depois, participando de uma reunião de sindicato, na época eu era adolescente, eu tinha 17, 18 anos, eu ouvi isso de um sindicalista. Então fiquei pensando assim, que medo que dá a direita e a esquerda quando elas não são esclarecidas, lúcidas, enfim. Eu acho que a gente, pelo menos eu me considero assim não tendo mais compromisso com esse tipo de questão e tendo que ir além dessas questões. Mas vamos pensar então nesse outro.

Aí Marx falava do outro que era o próximo, esse mesmo que eu estava falando com vocês, que vários filósofos, Sartre, o próprio Freud, que eu citei, se envolveram. Sartre eu citei, mas ele falava também do outro como a natureza. Essa é uma questão para a gente colocar na nossa história. É uma questão que está aparecendo hoje em dia, quando a questão ecológica se tornou um problema seriíssimo. Não é possível que a gente pense em ética sem

pensar nesse outro que é a natureza. Então não adianta também eu ser legal com meu aluno, não adianta eu ser legal com o meu filho ou com meu colega de trabalho, isso é muito importante. Eu tenho também que ser muito legal, ou seja, ser capaz de enxergar o outro, que é a fauna, a flora, a vida das espécies, das outras espécies, o saco plástico que eu uso todos os dias, a tampinha da garrafa de Coca-Cola que eu tomei e que foi parar no estômago de um albatroz e o matou. A gente não pensa nisso. Isso é seriíssimo. Isso é tão sério que isso nos encalacra. A gente está numa fria. A gente é ser humano, a gente pensa, a gente vê e até aqui, desse ponto de vista da natureza, da nossa relação com a natureza, nós só fizemos besteira.

Outra coisa importante que o Marx também falava era que o outro é a sociedade. O outro é também a sociedade. Aí a sociedade, o que é sociedade? Aqui no Brasil, por exemplo, vou levantar essa questão da matabilidade que o Zelito levantou. Aqui no Brasil, eu gostava muito de estudar o fascismo, gostava muito mesmo de estudar o nazismo. Eu passei uns 10 anos da minha vida fazendo doutorado e mestrado em Filosofia, e uma coisa que eu principalmente estudava era Filosofia alemã, que chegou naqueles caras, Walter Benjamin, Adorno. Fiz tese sobre esses filósofos aí, e aí uma questão bem fundamental que aparecia era sempre o fato de que esses, por exemplo, Adorno escreveu enfim em função do acontecimento do nazismo na Alemanha. E os nazistas fizeram o quê? Elevaram à razão de Estado a matabilidade dos judeus. Mataram os judeus e os ciganos e todos os doentes, as pessoas que tivessem de saúde, físicos, mentais e assim, enfim. E eles mataram. E eles elevaram a matabilidade a uma regra. Eu fiquei pensando, um dia me dei conta, faz uns anos e dei conta que no Brasil, isso mesmo que você levantou, a gente não precisava nem de pena de morte, porque nós deixávamos as pessoas morrerem de fome.

E nós deixamos as pessoas morrerem de fome hoje no nosso País ainda e por isso as políticas relacionadas à fome são fundamentais num país, no estado e temos que respeitá-las e por mais que elas tenham o seu momento precário, também temos que respeitá-las. Me dei conta também da questão indígena no meio desse caminho todo, quer dizer, o grande genocídio da história é o genocídio ameríndio e se vocês forem ler, por exemplo, o Eduardo Viveiros de Castro, que é um professor daqui do Brasil, ele tem textos ótimos sobre essa questão que levanta esse tipo de tópico. Tem um, romeno, chamado Todorov, esse sujeito escreveu um livro chamado *A conquista da América* e ele mostra como Colombo era um cara que já não tinha dimensão do outro. Por quê? Colombo olhou para os indígenas, olhou para os povos que aqui viviam e chamou esses povos de índios. Ele nunca conseguiu aprender uma língua. O Todorov

faz o favor de chamar o Colombo de idiota porque eles fizeram uma perspectiva de idiota. Quem é o idiota? O idiota é o *idios*, sujeito que é fechado dentro dele mesmo, não tem capacidade de perceber o outro. Então ele comenta isso. Esse sujeito nunca pode aprender uma língua, olhar para a cultura do outro; ele sequer conseguia conceber que existisse alguém diferente dele. E essa é a questão profunda ética.

Enquanto a gente não conseguir perceber que as pessoas são diferentes de nós, pensam de um jeito diferente, agem de um jeito diferente, nós não teremos saída. Deixa eu colocar uma citação, eu quero fazer uma sugestão na verdade, uma obra para que vocês leiam e vocês conheçam melhor o Brasil. Tem um sociólogo de Juiz de Fora chamado Jessé Sousa. Vocês conhecem esse sujeito? Ele escreveu uma obra-prima junto com os alunos dele, a obra se chama *A ralé brasileira*. É uma filosofia e uma sociologia da desigualdade social. Que eu acho também que é uma das questões com as quais a gente tem que se confrontar todos os dias, temos que pensar nela. Pensar nela porque ao não pensarmos nela, nós deixamos que o fascismo sobreviva entre nós. Nesse livro, o Jessé Sousa fala das mulheres da ralé, dos homens da ralé, da religião da ralé, do trabalho da ralé, ele fala da ralé. Quem é a ralé? A ralé não somos nós. A ralé é quem não tem nada. A ralé é aquele povo que aproveita o que sobra. Então na religião, eles vão para esses tipos de religião pentecostal, para essas igrejas de periferia que ficam muito ricas, mas é lá que eles vão encontrar, por exemplo, um lugar que eles nunca tiveram enquanto eles estão ali varrendo o chão da burguesia. As mulheres da ralé são aquelas mulheres, por exemplo, que sustentam o marido, sendo faxineira de um prédio qualquer porque é melhor ter um marido que bate nelas do que ter uma sociedade inteira batendo nelas quando elas não têm um marido.

Então estou dando esse tipo de exemplo para que a gente pense nessas pessoas que não têm nada. Quando a gente pensa num projeto de país, temos que nos confrontar com essas pessoas, que são o grande outro. Vou dar um exemplo aqui, mais um e já vou, não vou estender muito a minha fala para a gente poder ter mais tempo de responder às perguntas e debater. Mas eu ainda quero colocar algumas questões e quero dar um exemplo. Eu estava, eu escrevi uma crônica também chamada *Monstrucidade* por causa disso, está no tal do blog. Eu estava na padaria, na esquina da minha casa, moro em Indianópolis, São Paulo, que é um bairro assim que dá muita vergonha da gente morar. É aquele bairro das pessoas, como que chama? Diferenciadas. Foi lá que algum idiota falou uma besteira dessas. Eu tenho muita vergonha de morar lá. Mas é confortável, eu não tenho carro, sou uma pessoa ecologicamente viável. Então

moro numa *case*, vou a pé, vivo minha vidinha ali na cidade do interior. Bom, fui à padaria comprar pão, um dia desses, domingo de manhã, encontrei lá dois cidadãos, duas pessoas bem jovens, acho que um tinha 10 anos e o outro tinha 12. Eles chegaram assim: “Moça, podia pagar um lanche para gente? Eu: “É, posso sim. O que vocês querem comer?” “X-tudo.” Eu: “Nossa, o que é isso? Existe?” “Existe, é bom.” “Vê aí um x-tudo para a garotada aí. E vão beber o quê?” Aí o menorzinho disse: “Guaraná”. O outro deu uma afastada assim, foi ver não sei o quê, o pequenino ficou ali, disse assim: “Guaraná, vou providenciar um Guaraná”. Fiquei lá esperando, estava assando o pão de queijo, estava ali esperando para levar para casa. Aí o menino voltou, disse assim: “Moça, podia trocar o Guaraná por um chinelo?” “Como assim? Aqui nem tem chinelo. Como a gente vai trocar um Guaraná por um chinelo?” E aí eu falei assim para ele, escuta aqui: “Você está querendo não ganhar o Guaraná e ganhar o chinelo? Trocar uma coisa pela outra. Por que você não fica com os dois? Eu te dou o Guaraná e te dou um dinheiro para você comprar o chinelo. Quanto será que custa um chinelo?” Pior gente, eu não sei mesmo quanto custa um chinelo porque sabe que a gente quando faz televisão essas coisas, todo mundo te dá chinelo; eu ganho muitas Havaianas, nunca comprei uma. Ganha, sabe? Sempre te mandam lá, aí chega um pacote, vêm umas Havaianas, esmalte, roupa, um monte de coisa. E eles ficam te dando coisas assim.

Livro, vocês não ganham bastante livro? A gente ganha um monte de coisa. Aí, é uma coisa meio estranha, porque as pessoas gostam de dar coisa para quem não precisa de nada, mas quando é para alguém que precisa, as pessoas têm problema. Olha o que aconteceu. Aí eu dei o dinheiro. Meu marido estava comigo e ele deu 20 reais para o menino, que o menino disse que com 20 reais dava para comprar um chinelo. A gente pagou a conta e tal. Os meninos foram embora, só deu tempo de perguntar assim: “Onde vocês moram?” Eles moravam na Brasilândia. Brasilândia, eu já andei em muitos lugares de São Paulo, mas Brasilândia nunca tinha ido. Aí fui no Google procurar onde é a Brasilândia. Lá longe. É bem ruim. Enfim, é uma favelona, é um lugar muito ruim e aqueles meninos, o menino chegou a me mostrar o pé dele: “Estou com calo, me machuquei, estou precisando de um chinelo” e tal.

Bom, isso foi nada, até ali enfim. Tomara que eles tenham sorte, tomara que o Brasil melhore, tomara que eles apareçam, que a gente possa conversar mais, essas coisas todas. Só que o meu marido foi pagar a conta da padaria enquanto eu ficava lá esperando um negócio e veio um homem que estava sentado do nosso lado tomando café e deu eu encontrão nele. Já viram isso? Na padaria, é a padaria Aracaju, onde o Fernando Henrique Cardoso toma café,

e eu achei isso muito curioso porque era um homem branco, magro, elegante, deu eu encontrão no meu marido. Tipo, que estranho. O meu marido ficou meio assim, que louco. Aí ele andou, enfim, fingiu que não viu, o cara vem, dá outro encontrão, e aí, mas não fala nada. Meu marido achou muito esquisito, achou que era um sujeito que estava meio louco. Não fez nada; fomos embora. Ele ficou pensando: aquele cara estava ouvindo a nossa conversa com os meninos, os meninos só não foram porque tem segurança na padaria, só não foram esculachados lá na padaria pelo segurança também que deve morar na Brasilândia porque a gente estava conversando com eles, mas esse sujeito bem burguês devia ser um fascista que ficou com raiva. Ficou com raiva. Gente, já pensou? O sujeito estava cheio de ódio. O que você vai fazer com uma coisa dessas?

A questão proposta da interiorização da ética está aí. Você pode até ensinar uma pessoa de repente desvalida, empobrecida, a pessoa que está lá na favela, está na desgraça, ele pode até quem sabe chamar o cara do PCC, o assalariado, o operário e dizer assim: “*Vamos fazer um mundo melhor? Vamos tentar fazer um negócio aqui para todo mundo?*” Pode ser. O que será que você vai fazer com os fascistas? Estes que estão escrevendo nos jornais. Achando que estão formando opinião pública e muitas vezes realmente formando a porcaria da opinião pública. O que a gente vai fazer? Com essas pessoas que, em geral, gostam muito do poder e sobem, sobem, sobem às alturas tornando-se detentoras do poder de decisão sobre a vida dos outros. O que nós vamos fazer com essas pessoas? Aí, para finalizar, recomendo que vocês leiam um livro de uma figura chamada Hannah Arendt, um livro chamado *Aishman em Jerusalém*, que é um livro em que ela, é um livro de filosofia, mas é fruto do julgamento dessa figura chamada Aishman, que foi capturado na Argentina. Vocês sabem que os nazistas, os que sobreviveram, fugiram todos para o Brasil, América do Sul e tal. Esse cara foi capturado lá em 61, julgado em 62, em Jerusalém, e ela foi acompanhar o julgamento, escreveu um superlivro bacana no qual ela discute a personalidade do Aishman, quem era essa pessoa e a discussão fica em torno de Como o Aishman se tornou esse indivíduo? Como será que o sujeito se torna um fascista? Como será que a pessoa se enche de ódio contra os outros? E ela fala que o Aishman, porque isso que era um negócio, isso que era o legal da gente debater e da gente pensar aqui na nossa vida cotidiana.

O Aishman foi entrevistado por rabino, pastor, padre, psicanalista, psiquiatra, filósofo, antropólogo, todo mundo, juiz, advogado, todo mundo foi falar que o Aishman e todo mundo saiu dizendo, nossa esse cara era gente boa. Tão simpático, pai de família, ok, não tem nada de errado nele. Como será que ele foi capaz de ter feito o que fez? O que ele fez? Ele nunca matou uma

pessoa ao vivo e a cores. Ele era o cara da logística. Era ele que organizava se a mulherada ia para Dashao, se os homens iam para Awshi, as crianças abaixo de oito anos iam não sei para onde, se os adolescentes iam não sei para o quê. Ele era o cara que organizava a logística, onde que os judeus iam ser “hospedados” nos campos de extermínio. Ele que decidiu, foi uma figura importantíssima na decisão da solução final, que é aquela coisa de colocar os judeus dentro das câmaras de gás e acabar com todos eles. Ela comenta isso dizendo o seguinte: o mal do Aishman é que ele era o cidadão igual a qualquer outro, ou seja, ele também era vítima do vazio do pensamento que atingia a cultura alemã naquela época e que hoje é aqui; tem tudo a ver com o nosso Brasil.

Vocês acham por que a televisão está dando tão certo no Brasil e por que essas religiosidades dão tão certo? Porque não existe reflexão. Por quê? Porque não existe mesmo uma educação que tenha um projeto de emancipação das pessoas, claro que não. É óbvio que a gente poderia gastar mais umas três horas falando só sobre a questão da educação porque não existe uma política séria em escala nacional e municipal e estadual para a questão da educação. E é óbvio que só a educação pode dar conta da informação das pessoas. É só no campo da educação que a gente vai poder discutir também a questão da cultura. É claro que a nossa cultura desvaloriza a educação, mas isso é gestado dentro do seio da própria escola, que desvaloriza indivíduos e que desvaloriza também o conhecimento. Sendo que essa escola é o campo de concentração construído pelo nosso Governo para o extermínio dos indivíduos lentamente, assim como as prisões. Não é nem só falar do Governo, é o estado. É a estrutura do estado, do jeito como se organiza uma nação como a nossa. A Hanna Arendt falava disso e foi aí que ela cunhou o conceito de banalidade do mal. O que é a banalidade do mal? É o fato de que qualquer um de nós, desprovidos e esvaziados de reflexão está também desprovido, esvaziado da questão ética, ou seja, do que a gente vai fazer uns com os outros e nessa medida somos capazes de fazer qualquer coisa. Alegando que é assim que todo mundo faz, e aí põe dinheiro na minha caixinha também ou então é capaz de torturar, de matar, de roubar, de fingir, de esconder, de fofocar, de maltratar, de fazer maledicência, tudo isso.

E é simples assim, gente, não é uma questão das altas teorias dos filósofos: é uma questão da vida prática da gente todos os dias. São também colocações totalmente inconclusivas apenas para a gente pensar, considerando que ética é uma prática da vida no seu sentido mais miúdo. Nunca chegaremos a uma verdade absoluta sobre a ética, a não ser aquela de que a cada segundo da nossa existência, nós temos que concretizá-la e por isso ela é tão difícil. Porque

não é um lugar aonde nós chegaremos, é uma potência que está sempre dada aqui no instante exato da nossa própria impotência em relação a nossa própria ação. É agora, é já, é nesse instante. E daqui a pouco, e depois e para sempre. Muito obrigada.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Muito obrigado, professora. Nós ainda temos algum tempo. Vou dar a palavra ao Carlos para responder às perguntas que lhe foram feitas, depois ao Zelito e para a professora temos aqui duas perguntas. Carlos, você tem a palavra.

SR. CARLOS ZELITO VIANA – Há uma pergunta, do Emerson Martins: Quais as perspectivas da mídia e da comunicação nesse processo de interiorização da cultura ética? Bem, a ética está intimamente ligada aos meios de comunicação. Agora tem um problema: até dois anos atrás, nós tínhamos a legislação de comunicação. A Lei de Imprensa. Há uma série de outras leis relativas à comunicação, a principal era a Lei de Imprensa. Herança da Ditadura. E há também algum tempo, talvez há 40 anos, o Código de Ética dos Jornalistas Profissionais. Nós temos dois valores que muitas vezes são os mesmos. Por exemplo, o Código de Ética diz que toda notícia tem que ser honesta e verdadeira. Um código de ética, mas vejam só esse conceito de honestidade, de veracidade também está na lei. Nem a lei é cumprida nem o Código de Ética é cumprido.

As perspectivas, eu não vou dizer que são trágicas, devemos ser otimistas sempre, anda para frente a mídia, os meios de comunicação exercitarem a ética é difícil. Começa que na nossa imprensa, na nossa mídia, existe aquela praga chamada a empresa familiar. Há um excelente jornalista, cheio de ideia e tudo, que funda um jornal. Deu sorte, teve publicidade, teve receptividade na sociedade, então fundou o jornal e o jornal vai bem. Esse cidadão tem seus três ou quatro filhos. Cada um deles, isso não acontece só na imprensa, acontece na fábrica de sardinha, acontece na indústria, no comércio. O pai foi bom então o filho: “opa, vou ficar por aqui”. Esses filhos às vezes dão certo. Um pelo menos, mas vem a terceira geração. A terceira geração só tem aquela meninada emproada porque o jornal foi muito bem, deu lucro, então só tem aquela meninada de nariz em pé que não tem a menor aptidão para o jornalismo, mas se julga no direito, na obrigação de continuar aquele jornal. Muito bem. Vejam, senhores, quantos jornais e quantas estações de televisão e emissoras de rádio, cada um de nós conhece que já desapareceram desse jeito por conta do fracasso da empresa familiar. Não vamos também virar o jogo, dizer que toda mídia tem que pertencer ao Estado. Porque o Estado nada mais é do que o governo, e o governo, aquele grupo, aquele partido que controla. Então também não vai dar certo.

Não é possível o Estado ser dono da informação, dono da notícia. Só pode publicar aquilo que ele quiser. Nós já vivemos 21 anos de Ditadura, de censura completa impressa. Foi uma coisa execrável, horrorosa, não queremos que isso se repita. Então qual é a solução? A mídia na mão do Estado ou a mídia na mão dos neoliberais, cultores do capital das famílias? Nenhuma das duas. Me perguntam qual a solução. Não sei. Porque o *Le Monde*, de Paris, muitos anos atrás tentou uma forma, a redação se rebelou e disse: “*Bem, quem dá a linha política do Monde somos nós*”.

O dono recebe seus vencimentos, seus rendimentos, no final do ano. Está bom, então de dois em dois anos a redação elege o seu chefe, que vai dar a linha. Só que aquele chefe imediatamente virou patrão, e ao virar patrão, ele já quis botar o filho dele, a filha ali do lado dele, era a mesma coisa. Então, Emerson, não me pergunte o que eu não posso responder.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Dando um exemplo de que a ética na imprensa deve noticiar sempre a verdade, eu sei de um caso em que o cidadão teve uma notícia publicada a respeito dele que não era verdadeira, a notícia era falsa. Ele chamou o jornalista, mostrou um documento para o jornalista que provava que aquela notícia era falsa e a resposta do jornalista foi simplesmente a seguinte: “*Eu não tenho compromisso com a verdade, eu só tenho compromisso com a notícia*”.

SRA. MÁRCIA TIBURI – Ele era da Veja. (intervenção fora do microfone) Mas a Veja merece.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Infelizmente não é.

SR. CARLOS ZELITO VIANA – Não era da Veja, mas a Veja contratou imediatamente. Esse negócio de ética e jornalismo, eu tenho uma história rápida para contar, não me passaram a palavra, mas eu tomei. Eu estava nos Estados Unidos quando os americanos invadiram Granada. E aí eu estava ouvindo o jornal nacional lá deles, o jornal da televisão, e aí o sujeito que estava na bancada falou assim: “*Os Estados Unidos acabaram de invadir Granada*”, foi a notícia. Em seguida tinha uma moça que caiu no metrô, que morreu. Sobre essa moça que caiu no metrô e morreu eles fizeram uma reportagem de 10 minutos. Entrevistaram a mãe da moça, o maquinista, o chefe da estação do metrô, fizeram 10 minutos de reportagem sobre a menina que caiu no metrô. E sobre a invasão de Granada tinha uma notícia; na verdade a cabeça do jornalista estava feita.

O jornalismo para ele é o fato que afeta a pessoa que está ouvindo. Aquilo, botaram na cabeça dele que notícia é aquilo. Não sei por que cai um hotel em Beirute, é notícia para o Brasil. Incendiou um hotel no Paquistão. E daí? O problema, eu não estava lá, não sei por que isso é um problema sério. Descarrilou um trem na Índia. Agora construir coisa positiva, coisa a favor, não sai. Eu tenho um amigo jornalista, Luiz Edgar de Andrade, não sei nem se ele está vivo. Está vivo o Edgar? Luiz Edgar tentou fazer uma vez na TV Manchete jornalismo positivo. Ele falou: “*Vou fazer só notícia boa, só vou dar notícia boa*”. Aí tentou durante três meses e não conseguiu. Teve que desistir porque não chegava notícia boa. Não chegava dos outros lugares. Ele não conseguiu fazer e teve que fazer essa coisa terrível, que é, bom. Posso responder às perguntas? Responder à pergunta do Amilca Faria, do Banco Central, que no fim, eu vou começar pelo parêntese.

A crise no Brasil não é política, é de caráter. É isso mesmo, é aquilo que nós já falamos, que já foi falado, foi brilhantemente sintetizado aqui pela nossa professora de Filosofia, que essa de que tem que mudar a cabeça das pessoas. Isso que é o grande drama do País. Outro aqui é o Milton Gomes, de Brasília, dei vários exemplos de políticas cotidianas antiéticas, entre elas a compra do CD pirata. É possível ser ético e ilegal. Ele diz que CD pirata é porque as cópias são caras, as cópias verdadeiras são caras. Isso é um pouco de verdade. Uma vez eu fiz uma palestra num presídio no Rio de Janeiro e aí defendi a pirataria no presídio; fui brilhantemente aplaudido pelo público, mas na verdade tem um certo sentido. A pirataria tem um sentido que é o custo. Um DVD, vocês que compram informação, custa R\$0,80. O custo industrial dele, quer dizer, entre comprar o DVD e copiá-lo custa no máximo R\$1,00. Aí entra, começa a entrar o posto não sei o quê, termina com 20, 30 reais na loja e o pirata faz por três, quatro, já pagando um dinheirão. Porque na verdade, para eles só custa o mesmo, é o custo daquilo.

É um problema sério: a pirataria vem justamente do fato do produto não pirata, um pouco exagerado em termos de preço. Outra pergunta aqui rapidamente é: Como que se faz para combater a cultura do jeitinho brasileiro? Eu acho que tem que fazer muito filme. Como eu sou deformado profissionalmente, eu acho que tem que fazer muito filme no sentido. Eu, por exemplo, como ela, não me recuso de ir a lugar nenhum porque eu sempre faço o mesmo discurso. Só tenho esse, não tenho dois, já é muito. O fato de ter um já é uma coisa extraordinária. Eu vou a qualquer lugar porque eu acho que é importante botar na cabeça das pessoas que o problema de natureza cultural é o problema fundamental. O Brasil não mudará enquanto não se

der efetivamente um valor à cultura brasileira. Isso aí é um dado básico mesmo, que até mesmo entre nós, pessoas que fazem cultura têm nariz retorcido com relação a isso.

Quando eu digo que, como dizia Palemiro Sales Gomes, o pior filme brasileiro é melhor que o melhor americano, na verdade é uma, digamos assim, figura de retórica, mas não é, é de verdade mesmo. É preciso prestigiar aquilo que é feito no Brasil mesmo porque a cabeça da gente, mesmo com filme ruim, você se identifica naquilo ali e vai descobrir porque ele é tão ruim e vai se ver lá e é importante. É isso aí. Eu acho que a maneira de mudar a cabeça é isso aí, fazendo palestra, discutindo e tentando botar na cabeça das pessoas que o problema é um problema de natureza cultural. Agora aqui veio um que fala da Funai. Essa aqui eu não vou falar porque eu acho que a professora falou muito bem dos índios; eu acho que os índios foram bem contemplados aqui na nossa palestra. Acho que até os índios, a cota deles foi bem contemplada. Todo mundo falou de índio, acho que não falou muito de negros. Negro sofreu tanto quanto índio ou mais e isso aí é uma herança maldita que nós levamos e que tem de qualquer maneira ser exorcizada.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Zelito, só para falar em notícia boa e notícia ruim, uma repórter uma vez me disse que a boa notícia era considerada na redação do jornal em que ela trabalhava como a antinotícia. A notícia ruim podia, quer dizer, podia estar ali no corpo da reportagem, mas a manchete, só notícia ruim.

SR. CARLOS ZELITO VIANA – Posso colocar a minha colher nessa discussão? Estou sendo agredido aqui. Se um cachorro morde um homem, não é notícia. Não vai sair nos jornais. Agora se um homem morde um cachorro, vai. É notícia. A notícia, não que não seja nem boa nem má, a notícia é o inusitado. A notícia é aquilo de diferente que acontece. Não significa, Zelito, que os jornais, que os meios de comunicação não devam divulgar, abrir suas páginas, seu tempo, seu espaço para coisas que estão acontecendo. Coisas boas estão acontecendo também, têm que ser divulgadas. Agora a acepção da palavra notícia é o inusitado.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Descarrilou um trem bomba indo, tem que saber.

SR. CARLOS ZELITO VIANA – Bom, é claro que não é importante.

SRA. MÁRCIA TIBURI – Posso me meter? (intervenção fora do microfone) Mas eu queria me meter nessa conversa deles porque eu tenho uma aluna que está fazendo mestrado comigo, que a tese dela chama *Indústria cultural da violência* e ela gastou o tempo dela decuplando tim-tim por tim-tim daquela notícia do Realengo, lembram? Do menino que chega lá e mata a criançada toda. E a questão é essa. Qual é a notícia? Como que transforma aquilo numa notícia fora do comum? Ela analisou aquilo porque aquilo extrapola. Claro que é uma grande notícia, claro que é uma grande questão, mas do jeito como os jornais mostraram aquilo virou uma questão infinitamente maior do que todas as outras.

E eu escrevi um livro chamado *Olho de vidro*. Eu não tenho televisão, não vejo televisão, não gosto de barulho de televisão, não gosto de nada de barulho, para mim pode ficar sempre tudo quieto, que está bom. Escrevi esse livro porque fiz cinco anos de televisão. E o que uma professora de Filosofia vai fazer enquanto faz televisão? Escrever um livro sobre televisão. A minha mãe ficava assim, minha mãe que vê todas as novelas diz assim: “*Minha filha, como você escreve um livro sobre televisão se você não vê televisão?*” Eu fiquei com essa questão, eu me dei conta disso. Como que eu vou continuar escrevendo esse livro? Aí me dei conta, gente, que eu vejo televisão em tudo quanto é lugar. No avião, no táxi, na sala de espera, na lanchonete, na padaria, eu vejo televisão por aí e foi por isso que eu inventei a figura do telespectador selvagem e comecei a trabalhar nesse livro com a ideia de uma universalidade do televisivo. Você não escapa do televisivo. Ele está sempre ali a sua espreita. Ora, eu fiz muitas pesquisas bibliográficas e concretas e práticas para discutir essa questão, mas aquilo que mais me pegou com força para pensar nessa história toda que eu descobri que foi forte é que as pessoas assistem a muita televisão porque elas têm na verdade o desejo de fazer parte de um todo ao qual se dá o nome de audiência. É um desejo louco. É o mesmo desejo que faz que as pessoas comprem livros da lista dos mais vendidos. É o mesmo desejo que faz que as pessoas participem da moda. É o desejo de estar junto, de ser junto com o outro e nesse sentido esse desejo faz parte, ele é o desejo que é capturado pelos dispositivos de poder em qualquer circunstância, em qualquer instituição.

Estou aqui já respondendo a uma das questões que me fizeram, que é a questão justamente dos meios de comunicação, da sociedade de informação, essa questão toda, que o Emerson colocou. No fundo, nós somos vítimas dos dispositivos do poder, isso é o papo que o Foucault colocou nos textos dele, mas ele tem toda a razão. Como que você escapa do desejo de ter o celular, se todo mundo tem? Como que você escapa do desejo de ter o carrão, se

reduzir o IPI virou lei. Virou lei que você tem que ter um carrão ou um carro qualquer porque todo mundo quer. Porque todo mundo usa e porque no fundo existe uma publicidade que está por trás disso tudo, coordenando, comandando e administrando o desejo das pessoas. No jornalismo também. Você vai de manhã numa padaria qualquer, você vê aqueles programas, tomando aquele cafezinho com leite, você vê aqueles programas de morte, desgraça, assassinato, estupro, acidentes.

Esses dias eu estava numa dessas assim, eu me matei de rir, gente. Tinha lá pouquinha desgraça num dia de pouca desgraça e tinha um cara lá apresentando o programa. De repente ele começa a falar não, virou piada, dizem vários dos meus amigos, não sei se vocês compartilham com isso, mas Carlos, minha amiga falou esses dias assim: “*O jornalismo acabou*”. Sabe o que o cara colocou? O começo de incêndio da máquina de pipoca do shopping. É isso aí. E por quê? Porque naquele horário só cabe aquilo. Um programa *prêt-à-porter*, um programa pré-fabricado, para aquele horário, para aquele público, para aquele tipo de audiência, e quem quer fazer parte olha para aquilo. No meu livro *Olho de vidro*, estava ocupada em tentar mostrar que a televisão virou uma prótese de conhecimento e uma prótese metafísica, porque ela também define o que é a realidade para as pessoas. Hoje em dia, o *facebook* e as redes sociais também estão fazendo este desfavor para a nossa cultura. Tudo isso é muito bom, usar televisão, jornal, *facebook*, *Twitter*, tudo isso, internet de um modo geral, assim como uma carta, assim como um livro, tudo isso é muito bom quando utilizado como meio. Alguma coisa que serve para a gente fazer alguma outra coisa, em nome das nossas vidas e da vida humana. Mas fora disso, quando isso se transforma num fim em si, é puro delírio autodestrutivo da nossa compreensão como seres humanos, a meu ver.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Doutora, me permita. Tudo tem mão e contramão. É claro que os meios de comunicação condicionam a sociedade, impõem à sociedade horrores, a começar por comerciais, por propagandas, ainda bem que eles existem. É claro que isso é verdade. Agora eu vejo o reverso da medalha. Trabalhei muitos anos, fui diretor aqui em Brasília da Manchete. A Manchete entrou tentando fazer um tipo novo de televisão. Novela muito boa, jornalismo melhor ainda. Nós entrávamos depois do Jornal Nacional, e era uma hora, uma hora e quinze de notícias da Manchete que superavam a superficialidade do Jornal Nacional. Estava dando certo e tudo, mas o dono, Adolfo Glock resolveu, não, a nossa televisão tem que ser de primeiro nível. E mandou comprar a preço de ouro

na Alemanha 30 programas com a orquestra sinfônica de Berlim regida pelo Von Karajan e colocou aquela coisa primorosa, maravilhosa aos domingos, batendo de frente com Faustão. Deu traço, traço, traço e a Manchete faliu, por outros motivos também.

Na realidade, o cidadão, desculpe se eu me alongo um pouco, mas na realidade, o cidadão trabalhava, lá em São Paulo, leva duas horas para ir de casa para o trabalho, come mal lá no trabalho, ganha pouco, volta da fábrica, mais duas horas para chegar em casa, ele chega em casa, ele quer assistir a uma tese sociológica de como o Brasil pode melhorar, de como o Brasil pode sair do sufoco ou ele prefere ver alguém que é mais desgraçado do que ele no jornal? É isso que acontece.

SRA. MÁRCIA TIBURI – Mas, ok, não, tem mais um detalhe, ele não quer ver isso, assim como também, se ele pudesse escolher, ele não ia querer trabalhar naquele lugar, nem pegar aquele trem. Deixa eu contar, gente, uma historinha também, estava eu lá em outra padaria, aí fui lá. Porque a minha pesquisa... por isso que eu estou gordinha. Deixa eu contar um negócio, é que eu fiz parte da minha pesquisa. Era assim, todos os lugares do Brasil afora, do Oiapoque ao Chuí, onde eu fui, uma pesquisa que eu fiz em todos os lugares implicava três perguntas: Pode desligar a televisão? Nunca eu consegui. Poderia baixar o volume? Nunca eu consegui. Poderia trocar de canal? Nunca eu consegui. Isso eu pesquisei todo o tempo.

E num dia numa padaria, me dei conta do seguinte, porque quando eu disse isso, eu disse: *“Moça, eu não vou tomar café aqui porque olha só, cafezinho com leite, um negocinho tão simpático e esse homem aí todo se estraçalhando, falando um monte de desgraça e ainda em cima de mim?”* Fui embora. A moça ficou rindo. A moça da padaria ficou rindo, ria de um jeito que ficou até constrangedor. Aí me dei conta do seguinte: aquela televisão não era para mim, para mim professorinha burguesinha, aquela televisão era para os operários que, chegando em casa, sobretudo os operários chegam em casa. Elas não conseguem nem ver a novela. Essas moças bem exploradas que ganham R\$700,00 lá em São Paulo. Trabalham 10, 12 horas por dia num lugar desses de pé, ficam com o pé inchado, trabalham. Aquela televisão não é para o cliente que lê *Folha de São Paulo*, que lê Pamuc e fica lendo Gilberto Freire, Da Mata, não é. Não é mesmo, gente. Aquela televisão é para aquela pobre coitada daquela otária aguentar as oito horas que ela fica lá de pé porque depois ela vai ficar mais duas horas de pé, sendo que ela já ficou duas horas de pé no metrô, ou no ônibus ou no trem. Ela tem que ficar bem amaciada.

E é verdade isso. A pessoa, quando ela descobre o gosto. Vocês já viram um filme chamado *O gosto dos outros*? A pessoa descobre o que é bom, é que nem vinho, não é, gente? Comprou vinho melhor, acabou. É verdade, você começa a gostar de coisas melhores. O vinho é um ótimo exemplo, você toma um vinho vagabundo, vai tomar um bom depois para ver se você consegue voltar atrás. A mesma coisa, é puramente estético. O que acontece com os nossos ouvidos. Vocês conseguem ouvir Michel Teló? Alguém que escutou Caetano Veloso, nem para dizer, para não falar nem de Varese. Para falar de coisa mais mínima. Alguém que ouviu coisas muito boas consegue voltar atrás e suportar o lixo estético. Não.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Bom, estamos encerrando. Eu gostaria só de dar uma notícia que o doutor... não é boa, infelizmente. O Dr. Marcos Noronha deixou um carro aqui na garagem. Esse carro foi batido por um outro carro que talvez, ninguém sabe, pode ser de algum participante. Que não deixou cartão, não deixou nada, ele não sabe de quem foi. Se alguém fez isso, por favor, tome consciência e se dirija ao proprietário.

SR. CARLOS ZELITO VIANA – Considerando que nós estamos num seminário de ética.

SRA. MÁRCIA TIBURI – Obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores, voltamos às 14h com o próximo painel, “A consagração da ética em nosso ordenamento jurídico”. Informamos a todos também que será servido um lanche para vocês. Até breve.

PAINEL 6: A CONSAGRAÇÃO DA ÉTICA EM NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO
Conselheiro da Comissão de Ética Pública

JOSÉ RENATO NALINI
Corregedor geral da Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo e
desembargador do Tribunal de Justiça

INGO SARLET
Juiz de Direito de Porto Alegre, professor titular da Faculdade de
Direito e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito e em
Ciências Criminais da PUC-RS

DEBORAH DUPRAT
Vice-procuradora geral da República

MIRO TEIXEIRA
Deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores, solicitamos a todos que ocupem seus lugares e que coloquem mais uma vez seus telefones celulares no modo silencioso. (intervenções fora do microfone) Iniciando as atividades dessa tarde com o VI painel que tem como tema “A consagração da ética em nosso ordenamento jurídico”. Para coordenar o próximo painel convidamos o conselheiro da Comissão de Ética Pública o doutor Marcello Alencar de Araújo. (intervenções fora do microfone) E como palestrantes o corregedor geral da Justiça, do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador do Tribunal de Justiça e ex-presidente e atual secretário geral da Academia Paulista de Letras, doutor pela USP e professor pelas Faculdades de Direito da FAAP, UniAnchieta e Uninove o Sr. José Renato Nalini; convidamos também o juiz de Direito de Porto Alegre, professor titular da Faculdade de Direito e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito e em Ciências Criminais da PUC-Rio Grande do Sul, e doutor em Direito pela Universidade de Munique, na Alemanha, o Sr. Ingo Sarlet.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Boa tarde a todos. Vamos iniciar agora o painel VI do nosso encontro, que trata da consagração da ética em nosso ordenamento jurídico. Os dois palestrantes já foram indicados, o doutor José Nalini, corregedor geral da Justiça do TJ de São Paulo e o Dr. Ingo Sarlet, juiz de Direito de Porto Alegre e coordenador de Programas de Mestrado e Doutorado de Direito e Ciências da PUC-Rio Grande do Sul. Sem mais delongas eu gostaria de passar a palavra para o doutor José Renato.

SR. JOSÉ RENATO NALINI – Boa tarde a todos. Não ouvi boa tarde. Agora sim está melhor. Eu gostaria de agradecer muito ao Dr. Américo Lacombe a generosidade deste convite. Eu deixei de ontem vir à posse do ministro Joaquim Barbosa para poder estar aqui hoje, porque acho ética, alguma coisa extremamente importante. Eu costumo dizer que a ética é a única matéria-prima da qual o Brasil ainda se recente e, portanto, tudo que se fizer para incrementar. Não o discurso sobre a ética, isso nós temos já em grau suficiente, mas a vivência ética, prática ética, tudo deve levar o melhor da nossa atenção, melhor do nosso interesse, do nosso entusiasmo. É uma alegria estar aqui, participando de uma mesa tão erudita. Eu admiro bastante o Dr. Ingo Sarlet. Dizia ele a pouco que meus assistentes no Tribunal de Justiça são fiéis seguidores da sua obra, das suas ideias, da sua criatividade e então por osmose os meus votos têm sempre citação do professor Ingo Sarlet. É muito bom quando nós podemos falar de brasileiros que também são criativos.

Às vezes, o Brasil tem um pouco de complexo de vira-lata e só cita autores estrangeiros. E nós temos uma geração extremamente criativa que pode sombrear com a melhor lucidez e erudição do primeiro mundo. Então nós temos

que prestigiar os nossos, por isso que eu tenho grande alegria em citar o professor Ingo Sarlet e agradeço a moderação do doutor Marcello Alencar de Araújo. Bem, foi-me solicitado que conversasse com os senhores a respeito da ética e ordenamento jurídico, e, portanto, indagaria inicialmente. Quem aqui tem curso de Direito? Então estamos em casa. Estamos em casa. Então eu vou tentar ser o menos juridiquês possível e falar para os senhores sobre o meu entendimento sobre o que é ética e ordenamento. Quando Montesquieu formulou ou reestruturou a teoria da separação funcional, da separação das funções estatais, o poder que iria ter preponderância era o Parlamento, o Legislativo.

A caixa de ressonância das aspirações populares, ou seja, o Legislativo é aquele que formula as regras do jogo. É aquele do qual os demais poderes são meros caudatários, são asilares. Por quê? Administrar no Estado de direito é cumprir a lei. E para o Judiciário, o que restaria? Decidir as controvérsias fazendo incidir a vontade concreta da lei quando houver um conflito submetido à apreciação do estado do juiz, ou seja, quem tem as rédeas do poder na formulação de Montesquieu original é o Parlamento. Em virtude disso a matéria produzida pelo Parlamento, Parlamento produtor de direito novo e alguma coisa que passou a introjetar a nossa cultura. Nós passamos a ter uma espécie de fetichismo da lei, chegamos a uma fase do positivismo em que o Direito equivale à lei, o Direito é a lei, nada mais além da lei.

Felizmente essa fase passou. Eu acredito muito na obra de Miguel Reale, por exemplo, que formulou o tridimensionalismo: a teoria tridimensional do Direito é muito interessante. Com explicação, qualquer criança pode entender que nós temos fatos da vida sobre esses fatos. Nós fazemos incidir alguns valores. A legislação só vai poder ser a correspondência entre o fato e o valor, uma explicação muito mais razoável do que dizer que a lei, ela absorve toda a realidade do Direito. Bem, mas nós passamos dessa fase. Hoje nós passamos a vivenciar aquilo que autores, por exemplo, Luiz Roberto Barroso chama de Neoconstitucionalismo. Nós passamos daquele logocentrismo para considerar outros valores. A lei perdeu a sua hegemonia. Ela não é mais a única fonte do Direito e nós precisamos resgatar os ideais filosóficos da ciência jurídica: a ciência jurídica não se resume a lei. Então a busca da verdade, que é a nossa missão dentro do universo jurídico, ela não vai poder ser alcançada se nós não recorremos aos fatos da vida, à fenomenologia, à experiência, à busca da sensibilidade que muitas vezes no tecnicismo nós vamos perdendo. Então nós temos que observar outros quintais, não nos satisfazer com quintal jurídico, e com isso nós chegamos ao que se chama Neoconstitucionalismo.

É lógico que alguns vão poder chamar de Neopositivismo ou advento do *News* naturalismo. Nós estamos em uma fase do pós-tudo. Então como é que vamos ser chamados daqui a 200 anos? Eu tenho uma vaga ideia, mas não queria externar meu pessimismo com os senhores. Neoconstitucionalismo é o movimento jurídico de oposição à lógica do Estado, onde a regra era o legalismo escrito, a rigidez no literal da lei, o culto à lei, a concepção da atividade judicial como uma atuação mecânica da aplicação da lei. Todos nós nos lembramos de que a Revolução Francesa tinha uma grande desconfiança dos juízes e, portanto, os juízes deveriam ser apenas *la bouche pour dénoncer les paroles de la loi*, ou seja, as bocas que denunciam as palavras da lei. O juiz não podia exercer criatividade, não poderia sair da literalidade legal. Hoje então o Neoconstitucionalismo muda o foco: nós estamos prestigiando a Constituição. Nós temos que incluir valores, conteúdos morais no Direito e isso não foi por vontade dos juristas. A Constituição nos quer lembrar que ela é um pacto jurídico sim, mas antes de ser pacto jurídico, ela é um pacto sociológico, é um pacto econômico, é um pacto político e para nossa realidade é um pacto ético. A Constituição resulta de um acordo ético de uma sociedade que, depois de passar por 21 anos de autoritarismo, entendeu que a constitucionalização de quase tudo poderia devolver ao Brasil aquela respiração de ares mais saudáveis do que a do autoritarismo. Então hoje nós temos valores até colidentes, que têm acento, têm abrigo na Constituição e a Constituição passa a ser o elemento de religação do Direito com os critérios morais de justiça.

O Neoconstitucionalismo, ele tem algumas características. Eu não vou me prolongar a explicar aquilo que os senhores já sabem, mas eu vou falar apenas de uma das características, que é a sobre interpretação da Constituição. O que viria a ser a interpretação da Constituição? A Constituição como ápice do ordenamento jurídico, como fundamento de validade de toda normatividade inferior, tudo é infraconstitucional. Ela vai incidir sobre aqueles espaços vazios do ordenamento, tudo que não foi disciplinado por uma norma específica, vai encontrar na Constituição um mínimo de regulação. É aquilo que nós aprendemos a citar, é diz na sua obra todo texto normativo, apresenta lacunas que devem ser objeto de interpretação, e para isso o juiz deveria se utilizar de discricionariedade. Essa postura foi bastante criticada por outros, que nós aprendemos a estudar. Porque propõe que lugar da discricionariedade que, de certa forma, poderia chegar aos lindes da arbitrariedade judicial. Nós deveríamos substituir a discricionariedade por princípios morais, ainda que a expressão princípios morais seja uma expressão vaga, imprecisa, que nós vamos preencher de acordo com a nossa filosofia, nossa ideologia, nossa religião, até pelas nossas (ininteligível).

Não há um consenso hoje no universo jurídico. O Brasil não padece de falta de carreira jurídica: nós temos hoje mais de um milhão de advogados, cerca de três mil faculdades de direito. Então, se nós fôssemos levar a sério esse casamento entre Direito e ética, o Brasil deveria ser o mais ético entre todos os países. E basta a leitura da Constituição de 1988. Uma pessoa que não conhece o Brasil, lendo a Constituição de 88, diria: “*O paraíso terrestre foi preservado, Éden existe e ele se chama Brasil.*” Porque é uma Constituição bastante retórica, bastante edificante nas suas proclamações, mas de qualquer forma não há um consenso quanto a direito e moralidade serem conjugados. Nós temos ainda uma resistência enorme a compreender que o Direito precisa ser inspirado por valores morais, que o Direito tem que ser um caminho para se alcançar a justiça e que, entre os valores segurança jurídica e justiça concreta, a ética deveria ficar com a justiça e não com a segurança jurídica. Segurança jurídica muitas vezes pode ser a remata da injustiça, a institucionalização da injustiça. Bem, as regras jurídicas são aquelas que vigem. Os princípios morais, eles podem ter uma importância, para aquela discricionariedade judicial criticou e que se propõe seja substituída por princípios morais. Mas, os princípios morais evidentemente, eles podem se tornar relevantes, isso a depender da capacidade de interpretação do juiz brasileiro. Se nós não acreditarmos que haja algumas regras, ou algum regramento para que o juiz decida e possa invocar os princípios éticos explícitos ou implícitos da Constituição, nós deveríamos concluir como o personagem que, criado por *Shakespeare*, dizia no mercado de Veneza que muito mais vale conhecer as opiniões do juiz do que aquilo que se encontra prescrito na lei. E lógico que se o juiz disser o que quiser, ele pode trazer além da injustiça a insegurança jurídica.

O problema da interpretação é justamente este: Como é que as normas criadas pelo Poder Constituinte, elas vão se transformar em Direito Judicial concretizado? Qual vai ser o significado que o intérprete vai conferir ao princípio da moralidade. Um princípio que torna a Constituição do Brasil uma das únicas, senão a única, em todo o globo, que fala explicitamente em moralidade, não é? Há uma necessidade de nós refletirmos sobre isso e de nos orientarmos, voltados para o por vir. A Constituição ainda é jovem, é de 1988. Acaba de completar 24 anos... Vemos que ela já produziu alguns efeitos bastante notáveis na realidade brasileira. Vemo-nos que houve uma elevação da sensibilidade; isso é fenômeno constatável por estatísticas de hoje. O CNJ é pródigo em elaborar esse tipo de estudo. Os juízes passaram a levar a Constituição a sério.

Há algumas décadas o juiz brasileiro se atinha a portaria, a ordem de serviço, depois a lei e não tinha um raciocínio constitucional. Hoje nós vemos que a Constituição é citada em praticamente todas as decisões, desde um

juiz substituto, que tomou posse ontem, até o guarda o princípio da Constituição que o ministro do Supremo Tribunal Federal. Então por que nós usamos bastante a Constituição? Porque embora o canutilho renegue hoje a expressão “Constituição dirigente”, ele fala que não é mais isso. Ela fala hoje em “Constituição ecológica”, mas a Constituição foi um dia denominada Constituição dirigente. Por quê? Porque ela é um projeto. Estamos-nos construindo uma nação. Se nós lermos a Constituição desde os primeiros artigos, nós verificaremos que a intenção do constituinte foi acenar com uma pátria justa, fraterna e solidária e impõe igualmente aos três Poderes do Estado, mas também à sociedade e ao indivíduo a concretização desse projeto. Então ela é dirigente, ela mostra um caminho. E ela adotou os princípios em lugar das normas, então das regras. Hoje a norma psicológica e norma regra, então o princípio é alguma coisa plasmável, é alguma coisa fluida, é algo que pode ser manejado, pode ser trabalhado através do tempo que permitiria que a nossa Constituição de 1988, ela pudesse prosseguir com os mesmos dizeres, com a mesma dicção durante séculos, embora nós tenhamos feito aquela opção por uma constituição do tipo rígido, que precisa de um quórum qualificadíssimo para modificação e por isso que ela tem só 70 emendas e seis de revisão.

Os EUA preferiram uma constituição flexível e por isso eles têm o mesmo texto de 1787, com algumas poucas emendas. A mercê da interpretação da Suprema Corte, ela passou, ela passa por todas. Irmãos do Norte do mesmo texto, mas de qualquer forma, a função judicial se compenetrrou de que a Constituição tem que ser levada a sério. E ela hoje, ela é encarada mais como uma atividade corretiva, ela corrige algo que é feito de maneira imperfeita, pelo produtor de direito novo que é o Parlamento. Por quê? A pouco dizia pro professor modesto, o Parlamento contemporâneo não é só no Brasil. Ele perdeu aquela característica de conjunto dos representantes da nação para eleger setores tópicos muito bem localizados com interesses específicos, que às vezes pouco tem a ver com o interesse da coletividade, com o bem comum.

Então cada parlamentar tem que perseguir o interesse do setor que o elegeu. O produto desse parlamento é um produto imperfeito. A magistratura que se vê obrigada a fazer uma atuação corretiva, corrigindo uma matéria com a qual o juiz é obrigado a trabalhar, mas é uma matéria cada vez mais imperfeita até porque o parlamento foge das grandes tensões morais. Ele não quer legislar aquilo que é bola dividida; ele não tem condições de obter consenso nos grandes temas de uma sociedade pluralista, onde há inúmeros pontos de vista sobre a mesma questão. E com isso o Judiciário é obrigado, não a ser ativista, mas a não fugir da raia, a enfrentar as questões e dar as respostas de acordo

com a formação do juiz. (ininteligível) dizia que a elaboração jurídica da decisão é um procedimento de legitimação; a lei vai ficar legitimada através do trabalho do juiz. O juiz é que vai fazer a chamada “escolhas racionais”, porque hoje prepondera essa ideia de que o Direito é interpretação, assim como o que fala que o Direito é argumentação. Não é mediante a interpretação que o juiz vai fazer as escolhas racionais, sobre questões muito controversas, sobre valores que têm expectativas diferentes. Como é que nós vamos equilibrar a livre iniciativa com a sustentabilidade, com a proteção do ambiente? Como é que nós vamos conciliar a privacidade com uma sociedade que escancara sua vida íntima, através de redes sociais, banhando-se em praias nus, mantendo relações e depois quer indenização moral porque foi fotografado.

Então nós temos uma sociedade em que os valores estão fervilhando. Não há um censo absoluto. Então esse ideal das expectativas protegidas, que é terminologia do *working*, vai ser enfrentado pela magistratura. E além da literalidade, o juiz terá de expressar os valores incorporados no texto. Um texto que é aberto exatamente para que ele possa permanecer, que ele não precise ser alterado literalmente a cada mudança de opinião. Dentre esses valores e, lógico, um dos mais importantes é a urgência do trato ético da coisa pública. O Brasil aparentemente se cansou da corrupção, se cansou de achar que tudo tem de ser assim mesmo, se cansou de generalizar pra dizer que não há salvação na política, que todos não podem ser apontados como paradigmas éticos e morais. Esse imperativo, posto a vocação do juiz brasileiro, está exatamente na ética, que é a ciência do comportamento moral do homem em sociedade. Se o objeto da ética é a moral, e o se o constituinte, aquele que pode tudo, ele colocou no artigo 37 da Constituição o princípio da moralidade, é evidente que esse princípio vai se espalhar por todo o pacto federativo e ele vai impor uma ponderação ética transversal a todo o convívio. E isso não é só para o juiz, qualquer pessoa. Eu sou muito adepto à teoria da comunidade aberta de intérpretes da Constituição.

Uma das poucas invejas que tenho do povo americano, não do Governo americano, do povo americano é que cada americano tem um exemplar da constituição ao lado da bandeirinha americana em cima da lareira. É que as crianças americanas em tenra idade invocam a emenda constitucional pra anunciarem ou acusarem quando a professora as censura, perguntando se elas fizeram alguma coisa. Então a constituição lá é amada porque é conhecida. É lógico que para conhecermos uma constituição que já foi considerada antigamente como periódica, que muda todos os dias, é mais difícil. Mas pelo menos essa orientação de ler a constituição e escolher dela alguma coisa que é essencial, que o princípio da moralidade para a nossa finalidade é muito

importante. Eu acho que nós temos que nos impregnar dessa consciência. E essa noção, portanto, tem que impregnar a consciência jurídica de toda a cidadania. Mas a cidadania só vai chegar a isso se a comunidade jurídica despertar a cidadania. Nós temos obrigação, nós que estamos no universo do Direito, de levar essas ideias de tentar contaminar a população toda para seus direitos para a exigência de uma ética em toda atuação estatal. Nós temos de conscientizar o brasileiro de que qualquer agente de autoridade, qualquer funcionário público, qualquer servidor de qualquer grau tem um patrão sim, que é o povo, e deve bem servir ao povo.

Ainda que o povo às vezes não saiba cobrar, não se indigne, não se resigne com um maior atendimento. Bem, o juiz tem uma obrigação a mais, que é levar a sério hoje os resultados das suas decisões, os efeitos concretos. O consequencialismo ético é um dever que foi incluído no artigo 25 do Conselho Nacional de Justiça. Antigamente costumava-se dizer “faça-se justiça e pereça o mundo”. Aplica-se a lei. *Dura Lex sed Lex*. Nós damos herdamos dos romanos mas hoje o juiz é obrigado pelo seu Código de Ética do Conselho Nacional de Justiça a pensar nas consequências concretas das suas decisões. Ele precisa examinar e gotejar diferentes bens e valores jurídicos e, portanto, a magistratura precisaria ser integrada. Essa preocupação da lucidez nacional, mudando critérios de recrutamento, repensando nomeação dos Tribunais Superiores, repensando em prazo definido para mandato nas cortes superiores. Nós precisamos de juízes ponderados e equilibrados e capazes de estabelecer um compromisso entre interesses que se opõem.

A ética, ela se obrigou no nosso ordenamento de uma maneira flagrante, escancarada, só quem não quer não enxerga, porque nós temos não só o princípio da moralidade, nós temos ali um supraprincípio da dignidade da pessoa humana e o que há de mais ético do que considerar qualquer pessoa alguém indigno? Pelo mero fato de integrar espécie humana, ela tem dignidade, ela tem direito ao respeito, ela tem direito à consideração, ela tem direito a ser encarada, ela tem direito a ser ouvida, ela tem direito à resposta, ela não pode ser opaca, invisível, ela não pode ser anulada. Essa mentalidade advém da vontade do constituinte. Esse supraprincípio, ele vai interrogar os efeitos horizontais que decorrem da vida expansiva dos direitos fundamentais. Os direitos fundamentais já passaram por muitas intérpretes, por vicissitudes. Hoje ninguém discute a sua universalização, o Bobbio dizia: “*O difícil vai ser a implementação.*” Mas nós vemos que até a implementação tem caminhado, mas algo que deve nos preocupar é a questão da ampliação, da trivialização dos direitos fundamentais. Será que depois de 78 incisos mais aquelas cláusulas abertas, dos parágrafos e que qualquer direito fundamental implícito decorrente do sistema ou constante

de tratado, convênio assinado pelo Brasil também integra o rol, o enunciado dos direitos fundamentais do Brasil. Será que isso não vai transformar tudo em direito fundamental? E se tudo é direito fundamental, de repente nada mais vai merecer preponderância. De qualquer forma, hoje essa vida expansiva é um fenômeno mundial, pelo menos no ocidente, e essa expansão se dá não apenas juridicamente, mas também ético-socialmente.

A finalidade ético-social da Constituição, ela foi conceitualizada, ela está sedimentada, solidificada no texto e ela exige um protagonismo. Ela exige uma *performance* cívica, heroica de cada um de nós. A missão do desenvolvimento e crescimento progressivo do direito é uma borá que não é só do legislador, não é só do juiz nem só do advogado, do procurador, do defensor, do estudante de Direito, mas ela é obra da comunidade interpretativa, de uma grande família jurídica. A pouco também eu estava mencionando que se nós não fizermos do direito a primeira escolha profissional, pelo menos a segunda ela será porque todas as questões hoje no Brasil chegam ao Judiciário, então nós somos obrigados a enfrentar o Direito. Até para uso próprio. Quem não tem vocação para se defender, para fugir de um Estado tentacular, cada vez mais voraz na cobrança tributária e na imposição de obrigações? Nós temos de conhecer o Direito.

A faculdade de julgar, ela constitui um talento particular que não poder ser aprendido, unicamente exercitado, dizia o (ininteligível). Mas o que nós podemos extrair disso é que hoje não há mais lugar para aqueles autômatos da lei, para aqueles robôs que leem a lei, verificam qual é o maior número de jurisprudência no sentido que eles querem e passam a declinar, de pensar, de refletir e são mero compiladores da jurisprudência superior. Não há mais lugar para usar as normas jurídicas como fórmulas vazias. Nós temos de coibir o uso excessivo do processo porque inexplicável para quem depende de uma justiça com 4 graus de jurisdição, de tanto amor ao duplo grau nós chegamos ao quádruplo. Esse paroxismo de fazer uma lide durar 15, 20 anos e as pessoas às vezes são surpreendidas com uma decisão processual. O conflito continuou lá, a dor continuou lá, o prejuízo, o sofrimento, a angústia e como explicar que foi uma questão meramente processual. O processo é ferramenta de se fazer justiça, não pode se sobrepor, não pode se tornar finalidade em si. O intérprete não pode ignorar a tensão do entendimento necessário para tirar as normas da sua generalidade; ele precisa emitir uma decisão reflexiva.

Eleger a norma válida é missão do intérprete, mais principalmente do juiz. O que diz a escolha entre uma norma válida e outra inválida, obedece a considerações que se encontram para além das próprias normas. Aí nós

podemos dizer também que a ética pode servir para esse raciocínio entre uma norma que é írrita, a ética e outra norma ética; eu devo preferir aquela que condiz com a ética. Nesse além das próprias normas está a ética. O Direito contém uma representação da obrigação fundada no respeito pelos outros e pelo seu projeto de vida em comum. As Constituições, quando elas começaram a existir no século XVIII, as Constituições escritas, todas elas tinham esse princípio de que a constituição existe para permitir que as pessoas se desenvolvam em plenitude, podendo fazer que as suas potencialidades se realizem, desabrochem, produzam os efeitos que tornam as pessoas mais felizes. É para isso que existe o Direito; não para complicar a vida das pessoas. É inegável nós concluímos que o Direito não é só norma. O Direito contém princípios metajurídicos além do Direito, situados além da norma, voltados para uma ideia comum de forma a concluir que o sistema institucional repousa também ele em uma teoria moral particular. E qual é essa teoria moral particular? A de que os homens possuem direitos morais contra o Estado. Essa é a sadia concepção de humanidade que por ser humanidade é titular de direitos pré-políticos.

Nós não existimos porque o Estado quer, porque o Governo quer, nós existimos antes. E o Estado, quando foi formulado como sociedade de fins gerais para permitir que dentro do seu bojo se desenvolvesse em sociedades de fins particulares e a finalidades particulares, era instrumento porque já houve quem empregasse o fim do Estado. Porque de repente o Estado se torna alguma coisa imutável, alguma coisa. Acabou meu tempo? Então está bem. Mas é só avisar moderado. A opção explícita pela moralidade inclui a urgência implícita pela ética da qual a moral positiva é como nós vimos o objeto. A comunidade jurídica, portanto, ela deve atuar mediante o reconhecimento das mutações tácitas ou silenciosas da Constituição. É evidente que o texto produzido em 1987 e na fase pré-constituente, que começou em 1988, ele já pode não servir às finalidades para as quais ele se preordena. Mas não é necessário sempre fazer uma emenda constitucional com aquele quórum tão qualificado, com as duas Casas tendo de votar. Nós podemos reconhecer mutações tácitas ou silenciosas da Constituição e isso os (ininteligível) da Suprema Corte Americana nos podem fornecer inúmeras lições.

É um fenômeno inerente à concretização de normas, por isso é que nós podemos chegar com o mesmo texto a depender do talento, da boa vontade, da formação ética do intérprete a aquilo que os americanos chamam de *Live In Constitution*, uma constituição vivente, uma constituição viva, uma constituição que serve para resolver os problemas e essa constituição delega aos juízes o poder de aplicar normas contemporâneas concretas. Essa missão está condi-

cionada ao exercício de uma criatividade profundamente impregnada de ética porque criatividade por criar novidade sem ética, dessa nós devemos fugir. Eu pretendi dizer, não sei se consegui, que o Direito, pelo menos no Brasil, com uma Constituição como a nossa, dirigente e a princípio lógica, fez que o Direito se impregnasse de ética. Houve uma impregnação moral do Direito brasileiro. Há uma conexão real e atuante entre o Direito e a moral e uma constituição reflete uma visão global de determinada filosofia moral e política.

O problema da justiça reside no entrecruzamento da moral, do Direito e da política, que são instâncias, de certa forma, complementares. Mas quem vai dizer a última palavra? É, no atual sistema, o Poder Judiciário. Daí a preocupação com a formação e com a reciclagem. Termo ruim porque serve também para processar o lixo, mas para essa revisão de conceitos, para esse aprendizado permanente da magistratura nacional. O apelo à moral como uma fonte interpretativa ou integrativa é absolutamente pertinente aos valores. E isso é alguma coisa que pelo menos instiga nossa reflexão porque é evidente que se nós fizermos uma interpretação integrativa através da moral, nós vamos encontrar morais diferentes, pretendendo prevalecer. Essa é uma das fraquezas, das debilidades, das vulnerabilidades do Direito, mas é também o que faz a grandeza, que faz a exuberância da jurisprudência. Esse então é o desafio que nós temos pela frente e é muito importante que uma Comissão de Ética suscite esse tipo de reflexão. Uma teoria deve permitir ao juiz ser mais do que um mecânico, mas menos do que um filósofo. Mais do que um computador, mas menos do que um sacerdote ou pastor. Mais do que historiador, mas menos do que um oráculo e mais do que um mortal, embora deva ser e deva sempre reconhecer que ele não é Deus. Ele é menos do que Deus. Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores, temos a honra de receber na mesa diretiva o Sr. deputado Miro Teixeira.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – (intervenções fora do microfone) Eu gostaria de agradecer a brilhante manifestação do Dr. Nalini. Não é muito esclarecedora, no sentido dessa luta. O Direito tem ao mesmo tempo de ser garantidor de uma segurança jurídica, mas também está sempre presente e precisa se inovar para atender aos anseios da sociedade. Gostaria também de agradecer ao deputado Miro Teixeira pela vinda e eu gostaria de informar-lhes que as perguntas ficarão para o final. Brasília tem sempre esse problema da sexta-feira, de que muitas pessoas precisam retornar aos seus estados. O deputado Miro Teixeira nos pediu que antecipasse a sua manifestação e faremos logo a seguir a do Dr. Ingo, razão pela qual as perguntas ficarão para após a manifestação do deputado Miro Teixeira. Eu gostaria de passar a pa-

lavra para o Dr. Ingo. (intervenções fora do microfone) Eu acho que a gente... Como é um bloco de painel, nós podemos deixar o deputado para o final. O Dr. Ingo não se opõe a sua manifestação agora.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Mas, por favor, pode seguir.

SR. INGO SARLET – Mas não há problema?

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Foi só um erro de comunicação. (intervenções fora do microfone)

SR. INGO SARLET – Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar em primeiro lugar o presidente do painel, Dr. Marçal Alencar; é uma honra estar atuando sobre sua presidência. Agradecer o convite da Comissão de Ética, que é uma oportunidade ímpar de estar aqui participando desse evento. Saudar o Américo Lacombe; é uma satisfação imensa conhecê-lo pessoalmente. Saudar os componentes da mesa, o deputado Miro Teixeira e o professor Nalini, porque, na verdade, eu fui tomado também de surpresa porque eu tinha me preparado para um outro painel, acabei também... A parte considerável, montando minha palestra a partir da ordem do doutor Nalini, e vou então agora fazer uma reconstrução, ou seja, no tempo, para tornar a coisa mais cômoda também ao deputado e ao mesmo tempo fazer alguns cortes para deixar de falar alguma coisa que o (ininteligível) Dr. Nalini já adiantou e por sua absoluta proficiência e cátedra nesse assunto. Mas eu penso também que em grande parte, aliás senão talvez em toda parte as questões que dizem respeito à ética e à moral são questões quase que ofensivamente singelas. Boa parte do que é ético, que se exige do comportamento das pessoas, dos políticos, dos juízes, de quem quer que seja, do servidor público, beira-se digamos que quase a obviedade, senão a obviedade, de modo que eu costumo dizer que o óbvio é aquele no qual a gente tropeça diuturnamente. Se todos nós nos atêssemos ao óbvio, possivelmente nós estaríamos, talvez nem precisasse de Comissão de Ética, nem precisávamos estar reunidos aqui neste evento. É claro que existem profundas raízes filosóficas também ante a ética, como ciência, como o primeiro grande ramo da Filosofia, que depois foi se separando (ininteligível) uma grande complexidade histórica e uma ciência própria.

Também me louvando aqui no Aline, sabemos todos que vivemos em geral, hoje as comunidades sempre viveram uma grande crise ética ou da moral. Mas é claro que em tempos de Mensalão e da Ficha Limpa, juízes de toga ou bandidos de toga e assim por diante, a gente sabe que talvez seja... O problema esteja mais próximo da gente do que nós gostaríamos. Eu vou

fazer aqui realmente um recorte, não vou me prender aqui à ideia de alguns de que ética é a ideologia em estado puro. Evidentemente também uma visão bastante crítica do fenômeno da ética e da moral até porque nós temos que saber de qual moral nós estamos falando, de qual ética nós estamos falando. E justamente isso é um dos grandes desafios, quando juntamos moral e Direito e sabemos que o Direito veio da moral, a ética *lato sensu*, porque na verdade ética e moral são termos que não se confundem, embora alguns gostem de confundir-los. (ininteligível) gregos *ethos* é o modo de ser de um cara, uma pessoa, é um modo individual de alguém, suas virtudes ou vícios de alguém e Éter no plural significa o costume, a moralidade das pessoas, as concepções de certo ou errado compartilhados por um grupo social, por uma comunidade como um todo e o Direito na verdade vem daí. Houve um afastamento, todos sabem, quer dizer, algumas comunidades, hoje ainda é assim, que moral e direitos se confundem plenamente. As normas jurídicas nada mais são do que normas morais e que têm sua coação própria e o grande contato entre o Direito e a moral é que ambos pressupõem, em tese, que nós somos seres livres, nós somos sujeitos livres. Livres inclusive para desobedecer aos comandos morais e jurídicos.

A diferença é que (ininteligível) como o comando jurídico, temos em tese uma sanção, que já não era tão em tese assim pelo visto, mas temos em tese uma sanção que nos é aplicada. Se um comando moral que também somos livres a não obedecer, temos um outro tipo de sanção. Possivelmente o Direito nos deixará de lado. Não mais esse Direito de hoje, como bem lembrou o nosso anterior palestrante, mas é que nessa rápida introdução quero me focar em uma visão próxima, mas não exatamente igual das relações entre moral e Direito, ética e Direito. Vou para a gente passar ao largo da parte constitucional, já muito bem explorada pelo nosso querido professor Nalini, e depois vou me pautar em algumas questões, menos umas que o professor Nalini também tocou ligadas à ética do juiz porque o juiz é aquele cidadão que se cobra e se deve cobrar também ética e um código de conduta moral, mas é aquele sujeito que tem a última palavra hoje (ininteligível) equivocada sobre o que se pode cobrar dos demais agentes quanto ao seu comportamento ético, em especial (ininteligível) mediado pelo Direito porque embora uma Comissão de Ética tenha uma autonomia significativa no âmbito, por exemplo, do sancionamento ético dos quadros internos onde se aplicam o Código de Ética do Servidor Público de outros setores, isso é procedimento administrativo.

Eventualmente poderá ali também caber um recurso ao Judiciário e sobre esse código moral bem ou mal aplicado é onde o juiz que bem ou mal irá dizer se há ou não há uma razão a ser seguida. Esse pressuposto fundamental

de que ética e Direito pressupõem em tese um homem livre, livre para violar esses códigos de conduta, e responsável. Vai ter que se submeter a sanções (ininteligível) desse código de conduta. Há pelo menos 5 teses, segundo nosso Dimitri Dimoulis, colega lá de São Paulo da FGV, sobre as relações de Direito e moral. A tese da identidade, absoluta entre Direito e moral. A tese de que regras jurídicas podem formar ou formam um núcleo das regras morais, o Direito como uma espécie de mínimo ético. Uma terceira tese, de que as regras morais formam o núcleo do Direito, o mínimo jurídico, mas o Direito vai mais além. A tese da conexão, que é uma tese multifacetada em várias leituras, e a tese da absoluta separação, que é o positivismo legalista do qual se referiu o professor Nalini. Hoje nós sabemos, pelo menos no Brasil, de um modo geral no Direito contemporâneo ocidental, as primeiras três teses estão praticamente superadas, não há quase mais quem as defenda. Ainda há quem defenda a tese da absoluta separação, inclusive o próprio professor Dimitri Dimoulis. E há um dos poucos no Brasil que sustenta isso, talvez tenha coragem, inclusive moral, de sustentar isso com suas razões e a tese da conexão que é mais acentuada. É difícil contestar a tese da conexão na medida em que a própria Constituição Federal, como demonstrou o professor Nalini, está impregnada de (ininteligível) e de moral, de códigos de conduta também morais. Fica difícil sustentar hoje a tese da separação.

Voltaremos a isso logo adiante. Com relação a nossa Constituição, apenas lembro, aderindo à ideia da dignidade da pessoa humana como grande, talvez primeiro grande valor e código de ética, digamos assim, não só da nossa Constituição, do sistema jurídico ocidental como um todo. Também não podemos esquecer que Kant formulou sua concessão de dignidade essencialmente na metafísica dos costumes. E às vezes os costumes não são direitos, são deveres. Precisamos deixar bem claro que a primeira vinculação da dignidade da pessoa humana muito antes dessa hoje construída vinculação com um conjunto de direitos fundamentais e humanos não era de direitos humanos fundamentais e sim de substancialmente deveres de conciliação e respeito. Não eram direitos. A tese de que dignidade equivale a direitos e vice-versa é uma tese construída e uma tese recente. Uma tese que só se consagrou na segunda metade do século XX. Antes sequer se constava dignidade nas Constituições e sequer faziam ouvir dignidade de direitos. Lopes fazia (ininteligível) dignidade de direitos. Nem os juristas de Direito natural faziam vínculo entre dignidades e direitos naquela quadra da história filosófica. Mas isso é uma coisa importante de ser dita, porque dignidade e seu estudo é um dever ético. É um código de conduta moral de respeito e concessão como quem bem lembrou Nalini, decodificador hoje, sim, por um conjunto, sim,

de uma teia de normas morais e éticas que também compõe o universo dos direitos humanos. E a nossa Constituição, portanto, contempla um código de ética geral e também contempla algumas éticas particulares.

Ética da liberdade da igualdade, da tolerância religiosa, da não violência e assim por diante, que vão acabar interagindo entre si. O problema é que essa conexão de (ininteligível) o Direito, isso é bastante relevante no caso da função judicial, ele é uma relação muito tensa. Por mais que nós sejamos simpáticos e adotemos a tese da conexão, é uma tese como o próprio professor Renato Nalini mostrou, é uma tese extremamente complicada na hora de se concretizar, praticamente porque, afinal de contas, qual é a moral que prevalece quando nós estamos, por exemplo, em causa de direitos fundamentais que também pertencem a um código moral como hoje assim se aceita? O exemplo dessa emblemática tensão é a decisão do Supremo sobre a Lei da Ficha Limpa. Por um lado, a sociedade cobrou mediante iniciativa popular e o Congresso chancelou uma legislação que embute também ali uma forte dose de conduta moral, que quem for condenado por improbidade administrativa não poderá concorrer a uma eleição. Por outro lado, o outro código moral da condição que diz que há direitos e garantias fundamentais que serão observados, como a presunção da inocência, foi relativizado. Na verdade, há uma tensão inerente aqui entre dois ou mais códigos morais, ambos traduzidos pelo Direito. Como são direitos e essa dificuldade quanto maior, quanto mais buscamos embutir uma certa moral no Direito. Temos problemas maiores aqui, temos algumas coisas muito singelas e temos problemas maiores.

Quando o Supremo decide sobre a Marcha da Maconha, sobre a união homoafetiva. Qual é a decisão que deveria prevalecer sobre o ponto de vista moral? Ponto de vista moral, Católica Apostólica Romana, dificilmente se poderia, até por conta das críticas, evidente isso consagrar a união homoafetiva, pelo menos o casamento entre homossexuais, não sobre isso, mas também evangélica, de outras religiões mulçumanas, seguramente também. Podemos (ininteligível) é punida. E aí, quem tem razão coloca esse cuidado com a moral no Direito, o feitiço pode virar contra o feiticeiro. É contrária a moral no Direito. O problema é como essa moral no Direito que fazemos com ela, qual é a moral, a moral daquele grupo, a moral prevalente, a moral por mais vontades. Afinal de contas também teve políticos eleitos, reeleitos com milhões de votos, apesar de se enquadrar na Lei da Ficha Limpa. O povo não se preocupou com o eventual desvio moral e reelegeu. Afinal, qual é a moral que conta? A pressão moral desse povo que reelegeu ou a moral do Congresso, embutida na decisão do Congresso, que chancelou a Lei da Ficha Limpa, ou do Supremo, que, com

apertada maioria, mostrou que prevalecia essa decisão entre aspas, mais próxima da ética e não ao princípio da presunção da inocência, que seria flexibilizado? Muito bem, isso é o dia a dia do operador do Direito, dos juízes e dos outros operadores do Direito, dos promotores que então promovem ações por improbidade administrativa. É por isso que a função de distribuição da justiça é tão complexa aqui. Eu vou então para a parte final, sendo muito sintético, a questão de alguns aspectos da ética do juiz, ética da magistratura, tanto a ética (ininteligível) quanto a ética pessoal, oral, de conduta pessoal do juiz. Há três níveis aqui de códigos, de codificações morais. A Constituição, que já impõe deveres de natureza ética ao juiz: morar na comarca, ter limitações funcionais, exercer atividades partidárias, fundamentais às decisões e assim por diante.

Temos a Lei da Magistratura, em fase de revisão há muito tempo. Aliás, que também tem o seu código moral e temos agora recentemente, há uma obra do professor Nalini sobre isso, o Código de Ética da Magistratura, de 2008, do CNJ, que na verdade é norma infralegal, nem lei propriamente é, mas também inclui algumas normas de conduta, como demonstrado já ao juiz. O principal dever do juiz é bem julgar, fácil não é? É fácil diante desse código de ética bem julgar e é ao mesmo tempo um dos primeiros deveres do juiz, artigo 4º do código de ética, é a independência ética. O juiz deve ser independente eticamente, mas deve se submeter à ética que estamos dele. Como é que ele vai ser independente eticamente e submeter ao que setores maiores da sociedade esperam dele que seja ético, que ele decida eticamente? Como é que vai ser independente e ao mesmo tempo agir eticamente sem se submeter à moral? A qual moral? Sem prender a dependência ética. Então nós temos algumas contradições, o nosso código. Claro que essa independência ética tem uma certa leitura, que é possível de conciliar com a independência funcional que a Constituição assegura ao juiz. Porque, no contrário, cada vez mais, os juízes são reféns do crime de interpretação. Ai de quem achar que esse juiz particularmente não adotou aquela ética que talvez não seja a de todos, mas a minha e do grupo, a qual eu pretendo, mas que o juiz decidiu mal eticamente.

Não foi independente eticamente. Ora, se exige do juiz também independência no sentido do Código de Ética da Magistratura, que ele não seja... Não se possa se submeter a influências externas do seu julgamento. Ao mesmo tempo, o juiz que ousa divergir do voto majoritário de condenação de alguém é execrado publicamente, como se fosse corrupto. Mas ele não deve se deixar influenciar pela opinião pública nem de fatores externos, como diz o próprio Código de Ética da Magistratura. Vamos revogar o código de ética ou vamos deixar ele divergir eventualmente da moral publicada ou mediata por uma certa

publicação mídia, que nem sempre corresponde à moral propriamente dita? A moral do senso comum, existem várias. Então é muito simples tudo isso. É bastante simples. Eu continuo convicto de que uma das melhores formas também de demonstrar, eu quero apenas registrar algumas coisas, é o dever de fundamentação bem exercido. Quando se diz que o juiz deve levar em conta as consequências, que são dois exemplos, que eu termino. Um são as consequências da decisão, bem já posto pelo Sr. Nalini. Ora, mas que tipo de consequências o juiz deve embutir na sua decisão? E quais consequências ele deve seguir para que a decisão não seja eticamente sancionável? Caso dramático, o colega agora lá em Porto Alegre, mais uma vez execrado na imprensa, onde tantos outros juízes porque na decisão de decretar o flagrante do assaltante resolve interpretar a lei de uma forma que a regra, aqui nós temos uma exceção que em princípio, mesmo havendo antecedente, não há motivo para prisão preventiva, e liberou o assaltante. Aí vem a imprensa “A polícia prende e o juiz solta”. Ele é achincalhado na imprensa, nos programas das redes sociais e assim por diante. Qual é a consequência que ele deve seguir na sua decisão? Qual é o juiz consequencialista? É de fundamentar a sua decisão de não prender, nesse caso no fático Presídio Central de Porto Alegre, o mais insalubre, o mais desumano do Brasil e que hoje há dezenas de mortes por ano no Presídio Central de pessoas que foram parar lá ou é no fático de que esse mesmo sujeito vai voltar a assaltar e violar os direitos de outra pessoa? Qual é o juiz que vai ter que levar em conta para não julgar de forma inconsequencialista?

E ser linchado jurídica ou eticamente. Não é tão simples assim. E é por isso que o juiz não pode ser refém do juízo consequencialista, sob pena de ser responsabilizado pelo crime de interpretação. O juiz tem o dever de demonstrar na sua, e essa que eu sustento. O juiz tem o dever de demonstrar na sua decisão, que não julgou de forma inconsequencialista, que ele realmente ponderou, avaliou, identificou as consequências, outras lidas nos autos ou até que se pode deduzir dos fatos, das circunstâncias e as avaliou adequadamente sem ser refém desse juízo consequencialista, que, afinal de contas, ele deve observância ao Direito, posto que não é só lei, evidentemente, mas ao Direito como todo e as suas diversas fontes; isso é um dado hoje extremamente complicado. E o dever de humildade que o Paulo já falou na Aline, mas quero trazer aqui um outro exemplo. Nós, cidadãos, inclusive nós, juízes, quando precisamos, nós temos que nos submeter ao Poder Judiciário, já que não podemos atuar em esfera própria e fazer justiça com as próprias mãos. Também não devemos, temos um dever de humildade. Mas o que é humildade para um juiz? É subserviência às consequências, certos juízos externos? O que é humildade do juiz? Lá no juiz é decidir, mostrar que avaliou os argumentos favoráveis e

contrários, não desconsiderar as teses que as partes trazem como se fossem supérfluas e irrelevantes. Esse é o dever de humildade do juiz, saber se posicionar com relação a isso com cortesia, de forma clara como nosso até próprio código de ética diz: “*falar é fácil, fazer é difícil.*”

Eu vou ficar com um exemplo com o qual eu vou terminar, que é o exemplo pouco versado entre nós, pouco aceito entre os colegas da magistratura. Eu mesmo sou bastante rebelde em relação a isso, como o juiz do Rio Grande do Sul, que gosta de criar teses, e somos considerados os mais relutantes em aceitar as decisões dos Tribunais Superiores, e assim por diante: que a humildade utilizada com critério na vinculação horizontal do juiz, as decisões dos seus colegas, que é o problema da loteria judicial. Por que o juiz A, da Vara tal, em 300 processos, tem apenas seis réus presos? Porque interpreta a condição à lei penal de uma certa forma. Por que os outros nove juízes têm na média 40 réus presos com base na mesma lei penal e na mesma Constituição? E por que um outro juiz, que é o juiz X, tem ao todo 70 presos? Tem um com seis, tem um com 70 e varia entre 35, 45, dados estatísticos agora no Rio Grande do Sul, os dados do Fórum Central, matéria criminal. Como é que isso pode acontecer? O que o sujeito entra com uma ação tal e leva, na outra o juiz X já não dá o que ele pede e o outro deu? Como é que nós podemos conviver com isso sem desacreditar na justiça, porque nós somos peças de sujeitos morais e juízos pessoais do juiz? Onde entra a humildade?

A humildade entra numa tese interessante. Talvez seja difícil incorporar entre nós, pelo menos até certo ponto, mas valeria a pena refletir mais sobre ela. Me refiro aqui a um autor americano muito conhecido que foi o Mark Tushnet, que é um grande autor de Direito Constitucional, hoje professor em Harvard, que deu uma palestra excepcional sobre Precedentes do Sistema Americano, que foi muita crítica ao sistema vinculante brasileiro. Cuidado, muita crítica ao sistema vinculante brasileiro, à forma com o qual se faz precedente no Brasil. Mas isso é uma coisa importante, o juiz americano, assim como o juiz inglês, se vai decidir uma certa matéria e os colegas do lado, não estou nem falando colega acima, eu estou abaixo, o colega do lado, que é o juiz de 1ª Instância, vizinho lá do Fórum Regional, como eu, a outra Vara que trata da mesma matéria, por exemplo, Vara Cível, decide de uma forma e já decidiu vários casos similares da mesma forma. Ora, não tem uma vinculação vertical, não há um poder de recurso a esse juiz. Por que esse juiz poderia não julgar de forma tão díspara do outro colega? Por um dever de humildade, diz o Mark Tushnet, autor americano. Por que esse colega tem a mesma formação que eu tenho, fez o mesmo concurso que eu fiz, tem, nesse caso, o mesmo tempo de serviço praticamente que eu tenho, a mesma experiência acumulada que eu tenho. A princípio, eu não sou obrigado a seguir o que ele

diz, mas eu sou no mínimo obrigado com humildade e deferência a considerar as razões desse colega e só divergir desse colega se o meu caso for diferente e se eu não tiver boas razões, melhores que estas para mostrar em sentido de divergente. Podemos achar difícil aceitar isso aqui, é difícil, mas eu acho que no mínimo temos que começar a refletir sobre isso. Lá também o juiz não é obrigado a decidir da mesma forma, mas ele é obrigado a considerar isso na sua fundamentação e na sua decisão que é também um exercício de humildade e deferência ao que os outros colegas decidem e não sobre a questão acima, decide que ali o termo que o recurso possa mudar na decisão.

São formas de embutir uma certa humildade no sistema e no mínimo mostrar o que o juiz está fazendo e por quê. E a última coisa que eu gostaria de dizer aqui, na qual talvez muitos de vocês já se revoltaram, e eu me revolto, eventualmente não posso dizer que nunca vou cometer o mesmo erro pelo número de processos, é transformar precedente em dispositivo, em ementa de tribunal. Então olho o que está na ementa, repito que nem papagaio, carimbo e o caso era completamente diferente. Eu tive agora um caso recente em que, se fosse pela ementa, eu teria julgado procedente a queixa-crime, me louvando no parecer do Ministério Público, e citou um voto, votou na decisão do STJ, uma do STF, sua imunidade de advogado na sua função, se eu tivesse seguido a ementa, o sujeito estaria condenado na queixa-crime. Como fui ler, como costume ler ainda o acórdão, como fui ler o acórdão, o caso era totalmente diferente, e eu, com base no mesmo acórdão, mas não na mesma ementa, absolvi o advogado e minha decisão foi mantida. Mas isso hoje é direto, preceder no Brasil facilitou a ementa, virou... E isso não é uma forma nem humilde nem adequada de fundamentar e de exercer aqui o múnus de bem no lugar. O que são isso? Mostra que são coisas muito singelas, apesar da complexidade dessas questões que podemos exercitar e aprender em todos os nossos vencões onde atuamos, seja o servidor público, na área de administração, seja na Comissão de Ética, seja em um cargo de juiz, de quem se cobra justamente essa tarefa difícil.

Ter comportamento ético está submetido a normas éticas, mas controlar o que os outros fazem com base em padrões também éticos e jurídicos, por isso o nosso código de ética tem que ser particularmente exigente, mas também a nossa independência ética tem que ser particularmente forte, sob pena de nos tornarmos vítimas dos crimes de interpretação, que também sabe lá onde vão parar. É apenas uma construção ao debate. Espero que não tenha sido completamente inútil a minha participação aqui e espero também ter ficado no meu tempo, 30 minutos. E com isso agradeço a paciência de vocês. Obrigado.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Agradeço ao professor Ingo pela sua explanação e esse conjunto de perguntas que o senhor faz me lembra muito uma recente palestra a que assisti, do professor Joan Subirats, da Universidade Autônoma de Barcelona, em que ele disse que, em razão de toda essa confusão que a Europa enfrenta, com as questões administrativas, discussão sobre supressão de direito, ele disse que não sabe se deve haver uma mudança de postura, se ao invés de tentar melhorar as respostas ele deve melhorar as perguntas. Então acredito que as suas perguntas, acho que vão nesse sentido, mesmo porque as garantias constitucionais não estão em hierarquia. Eu digo isso mesmo porque eu sou procurador do Estado e muitas vezes nós temos problemas seriíssimos de obrigações judiciais para entrega de medicamentos. Lógico que geralmente são alguns grupos com poder de pressão e de mobilização muito mais forte do que outros e o Estado fica realmente em uma situação de tentar buscar o equilíbrio. O que é mais importante? Você comprar medicamentos para um número maior de pessoas de uma certa enfermidade ou comprar algum medicamento que muitas vezes ainda não foi aprovado pelos órgãos de saúde e que não passou por uma licitação, mas que é necessário porque aquela pessoa que está pedindo aquele medicamento corre risco de morte?

Então há essa questão da falta de, que é salutar da não hierarquização das garantias constitucionais e isso nos coloca justamente nessa questão, o que é ético? O que deve ser priorizado pelo Estado? Assim como o juiz tem essas questões, acho que o Estado, eu digo o Poder Executivo também enfrenta esse questionamento. E é aquilo que eu falei e o senhor falou também hoje, há prevalência da jurisprudência, do precedente, talvez até aquilo que o Dr. Nalini falou, que muitas vezes a lei não se adéqua a uma série de situações e que é encaminhada para o juiz, para o juiz tomar um posicionamento. Então é saber disso, o que pode ser enfrentado, de uma maneira resolver o problema de uma situação mais categoricamente possível absorvente de uma ética, porque apenas a utilização do precedente, sem tudo isso que o senhor colocou, na observância de uma série de exigências, de consequências, de questões éticas, ela está colocando o juiz apenas como um fazedor de jurisprudência, cumpridor de metas de tribunal. Então eu gostaria de passar a palavra, retornar a palavra ao Dr. Ingo, que lhe foi dirigida uma questão.

SR. INGO SARLET – A questão que me foi dirigida é que eu não deveria estar aqui. A pergunta é: “Como é que pode um juiz ser ético se ele dá palestras e trabalha meio expediente?” Então eu vou ter que pedir até para me

retirar, que eu não poderia estar aqui. Realmente pago evidentemente, de estar aqui, me levantei às seis da manhã para passar o dia inteiro aqui, voltar às 23h. Evidentemente é agradável, a mulher adora que eu chegue sempre a essa hora da noite, às 23h, em casa e assim por diante. Tudo isso que a gente faz porque está cumprindo o dever ético de trabalhar como juiz.

Eu tenho uma resposta muito tranquila a isso e até alguns colegas que o que mais tem é inveja, então, do que qualquer outra coisa, porque eu posso citar aqui, e estamos com a professora Aline para mostrar, que, em primeiro lugar, uma das poucas coisas que o juiz pode fazer, o juiz não pode ser só gerente de empresa, o juiz não pode dar parecer, o juiz não pode praticamente nada, nem integrante da política partidária que os outros podem, não pode, se quer dar opinião sobre processo, enfim, dependendo, corre o risco de ser processado. Algumas das poucas coisas que o juiz pode fazer pela Constituição, aliás, a única que talvez ele possa fazer é dar aula e dar palestras e publicar. E por que pode o procurador? Também pode o procurador, também pode assim por diante porque nós temos hoje uma formação plural; o Direito não é universo de um ator só. Evidentemente é fundamental que juízes, promotores, advogados, procuradores, assim por diante, participem da formação não só dos juízes e dos promotores, mas também de quem faz Direito, afinal de contas, graças a Deus, eu me assumo aqui como cristão, embora, não como católico, mas cristão. Eu diria que nós ainda temos Faculdades de Direito, embora cada vez mais alguns pretendam que sejam Faculdades de Advocacia, que é um grande erro. Então, por essa razão, já é primeiro lugar.

Segundo porque não há, com todo respeito, sempre foi minha opinião, para uma série de agentes políticos obrigação de cumprimento de A, B ou C de hora X, desde que este esteja com seu trabalho em dia; é o que também diz o Supremo. Eu faço por mês 200 audiências. Querem conferir? Vão lá conferir os mapas. Na média de 180 a 220, até por isso não vim ontem. Pedi para ser hoje porque não podia vir ontem. E terceiro lugar porque nós temos hoje absoluta maioria dos casos de colegas que dão aula. Posso citar aqui desde ministro do Supremo, do STJ, inclusive o ministro Barbosa Gomes, que também é professor e quando era procurador da República, que sempre foram operosos. Aliás, os mais operosos são os que dão aula, os menos operosos são os que apenas fazem aquilo, e há gente que não faz nem aquilo que deveria fazer.

Então são vários limites. A possibilidade aqui, nós temos que, realmente ter esse cuidado, inclusive faz parte do meu dever o que eu devo fazer,

me portar também como juiz quando dou aula e não entrar em contradição no que eu faço como juiz. Evidentemente, isso até o Código de Ética exige de mim. Então eu diria que temos que ter esse cuidado. Agora também aceito e sou adepto e talvez entre em conflito, aliás, entra com certeza em conflito com colegas que o juiz é agente de poder, por isso o juiz não poderia fazer greve.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Também acho que não.

SR. INGO SARLET – Eu acho que existe também, juiz não tem horário. Tem sentenças acumuladas, que tem que fazer ao final de semana. Eu não tenho horário, mas eu também não tenho limite a não ser nas férias. Dentro da minha competência eu não posso negar decisão, não posso recusar decidir um caso quando é difícil. Se o caso está na minha competência, o máximo que eu posso tentar fazer é dormir em cima do caso. Mas com toda razão, tem o dever ético de precer da jurisdição, tem prazo para julgar e eu posso até eventualmente ser punido se não o fizer. Aí as corregedorias devem atuar. Portanto, a marra é assim, mas eu entendo que o juiz, como agente de poder, agente de soberania, como as outras funções estatais são, como o Teixeira aqui representa uma outra, não pode fazer greve e, portanto, também não pode ter algumas benesses, possuir algumas garantias.

Então nesse aspecto me sinto bem tranquilo em responder à questão, que há de fato aqui, realmente limites. O juiz não pode dar aula em 500 faculdades, não pode, tem que estar com as suas audiências em dias, tem que estar com sua pauta em dia, tem que estar com seu processo em dia e é isso que evidentemente conta. Então com isso daria a minha resposta. Agradeço a pergunta e se for o caso me retiro, se acharem que devo me retirar.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Bom, “Como se operacionaliza a atuação nas Comissões de Ética?”

SR. INGO SARLET – Bom, não sei por que, não conheço as Comissões de Ética por dentro. Constando os diferentes perfis éticos no âmbito da administração pública, servidores, tomadores de decisão e cidadãos. Bom, é muito difícil responder a essa pergunta porque são coisas já bem mais complexas. O que eu posso afirmar é que evidentemente nós temos normas de condutas gerais, temos uma ética de humo geral, como se costuma dizer, uma ética transversal, moralidade pública. O juiz deve ter, todos devemos ter e temos, óbvio que temos, também éticas parciais, temos as éticas profissionais e temos ambientes onde nós temos um código de ética particular, peculiar.

O que se exige do juiz em termos éticos em alguns aspectos é igual ao que se exige dos outros, mas em alguns aspectos é diferente, é até mais reforçar que se exija dos outros e assim por diante. Então é claro que aqui nós temos matizes que os próprios códigos de ética parciais, profissionais do médico, advogado, contador, psicólogo. Evidente que cada profissional tenha um código de conduta que em parte é comum, em parte é distinto e por isso é tão difícil responder a essa pergunta. Eu posso tentar responder sobre alguns códigos, mas a maioria não conheço, nem tenho autoridade sequer para me manifestar a respeito. Só posso afirmar que isso é uma resposta que depende também da peculiaridade de cada atividade, dentro de cada contexto, que pode balizar mais ou menos códigos parciais, digamos assim, e distintos até de conduta, de comportamento.

SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. presidente, a minha tribuna é uma tribuna democrática: nós temos as partes. Eu não sei aqui como me submeter, mas eu recebi antes de falar aqui duas manifestações, porque eu acho fantástico e cumprimento até a iniciativa, mas a comuna diz respeito exatamente à provocação anterior, provocação boa, de boa qualidade, eu peço licença para ler. Não vou dar o nome. Se a pessoa quiser pode se apresentar: *“Ressalto que todos são pagos para estarem em seus postos de trabalho e estão aqui ouvindo essas brilhantes palestras. O que importa é a produtividade com responsabilidade. O cumprimento de horários é ético desde que a produtividade também seja contemplada. Bater ponto na hora e não trabalhar não é ético. Muito obrigado.”* Eu só pedi licença porque achei oportuno. A outra pergunta é sobre presídios. Eu acho melhor eu deixar para responder depois ou eu respondo agora se...

SR. INGO SARLET – Eu acho que depois.

SR. MIRO TEIXEIRA – Depois. Obrigado.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Eu gostaria de agradecer bastante a presença dos Drs. Nalini e Ingo Sarlet, agradecendo sobremaneira pelas suas disposições de estarem aqui presentes, pela aula. E faremos agora um *coffee break* e o deputado Miro Teixeira voltará na constituição do painel a seguir com a procuradora Deborah.

SR. MIRO TEIXEIRA – Eu tentei falar antes do *coffee break*, porque eu estou tentando emagrecer. (intervenções fora do microfone)

MESTRE DE CERIMÔNIA – Vamos para um breve intervalo. (intervenções fora do microfone) Retornaremos às 15h45. Será servido um

coffee break para vocês no *voyeur* desse auditório. Teremos como próximo palestrante o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, o senhor Miro Teixeira, e logo depois a vice-procuradora geral da República e mestre pela UnB, a senhora Deborah Duprat. XIII Seminário Internacional Ética na Gestão: Ética, Cultura e Reforma Política, Brasília, Distrito Federal.

(INTERVALO)

CONTINUAÇÃO DO PAINEL 6: A CONSAGRAÇÃO DA ÉTICA EM NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO

MESTRE DE CERIMÔNIA – Nesse momento vamos dar continuidade ao 6º e último painel do Seminário que tem como tema “A consagração da ética em nosso ordenamento jurídico”. Para coordenar este painel convidamos novamente o conselheiro da Comissão de Ética Pública, o Dr. Marcello Alencar de Araújo. Como palestrantes convidamos o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Sr. Miro Teixeira. Convidamos também a vice-procuradora geral da República e mestra pela UnB, Sra. Deborah Duprat.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Boa tarde a todos. Vamos dar continuidade à 2ª parte do painel que trata da consagração da ética em nosso ordenamento jurídico, com a participação da Dra. Deborah e o deputado Miro Teixeira. A Dra. Deborah é vice-procuradora geral do Ministério Público Federal e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, que trata da questão de ética (ininteligível). Eu gostaria de dizer que, além de estar na memória em tantos lugares, sua brilhante colocação diante do julgamento do Supremo sobre a constitucionalidade das cotas para os negros, realmente foi uma peça muito importante e que para nós todos foi uma aula significativa.

O deputado Miro Teixeira é advogado, é jornalista e é uma das mais fortes lideranças no Congresso. Integra o Partido Democrata Trabalhista e também nos honra com sua presença hoje nesse debate. Gostaria de passar a palavra para a Deborah por 30 minutos.

SRA. DEBORAH DUPRAT – Boa tarde a todas e todos. É um prazer estar aqui. E eu já me desculpo antecipadamente, porque eu fiquei bastante receosa de falar no segundo dia de evento, segundo e último dia, de um evento que contou com tantas pessoas interessantes falando e, enfim, forte nessa questão de direito moral, direito e ética. E eu fiz uma opção e isso é quase um

mantra meu: de abordar a questão na perspectiva do pluralismo e da sociedade em geral. Digo isso porque, como foi anunciado de início, eu sou coordenadora de uma câmara que trata de minorias éticas e minorias é um texto bastante equivocado. É preciso constantemente estarmos afirmando a mudança de paradigma ocorrida em nosso ordenamento jurídico a partir de 1988, ocorrida no plano internacional de maneira geral, e ter isso como norte da atividade administrativa, da atividade política, da atividade judiciária. Então essa vai ser a perspectiva do que vou dizer aqui.

Não sei se vou causar algum enfado, eu não sei se a matéria é, enfim, de alguma forma pouco conhecida. Mas vamos fazer um exercício: caso eu esteja sendo muito enfadonha, eu peço que os senhores me deem conta disso e me alertem. Bom, eu acredito, que nessa altura, todos já tenham ouvido muito, que eu sei, distinção entre direito e moral é um fenômeno que surge no Estado moderno; antes disso, nós tínhamos um direito que era dito natural e que era informado por normas morais de caráter absoluto. A transição desse modelo que surge com o Estado moderno, isso depois eu vou ampliar um pouco mais o tema, ele tem um primeiro momento que é o momento do Positivismo, em que o Direito, ele está livre de qualquer influência moral, e o conceito de Direito, ele é tirado apenas das normas legais, das normas postas pelo legislador, e esse Direito positivo, ele deve ser obedecido em qualquer circunstância. Essas, vamos dizer, de forma simplificada, são as linhas principais do Positivismo.

Depois, mais recentemente, digamos que no momento atual, nós vivemos um momento de pós-Positivismo, em que direito e moral, ainda que mantenham campos próprios, eles se aproximam. Vocês devem ter escutado isso, eu acredito que vários expositores devem ter dito isso, o quanto há na atualidade de conteúdo moral no Direito, nas normas postas pelo legislador, o quanto há de incorporação, que a Constituição de 1988 é uma pauta, quando tem uma pauta axiológica, que está no custo médio o princípio da dignidade da pessoa humana. Bom, um direito que incorpora fortemente valores morais, ele permite, como uma consequência extrema que as normas postas pelo legislador, elas sejam eventualmente afastadas em nome de exigências morais. Mas é preciso que nos perguntemos, de que moral estamos falando? Eu acredito que no curso desses debates vocês tenham ouvido moral convencional, moral crítica, essa distinção entre os dois campos de moral. Mas eu quero tratar da moral exatamente no campo do pluralismo e para a gente entender um pouco o que é essa moral na perspectiva do pluralismo social é preciso que a gente entenda o que foi essa mudança paradigmática. É importante conhecer essa noção do que seja paradigma.

Costuma-se dizer, paradigma é muito bem desenvolvido por um autor chamado Thomas Kuhn, em que paradigma, a sociedade, ela de certa forma, ela coloca para si uma coletividade de pessoas, ela coloca para si problemas fundamentais. E há um momento em que ele elege esses problemas. Ela de certa forma também constrói um campo de soluções possíveis, então do modelo anterior ao atual eu vou tratar, assim, dos vários... Bom, deixa eu explicar um pouco melhor isso. O paradigma, quando a gente fala em coletividade, a gente fala em vários campos que de alguma maneira se interpenetram entre si, se interpelam entre si e um vai de alguma forma alimentando o outro e de uma forma mais ou menos circular. Nós poderíamos dizer, por exemplo, que surgem demandas sociais, a sociedade, movimentos sociais colocam demandas. Essas demandas, elas começam a ser pensadas no campo filosófico que foi, o campo filosófico produz algum tipo de saber. Esse saber é incorporado pelas ciências que também vão gerar problemas e soluções. Isso tudo em uma mesma perspectiva e eu quero mais ou menos exemplificar isso tomando por base o modelo anterior e o que essa mudança paradigmática em relação ao modelo que vivemos atualmente.

No modelo anterior, nós temos, que nós vamos tratar exatamente do que foi chamado de modernidade. Foi colocado de uma maneira geral como problema privilégios e como solução a igualdade, a igualdade formal, isso surge no campo político. No campo político ela surge com a Revolução Francesa, aquela luta pela abolição de privilégios, e a Revolução Francesa, ela também gera como subproduto o Estado Moderno. O Estado Moderno, ele vai ser aquele cadinho, que se fala, aquele espaço da homogeneidade e da indivisibilidade. Eu acho que todos aqui devem ter ouvido aquele espaço onde temos um único território, um único povo, uma única língua. No campo filosófico nós temos o Iluminismo, a filosofia do sujeito grande artífice cande. O que é? Eu vou ser muito rápida nessa explanação, digamos, filosófica desses saberes. O que é a filosofia do sujeito? A filosofia do sujeito é aquela em que o sujeito, ele constitui o mundo a partir das experiências possíveis, ou seja, a razão. Ela opera por meio de conceitos que vão subsumir aquele campo particular de experiências a conceitos mais universais que foram pré, que são pré-constituídos pela razão humana. Então o sujeito, se é o sujeito que constitui o mundo a partir da sua pré-compreensão, esse sujeito, ele tem que ser um sujeito sem qualidade. Como diz Bourdieu, ele tem que ser um sujeito intercambiável, ou seja, um sujeito, ele tem que ser exemplar de toda humanidade, porque do contrário estaríamos construindo tantos mundos quantos sujeitos fossem. Então nós voltamos aqui ao paradigma da homogeneidade e da igualdade, de todos mais ou menos iguais.

No campo científico o conhecimento científico também, ele opera de forma causal aspirando à formação de leis. Então o que é isso? Nós temos aqui, o grande objetivo do conhecimento científico é reduzir complexidades e tirar de uma maneira geral grandes leis que ordenem aquele campo do saber de uma forma geral. O Boaventura de Sousa Santos, ele tem uma expressão que diz que a forma hegemônica do saber nesse período é a ordem e a forma hegemônica da ignorância é o caos. Então no campo do Direito nós temos a igualdade formal, também aqui o Direito, ele trata de reduzir complexidades existentes na sociedade, faz recorte de modo a garantir também que as leis do Direito sejam quase que leis que transponham para essa área do conhecimento esse mecanicismo próprio das ciências naturais. Então seria uma forma de observar regularidades sociais, fazer um recorte das linhas gerais e transportá-las para as leis do Direito.

Então nós temos como grandes movimentos dessa época um movimento codificador, um movimento dos grandes códigos e o Positivismo, como eu disse para vocês. E aí vem a crise do paradigma. A crise do paradigma é quando a sociedade começa a colocar para si novos problemas e aquelas soluções, elas já não dão mais conta de responder, então se chega a testar todas as possibilidades das soluções anteriores até que elas se mostram absolutamente suficientes e há esse giro paradigmático, essa grande mudança. E o que provoca a sociedade a pensar de forma diferente? A exigir, portanto, desses outros campos soluções diferentes? Bom, no caso, nós começamos, esses paradigmas começam a entrar em crise nas duas grandes guerras. Essa questão da absoluta homogeneidade da sociedade, ela é levada ao seu ápice nas duas grandes guerras, exigindo de uma sociedade homogênea, absolutamente homogênea, e colocando para fora dos seus espaços toda a diferença e também a noção de Estado-nação, ela entra em crise. É mostrado que esse Estado, ele é uma construção, ele não é algo natural, que a natureza oferece. O Estado nação não foi sempre assim, ele foi produto de lutas e esse espaço de homogeneidade que foi obtido foi à custa de invisibilizar ou aniquilar toda e qualquer indiferença. A língua falada é a língua do grupo dominante, a cultura que se compartilhou foi a cultura do grupo dominante. Então essa farsa do tudo igual, que começa a ser denunciada.

O movimento das mulheres na década de 60 também tem um papel importantíssimo, mostrando que essa igualdade formal, que é uma igualdade indiferente às diferenças, é uma igualdade de todos perante a lei. Ela desfavorece, ela tem a maternidade, ela tem o aleitamento, e se essas circunstâncias não forem consideradas no mercado de trabalho, ela está excluída dele. É mostrado também que a mulher é condenada, que é essa sociedade de iguais, aparentemente iguais, ela provoca confinamentos e as mulheres são confinadas ao es-

paço doméstico, não tem o espaço político, o espaço social. Na sequência, vem a luta dos homossexuais, mostrando que, enfim, se as suas particularidades também não forem vistas, eles são condenados a viver no corpo de um homem. Os negros mostrando que essa é uma sociedade de brancos, enfim, que as políticas universais não dão conta da sua diferença. E no campo do direito começa a acontecer a denúncia de que o direito, esse direito que trata da igualdade formal, ele está longe de ser um direito indiferente às diferenças; pelo contrário, é um direito que opera um par de opostos, homem, mulher, branco, negro, índio, heterossexual, homossexual, são, doente, adulto, criança, adolescente, idoso, possuidor, despossuído.

O primeiro lado, ele dá um valor positivo; o segundo lado, ele dá um valor negativo. Então, na verdade, o sujeito de direito, ele tem cara, tem cor, tem sexo, tem orientação sexual, ele é branco, ele é masculino, ele é heterossexual, ele é proprietário, ele é são e ele é adulto. Esse é o sujeito de direito, basta ver que nós, mulheres, éramos relativamente incapazes até muito pouco tempo atrás. Os índios eram relativamente incapazes se permanecessem como tais, era preciso que houvesse um abandono da sua identidade, um abandono da sua cultura e que eles se integrassem a essa sociedade de grande formato para serem considerados sujeitos de direito. Bom, o que... No campo científico também é muito interessante, porque o conhecimento científico, eu passei pelo campo do Direito, mas sem passar pelo campo científico, porque o conhecimento científico também quer esse conhecimento apresentado como rigoroso. Ele entra em choque dentro da sua própria área, a teoria da relatividade, de Einstein. Ele começa a negar o tempo e o espaço absolutos de Newton e também a mecânica quântica, mostrando que não há possibilidade de ter-se o mesmo objeto depois que ele é observado e analisado.

O que fica em cheque, portanto, é, o também aqui, o rigor do conhecimento científico e essa distinção entre sujeito e objeto. E no campo da Filosofia, começa-se a denunciar a colonização do diferente pelo sempre igual, começando por Nietzsche que mostra que, ao simplificarmos as coisas, ao procurarmos associar as coisas em unidades maiores, ignorando as suas especificidades, nós estamos falseando a verdade. Esse está longe de ser um conhecimento que tem compromisso com a verdade. E depois, enfim, nós temos também uma denúncia dessa filosofia do sujeito mostrando o seguinte: se o sujeito, ele constrói, ele é que constrói o mundo, ele também constrói o outro na medida em que o outro também é uma experiência vivida pelo sujeito. Se ele constrói o outro a partir das suas próprias categorias, o outro vai ser um duplo de si mesmo. Então em qualquer dos campos que a gente começa a ver essa denúncia de

que a modernidade, ela escondeu, ela confinou nas bordas da sociedade o diferente e o que se luta para recuperar nessa mudança paradigmática é exatamente a diferença e a filosofia de Derrida, Adorno, Ratzinger. O que eles começam a proclamar é a valorização do descontínuo, do múltiplo contra as grandes narrativas, e há um deslocamento da razão do sujeito para os grupos, para a filosofia da linguagem. Eu não vou nem entrar muito nisso.

Então o que importa ver é que nós passamos, de fato, por uma mudança paradigmática enorme: nós saímos de uma sociedade pressupostamente ou presumivelmente homogênea, uma sociedade, de fato, hegemônica para uma sociedade plural. Basta ver, qualquer um que pegar a Constituição vai ver que há milhares de campos reservados para a diferença: há dispositivos relativos a mulheres, ações afirmativas para mulheres no campo do trabalho, há dispositivos específicos para índios, há disposições específicas para quilombolas, há disposições específicas para criança, adolescente, idoso, pessoas com deficiência. No caso de pessoas com deficiência, inclusive, incorporação de uma convenção internacional, que foi aprovada com aquele quórum qualificadíssimo, que permite que toda essa convenção seja incorporada como se norma constitucional fosse. Então há agora um grande desafio para todo o Estado brasileiro de se comportar e de se apropriar dessa mudança paradigmática. Agora a Constituição já dá alguns sinais, por exemplo, em relação a educação, o artigo 210 parágrafo segundo, ele determina, por exemplo, que a educação de para povos indígenas, ela seja feita preferencialmente na língua materna e respeitados os modos próprios de aprendizagem.

O Ministério da Educação acaba de lançar também a educação Quilombola. Na saúde, há um conjunto de leis voltadas para a população indígena, certas de que a noção de corpo, a noção de doenças, elas também foram socialmente construídas. E há grupos que têm essa noção de forma diferenciada, então é preciso estar atento à questão de como os grupos veem o seu próprio corpo, veem a doença e veem as maneiras de tratá-la. Em relação a educação, é muito interessante porque essa questão de estar atento às diferenças, mostrando que a educação, ela foi um elemento absolutamente fundamental para essa colonização da diferença, foi essa educação universal, enfim, que induzia a criação de símbolos universalmente compartilhados, os heróis nacionais, as datas comemorativas. Há esse sentimento supostamente comum de toda a sociedade.

Com relação às pessoas com deficiência, há agora, por força da incorporação – me desculpem, vou ter que tomar um pouco de água – dessa convenção de pessoas com deficiência, a noção de que a deficiência, ela não está apenas

no sujeito, ela não é uma deficiência vista apenas em um aspecto biomédico, mas as deficiências, elas também decorrem de barreiras construídas socialmente e há um desafio para a administração pública, há um desafio para o Estado brasileiro em lidar com essas barreiras e derrubá-las. Em relação a família, a Constituição, ela trata agora da família extensa, da família em que importa muito mais que os dados biológicos, os laços biológicos, os laços de afetividade e também desconstrói aquela noção de que tudo se resolve no âmbito familiar, que a família é algo impermeável ao Estado, que pela primeira vez pune a violência. Determina ao Estado que adote medidas contra a violência no âmbito doméstico e nós temos como consequência a Lei Maria da Penha, também uma lei que vem para atender a diferença porque essa é uma sociedade patriarcal e, portanto, a violência, ela é contra a mulher. Não era razoável e o Supremo Tribunal Federal afirmou a constitucionalidade dessa lei e que essa lei também protegesse o homem.

Nós temos uma teoria em relação a igualdade, que é a teoria do impacto desproporcional. Se nós tivéssemos uma lei que protegesse indistintamente homens e mulheres, nós acabaríamos gerando um impacto absolutamente desproporcional para as próprias mulheres, que são as vítimas em 99,9% dos casos da violência doméstica. Enfim, essa quantidade de dispositivos constitucionais que tratam da diferença, que impõem ao Estado o acolhimento da diferença, que determinam políticas diferenciadas, eles são, enfim, um desafio para a administração, um desafio para todo Estado, primeiro no sentido de adotar práticas que deem conta de entender essa diferença. Então, em alguns casos, é preciso tradução, é preciso mediação antropológica. Quando nós estamos falando de grupos etnicamente diferenciados, e eu não estou falando só de índios, eu estou falando de quilombolas, eu estou falando de ribeirinhos, eu estou falando de população extrativista, porque é uma ilusão pensarmos que todos estamos aqui porque falamos a mesma língua, compartilhando universos morais, universos comportamentais idênticos. Nós temos, e a Constituição, ela fala isso, modos de vida e formas de expressão incorporando a moderna teoria da linguagem que vem com Vichtenstein, mostrando que modos de vida e formas de expressão são indissociáveis e em uma sociedade eles se multiplicam. Se nós formos a uma comunidade indígena, se nós formos a uma comunidade de ribeirinhos, nós vamos ver o quanto há de incompreensão, o quanto há de, como é difícil às vezes entender as suas demandas, porque nós estamos em universos diferentes, nós temos mundos de vida diferentes e formas de expressão diferentes.

Então dando na questão indígena, nós temos hoje em dia um grande desafio na demarcação de terras indígenas. Temos visto um caso que esteve nas redes sociais mais recentemente dos Guaranis Kaiowá. Há uma disputa

por conceitos, porque os proprietários, os fazendeiros, eles usam, se valem do conceito da posse civil, da posse do conceito que foi homologado pelo Direito anterior à Constituição de 1988. Os índios Guaranis, no entanto, eles têm uma noção de *Tecorrá*, protegido pelos deuses, que é uma noção de espacialidade de territórios dos quais eles se apropriam sobre qualquer forma, inclusive se empregando nas fazendas. O importante é o contato que eles têm com a terra nelas ingressando, como diz, sobre forma de trabalhadores, sobre a forma de, coletando frutos, passando por ali. Então é preciso na disputa administrativa, na disputa judicial, que a atenção a essas duas visões do mundo, essas duas expressões de linguagem, sob pena de nós voltarmos a uma sociedade hegemônica, uma sociedade em que nós temos uma única, nós temos uma homologação de um único saber, de um único conceito. Outro caso que eu acho bastante interessante para trazer como exemplo é a questão criminal, a questão de disputa de conceitos mesmo. Costuma-se dizer, e era uma prática muito recorrente, como os índios eram considerados quase loucos, semi-imputáveis, e dizer, é preciso saber se eles conhecem o caráter criminoso da sua conduta. Ora, também para os índios, para muitos grupos indígenas, para todos os grupos indígenas, matar é algo moralmente reprovável, matar uma criança é algo mais moralmente reprovável. No entanto, para os ianomâmis, por exemplo, a mulher, ela vai ter filhos no meio da mata, sozinha. Ela coloca uma esteira e ela tem a criança, a criança nasce e cai na esteira. Ela tem uma opção de pegar ou não essa criança nos braços e o nascimento para essa mulher ocorre, para esse grupo, me desculpe, ocorre na hora em que toma essa criança nos braços. Então se ela deixa a criança nessa esteira, corta o cordão e deixa a criança nessa esteira, a criança nunca chegou a nascer na cosmologia ianomâmi.

Então não estamos aqui defendendo o certo ou o errado, estamos apenas dizendo que há compreensões, inclusive de vida e morte, absolutamente distintas nesses grupos que têm visões diferentes. Então é o desafio ético, o desafio moral da administração pública, do Judiciário público, do Legislativo, do Judiciário brasileiro, do Legislativo brasileiro. É essa compreensão do outro, essa compreensão das inúmeras diferenças que existem no nosso País. E compreender significa essa aptidão de ouvir, de ouvir qualificadamente, de termos mediadores talvez nesse diálogo, tradutores culturais nesse diálogo. Então esse é na atualidade o imperativo ético, o imperativo moral para o Estado brasileiro, mas há outros também. Além dessa tensão de como tratar as diferenças, de como estar atento às mulheres, estar atento aos homossexuais, é preciso também ter a noção de que não há mais conceitos unívocos, conceitos absolutos que deem conta dessa multiplicidade da sociedade brasileira. Esse interesse nacional, o quê que é interesse nacional? Não é mais dizer que

interesse nacional é construir uma hidroelétrica e produzir energia elétrica de forma absolutamente acrítica. Então é preciso acionar espaços de diálogo, espaços onde todos se encontrem e sejam levados em igual consideração e igual respeito, em que todas as falas, elas sejam absolutamente respeitadas e levadas em consideração. Os grandes instrumentos internacionais hoje em dia cuidam disso, cuidam de incorporar o que estava no plano filosófico no âmbito da teoria da linguagem, de incorporar esses espaços de diálogo.

A Convenção 169 da OIT trata de consulta pública. Se nós tivermos, pegarmos a Convenção sobre expressões culturais, o grande desafio da pós-modernidade, digamos, façamos uso desse conceito, é o diálogo, é a possibilidade de expressão de todos e todas. Então nós temos hoje, temos ouvido muito falar em administração dialógica e é isso mesmo: a administração pública, ela não está mais, o seu *ethos* não está mais dentro de um gabinete. É impossível o administrador discutir os grandes problemas nacionais a partir de si próprio, ele não está legitimado, ele não está autorizado, ele tem que socializar e socializar com os diferentes grupos que formam essa sociedade nacional. A mesma coisa o Legislativo, que faz uso recorrente das audiências públicas, até o Judiciário incorporou isso, as ações objetivas, as ações que não têm sujeitos, elas tratam de cada vez mais trazer também para informar ao Judiciário as diferentes visões do mundo. Enfim, eu não sei se eu me estendi no tempo. Eu peço desculpas também se eu o fiz e, enfim, considerar como grande desafio moral, como grande desafio ético do Estado brasileiro agora essa mudança paradigmática. Acho que avançamos alguma coisa, acho que não são difíceis as transições, elas sempre são doloridas, são sofridas, são difíceis, mas acho que esse é o objetivo a ser colocado diante de todos nós que temos funções públicas a nosso cargo. Muito obrigada.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Bem, agradeço a Dra. Deborah pela complexa e completa abordagem do nosso tema e cumprimento também por nos presentear com tamanha manifestação de interesse pela coisa pública e pela manifestação ética nessas questões tão caras ao Estado e à cidadania. Passo a palavra agora ao deputado Miro Teixeira.

SR. MIRO TEIXEIRA – Boa tarde. Na Câmara dos Deputados discutia-se a lei de marcas e patentes. Estudando o projeto que iria a plenário, eu fiquei em uma séria dúvida sobre a diferença entre seres vivos e micro-organismos. Eu propus a meus colegas fazermos uma Comissão Geral, porque é uma audiência pública em plenário. Vamos chamar os sábios, vamos chamar os cientistas, vamos ver se precisamos trazer alguém do exterior: “*Não, nós temos no Brasil pessoas habilitadas a isso.*” Fizemos a primeira audiência

pública. Ao final da primeira audiência pública, eu percebi que eu sabia menos, porque a divergência entre os cientistas era muito consistente: cada vez que se ouvia um, chegava-se à conclusão de que aquele estava certo. Fizemos uma segunda audiência pública, piorou, e até hoje se me colocarem no laboratório diante daqueles equipamentos todos dos laboratórios para distinguir dessas coisas que não são enxergadas a olho nu – O que é um ser vivo? E o que é um micro-organismo? –, eu sairei de lá do mesmo jeito, sem saber.

Isso não se dá com a ética. Eu talvez, ou melhor, com toda a segurança, eu não sei dar um conceito completo de ética. Diante da nossa diversidade, da diversidade planetária, diante das discussões de história, da nossa civilização, diante dos diálogos de Sócrates com *Eutífron*, passando já quase dois mil anos depois. Sócrates em 400 e pouco antes de Cristo, John Milton em 1.600 e pouco na areopagítica, ele discutindo ali a lei para resolver o caso dele mesmo, que era a separação da mulher. E daí vem todo o conceito da separação por incompatibilidade de temperamentos, porque na época só podia haver a separação por adultério e ele não podia chamar a mulher da adúltera, ela apenas se mandou de casa com três meses de casada e foi morar com os pais. Há momentos em que você fica ali, todos esses conceitos de Kant ou de Hegel, Hobbs, você vai olhando tudo isso. Ainda pouco eu ouvi falar de Nietzsche. Você encontra essas discussões e essas discussões se completando, evoluindo e na busca, no conceito mais próximo do que é a justiça. E o que é equidade no final de contas? Foi o Marx da discussão do que a burguesia discute e do que discute o operariado. A burguesia não discute a igualdade, porque ela já está no plano superior do terreno do convívio, mas discute a liberdade. O operariado discute a igualdade porque ele está na escala mais baixa ali da organização social.

A nossa humanidade vem melhorando. Eu sei que diante do que não é ético eu posso colocar o dedo, isso eu sei, diferentemente dos seres vivos e micro-organismos. Então a questão ética, eu acho que no meu desconhecimento socrático, eu só sei que nada sei, e todos os campos se resolvem dessa maneira. Eu não sei lhe dizer o que é ético diante da diversidade, diante do moralismo, da organização social, diante das características, até da realidade socioeconômica da pessoa, mas eu sei dizer o que não é ético. Então eu penso que nós não temos essa ansiedade de estarmos na vida pública sem poder nos orientar sobre o que é ético e sobre o que não é ético, porque é claro que todos nós sabemos o que não é ético quando estamos defrontados com uma situação que não é ética. Eu não penso que a lei traga, e ninguém aqui afirmou o contrário, mas eu não penso que a lei traga, que a lei encerre em si o que se pode reunir de manifestações éticas.

Em primeiro lugar, as leis são feitas pelas maiorias. Existem as leis também absolutistas e nós imaginarmos que muitas vezes a posição ética não está com a minoria é desconhecer a organização do poder e o funcionamento das chamadas democracias. Mas que democracias? Que democracias nós temos assim com esse conceito tão puro em todo o nosso planeta? Nós nos aproximamos de algumas democracias e uma das críticas até de Milton a Platão é que na república Platão não indica como se organiza aquele governo ideal, não diz qual é a forma de eleger as pessoas, não diz qual a forma de escolher, quer dizer, bom, assim é fácil, assim é fácil. Assim como são os comentários também de Napoleão Bonaparte ao Príncipe de Maquiavel. Há edições com anotações de Napoleão Bonaparte. Ele dizia: *“Isso eu também quero, desse jeito eu também conseguiria.”* Mas o Príncipe é um bom exemplo até que surge aqui, porque decantado Maquiavel, decantado ele sim, é o Príncipe da sabedoria, dessa arte de governar. Mas ele não é a rigor o Príncipe dos procedimentos aéticos que deixa de lado, deixa de lado tudo o que é relevante nesse sentido ético mais profundo para atender ao governante. Ele é esse exemplo, ele é esse exemplo como está na Mandrágora, ele falando dos regulamentos: *“Bom, deixa que façam as leis, vamos nos preocupar com os regulamentos, porque por eles nós vamos conseguir fazer o que queremos.”* Me submeto à crítica de Vossas Excelências, porque eu continuarei buscando uma lanterna na mão, um conceito perfeito de ético, mas eu desafio porque não preciso da lanterna para saber onde não está a ética.

O exemplo atual, buscando o que eu penso, que foi a motivação do convite a minha modesta pessoa falar do Parlamento, da política, da reforma política, falar da casa a que pertencço e que tenho honra de pertencer, que é uma grande instituição, um Parlamento, o Congresso Nacional com todas as suas precariedades, com todas as suas falhas, é ali que está a resistência. Sempre que a democracia é ameaçada é o Congresso que é fechado, e depois de ser fechado o Congresso é a imprensa que é amordaçada, sempre a censura sucede o fechamento do Congresso. Eu não sei se no momento estão superados, mas não estão superadas as práticas antigas. Ontem, na posse do ministro Joaquim Barbosa, o procurador geral da República, o Dr. Roberto Osório, com muita propriedade, no meu ponto de vista, atacou e atacou com a linguagem delicada que ele tem. Eu prefiro a linguagem mais incisiva em certos momentos, mas eu compreendo também que, quando se está em uma situação em que não se pode receber o aparte, você fica inibido de usar a linguagem mais dura. Ele atacou uma perversão que está em curso lá na Câmara dos Deputados, que é uma emenda constitucional para retirar o direito de investigação do Ministério Público.

O Ministério Público é uma instituição que, na constituinte, nós lutamos para dar prerrogativas relevantes para representar o povo, para ir a juízo, para cada vez mais estimularmos as causas coletivas, para legitimação do Ministério Público para iniciá-las, mas agora esse Ministério Público está se tornando incômodo, ele está se tornando muito incômodo. Imagina só, o Ministério Público decidiu denunciar as autoridades. Mas como o Ministério Público vai denunciar as autoridades? Vamos tirar esse poder de investigação, porque com investigação exclusivamente da polícia, nós teremos mais facilidades, porque a polícia tem mais precariedades de meios. Nós já temos uma boa Polícia Federal especialmente. Nos estados já vai surgindo uma geração de bons policiais, mas ainda estamos longe do ideal. O Ministério Público, até pelos atrativos que foram criados para ingresso na carreira, já concentra uma parcela de servidores do Estado brasileiro e não de governos que se colocam, sim, na defesa dos interesses da população.

São constantemente atacados: uma hora é a lei da mordaza, proibir as entrevistas etc., isso nós já conseguimos de certa maneira terminar, impedir, e agora vem com força essa emenda constitucional para retirar as prerrogativas de o Ministério Público proceder em investigações, e estamos falando em investigações criminais. Ora, vejam só, nós temos um cenário em que o nosso País se organizou na proteção das autoridades, isso foi desde o Império. A República surge com os foros especiais por prerrogativa de função, os ritos especiais para processamento, as impossibilidades de se iniciar processo, por exemplo, contra o presidente da República no período em que ele está na Presidência por ato estranho ao próprio cargo. Nós trouxemos para a República todo o mecanismo de proteção do imperador, do imperador e de sua família e queremos manter isso, quer dizer, o avanço que se dá nesse campo é muito mais ético, é muito mais ético, não é um avanço do Direito como positivado, não, é um avanço ético, é o reclame social, é a denúncia que vai acabando por produzir efeitos. Bom, mas qual seria a solução? Aí vem a expressão carcomida reforma política. A reforma política carece de uma coisa: definição. Eu gostaria que alguém me dissesse o que é reforma política diante dos projetos existentes no Congresso Nacional.

O Congresso Nacional não tem reforma política projetada, tem projetos alterando o sistema eleitoral de deputados e para facilitar a eleição de deputados. Isso é ético? Então eu sei que isso não é ético, eu não sei o que é ético, mas eu sei que isso não é ético. Como é que pode uma comunidade de representantes definir como será escolhida pelos representados? Objetivamente a minha proposta é plebiscito. Em plebiscito, se perguntar ao povo que sistemas, de modo muito simplificado. Não são tantos os sistemas, razoáveis: modo

distrital, distrital misto, distrital. Bom, tem uns que querem voto em lista. Está bom, coloca para perguntar ao povo se querem renunciar ao direito de escolher o próprio candidato. Vamos perguntar, não há problema de perguntar, mas eles não querem ouvir falar de plebiscito. Terão uma dificuldade porque o projeto está apresentado, e assim que for apontado algum projeto, esse vai aparecer junto ali e terão que dizer que são contra. Pretendem o financiamento público de campanha; o financiamento público é discutível. Há países que adotam o financiamento público. Os Estados Unidos, por exemplo, opcional, opcional, o Bush optou por financiamento público misto, ele tinha o financiamento público e podia fazer o recolhimento do setor privado de quantias assemelhadas; e o Obama ficou com o financiamento privado, captando por internet etc. etc., depois se viu até na internet, era meio manipulado ali, mas é outra história. Como nós não somos os Estados Unidos, nós não temos voto distrital, nós não temos dois partidos principais disputando eleições. Lá eles têm 100 partidos, mas em condições de disputar eleições eles têm dois. Nós somos o País com 5.556 municípios, se eu não me engano. Com Câmaras Municipais que se reúnem de 15 em 15 dias, de 20 em 20 dias, de mês em mês, às vezes uma vez por semana, na maioria dos casos com muitos assessores. Nós temos quase 30 partidos políticos, com financiamento público. Todos os partidos políticos lançarão candidatos. Então para não parecer um ranheta que sou, para parecer menos ranheta, eu digo: “*Vamos discutir o financiamento público sim, vamos começar pelos vereadores. Vamos ver quantos seria necessário.*” Vamos pegar 5.556 municípios, vamos ver o número de vagas, mas vamos dizer que seja uma vez só, não vamos colocar duas vezes lá, e vamos fazer uma média de 10 cadeiras por município, vamos chegar a um número que a população vai dizer: “*Não é possível.*” Bom, mas eu ouvi ontem o meu querido presidente da Ordem dos Advogados, da minha Ordem dos Advogados, repetir o equívoco que é repetido, no caso dele, foi falado de boa-fé, mas é repetido de má-fé, diz que os problemas da corrupção do Brasil decorre do financiamento eleitoral.

Eu poderia simplificar a discussão, quer dizer, então as ditaduras são íntegras porque não há eleições, há eleições que tem corrupção. A corrupção existe porque existe corrupto, o roubo existe porque existe o ladrão, porque você tem o Estado que não está organizado para dar transparência às contratações, que não cumpre os prazos de pagamento da prestação de serviço e as coisas vão ficando, assim, sem que se perceba que isso é uma violação ética, é uma violação ética, mas não existe um projeto de reforma política real em andamento, que para chamar de reforma política nós precisaríamos discutir a reorganização dos Poderes. A história da medida provisória precisaria ser mais bem redigida se ela tivesse que ser mantida. A discussão orçamentária teria que

ser trazida para o plano civilizado. A partir do momento que vira lei, tem que ser cumprido pelo presidente da República, que tem o direito de vetar, mas a partir do momento que sanciona está submetido àquela lei no caso submetido.

Presidente Dilma Rousseff, faço aqui um aparte que ela não está presente, que nesse terreno, na frente, eu não falaria, mas nesse terreno ético nós estamos bem com a presidente da República no meu ponto de vista. Ela não tem contemplação com o que ela chama de mão fixa, eu chamo de membro de transgressões. Mas isso tem me causado uma impressão de que essa, nós vamos melhorar mais aceleradamente graças a políticas que ela mesma vai impor e devo lhes dizer que não tenho ninguém nomeado no Governo nem quero ter. Então sobre reforma política, eu não tenho esperança; eu só teria uma esperança: o plebiscito. O povo dizendo o que quer fazer de mudança na escolha dos seus candidatos e a minha impressão é que o povo escolheria o voto distrital. Também devo dizer que sou eleito com voto de opinião, o voto distrital praticamente me tiraria do mandato, mas é melhor para o povo ter o candidato ali mais próximo, a campanha fica muito mais simples de fazer e depois o mandato é praticado junto às pessoas. Bom, o cenário atual nos remete a quê? Nos remete à existência de vetos da Presidência da República, a leis que não são apreciadas pelo Congresso Nacional há 11 ou 12 anos: isso é uma transgressão a um princípio constitucional.

Agora, é uma transgressão que pode valer ministérios, porque a partir do momento que o presidente veta alguma coisa, o Congresso tem 30 dias para examinar o veto, havendo uma fila de vetos, isso nunca vai ser examinado. Então essa nossa chamada democracia tem a lei de um homem só, que são a medida provisória e o orçamento autorizativo, e a palavra final do veto é do presidente da República e não do Congresso Nacional. Eu penso que nós temos uma falsa democracia, nós não alcançamos ainda uma democracia plena, embora estejamos avançando nessa direção. O povo brasileiro é que tem se tornado cada vez mais exigente. Queria saber mais ou menos como é que está meu tempo. É que tem se tornado cada vez mais exigente nas suas postulações. Então nós temos percebido que esse chamamento, a atenção para ética nas universidades tem aumentado, nas escolas de segundo grau tem aumentado. Essa evolução da cultura da ética no Brasil é que vai no assegurar dias mais relevantes no sentido do respeito à ética propriamente dita. Medidas provisórias, eu já passei por elas. Vamos aos partidos políticos. Os partidos políticos são organizações. Falava eu ali na antessala, que tem fundo partidário, tempo de televisão, uma rede de televisão anual, capacidade de transferir até para o coligado ou para o governo ao qual ele é aliado o seu tempo de televisão, e trocam-se secretarias, poder, por esse tempo de televisão, o que deveria ser vedado, penso eu.

Bom, ao contrário de se criar restrições a essas práticas, o que está havendo é uma concentração maior de poderes nos partidos políticos, inclusive com essa visão de que o mandato pertence ao partido político. Na minha leitura, o mandato pertence ao povo, na minha leitura extraída da Constituição, o mandato é do povo, nós somos representantes do povo, não do partido político, porque se examinarmos o perfil da maioria dos dirigentes de partidos políticos, e a palavra é do próprio ministro Joaquim Barbosa, nós vamos ver que há prontuários ali em vez de currículos. Eu acredito nesse nosso Brasil, acho que nós estamos diante da terra que não é mais a terra das oportunidades futuras, nós estamos mostrando o vigor de uma democracia que vai se tornando melhor e cada vez melhor.

Eu penso que desde o Itamar, depois do *impeachment*, essa é uma linha divisória, é uma linha de corte. Desde o Itamar o Brasil vem melhorando. Claro que a constituinte é decisiva para isso, pelos poderes lá do Ministério Público, prerrogativas diversas, algumas instituições de fiscalização da conduta dos agentes públicos, mas a partir do Itamar, Fernando Henrique tem o seu momento relevante sim, o Lula e agora a Dilma. Nós estamos avançando, estamos progredindo e eu acho que essa nossa discussão ética, ela graças a Deus vai continuar por muito tempo, porque nós sempre teremos o que melhorar, ao contrário das diferenças entre seres vivos e micro-organismos. Muito obrigado.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Agradeço ao deputado Miro Teixeira pela sua explanação e não vieram à mesa perguntas, veio apenas alguma... Uma...

SR. MIRO TEIXEIRA – Eu tinha uma antiga.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Uma que excedeu anteriormente. Eu passo-lhe a palavra.

SR. MIRO TEIXEIRA – E como eu gosto muito de polêmica, eu vou passar a adotar isso antes do orador, começar chamando uma pergunta, ou faz um aparte, muito bom isso. Aqui é muito, a propósito, é uma pergunta provocativa, nós podemos engrenar em boas coisas. “*Os presídios brasileiros...*” Pode-se dizer o nome? Uma prática, dizer o nome? Eu tenho a prática de nunca dizer o nome lá no Parlamento para proteger as pessoas.

Bom, não vou dizer. “*Os presídios brasileiros são “medievais”.* *Descobriram agora esse fato. Pergunto, como fica a noção de ética desse juiz que encaminha seres humanos para essas jaulas e considerando também que*

70% desses seres são negros, pardos ou mulatos?” Repete negro e assina aqui. Bom, claro que é uma provocação quanto às palavras do José Eduardo Cardoso, meu amigo José Eduardo Cardoso foi deputado lá conosco. Os presídios são medievais, aliás, não são medievais, são mais recentes porque se nós olharmos o que passava na Idade Média não tinha tantos presídios, havia mais execuções, não havia a lei de preocupação de manter as pessoas presas. São muito ruins, acima de tudo, eles ofendem o princípio constitucional de que ninguém pode ser exposto a condições desumanas ou degradantes, então é por esse ponto de vista que nós temos que ver. É bom ter o criminoso em uma situação dessas? Não ilustra a nossa cidadania não, é ruim para nossa cidadania. Deve ter uma boa vida? Não, não existe boa vida dentro de cadeia, não existe cadeia boa, toda cadeia é ruim, toda cadeia é ruim, mas pode ser limpa, pode ser limpa, pode abrigar uma pessoa em uma cela ou duas pessoas em uma cela e não 60 pessoas em uma cela que cabem 20 e nós estamos usando os transgressores.

Essa descoberta não é recente, não. Tem o livro *Homens ou feras?* Um velho jornalista, isso é um livro da metade do século XX, eu acho que hoje só pode ser conseguido em sebo, que descreve a situação dos presídios já naquela época, já naquela época, então isso não é absolutamente novo. E eu vou lhes dizer: enquanto não houver uma grande concentração de investimento em educação e em pesquisa científica e tecnológica, nós vamos ter que construir cada vez mais presídios e de repente mais presídio que escola, o que é o fim da picada. Nós temos que fazer esse investimento. Vamos considerar que tem uma geração que dificilmente vai ter recuperação pelas condições que está presa, ali. Todas as leis de progressão de pena acabam recebendo tantas críticas, de que não são adequadamente feitas, de que não sendo adequadamente feitas depois não são adequadamente cumpridas porque o regime semiaberto vira aberto rapidamente pela falta de estabelecimentos para o recolhimento do preso. Isso todo juiz, enfim, repete isso toda hora para nós. Então acho que é um fato lamentável da nossa vida de um modo geral. Nós devemos ter presídios melhores sim.

Claro que isso aqui está associado ao número de condenados agora no processo do Mensalão, mas convenhamos que não é um número que vai alterar o perfil penitenciário brasileiro. Se me permitirem uma irreverência porque aqui só parou em pretos e pobres, eu, quando comecei a advogar, e eu era repórter até então, desculpe aqui, dizia-se: “*Então presídios são para pretos, pobres e putas.*” Era o PPP... (intervenção fora do microfone) Era isso e até hoje é isso, e até hoje é isso. Nós não evoluímos em nenhum momento nessa aí.

Eu acho que as soluções têm que ser pela construção, sim, de novas unidades. Agora, investimento em educação e pesquisa científica e tecnológica, que sem isso o País não vai avançar.

Estados Unidos é um país muito mais avançado do que nós, muito mais evoluído do que nós, tem uma população carcerária muito maior do que a nossa, porém em presídios que não são, assim, que não chegam a transgredir as normas lá dos Estados Unidos. Os nossos presídios transgridem a própria Constituição, que está submetendo as pessoas a tratamento desumano e degradante. Aliás, igual ao que é dispensado a algumas pessoas que estão fora do presídio, vivendo na mais absoluta miséria; é preciso reparar as duas coisas. Eu acho uma boa provocação e acho que o tema tem que ser discutido. (intervenções fora do microfone) Eu defendo sim, aqui está como pergunta, mas é uma pergunta afirmando, que eu defendo mais os investimentos em controles institucionais do Estado do que de controle do Governo sobre o aparelho de Estado, eu defendo isso. Agora, por que estão definhando esses cortes, por que estão definhando esses recursos orçamentários, estão aumentando os cortes no orçamento que pode ser uma retaliação? Pode, pode ser uma retaliação. Essas entidades vão ficando tão poderosas, o Estado vai ficando tão poderoso que deixa de interessar não só aos agentes do Estado, mas aos agentes privados também. Dizer que história é essa, hein, esse Estado tão poderoso? Eu defendo a profissionalização do serviço público. Eu tenho emenda constitucional para profissionalizar realmente, criar as condições de progressão vertical, de progressão horizontal no serviço público.

O número de cargos em comissão, quando nós assumimos o ministério, não precisa ser todo alterado por pessoas estranhas. Conselhos públicos, eu já optei mais de uma vez por cargo em Executivo. Olha, troquei meia dúzia de pessoas ali do próprio gabinete, o ordenador de despesa, e usei a estrutura dos ministérios, e tenho o conhecimento de cor até de como funciona aquilo para fazer funcionar mais rapidamente tudo, e acho que deu certo. Acho que essa é uma luta que estava até me faltando falar, esta é uma luta que vai ajudar muito, a luta pela ética na política, a profissionalização do serviço público, porque acaba a barganha dos cargos, não haverá cargos, não haverá cargos para oferecer.

E a outra coisa no orçamento em positivo é que acaba a barganha das emendas. Aquele é dinheiro público, então são liberadas as emendas dos deputados e senadores que se comportarem ali como os cordeirinhos, fica balindo que a emenda chega para você, senão eu não pago, mas é dinheiro público. Aquela obra ali está sendo requerida por uma população. Essas duas coisas

são fundamentais para dar a verdadeira independência a um poder, ao Poder Legislativo, que hoje é meramente nominal essa independência. Há uma dependência enorme. O que Modesto?

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Ele não é independente?

SR. MIRO TEIXEIRA – Não.

SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – E depende de quem e de quê?

SR. MIRO TEIXEIRA – Depende do presidente da República, do Poder Executivo, é absolutamente subserviente. Vale aquele título do *La Boettir, A servidão voluntária*. São as emendas que mandam no Legislativo, são os cargos que mandam no Legislativo, são as emendas e os cargos que mandam no chamado governo de coalizão. A coalizão é feita, assim, com cargos no Governo e chegamos a um ponto que eu vi que o negócio é sempre achar que já viu a grande maioria das coisas. Se pousar um disco voador aqui, nós vamos dizer: “*Ah, pousou um disco voador.*” Ninguém vai sair correndo, mas eu vi discurso de deputado da oposição dizendo que entrava em obstrução para que as emendas deles fossem liberadas. Oh Modesto, a gente foi a oposição aí quantas décadas? (intervenção fora do microfone) Alguma vez pedimos liberação de emenda? (intervenção fora do microfone) A oposição pedindo liberação de emenda instigada com o partido da base.

A melhor coisa que a Dilma poderia fazer, eu não converso com ela, mas converso assim publicamente. A melhor coisa que a Dilma poderia fazer era tornar impositivas as emendas que ela sancionasse, o corpo técnico todo verifica se aquele dinheiro ali vai ser bem aplicado daquela forma, sancionou vai para a execução. Pelo menos a parte feita pelo Legislativo com emenda que é chamada emenda de deputado esse ano está em 15 milhões para cada um e é de aprovação automática, depois da liberação depende de ficar correndo o pires e vem aquela subordinação absoluta, então é o orçamento e essa árvore de empregos a disposição para trabalhar pouco, não trabalhar ou por raríssimas exceções para arejar até com gente de fora do serviço público o pensamento daqueles que estão no serviço público, que dizem que precisa ser arejado, eu nunca vi esse negócio, arejar nada, mas não vamos nos recusar a discutir. Então profissionalização do serviço público e orçamento impositivo o que está recebendo os parlamentares e isso poderá começar a fazer, organizar a independência e harmonia dos poderes. Agora a Comissão de Ética pode levar essa proposta à presidente da República mesmo que sigilosamente.

SRA. DEBORAH DUPRAT – Eu tenho uma pergunta aqui, mas antes eu gostaria de fazer algumas considerações sobre dois pontos tocados pelo deputado Miro Teixeira. Um é, ao começar a responder a essa segunda questão, ele falou de controle, órgãos de controle, eu não entendi muito bem, mas eu acho que um dos imperativos éticos para a administração pública atual é fazer funcionar, fazer existir e funcionar os órgãos de controle social. Eu acho que nessa perspectiva de, em todas as perspectivas, nós temos do pluralismo, mas também do controle da administração pública, eu acho que são órgãos paritários, participação dos usuários do serviço público, participação dos prestadores de serviço, eu acho que são hoje em dia formas extremamente importantes de nós termos um serviço público de qualidade, além de honesto.

Outra questão que eu vou falar, até em homenagem ao Dr. Américo Lacombe que estava falando das prisões, eu acho que o ministro Zé Eduardo Cardoso, ele pode ter errado na oportunidade, mas ele não errou no diagnóstico. Eu acho que há uma cultura judiciária e todos os órgãos do sistema de justiça, acho que o Ministério Público também, não é só o juiz, ainda bastante helenista, bastante na perspectiva da defesa social, de ver pobre, preta e puta ainda como uma ameaça a uma sociedade bastante elitista e como uma solução a prisão. Se nós formos verificar, nós temos a segunda população carcerária do mundo, e se nós formos verificar a grande parte dessa população é decorrência de prisão provisória, não prisão definitiva. Tem ali presos por furtos, presos por estelionatos, presos, são os pequenos atores do tráfico de entorpecentes, as mulas como são chamadas, então não adianta nós continuarmos nessa política de construção de presídios se nós não mudarmos a cultura judiciária. Bom, em relação a minha pergunta é o seguinte, algumas teorias, como as de gêneros, fazem grandes críticas aos movimentos sociais que lutam pelos direitos em nível jurídico, pois acreditam que há uma reprodução normativa, no caso do movimento homossexual heteronormativas.

Eu acho que, enfim, e foi uma meia verdade, uma meia verdade se nós continuarmos a ter as instituições e a produção normativa funcionando, enfim, do jeito que funciona e se nós tivermos na composição do Parlamento a composição que se apresenta atualmente. Eu acho que se nós tivermos uma composição que ela represente um pouco a parcela... Essa heterogeneidade da sociedade brasileira, nós vamos ter obviamente leis atentas a essa pluralidade e aí nós não podemos falar de heteronormatividade. Por outro lado, se nós garantirmos a participação de todos os interessados no processo legislativo, isso eu acho que o Parlamento faz com muita eficiência, eu acho também que vamos avançando no sentido de partirmos do homo para o hetero.

SR. MIRO TEIXEIRA – Eu tenho uma pergunta aqui (ininteligível), só para responder. Que o ministro Aloísio Alves disse que a posição dele sobre o sistema de voto é pelo voto proporcional e nominal. Qual é a sua posição? Essa discussão na reforma política depois de bater cabeça para um lado e para o outro, vamos decidir o seguinte: eu sou contra o voto em lista, eu sou a favor de qualquer sistema que mantenha o voto direto do povo, porque ninguém de-tém a verdade, daí eu passo para a questão do plebiscito, deixa o povo escolher. Qualquer sistema que a gente escolha, sempre vão dizer que nós escolhemos para facilitar nossa eleição, porque nós somos representantes; o representado é quem tem que dizer.

Toda vez que o Governo se meteu na escolha, na mudança de siste-mas eleitorais, tirou o direito do povo, tirou o direito do povo. O povo ganhou o direito com as suas lutas, com as assembleias constituintes, com as emendas constitucionais provocadas pela luta de rua, eleição para prefeito de capital. Sempre que o Governo se meteu, tirou o direito do povo. Vieram os senadores biônicos, os governadores biônicos, sempre se meteu. Antes a história da lista lá, como é que isso era feito? Depois queimavam-se as listas nos pátios das igre-jas e proclamava-se o resultado. Mas se eu tivesse hoje que dar o voto, eu vou lhe dizer, eu daria o voto, repito, que não me aproveita, meu voto é de opinião. Eu acho que o voto de distrital. Eu sustentaria o voto de distrital, eu posso que o voto distrital vai paroquializar o deputado federal, mas vamos ver o *Wister Chucher*, vamos ver *Reliant Curl*, é o sistema misto, mas tem que disputar lá no distrito, tem que disputar lá no distrito, vai integrar lista, mas tem que disputar lá no distrito, se não ganhar no distrito fica mal, fica mal.

Se você não puder ganhar entre aqueles que te conhecem, como é que você vai chegar para aqueles que não te conhecem e dizer que você é representante. Então qualquer sistema para facilitar a discussão em auditórios que são muito variáveis, não é o caso aqui não, mas de políticos com interesses muito variados. Eu topo qualquer sistema que não retire que o povo vote direto. Agora se querem uma opinião, esse sistema só pode ser escolhido pelo próprio povo, porque nós somos representantes, eles é que nos escolhem, então eles têm que dizer como querem nos escolher e isso se faz por plebiscito e aí representei o decreto legislativo. É difícil votar para votar, mas vamos votar.

SR. MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO – Bem, não havendo mais perguntas, gostaria mais uma vez de agradecer a presença da Dra. Deborah e do deputado Miro Teixeira e nesse momento está encerrado o painel. Muito obrigado.

SR. MIRO TEIXEIRA – Muito obrigado a vocês.

SRA. DEBORAH DUPRAT – Obrigada. (intervenções fora do microfone)

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO

AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE
Presidente da Comissão de Ética Pública

ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA
Conselheiro da Comissão de Ética Pública

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO
Conselheiro da Comissão de Ética Pública

MAURO DE AZEVEDO MENEZES
Conselheiro da Comissão de Ética Pública

RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EME-
RENCIANO
Secretária-Executiva da Comissão de Ética Pública

DEBORAH DUPRAT
Vice-procuradora geral da República

MIRO TEIXEIRA
Deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores, procederemos neste momento com o encerramento dos trabalhos deste Seminário. Para a mesa de encerramento convidamos o presidente da Comissão de Ética Pública, Dr. Américo Lourenço Masset Lacombe, os conselheiros da Comissão de Ética Dr. Antônio Modesto Silveira, Dr. Marcello Alencar de Araújo, convidamos também o Dr. Mauro de Azevedo Menezes, a secretária executiva da Comissão de Ética Pública Dra. Renata Lúcia Albuquerque de Medeiros Emerenciano. Participará também da mesa de fechamento a vice-procuradora geral da República e mestre pela UnB Sra. Deborah Duprat e o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, o Sr. Miro Teixeira.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Minhas senhoras, meus senhores, nós temos muito que agradecer a presença de vocês, temos que agradecer também, nós que somos da Comissão de Ética, ao corpo de funcionários da Comissão que trabalhou muito para a organização desse Seminário e aqui nós discutimos uma série de problemas, evidentemente não temos soluções, temos dúvidas, como eu já falei aqui na primeira parte desse painel, no último painel que eu presidi da manhã. Todos nós temos dúvidas e todo conhecimento começa com a dúvida, porque quem não duvida não chega a conhecimento nenhum. Eu já disse que o meu lema não é “*Penso, logo existo*”, de Descarte não, é “*Penso, logo duvido*” e duvido tanto de coisas que minha mulher me chama de São Tomé, diz que eu não acredito em nada, não é bem assim, mas em todo caso, o que se falou aqui foi cultura e reforma política.

Reforma política evidentemente, nós não temos solução, não temos varinha de condão, nós podemos, por exemplo, falar do voto distrital que o deputado Miro Teixeira aqui falou e que ontem foi criticado aqui pelo Flávio Dino, que é um ardoroso defensor do sistema proporcional. É claro que todos os sistemas têm defeitos, nenhum sistema é perfeito, nós nunca vamos ter um sistema político perfeito, porque não é perfeito em lugar nenhum do mundo. Se nós verificarmos que nos Estados Unidos um presidente pode ser eleito com minoria dos votos populares e o Bush foi no primeiro mandato e com uma eleição, inclusive, fraudada na Flórida, nós não temos nenhuma dúvida quanto a isso. E o Al Gore teve mais votos populares do que ele, então esse sistema não é perfeito. A democracia lá não funciona como nós gostaríamos que funcionasse. Aqui, certa vez, vai uma sugestão para o deputado Miro Teixeira, eu conversando com o vice-presidente Michel Temer, há uns tempos atrás, faz tempo, ele não era nem vice-presidente, nem se falava em ser vice-presidente da República, eu disse a ele o seguinte: “*Olha, o presidencialismo é um sistema que já está consagrado no Brasil. O povo brasileiro é presidencialista, em dois plebiscitos aprovou*

o presidencialismo.” Mas nós podemos mitigar esse presidencialismo. Podemos colocar, por exemplo, que os ministros de Estado têm que ser aprovados pelo Senado. Nós vemos, por exemplo, o seguinte: o embaixador é aprovado pelo Senado, mas o ministro do Exterior que chefia o embaixador não é, não precisa ser aprovado pelo Senado. Isso é uma contradição e, além disso, daria à Câmara o poder de dar voto de desconfiança ao ministro e o presidente seria obrigado a demitir o ministro. Então para ser nomeado, ele precisaria da aprovação do Senado e ficaria sob fiscalização da Câmara, correndo o risco de perder o cargo.

É claro que a Câmara teria que ter um prazo, não é o ministro ser nomeado hoje e no dia seguinte estar com voto de desconfiança, tinha que ter um prazo para decorrer esse período. Isso tudo são dúvidas que nós ficamos aqui dentro desse painel e que fica para reflexão dos senhores, para reflexão de todos nós. Graças a Deus, nós estamos em um País cujo um dos princípios fundamentais é o pluralismo. Isso significa a tolerância, a convivência pacífica das diversidades e das divergências. Pluralismo político, pluralismo religioso, pluralismo, todos, todos os pluralismos que vocês puderem imaginar. Nós temos que conviver pacificamente não só com as diversidades mas também com as divergências. Que a diversidade é só aquilo que é diferente; divergência já é uma coisa contraditória e nós temos que aceitar as divergências. Temos que aceitar aqueles que pensam diferente de nós, aqueles que são diferentes de nós por 1.001 razões e nós temos que aceitá-los. Eu quero agradecer a todos vocês e dizer que a Comissão de Ética fará, faremos no próximo ano e no próximo ano outros seminários semelhantes e conto com a presença de todos, com a propagação de vocês. Eu não sei se até lá eu ainda estarei na Presidência, porque vamos ter uma eleição, assim que forem nomeados todos os membros, ainda temos duas vagas na Comissão de Ética. E nós já decidimos que assim que chegarem os dois novos integrantes nós vamos eleger o presidente.

Eu estou ali porque o ministro Pertence renunciou e eu era o mais antigo, não tinha outra opção. Eu agradeço a todos vocês a presença, agradeço à vice-procuradora geral da República, agradeço ao deputado Miro Teixeira, agradeço aos meus colegas de Comissão e agradeço ao corpo de funcionários que estão aqui representados pela Dra. Renata pela dedicação enorme que tiveram e têm em todo o curso, em todos, no dia a dia da Comissão de Ética. Muito obrigado. Uma palavra para o deputado Miro Teixeira.

SR. MIRO TEIXEIRA – A Madre Teresa de Calcutá andou por aqui, aí um repórter, porque repórter é um bicho danado, aí um repórter olhou para ela e disse assim: *“Mas isso que a senhora faz não é uma gota no oceano?”*

Ela parou, olhou para ele e disse: “*Então a partir desse momento nós já sabemos que o oceano tem mais uma gota.*” Eu acho que esse trabalho de cada um de vocês, todo dia, toda hora, acrescenta pelo menos uma gota nesse oceano e não vai parar, não vai parar, e o Brasil vai melhorar sempre, graças a gente como vocês. Parabéns.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – A Dra. Renata quer dar uma palavra.

SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EME-RENCIANO – Eu gostaria de trazer aqui uma palavra de agradecimento a todos os integrantes do Sistema de Gestão da Ética, porque não seria justo o trabalho dessa Secretaria Executiva, de todos os servidores também, é impulsionado pelo trabalho de cada um que compõe as Comissões de Ética no Sistema de Gestão da Ética do Brasil, em todo o Executivo Federal. Essa palavra seria de agradecimento e, em especial, à Comissão de Ética do Inep, uma autarquia federal que nos parabenizou e eu não poderia deixar de registrar esse agradecimento a essa Comissão. Em nome dela, eu agradeço a todas as Comissões e peço desculpas por ter falado, inclusive, depois do presidente, do deputado, mas apenas um breve agradecimento a todos vocês. Esse trabalho de ponta, trabalho que a gente chama, essa pulverização da ética acontece por causa dos agentes públicos que resolvem assumir essa função de educar e de prevenir para a ética. Obrigada.

SR. AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE – Está encerrado o Seminário.

MESTRE CERIMÔNIA – A cada ano temos a certeza da importância do foro próprio onde se discuta a ética pública, tema atual e tão presente no nosso cotidiano. Eu lembro da Comissão de Ética Pública. Agradecemos a presença de todos, esperando que tenham apreciado o evento. Aguardamos os senhores e as senhoras em 2013. Dando por encerrado então o XIII Seminário Internacional Ética na Gestão: Ética, Cultura e Reforma Política. Uma salva de palmas.

**ESTA OBRA FOI IMPRESSA
PELA IMPRENSA NACIONAL**

SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460 Brasília, DF
380 exemplares

